

Cadernos de Geografia

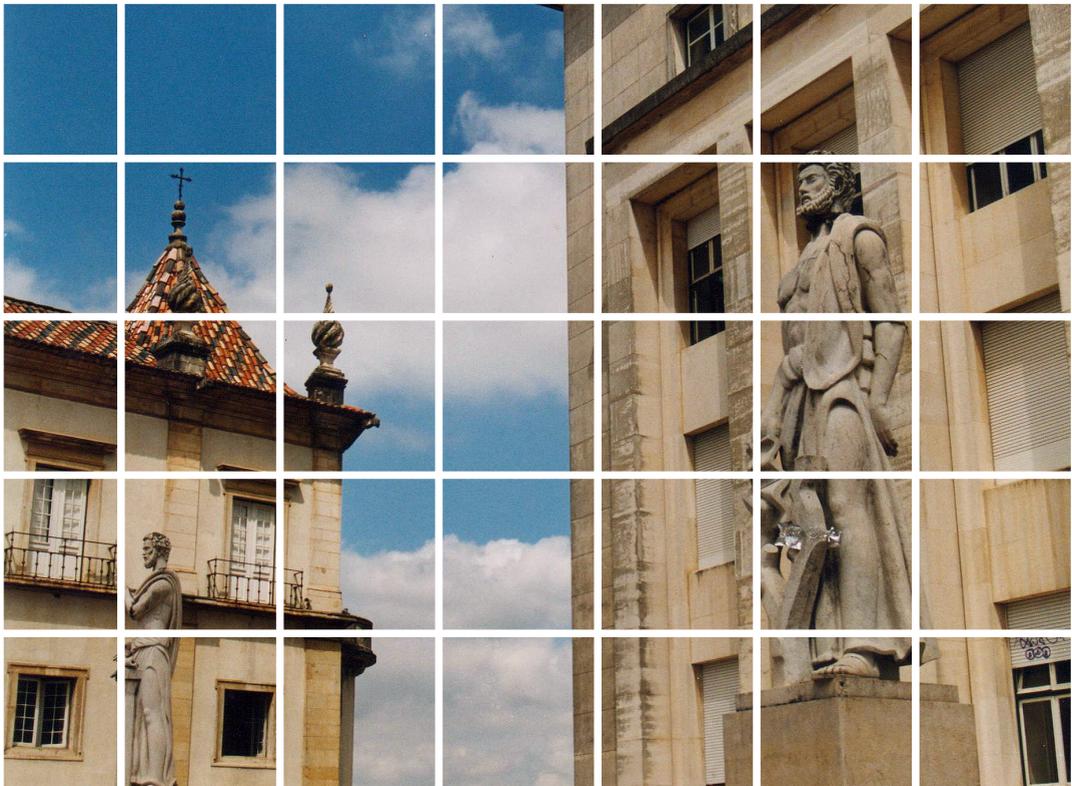


Nº 42 - 2020

Imprensa da Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

Página deixada propositadamente em branco

Cadernos de Geografia



Nº 42 - 2020

Imprensa da Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

Página deixada propositadamente em branco

Ficha Técnica

Cadernos de Geografia

Diretor
Lúcio Cunha

Assistente Editorial
Rute David

Coordenação

Diretor e Subdiretores do Departamento de Geografia e Turismo: Lúcio Cunha, Luca Dimuccio e Carlos Ferreira
Coordenadora do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território: Paula Santana

Conselho Científico

Membros do Departamento de Geografia e Turismo

Lúcio Cunha, Paula Santana, Luciano Lourenço, Norberto Pinto dos Santos, António Campar, Adélia Nunes, Nuno Ganho, Rui Gama, Helena Nogueira, José Gomes, Paulo Carvalho, António Rochette Cordeiro, João Luís Fernandes, Paulo Nossa, Fátima Velez de Castro, Rui Ferreira de Figueiredo, Albano Figueiredo, Claudete Oliveira Moreira, Luca Antonio Dimuccio, Isabel Paiva, Carlos Cardoso Ferreira, Cláudia Cadavez - Esc. Sup. de Hotelaria e Turismo do Estoril, Luís Silveira, Susana Pereira, Alexandra Pereira, Ricardo Almendra.

Jubilados/Aposentados

Fernanda Cravidão, Lucília Caetano, João Victor Silva Pereira, Maria de Lurdes Roxo Mateus.

Externos

Adriano Severo Figueiró - Univ. Federal de Santa Maria, Aguinaldo César Fratucci - Univ. Federal Fluminense, Alexandre Panosso Netto - Univ. de São Paulo, Ana Maria Ferreira - Univ. de Évora, Ana Duque - Univ. de Coimbra, Ana Monteiro - Univ. do Porto, André Botequilha-Leitão - Univ. do Algarve, Andrea Cristina Conceição Lemos - Univ. Federal do Rio Grande do Sul, Angel Carballada - Univ. de Santiago de Compostela, António Alberto Gomes - Univ. do Porto, António José Bento Gonçalves - Univ. do Minho, António Manuel Lopes - Univ. de Lisboa, Antonio Nivaldo Hespagnol - Univ. Estadual Paulista, Antonio Oliveira Jr. - Univ. Federal de Uberlândia, António Vieira - Univ. do Minho, Arlon Ferreira - Univ. Federal de São João del Rei, Assunção Araújo - Univ. do Porto, Augusto Pérez Alberti - Univ. de Santiago de Compostela, Cândida Cadavez - Esc. Sup. de Hotelaria e Turismo do Estoril, Carlos Gonçalves - Univ. de Lisboa, Carminda Cavaco - Univ. de Lisboa, Conceição Malveira Diógenes - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará, Cristiane Alcântara Santos - Univ. Federal de Sergipe, Daniel Moreno-Muñoz - Univ. de Múrcia, Diogo de Abreu - Univ. de Lisboa, Dirce Maria Suertegaray - Univ. Federal do Rio Grande do Sul, Eduardo Brito-Henriques - Univ. de Lisboa, Eliane Carine Portela - Univ. de Caxias do Sul, Elsa Pacheco - Univ. do Porto, Elsa Peralta - Univ. de Lisboa, Eugénia Deville - Escola Sup. de Educação de Coimbra, Felipe Pessoa de Melo Mestre Splinter - Centro Universitário AGES - UniAGES, Gil Gonçalves - Univ. de Coimbra, Gilian Evaristo França Silva - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Helena Albuquerque - Univ. Portucalense, Jaime Serra - Univ. de Évora, Isabel Borges - Univ. dos Açores, Jean-Noël Salomon - Univ. de Bordeaux III, Joana Lima - Univ. de Évora, João Azevedo - Instituto Politécnico de Bragança, João Figueira de Sousa - Univ. Nova de Lisboa, João Lima Sant'Anna Neto - Univ. Estadual Paulista - Presidente Prudente, João Mendes Rocha Neto - Univ. de Brasília, João Miguel Silveira - Univ. de Coimbra, João Sarmento - Univ. do Minho, Jodival Maurício - Univ. Federal do Amapá, Jorge Gaspar - Univ. de Lisboa, Johnny Daniel Reis - Univ. de Aveiro, Jorge Marques - Univ. Portucalense, Jorge Luís Pinto Filho - Univ. Federal Rural do Semi-Árido, Jorge Umbelino - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Francisco Costa - Univ. do Minho, José Alberto Rio Fernandes - Univ. do Porto, José António Tenedório - Univ. Nova de Lisboa, José Eduardo Ventura - Univ. Nova de Lisboa, José Manuel Simões - Univ. de Lisboa, Josep Panareda - Univ. de Barcelona, Josefina Salvado - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Juan Antonio Garcia Gonzalez - Univ. de Castilla-La Mancha, Lorenzo López Trigal - Univ. de León, Luís Moura Ramos - Univ. de Coimbra, Marcello Tomé - Univ. Federal Fluminense, Marcelo Fragoso - Univ. de Lisboa, Maria Felisbela Martins - Univ. do Porto, Margaret Trindade Amorim - Univ. Estadual Paulista - Presidente Prudente, Margarida Neto - Univ. de Coimbra, Maria Celeste Eusébio - Univ. de Aveiro, Maria da Graça Mougá Poças Santos - Instituto Politécnico de Leiria, Maria do Rosário Borges - Univ. de Évora, Maria Goretti Tavares - Univ. Federal do Pará, Maria Helena Esteves - Univ. de Lisboa, Maria Helena Mesquita Pina - Univ. do Porto, Maria João Aibéo Carneiro - Univ. de Aveiro, Maria João Alcoforado - Univ. de Lisboa, Maria José Roxo - Univ. Nova de Lisboa, Maria Luiza Cardinale Baptista - Univ. Federal do Amazonas, Maria Madalena Ferreira - CEGOT - Univ. de Coimbra, Maria Noémi Marujo - Univ. de Évora, Marina Monteiro Machado - Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Mário Vale - Univ. de Lisboa, Messias Modesto dos Passos - Univ. Estadual Paulista - Presidente Prudente, Miguel Sopas Melo Bandeira - Univ. do Minho, Mónica Brito - Sines Tecnopolo, Nicole Dévy-Vareta - Univ. do Porto, Norma Valencio - Univ. de São Carlos, Nuno Serra - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Paula Coelho Araújo - Univ. de Coimbra, Paula Maria Simões - Univ. de Évora, Paulo Peixoto - Univ. de Coimbra, Paula Maria Simões - Univ. de Évora, Pedro Casimiro - Univ. Nova de Lisboa, Ramón García Marin - Univ. de Múrcia, Rogério Haesbaert - Univ. Fluminense, Rosemeri Melo e Souza - Univ. Federal de Sergipe, Samuel Lima - Univ. de Uberlândia, Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto - Instituto Federal da Bahia, Sidnei Raimundo - Univ. de São Paulo, Sílvia Quinteiro - Univ. do Algarve, Teresa Salgueiro - Univ. de Lisboa, Virginia Teles - Univ. do Minho, Washington Santos Jr. - Univ. Estadual do Centro-Oeste.

Toda a correspondência
deve ser dirigida: Cadernos de Geografia
Departamento de Geografia e Turismo
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 COIMBRA - Portugal
Telefone: +351 239 857000 - Fax: +351 239 836733
E-mail: depgeotur@fl.uc.pt
www.uc.pt/fluc/depgeotur

Paginação: Tiago Serafino

Impressão: Imprensa da Universidade de Coimbra

Design gráfico: Marques Associados

Imagem da capa: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Luísa Ferreira, 2003

Cadernos de Geografia, nº 42 - 2020
ISSN: 0871-1623
ISSN Digital: 2183-4016
DOI: https://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_42
ERIPUS (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences)
REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico)
ESCI (Emerging Sources Citation Index)
Depósito Legal nº 2700/83
Tiragem: 100 exemplares

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores

ARTIGOS

Página deixada propositadamente em branco

Destinos Turísticos, Crises e Catástrofes: Os Incêndios de outubro de 2017

Tourist Destinations, Crisis and Catastrophes: The Fires of October 2017

Catarina Paiva

Universidade de Coimbra - Mestre em Turismo, Território e Património - Departamento de Geografia e Turismo
catarinapaiva_22@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-4734-114X>

Norberto Santos

Universidade de Coimbra - Departamento de Geografia e Turismo / CEGOT
norgeo@ci.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0003-1752-9990>

Artigo recebido a 18 de maio de 2020 e aprovado a 11 de novembro de 2020

Resumo

Os incêndios de outubro de 2017 comprometeram o normal funcionamento das atividades económicas e da vida quotidiana, na Região Centro de Portugal. O tecido socioeconómico e o turismo em espaço rural não escaparam às perturbações que os incêndios criaram. No presente estudo, que se debruçou sobre o território dos municípios de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua, três dos concelhos mais afetados pela catástrofe, pretendeu-se i) identificar as medidas e estratégias de valorização do território adotadas, ii) auscultar os empreendedores turísticos e agentes culturais locais, de modo a perceber se as ações tomadas foram as adequadas, iii) perceber as expectativas dos entrevistados quanto à recuperação do destino e ao futuro da atividade turística no território. Para tal, a metodologia consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas a três grupos de interesse (político, empresarial e cultural). Foi possível concluir que foram implementadas medidas específicas de apoio à recuperação das empresas turísticas afetadas, desenvolvidas estratégias de comunicação para a qualificação e valorização do território após a catástrofe. Foi, ainda, percebido que não houve uma abordagem concertada entre os vários *stakeholders*, criando dificuldades ao processo de resiliência turística.

Palavras-chave: turismo em espaço rural, comunicação, incêndios, resiliência, planeamento e marketing territorial.

Abstract

The October, 2017 wildfires compromised the normal functioning of all economic activities and everyday life in the Centre of Portugal. The socioeconomic tissue and the rural tourism did not escape the disruptions the wildfires brought up. In this present research, which elaborated on Arganil, Oliveira do Hospital and Tábua's territory, three of the most affected municipalities by the catastrophe, it was intended to i) identify the measures and strategies adopted in order to add value to the affected territory, ii) listen to the touristic entrepreneurs and local cultural agents in order to understand if the adopted measures were the most appropriate, iii) understand the interviewees expectations towards the destination rehabilitation and the future of tourism in this territory. For this purpose, the chosen methodology consisted in performing semi-structured interviews to three distinct groups (political, corporative and cultural). It was concluded that there were, indeed, implemented several support measures to help in the recovery of the affected touristic enterprises, as well as the development of communication strategies aiming the territory's touristic qualification and valorization after the catastrophe. However, no coordinated approach between the multiple stakeholders, addressing the interests of them all, was found, which brings up some distresses to the process of tourism resilience.

Keywords: tourism in rural areas, catastrophes, wildfires, resilience, tourism planning and place marketing.

1. Introdução

O objetivo primário deste estudo é perceber se foram efetivamente adotadas medidas e estraté-

gias de valorização do território, com a pretensão de mitigar os efeitos negativos dos incêndios na atividade turística. Face às medidas e estratégias adotadas, pretendeu-se ainda saber qual a perspe-

tiva dos empreendedores turísticos e dos agentes culturais locais, de modo a perceber se as ações tomadas foram ao encontro das suas necessidades. Estabeleceu-se também o objetivo de perceber a catástrofe e seus impactos pelo olhar dos representantes políticos locais e regionais e dos promotores turísticos e culturais, bem como conhecer as perspectivas e expectativas dos entrevistados quanto à recuperação do destino e ao futuro da atividade turística no território.

Os territórios rurais e de baixas densidades, embora hoje se apresentem heterogêneos, complexos e multifuncionais (Carvalho & Fernandes, 2001), revelam ainda múltiplas características que os tornam dependentes e marginalizados face ao mundo urbano (Ferrão, 2000). Deste modo, o turismo, enquanto importante agente dinamizador de mudança, manifesta-se, para estes territórios, como uma atividade altamente relevante e que pode contribuir para atenuar, ou mesmo inverter, o fenómeno de despovoamento que tem vindo a debilitar o mundo rural, económica, social e simbolicamente (Moreno, 2008).

Ainda que os territórios rurais e de baixas densidades tenham encontrado no turismo uma alternativa de rentabilização dos seus recursos, a ocorrência de catástrofes no destino turístico, como é o caso dos grandes incêndios, pode comprometer toda essa estratégia. O turismo, pela sua natureza sistémica (Moreira, 2013), apresenta a capacidade de se adaptar e reajustar às alterações do meio, mas, por outro lado, pela sua natureza discricionária, é extremamente vulnerável a pressões e perturbações internas e externas (Richardson, March, Lewis, & Radel, 2015). Deste modo, as catástrofes apresentam-se como eventos disruptivos para o sistema turístico, o que, por vezes, pode resultar num declínio irreversível, devido à alteração da imagem do destino. É numa lógica de resiliência do destino, que o planeamento turístico e o marketing territorial se impõem como instrumentos fundamentais para o sucesso do turismo e que, em situações de catástrofes, funcionam como um crédito positivo através de normas de comunicação (Wilks & Moore, 2004) que previnem o desenvolvimento de impactos mais significativos (Avraham & Ketter, 2008), através de um modelo holístico multi-step. No caso da ocorrência de catástrofes deve, pois, recorrer-se ao marketing territorial para impedir que se propague uma imagem negativa do destino turístico, evitando-se, como tal, uma crise turística.

Tendo em conta os impactos dos incêndios de outubro de 2017 no território em estudo, o principal objetivo da investigação passou pelo entendimento das ações tomadas pelos gestores do destino, com o propósito de reabilitar a atividade turística em Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua. Pretendeu-se perceber se houve, por parte dos executivos local e regional, a implementação de abordagens estratégicas de valorização dos ativos territoriais, com vista ao aumento da competitividade do território, minimizando assim os efeitos nefastos dos incêndios na atividade turística local. Ainda, quis-se saber qual a perspectiva dos empreendedores turísticos e dos agentes culturais locais face às medidas e às estratégias adotadas, para perceber se estas foram ao encontro das suas necessidades. Estabeleceu-se também o objetivo de perceber a catástrofe e os seus impactos pelo olhar dos representantes políticos locais e regionais e dos promotores turísticos e culturais, bem como conhecer as perspectivas e expectativas dos entrevistados quanto à recuperação do destino e ao futuro da atividade turística no território. Foram implementadas medidas de apoio ao turismo no território em estudo, nomeadamente medidas direcionadas para repor a atividade das empresas turísticas. De igual modo identificam-se medidas para atrair novo investimento, que conseguiram com a divulgação e promoção adequadas minorar os impactos da catástrofe nos *stakeholders* turísticos.

O presente estudo está estruturado em quatro partes - a revisão teórica, o enquadramento do território e dos eventos dos incêndios de outubro de 2017, a metodologia e, finalmente, a discussão de resultados e a conclusão.

2. Revisão Teórica

2.1. Os espaços rurais e o turismo

O território que aqui se estuda é um território predominantemente rural e com baixas densidades, pelo que importa perceber a dinâmica entre este tipo de espaço e o turismo. Enquanto, até meados do século passado, o mundo rural era concebido como mero local de produção agrícola, opondo-se ao espaço urbano de consumo, hoje a realidade está muito longe dessa conceção (Ferrão, 2000). “Os espaços rurais são, assim, cada vez menos os espaços de

estabilidade - se é que alguma vez o foram” (Gaspar, 2004, p. 181), sendo evidente que “o rural é diverso, é multifuncional, é produtivo, é inovador, é competitivo e apresenta uma capacidade atrativa que potencia, numa relação de complementaridade, a do espaço urbano que o integra na sua área de influência” (Santos & Cunha, 2008, p. 210).

Ainda assim, o mundo rural conseguiu, ao longo dos anos, manter muito da sua identidade ancestral, pelo que passou a ser concebido, essencialmente para os cidadãos, como um local de refúgio e um excelente espaço de harmonização da natureza, do património cultural e de lazer periurbano (Lazzarotti, 1995). Ainda, face às mais recentes alterações dos perfis de turistas e dos consumos turísticos, tem-se registado uma maior diversificação da atividade turística, afastando-se esta cada vez mais de produtos massificados típicos (Poon, 1993), como o turismo de Sol e Mar, e ampliado o leque de destinos turísticos, abrindo portas aos espaços rurais para rentabilizarem os seus recursos por intermédio do turismo. Assim, a conjugação destes dois fatores permitiu que o turismo se estabelecesse como uma nova forma de rentabilização dos espaços rurais (Ferrão, 2000; Kastenholtz, 2013), estruturando-se toda uma oferta alicerçada em produtos turísticos fruto dos recursos naturais e culturais do mundo rural.

O turismo em espaço rural (TER) tem-se, assim, vindo a afirmar paulatinamente e apresenta a dupla função de, por um lado, satisfazer as necessidades físicas ou psicológicas do turista (Robinson & Novelli, 2005) e, por outro lado, para os territórios, apresenta-se como um agente dinamizador de mudança que, em não raras situações, é capaz de reverter o fenómeno do despovoamento, contribuindo para uma maior coesão regional.

2.2. As situações de catástrofe em destinos turísticos e a imagem dos destinos turísticos

A probabilidade de ocorrência de desastres naturais e das decorrentes transformações sociais e económicas é hoje maior que nunca (Amir, Ghapar, Jamal, & Ahmad, 2014; Luthe & Wyss, 2014). Assim, ainda que a aposta no TER, ao nível local e regional, possa gerar uma nova dinâmica social e económica para as populações rurais, as catástrofes apresentam-se como eventos que podem comprometer toda

essa estratégia. Devido à natureza discricionária da atividade de consumo turístico, hoje crescentemente *prosumer* (Niezgoda, 2013; Ritzer, Dean, & Jurgenson, 2012; Santos, 2001) e holístico (Candela & Figini, 2012; Rocha, Seabra, Silva, & Abrantes, 2016), o turismo é particularmente vulnerável a crises, dado que o turista, quando se apercebe de um elemento disruptivo num determinado destino, pode simplesmente optar por escolher outro (Richardson et al., 2015). Para além disto, a natureza fragmentada da atividade, que se deve à existência de múltiplos elementos que, muitas vezes, competem entre si dentro do próprio sistema turístico, torna difícil a preparação e rapidez de resposta (Beirman, 2015). Desta forma, qualquer destino turístico é vulnerável a desastres que não podem ser evitados, mas podem sim ser moderados através de práticas de planeamento e gestão do território (Faulkner, 2001). Como Scarpino e Gretzel (2012, cit. em Scarpino & Gretzel, 2015), referiram, não importa perguntar se os destinos serão afetados por crises, mas sim se estarão preparados caso estas aconteçam.

Os destinos turísticos podem sofrer muito com a ocorrência de catástrofes, uma vez que estas podem alterar as perceções dos indivíduos quanto à imagem que têm do destino. Segundo Gartner (1993), a imagem do destino é composta por três componentes: (i) a componente cognitiva, que diz respeito à avaliação dos atributos conhecidos do destino; (ii) a componente afetiva, que se relaciona com a forma como o indivíduo valoriza esses atributos; (iii) e a componente conativa, respeitante ao próprio comportamento do indivíduo. Ou seja, em situação de catástrofe, geralmente, acontece que ao nível cognitivo se recebem informações negativas quanto ao destino, depois ao nível afetivo, essas informações são associadas a sentimentos igualmente negativos e, por fim, ao nível conativo, o comportamento do turista consoma-se em atos como o cancelamento de reservas ou a diminuição do tempo de estada (Walters, Mair, & Ritchie, 2015). Embora o turista se encontre preparado para aceitar uma determinada quantidade de risco (Glaesser, 2006), o valor dessa aceitação, sempre resultado da conjugação com as características pessoais do indivíduo, é determinado por três fatores: (i) credibilidade da organização; (ii) a velocidade das ações da organização; e (iii) a repetição dos eventos. É neste sentido que o planeamento e a gestão do desastre influenciam a imagem do destino (como seguro ou inseguro), porque se

houver respostas rápidas e adequadas, o turista não tem uma percepção do risco tão elevada como acontece quando as ações são demoradas e ineficazes, sendo que, nessa última situação, o destino mais facilmente é percebido como inseguro, como referem Cró e Martins (2017). De qualquer modo, monitorizar o ambiente em mudança, os negócios de turismo e as Organizações de Gestão de Destinos permite antecipar ameaças e capitalizar oportunidades disponíveis no mercado (Cammilleri, 2019).

Tendo em conta as definições de catástrofe e de crise, segundo Faulkner (2001), onde a catástrofe é classificada como inevitável e a crise, por outro lado, é classificada como autoinduzida, considera-se aqui que as catástrofes, sendo um evento negativo e disruptivo, podem, naturalmente, desenvolver uma crise, mas podem também, por outro lado, desenvolver uma oportunidade. Quer isto dizer que se acredita que a crise só se desenvolve, mesmo perante a ocorrência de catástrofes, antrópicas ou naturais, se a gestão o permitir. Assim, a crise pode verificar a sua origem na ocorrência de uma catástrofe, caso haja uma fraca e desadequada gestão por parte da governança territorial, crescentemente vista segundo um modelo de quadruple hélix (Carayannis & Campbell, 2009; McAdam, Miller, McAdam, & Teague, 2012; Fitjar & Huber, 2015; Miller, McAdam, Moffett, Alexander, & Puthusserry, 2016), com a colaboração estreita entre os setores público e privado, a academia e a comunidade local/regional. A situação de catástrofe obriga, como tal, à tomada de decisões e contramedidas imediatas, de forma a influenciar o desenvolvimento da organização positivamente e a limitar, tanto quanto possível, as suas consequências negativas, evitando uma crise. Todavia, como referem Rosselló, Becken, e Santana-Gallego (2020), devido a alguns fatores motivadores, um aumento na visitação após um desastre é plausível.

2.3. Resiliência no turismo

Para Lew (2014), o pensamento resiliente oferece uma melhor perspetiva dos sistemas que lidam com adversidades, defendendo que as organizações têm a capacidade de se adaptar, responder e evoluir, como resultado, tanto de circunstâncias extraordinárias, como de mudanças incrementais. Ou seja, o sistema turístico é um alvo constante de pressões exteriores e interiores, encontrando-se vulnerável à ocorrência de catástrofes e crises e os

limites do sistema só permitem que ele suporte uma certa quantidade de pressões e perturbações, o que, muitas vezes, obriga à sua adaptação e transformação para não entrar em colapso e não desenvolver uma crise. Butler (2017) sugere que existem diferentes tipos de resiliência, sendo uma delas a resiliência ao desastre, cuja definição depende exatamente dessa capacidade de adaptação, descrevendo-se como:

[...] a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a perturbações perigosas, em resistir, assimilar, adaptar-se e recuperar dos efeitos dessas perturbações, de uma forma oportuna e eficiente, através da preservação e restauração das suas estruturas e funções essenciais básicas (Butler, 2017, p. 11).

Cochrane (2017) sugere que o conceito de resiliência expressa a complexidade relacionada com os sistemas socioeconómicos, que não evoluem numa progressão linear, mas segundo um ciclo, o que implica que, após um evento perturbador, o sistema não retome ao seu estado inicial, mas que evolua para um estado diferente, contrariando a ideia de autores como Dahles e Susilowati (2015) de que o sistema pode voltar ao seu estado anterior normal, após um desastre. Scott, Laws e Prideaux (2008) vão ao encontro de Cochrane (2017) quando referem que a recuperação de crises ou desastres no turismo pode significar uma alteração dos modos de operação que existiam antes dos eventos. Cochrane (2017) segue ainda dizendo que as características e a velocidade da recuperação dependem da capacidade de adaptação do sistema, o que, por sua vez, depende dos capitais e recursos acumulados nas fases anteriores ao evento. Buultjens, Ratnayake e Gnanapala, (2017, p. 91) defendem igualmente que a resiliência requer um “bom planeamento e preparação, uma distribuição equitativa dos rendimentos e uma economia estável”. Tal, como acreditam Santos, Moreira, Ferreira e Silveira, (2018, p. 109) “não tem encontrado eco profundo em Portugal, se bem que as tragédias dos incêndios de 2017 tenham despertado para uma outra consciência colaborativa e uma diferente postura de governança”. Efetivamente, como já se referiu, uma tragédia pode constituir-se como um ponto de viragem para o sistema turístico, em que o desfecho pode ser positivo, abrindo portas para que se repensem as políticas públicas e as formas de gestão, tornando-as mais inclusivas e colaborativas. Aliás, o turismo, neste contexto, pode até

apresentar um papel importante e revitalizador nas comunidades a seguir a momentos de desastre ou conflitos (Butler, 2017).

No contexto das catástrofes no destino turístico, Calgaro e Cochrane (2009, cit. em Bultjens, Ratnayake, & Gnanapala 2015), referem que a resiliência depende (a) das características do desastre, (b) do nível de exposição e da sensibilidade da organização, (c) da resposta ao desastre (d) e da adaptação que resulta da resposta. Aqui, sugere-se ainda que a análise da resiliência começa sempre com a avaliação da natureza do desastre e dos seus impactos, que podem variar entre regiões e entre as próprias atividades produtivas, sendo que o turismo é uma atividade especialmente vulnerável. Se a resiliência depende da resposta ao desastre, sendo todos os ativos e processos de gestão e planeamento anteriores ignitores da resposta, deve ser esse o primeiro passo para a garantir.

2.4. O planeamento estratégico e o marketing territorial na gestão da catástrofe

Butler (2017) refere, em relação ao planeamento, que importa percebê-lo da base para o topo com uma abordagem descentralizada, integradora e participativa, envolvendo a comunidade e todos os *stakeholders*, a que se deve associar uma perspetiva de quadruple hélix (Fitjar & Huber, 2015; Miller et al., 2016). Avraham e Ketter (2008) apontam ações diversas a desenvolver como (i) atos de prevenção, (ii) atos de preparação, (iii) formação antecipada da equipa de gestão do desastre, (iv) seleção e treino de porta-vozes, (v) criação de portfólios do risco e do desastre, (vi) uso de técnicas gerais de gestão da

imagem do destino e (vii) cooperação com a comunidade local.

O objetivo da comunicação é influenciar as tomadas de decisão do turista, ao influenciar as suas percepções. Neste sentido, os destinos devem sempre identificar um público-alvo a quem vão comunicar os seus atributos-chave, isto é, as suas vantagens competitivas, criando, deste modo, a sua identidade no mercado. Ora, no caso de ocorrência de catástrofes, a aplicação regular destas técnicas, tal como o planeamento, serve de crédito positivo para o destino. No entanto, é sempre necessário desenvolver estratégias e técnicas de marketing relacionadas diretamente com a catástrofe. Neste sentido, Wilks e Moore (2004) definiram normas de comunicação a serem cumpridas antes, durante e depois do desastre (Quadro 1).

Após esta fase de comunicação do desastre, que acontece praticamente em cima do acontecimento, deve instaurar-se um processo de marketing territorial com o objetivo de inverter a imagem negativa do destino criada após o desastre. Avraham e Ketter (2008) sugerem um modelo holístico e multi-step, representado na Figura 1. Tendo em conta os objetivos pretendidos, devem escolher-se as estratégias ou grupo de estratégias mais adequadas e, posteriormente, definirem-se as técnicas e canais para apresentar a campanha. Por fim, deve ser feita uma reavaliação do processo.

A imagem de um destino é um fator extremamente influente nos processos de decisão do turista, no que diz respeito ao ato de viajar (Crompton, 1979). A segurança, a par de outras determinantes, assume grande peso quando um indivíduo toma a decisão de viajar. Neste sentido, o facto de, por duas vezes em 2017, se registarem tantas fatalidades na sequência

Quadro 1

Estratégias de comunicação antes, durante e depois do desastre

Estratégia de Comunicação Antes do Desastre	Estratégia de Comunicação Durante o Desastre	Estratégia de Comunicação Depois do Desastre
<ul style="list-style-type: none"> - Preparar um plano de gestão do desastre; <ul style="list-style-type: none"> - Designar porta-vozes; - Estabelecer um departamento de imprensa e comunicação; - Comunicar regularmente com os média; - Ter atenção aos média locais; - Treinar porta-vozes para questões de segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ser honesto e transparente; - Não impor um bloqueio de notícias; - Estabelecer um centro de receção dos média; <ul style="list-style-type: none"> - Agir rapidamente; - Lembrar as vitimas; - Evitar especulação e garantias categóricas; <ul style="list-style-type: none"> - Colocar o desastre em contexto; - Desafiar falsas declarações; - Usar o destaque dos média para focar aspetos positivos; - Colocar informação sobre o desastre no <i>website</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ser proativo nas comunicações; - Procurar notícias positivas; <ul style="list-style-type: none"> - Promover <i>fam trips</i>; - Lembrar dos aniversários; - Antecipar ações legais; - Criar meios próprios de comunicação, através de plataformas digitais.

Fonte: Traduzido e adaptado de Wilks e Moore, 2004.

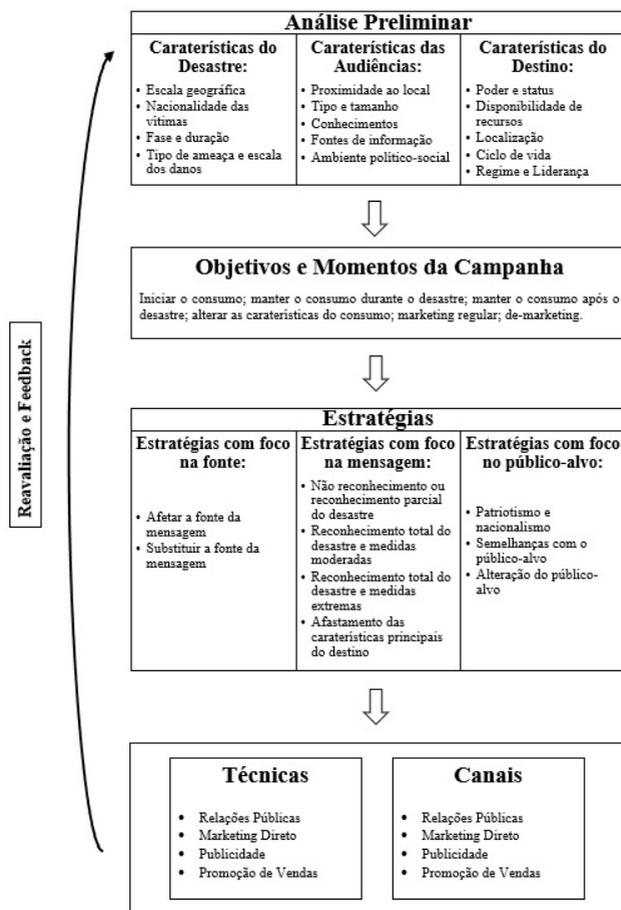


Figura 1
Modelo multi-step para alterar a imagem do destino.
Fonte: Adaptado de Avraham e Ketter, 2008.

de incêndios rurais na Região Centro de Portugal, propiciou a que os indivíduos tivessem uma perceção desse território como inseguro. Ao serem constantemente veiculadas informações negativas sobre o território, com componentes visuais muito fortes, a componente cognitiva e afetiva dos indivíduos quanto ao destino altera-se, resultando finalmente na alteração da componente conativa, que se reflete em termos das ações dos indivíduos, tais como cancelamento de viagens ou redução do tempo de estada. É neste sentido, tendo em conta os possíveis danos que uma imagem negativa do destino pode causar, seja uma imagem associada a insegurança ou uma imagem associada a um destino destruído e menos atrativo, que surge a necessidade de se adotarem medidas e estratégias de valorização do território, para que o mesmo não entre numa crise de procura turística.

3. Metodologia

3.1. Caracterização da área de estudo

Os concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua situam-se no limite nordeste da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) (Figura 2), onde parte significativa do meio natural e do espaço de ocupação antrópica ardeu, tendo comprometido atividades económicas que se alicerçavam nos recursos naturais da região, como é o caso da atividade turística.

O território em estudo apresenta um relevo que integra os planaltos caraterísticos da Beira Alta e zonas montanhosas, com morfologia muito acidentada, como acontece na Serra do Açor, pertencente

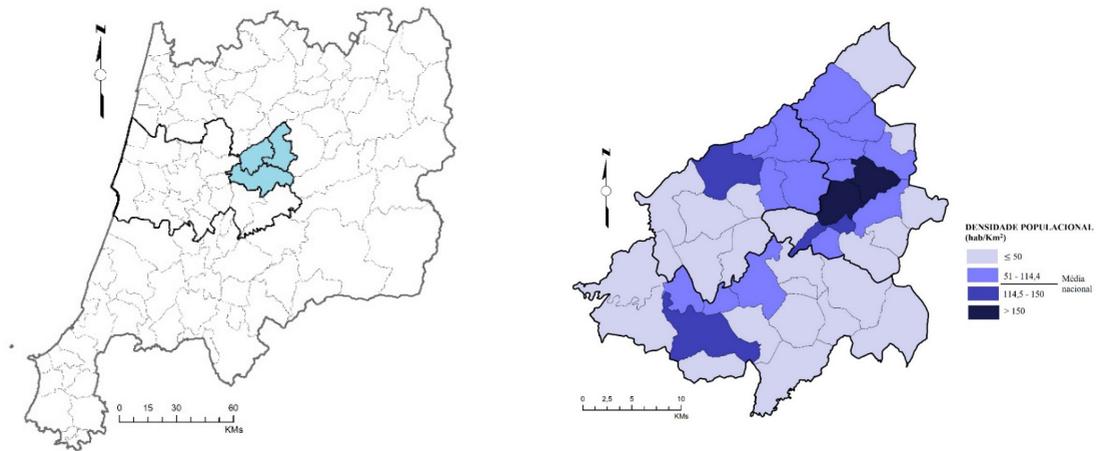


Figura 2

Enquadramento administrativo dos concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua.

Fonte: CAOP. Densidade populacional por freguesia, em 2011. INE, 1963; INE, 1984; INE, 2002; INE, 2012. Elaboração Própria.

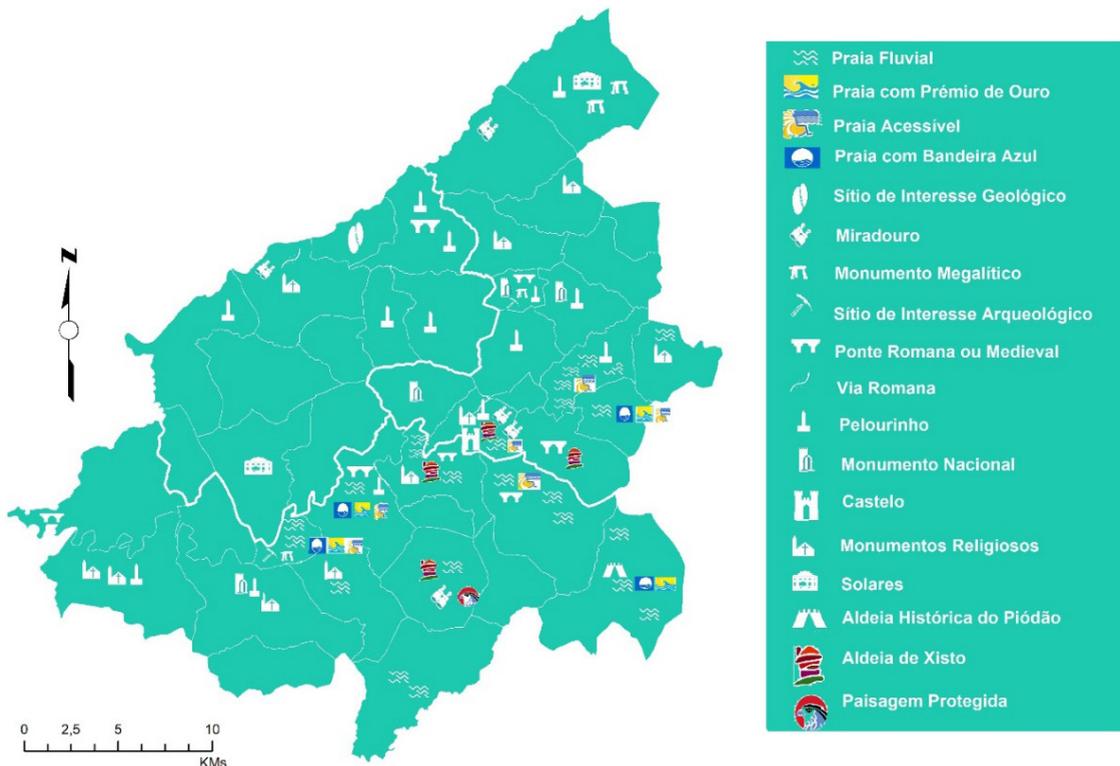


Figura 3

Sugestão dos principais pontos de interesse turístico no território de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua.

Fonte: CAOP. Elaboração Própria.

à Cordilheira Central. É de salientar também a proximidade a outras serras, que rodeiam o território, com a Serra da Estrela, a este, a Serra do Caramulo e a Serra do Buçaco, a oeste, e a Serra da Lousã, a sul. Pelo facto de o território englobar diferentes unidades biofísicas, o relevo e o gradien-

te de altitudes variam consideravelmente entre os três concelhos. Quanto à hidrografia, existe uma rede densa no território, criando-se sucessivas variações de altitudes quando os rios cortam os vales, pelo que se assiste a um contraste paisagístico entre vales escarpados, extensos planaltos e montanha (Lourenço,

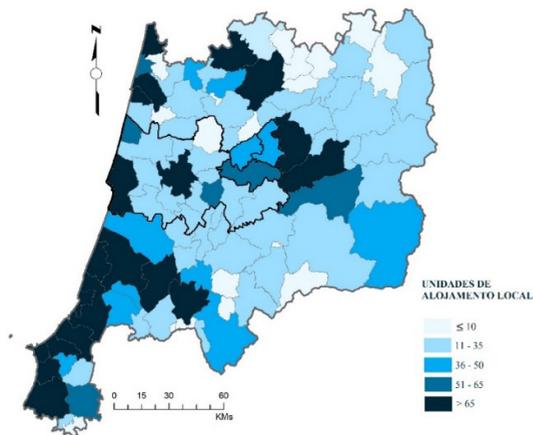


Figura 4
Unidades de AL por município, na Região Centro, em 2019.
Fonte: RNT. Elaboração Própria.

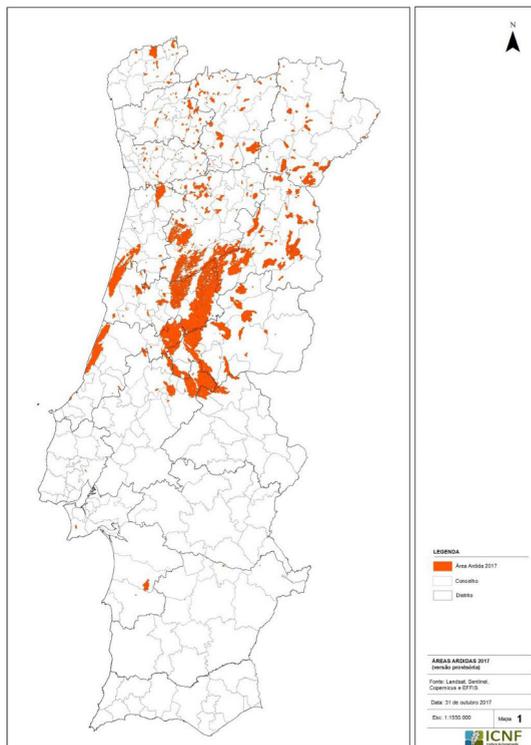


Figura 5
Área ardida em Portugal continental, em 2017.
Fonte: ICNF, 2017.

2007). Destaca-se a forte presença do Rio Mondego nos concelhos de Oliveira do Hospital e Tábua e do Rio Alva nos três concelhos. Há também uma intensa ocupação florestal no território, havendo várias áreas pertencentes a perímetros florestais e também à Rede Natura 2000 e à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Como seria de esperar num território maioritariamente rural e de interior, a densidade populacional é baixa. Nos concelhos de Arganil e Tábua, apenas as freguesias sede de concelho apresentam uma média superior à média nacional de 114.5 hab/km² (Figura 2). O concelho de Oliveira do Hospital destaca-se por ter duas freguesias acima dos 150 hab/km² e ainda outras duas com média acima da média nacional. Isto pode dever-se ao facto de Oliveira do Hospital ser um concelho com uma forte cultura industrial, fixando mais população devido à maior oferta de emprego.

Em termos de caracterização turística estes concelhos manifestam-se como um núcleo aglomerador de oferta turística em territórios de baixa densidade, daí o interesse do estudo dos incêndios e do seu impacto nas atividades económicas, sendo que aqui serão especialmente valorizados os recursos e os ativos turísticos. Esta é uma área rica em recursos naturais e culturais, os quais já foram aproveitados para estruturar vários produtos turísticos como museus, percursos pedestres, rotas temáticas, praias fluviais, redes de aldeias temáticas, entre outros. Na Figura 3, identificam-se alguns dos principais pontos turísticos do território e verifica-se que a maior concentração destes pontos acontece ao longo do percurso do rio Alva.

Este território tem no cerne da sua oferta a natureza, a beleza paisagística e a cultura local. Na verdade, todas as especificidades do território, permitem organizar uma oferta turística que pretende responder às necessidades do turista, proporcionando experiências únicas e diferenciadoras, seja no âmbito do turismo de contemplação, turismo de aventura, seja participando nas atividades agrícolas e pastorícias tradicionais, ou simplesmente provando um prato ou doçaria regionais dando expressão à experiência, à participação e à criatividade.

Em termos de Alojamento Local (AL), estes três concelhos, a par da Lousã, destacam-se dos restantes concelhos da Região de Coimbra, e mesmo da Região Centro, se se excetuarem os concelhos litorais e as maiores cidades (Figura 4). O mesmo acontece relativamente ao TER e Turismo de Habitação, onde na Região de Coimbra, é o concelho de Oliveira do Hospital que assume a maior relevância, com 229 camas, seguindo-se Arganil com 113 (Moreira, Santos, & Serafino, 2017).

A catástrofe de Outubro de 2017 registou 48 mortes, 219 mil hectares ardidos (Figura 5), 1.707

habitações danificadas (CCDRC, 2018) e 521 empresas afetadas, com prejuízos na ordem dos 275 milhões de euros (CTI, 2018). Os concelhos em estudo foram dos mais afetados, onde se registaram 440 habitações danificadas (CCDRC, 2018), 117 empresas afetadas, com prejuízos na ordem de quase 62 milhões de euros (CTI, 2018). No âmbito do turismo, no caso do território em estudo, foram afetados 24 empreendimentos, de um total de 62 em toda a Região Centro.

3.2. Metodologia

Neste estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a 15 *stakeholders* turísticos, divididos em três grandes grupos (político, empresarial e cultural), sendo que esta se dividiu em quatro partes diferentes, pretendendo cada uma delas responder a perguntas e realidades diferentes (ver Anexo 1).

A entrevista a especialistas, neste caso específico, aos indivíduos do grupo político, permite aceder a informação precisa e de confiança, além de que se trata de um método relativamente rápido, barato e eficiente, em termos de recolha e de análise de informação. Por outro lado, a entrevista aos promotores turísticos e culturais vem corroborar a informação fornecida pelo poder político quanto às ações que os mesmos adotaram e à sua eficácia, no sentido em que são os grupos empresarial e cultural que reconhecem na sua atividade os efeitos das ações promovidas pelo grupo executivo. Com a realização de entrevistas pretendeu-se, assim, por um lado, perceber a abordagem executiva implementada pelo poder local e regional após o desastre, e, por outro lado, conhecer a perceção dessa mesma abordagem por parte dos operadores turísticos e culturais. Pretendeu-se, ainda, responder a outros aspetos, pelo que as entrevistas se dividiram em quatro partes, estruturando-se da seguinte forma:

- a. *A Catástrofe e os seus Impactos*: nesta primeira parte relativa ao incêndio, pretendeu-se perceber a perspetiva dos entrevistados quanto ao acontecimento e aos seus impactos, e conhecer, assim, a catástrofe pelo olhar de quem a viveu.
- b. *A Resposta à Catástrofe*: na segunda parte, relacionada com o momento de resposta, procurou-se conhecer as medidas e as estratégias adotadas pelo poder executivo na esfera turística após os incêndios, bem como a

perceção dos atores empresariais e culturais quanto às ações adotadas.

- c. *A Recuperação do Destino*: nesta parte quis-se entender o nível de resiliência e de recuperação do destino. Assim, se na parte anterior se propôs perceber o trabalho de recuperação que foi feito no âmbito dos serviços turísticos após os incêndios, nesta parte pretendeu-se esclarecer se tais esforços tiveram efeitos notórios, sugerindo a recuperação, ou não, do destino turístico;
- d. *O Futuro do Destino*: na última parte da entrevista, deu-se atenção ao futuro do destino, pretendendo-se perceber quais as perspetivas e expectativas dos entrevistados quanto ao futuro da atividade turística no território. Assim, em primeiro lugar, pretendeu-se conhecer a perspetiva dos agentes entrevistados quanto ao potencial turístico do território, para, posteriormente, estes se debaterem quanto às fragilidades e necessidades do mesmo, colmatando-se a entrevista com o pedido de algumas sugestões para que o destino se posicione no mercado de forma mais competitiva.

Ambicionava-se, inicialmente, uma amostra populacional com cerca de 30 indivíduos, mas, face à indisponibilidade demonstrada por cerca de metade das pessoas contactadas, a amostra restringiu-se a 15 indivíduos¹.

¹ Grupo político: P1 - Câmara Municipal de Oliveira do Hospital - José Rolo (Vice-Presidente); P2 - Câmara Municipal de Tábua - António Oliveira (Vereador da Cultura); P3 - Turismo do Centro - Gonçalo Gomes (Chefe do Núcleo de Apoio aos Empresários, Empreendedorismo e Investimento Turístico); P4 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) - Joaquim Felício (Coordenador da Equipa de Projeto de Abordagens Territoriais); P5 - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) - Jorge Brito (Secretário Executivo Intermunicipal). Agentes culturais: C1 - Grupo Folclórico da Região de Arganil - Graça Moniz; C2 - Centro Interpretativo das Ruínas de Bobadela - Miguel Silva; C3 - Biblioteca Municipal João Brandão de Tábua - Ana Paula Neves. Empresas, maioritariamente unidades de alojamento: E1 - Casas da Coutada (Arganil) - Manuela Sinde; E2 - Casa Traca Valbona (Arganil) - Josephina van der Zwan; E3 - Museu do Azeite (Oliveira do Hospital) - António Dias; E4 - Aqua Village Health Resort & Spa (Oliveira do Hospital) - Francisco Cruz; E5 - Flag Hotel Convento do Desagravo (Oliveira do Hospital) - Luís Campos; E6 - Hotel Solar do Rebole (Oliveira do Hospital) - António Martins; E7 - Quinta do Retiro (Tábua) - Jurrie Kramer.

Quadro 2

Impactos no Turismo Local segundo os Grupos Empresarial, Cultural e Político

Grupo Empresarial	Grupo Cultural	Grupo Político
<ul style="list-style-type: none"> - Destruição de bens materiais; - Encerramento temporário das unidades, resultando na perda de rendimentos; - Acessos obstruídos e sinalética destruída, impedindo a chegada imperturbada dos hóspedes; - Privação das telecomunicações durante um longo período de tempo, impossibilitando a marcação de reservas; - Aumento das despesas, devido a trabalhos de limpeza e reorganização das unidades, ao gasto excessivo de água e ao provimento de dormida e mantimentos aos hóspedes, sem remuneração. 	<ul style="list-style-type: none"> - Destruição da natureza e da paisagem; - Destruição do património cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impactos na Imagem do Destino; - Danos das empresas.

4. Discussão de Resultados

4.1. A catástrofe e os seus impactos

Como referem Beighley e Hyde (2018) a ocorrência de incêndios de propagação rápida necessita de um sistema infalível que alerte os potenciais atingidos. No caso em estudo estamos precisamente perante uma situação deste tipo e, por isso, quis-se perceber como o evento dos incêndios foi visto pelos agentes políticos, empresariais e culturais, de modo a entender se houve realmente impactos no território e se havia uma necessidade efetiva de se intervir e tomar medidas, nomeadamente, no que diz respeito às atividades turísticas, já que a experiência anterior não aponta para a infalibilidade do sistema. Isto é tão mais importante porque, no caso das autoridades municipais, a “proximidade com as populações e as competências e atribuições alocadas às administrações locais constituem um elemento fundamental que contribui para a minimização dos impactos de catástrofes, designadamente dos incêndios rurais” (Comissão Técnica Independente², 2018, p. 11). De uma forma generalizada, o acontecimento dos incêndios de outubro de 2017 foi descrito pelos interlocutores como um fenómeno radical, violento, devastador e traumático, tendo sido muito usadas as expressões “cenário dantesco”, “cenário de guerra”, “dias críticos” e “dias caóticos” para descrever os momentos vividos nos dias dos incêndios e nos dias seguintes, em que a população se viu sem eletricidade, sem água, sem telecomunicações, sem alimentos e outros bens essenciais, e com os acessos ainda condicionados por carros e árvores queimadas. Assim, a perda de vidas humanas e o abalo que se

fez sentir no tecido socioeconómico da região foram os danos mais citados. Porém, quanto aos impactos no turismo, segundo o Quadro 2, o grupo empresarial focou mais aspetos relacionados com perdas materiais e prejuízos pessoais, enquanto o grupo cultural focou a destruição do património natural e cultural local e o grupo político salientou os impactos dos incêndios na imagem do destino.

Os municípios em causa caracterizam-se por um território cuja estratégia de comunicação turística assenta na natureza, promovendo práticas como o turismo de natureza e o turismo de contemplação. Como o grupo político salientou, o território integra vários Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), nomeadamente os PROVERE iNature, Aldeias do Xisto, Aldeias Históricas e Estâncias Termais. Além de os incêndios terem comprometido toda a atividade de animação estabelecida pelos PROVERE para o ano de 2017, a destruição da natureza e da paisagem, pôs em causa toda a estratégia de comunicação e promoção do território, cujos produtos turísticos se alicerçavam na natureza e na qualidade da paisagem. Praticamente todos os entrevistados referiram que os produtos como o *cycling & walking*, as praias fluviais e as atividades e os desportos tipicamente praticados na natureza perderam atratividade devido ao cenário criado pela passagem dos incêndios. Deste modo, se o produto que se promove e pretende vender não é atrativo, o destino perde competitividade, necessitando, como tal, de uma nova abordagem e intervenção estratégica para reverter a situação crítica.

A perda de competitividade do destino, a par dos aspetos referidos, foi também motivada pela carga e notoriedade negativas associadas ao território, nomeadamente por questões de segurança. P3, representando a Entidade Regional de Turismo - Turismo Centro de Portugal (TCP), refere que houve,

² O trabalho efetuado por esta Comissão é claramente de referência, todavia, o turismo não foi uma temática em análise.

efetivamente, um impacto negativo na imagem do destino, no sentido em que, tanto este organismo, como a Entidade Regional de Promoção Turística (RPT), foram imediatamente contactados por mercados e operadores turísticos que tinham operações marcadas na Região Centro, receando que o território não fosse seguro. Nesse sentido, teve que haver um trabalho específico de comunicação para cada mercado, de forma a explicar o que tinha realmente acontecido, mas garantindo que o destino ainda se apresentava funcional. P1, por outro lado, salienta que o país investe na projeção de uma imagem assente em indicadores de segurança, monitorizados por organismos internacionais, tendo os incêndios de 2017 comprometido tal estratégia de comunicação. E7 observa ainda que, durante um grande período de tempo, havia no *website* oficial da Bélgica um aviso para evitar o Centro de Portugal como destino turístico, devido ao risco de incêndio. Mesmo depois da ocorrência de chuvas e de o risco de incêndio ter diminuído, o aviso manteve-se, certamente contribuindo para uma imagem que projeta um território inseguro.

Quanto aos impactos efetivamente sentidos na captação turística, estes manifestaram-se em diferentes momentos, tendo claramente havido um período de cancelamento e de quebra nas reservas, mas que, segundo a maioria dos entrevistados, rapidamente se contornou. Segundo P3, a Região Centro assistiu a uma subida de 20% nas dormidas, em 2017, tendo este revelado ser o melhor ano de sempre, em termos de captação de turistas no Centro. Esta subida, como sugere P3, pode estar intimamente relacionada com a visita do Papa a Portugal no mesmo ano, havendo a possibilidade de esse fator anular de alguma forma os efeitos negativos dos incêndios. Quanto ao ano de 2018, regista-se uma descida de 3% em comparação

com o ano anterior, mas que pode ainda transformar-se numa subida quando agregados os números relativos ao AL e ao TER.

Deste modo, abstraindo-se do que realmente aconteceu, sem desconsiderar todos os empreendimentos que sofreram danos, os números não revelam efeitos negativos no turismo da região, pelo que não se consegue medir a dimensão concreta dos impactos. P5 sugere ainda que o facto de não se terem sentido grandes impactos na captação turística regional se justifica pela implementação de um conjunto de iniciativas e ações, envolvendo muito dinheiro público, e que se puseram em prática exatamente com o objetivo de mitigar os possíveis efeitos negativos dos incêndios.

4.2. A resposta à catástrofe

Na segunda parte da entrevista atentou-se à fase de resposta à catástrofe, resumida no Quadro 3. Perante a dimensão dos impactos da catástrofe referidos acima, o poder executivo viu-se na obrigação de defender, por um lado, as necessidades das empresas turísticas afetadas e, por outro lado, na obrigação de defender e salvaguardar a imagem do território, enquanto destino turístico. Percebeu-se que, imediatamente, foi criado um gabinete de crise, constituído pelo Turismo Centro de Portugal, pela Entidade Regional de Promoção Turística, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) e pela Secretaria de Estado do Turismo. Foram, também, criados o programa REPOR, da Linha Turística de Apoio à Tesouraria, o Programa Valorizar e algumas medidas promovidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e pela Segurança Social e pelo Fisco.

Quadro 3

Esquema da resposta do poder público aos impactos dos incêndios no âmbito do turismo

Gabinete de Crise = TCP + RPT + CCDR + Secretaria de Estado do Turismo			
Defender necessidades de empresas turísticas		Defender e salvaguardar a imagem do destino	
Medidas e instrumentos de apoio às empresas		Iniciativas de promoção do território	Comunicação estratégica
1.ª Fase Repor atividade produtiva	2.ª Fase Criar dinamização económica		
- Repor - Linha Turística de Apoio à Tesouraria - Apoios do IEFP, Segurança Social e Fisco - Valorizar	- S2E (Eixo 4 de Centro 2020) - Linha de Apoio à Qualificação da Oferta		

Quadro 4

Iniciativas de promoção do território e de comunicação estratégica para o turismo após os incêndios

Grupo Empresarial	Grupo Político	Ambos
<ul style="list-style-type: none"> - Aposta nas redes sociais; - Relações com <i>influencers</i>; <ul style="list-style-type: none"> - <i>Fam trips</i>; - Reportagens; - Participação em programas de TV. 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a afirmar o bom; - Produtos novos e diferenciadores; <ul style="list-style-type: none"> - Eventos polarizadores; - Complementaridade; - Aldeias temáticas; - Lógica de redes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da promoção e divulgação; <ul style="list-style-type: none"> - Campanhas publicitárias; - Diminuição dos preços; - Vouchers e pacotes turísticos; <ul style="list-style-type: none"> - Promoções.

Quadro 5

Potencialidades e debilidades associadas à resposta de reabilitação do turismo local após os incêndios

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de sistemas e instrumentos de apoio às empresas; - Forte promoção territorial, com lançamento de várias campanhas publicitárias; - Presença de empreendimentos locais em programas televisivos; - Realização de reportagens televisivas em empreendimentos locais; <ul style="list-style-type: none"> - Realização de <i>fam trips</i>; - Relacionamento com <i>influencers</i>; - Realização de eventos polarizadores (ex: espetáculo do humorista Ricardo A. Pereira); <ul style="list-style-type: none"> - Realização de eventos diferenciadores (ex: observações astronómicas); - Aproveitamento das Redes para dinamização do território (ex: ADXTUR, Rede Artéria). 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de articulação entre os empreendedores e as plataformas e os instrumentos de apoio; - Barreira linguística (informação administrativa e informação turística apenas em português); - Promoção acrescida, mas sem visibilidade suficiente, dado o desconhecimento dos grupos empresarial e cultural; <ul style="list-style-type: none"> - Promoção centralizada na aldeia do Piódão.

Já numa segunda fase, o objetivo passou por criar dinamização económica, tendo daí surgido o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego (SIZÉ) e a Linha de Apoio à Qualificação da Oferta. No entanto, uma vez que a maioria dos entrevistados do grupo empresarial e cultural desconheciam estes programas, assume-se que houve uma falta de comunicação e articulação da população interessada com os instrumentos e plataformas de apoio.

Houve ainda outro tipo de medidas adotadas com vista à recuperação da qualidade dos produtos turísticos, tais como:

- a. a recuperação dos corredores naturais;
- b. o corte de árvores;
- c. a limpeza da madeira queimada;
- d. a recuperação da sinalética;
- e. o investimento no âmbito da reabilitação de passadiços;
- f. a criação de campanhas de solidariedade ambiental para reflorestação e recuperação da paisagem;
- g. por último, uma outra medida muito relevante foi a integração de técnicos da TCP em reuniões semanais dos Comandos Distritais de Operações de Socorro (CODIS), de forma a que, se houvesse alertas graves, os técnicos pudessem passar essa informação diretamente às empresas turísticas, desaconselhando, por exemplo, alguns tipos de atividades. Assim,

as atividades turísticas passaram a realizar-se articuladas com os organismos de socorro, algo que antes não acontecia.

Para além do apoio direto às empresas turísticas, a principal preocupação dos organismos públicos perante a reabilitação turística, prendeu-se com a requalificação da imagem dos territórios afetados enquanto destino turístico. Havia a necessidade de reposicionar os territórios, face à sua perda de competitividade e, como tal, recorreu-se a uma promoção e divulgação acrescidas, que passaram pela realização de campanhas publicitárias e de comunicação estratégica por parte das entidades públicas, semipúblicas e privadas. Em termos gerais, tanto os privados como o setor público aumentaram a promoção e divulgação do destino, realizaram campanhas publicitárias, reduziram os preços e desenvolveram *vouchers* e pacotes turísticos (Quadro 4). A TCP, por exemplo, instruiu os promotores turísticos a não esconderem a situação de desastre e a adotarem uma comunicação transparente e honesta, de modo a não comprometerem a sua reputação, caso as expectativas dos turistas não correspondessem depois à realidade. A comunicação do desastre pareceu, assim, ter sido adequada, dentro dos padrões definidos por Wilks e Moore (2004), na medida em que se procurou: a) ser honesto e transparente; b) não impor um bloqueio de notícias; c) colocar a catástrofe em contexto; d) usar o destaque dos média para focar aspetos positivos; e) lembrar

Quadro 6*Elementos relacionados com as perspetivas positivas e negativas perante a recuperação do destino*

Perspetivas positivas	Perspetivas negativas
<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de dormidas e da taxa de ocupação após os incêndios; - Criação de novos empreendimentos turísticos após os incêndios (museus, unidades de alojamento e empresas de animação turística); - Aumento da capacidade de unidades de alojamento já existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dois empreendimentos com decréscimo do volume de negócios após os incêndios; - Receio de novas catástrofes no futuro com maiores impactos, propiciadas pela falta de monitorização de limpeza e ordenamento do território, onde se insere o ordenamento florestal.

Quadro 7*Sugestões do grupo político e dos grupos empresarial e cultural para desenvolver o turismo local*

Grupo Político	Grupos Empresarial e Cultural
<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das acessibilidades; - Realização de trabalhos de limpeza pós-incêndios; - Formação e qualificação dos recursos humanos; - Diversidade da oferta; - Apoio técnico aos promotores; - Investimento em empreendimentos de qualidade superior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das acessibilidades; - Realização de trabalhos de limpeza pós-incêndios; - Mais limpa-neves na Serra da Estrela; - Controlo de unidades de alojamento ilegais; - Quebra da barreira linguística; - Necessidade de controlo e monitorização da limpeza dos terrenos; - Coerência na legislação relativa à limpeza de terrenos; - Aposta mais forte no mercado estrangeiro; - Aproveitamento do vale do Alva para produto turístico semelhante aos Passadiços do Paiva; - Desenvolvimento de estratégias concertadas entre os vários promotores turísticos; - Gestão e planeamento descentralizados, integrados e participativos (realização de reuniões locais/regionais periódicas).

as vítimas; f) lembrar os aniversários; g) promover *fam trips*; h) ser proativo nas comunicações e criar meios próprios de comunicar (websites). Por outro lado, para moldar as perceções dos públicos positivamente relativamente à imagem do destino, foi adotada a estratégia que Avraham e Ketter (2008) definem como “reconhecimento total do desastre, com medidas moderadas”, no seu modelo holístico de alteração da imagem do destino. Destacam-se a) a relação com *influencers*; b) a presença em programas televisivos; c) a promoção de eventos polarizadores, como ações relacionadas com esse tipo de estratégia. No entanto, face à periferia posicional do território, os autores sugerem a adoção de medidas extremas nesses casos, o que não aconteceu.

Assim, no fundo, houve vários pontos fortes nesta fase de reposta à catástrofe. Mas, houve também algumas debilidades, expostas no Quadro 5.

4.3. A recuperação do destino

Como refere Lourenço (2019, p. 27) “face ao desinvestimento na floresta, a recuperação das áreas queimadas só terá viabilidade quando, além das atividades agrícola e florestal, existam outras que sejam capazes de atrair visitantes às aldeias”. Porém, a capacidade de atração e a organização de lazeres periurbanos é insuficiente para uma atratividade que permita um desenvolvimento local enquanto as

caraterísticas ambientais não forem recuperadas. Estes territórios de baixas densidades diversas, necessitam, pois, de uma especial atenção perante situações de catástrofe. Ainda assim, a maioria dos entrevistados considerou que houve resiliência e que o turismo recuperou, primeiro porque houve já um aumento do número de dormidas e da taxa de ocupação após os incêndios e porque houve, também, a criação de novos empreendimentos turísticos, bem como o aumento da capacidade de unidades de alojamento já existentes. Por outro lado, dois empreendedores dos entrevistados registaram um decréscimo no seu volume de negócios após os incêndios; e, há também um receio generalizado de novas catástrofes no futuro, propiciadas pela falta de monitorização de limpeza e ordenamento do território, e que certamente serão mais gravosas. Assim, segundo o Quadro 6, pode olhar-se para a situação atual segundo duas perspetivas diferentes, vendo o destino como recuperado (perspetivas positivas), ou como não recuperado (perspetivas negativas).

De qualquer modo, importa sublinhar que as três componentes do sistema de defesa contra incêndios rurais: prevenção, resposta e recuperação, devem passar a integrar uma quarta que será a da “preparação e que consiste na capacitação das pessoas, povoações, entidades, para lidar com situações adversas como um incêndio rural” (Viegas, 2019, p. 241).

Quadro 8

Identificação dos elementos críticos para o desenvolvimento do turismo local

Objetivo	Ações	Responsável	Período
Melhoria das acessibilidades	1 - Melhorias no IP3, IC12 e estradas nacionais mais debilitadas; 2 - Mais limpa-neves na Serra da Estrela.	Poder local e central	Imediatamente e a médio prazo
Realização de eventos diferenciadores	1 - Eventos ligados à natureza; 2 - Eventos de turismo criativo.	1 - Municípios e juntas de freguesia; 2 - Empresas locais; 3 - Associações locais.	Periodicamente, de dois em dois anos
Aproveitamento das Redes para dinamização do território	1 - Desenvolvimento de uma promoção conjunta do território em função das redes (ex: Rede de Aldeias de Xisto, Rede de Praias Fluviais, Rede de Artesanato...); 2 - Desenvolvimento de ações concertadas entre os parceiros das redes, tendo em conta a sua temática; 3 - Criação de eventos periódicos em cada um dos locais integrados nas redes, promovendo mobilidades entre todos.	1 - ADXTUR; 2 - Municípios com aldeias de xisto e praias fluviais nos seus territórios; 3 - Artesãos e parceiros interessados.	Imediatamente
Investimento em empreendimentos de qualidade superior	1 - Parques de aventura e atividades de lazer; 2 - Hotelaria tradicional de qualidade; 3 - Alojamento turístico rural e não tradicional inovado; 4 - Formação e qualificação dos recursos humanos.	1 - Stakeholders de alojamento turístico; 2 - Entidades regionais de gestão territorial; 3 - Stakeholders de animação turística.	Imediatamente e a médio prazo
Desenvolvimento de estratégias concertadas entre os vários promotores turísticos	1 - Aumento do número de dormidas e da taxa de ocupação; 2 - Criação de novos empreendimentos turísticos (museus, unidades de alojamento e empresas de animação turística); 3 - Criação de sistemas de incentivos e instrumentos de apoio às empresas; 4 - Fornecimento de apoio técnico aos promotores; 5 - Articulação entre os empreendedores e as plataformas de instrumentos de apoio.	1 - Entidades de gestão territorial / desenvolvimento; 2 - Entidades de controlo da eficiência de sustentabilidade; 3 - Entidades nacionais e regionais (privados e públicos) de gestão do turismo.	A médio prazo
Gestão e planeamento descentralizados, integrados e participativos (realização de reuniões locais/regionais periódicas)	1 - Esbatimento das barreiras linguísticas (informação administrativa e turística em várias línguas); 2 - Envolvimento de stakeholders de alojamento e de animação turística nas decisões de gestão turística local e regional; 3 - Realização de reuniões periódicas entre todos os stakeholders turísticos de forma a serem ouvidas todas as partes, para que o poder local e regional possa tomar decisões mais informadas.	1 - Intervenção sistémica; 2 - Todas as entidades / organismos / instituições envolvidas na gestão integrada de todas as políticas públicas e com impactos ambientais e territoriais.	Imediatamente, a médio e longo prazo
Pré-gestão de novas catástrofes no futuro com maiores impactos, propiciadas pela falta de monitorização de limpeza e ordenamento do território, onde se insere o ordenamento florestal	1 - Desenvolvimento de planos de contingência e de emergência, que envolvam stakeholders turísticos; 2 - Criação de formações de gestão de desastres disponíveis para stakeholders interessados; 3 - Desenvolvimento de palestras e eventos sensibilizadores que consciencializem a população perante os riscos de desastres e aludam às atitudes adequadas.	1 - ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; 2 - Municípios envolvidos na gestão do território; 3 - Corpos de Bombeiros; 4 - Guarda Nacional Republicana; 5 - CODIS; 6 - ICNF.	De forma continuada
Forte promoção territorial, com lançamento de várias campanhas publicitárias	1 - Realização de reportagens televisivas em empreendimentos locais; 2 - Realização de fam trips; 3 - Relacionamento com influencers; 4 - Promoção acrescida no âmbito da relação entre cultura e natureza; 5 - Descentralização da promoção territorial, promovendo o território como um todo.	1 - Todos os stakeholders de turismo; 2 - Municípios envolvidos; 3 - Turismo Centro de Portugal; 4 - CCDRC.	De forma continuada

4.4. O futuro do destino

No sentido da recuperação do destino, os entrevistados fizeram várias sugestões com vista ao desenvolvimento sustentável do turismo local (Quadro 7).

No Quadro 7, verifica-se que os grupos empresarial e cultural levantam um maior número de questões

importantes para o desenvolvimento turístico local do que o grupo político. As necessidades e sugestões com o que o grupo político avança são, talvez, mais pertinentes, destacando-se a necessidade de formação e qualificação dos recursos humanos, que é transversal a qualquer atividade. No entanto, os promotores turísticos e culturais abordam outros elementos também eles relevantes e que, se nunca forem

ouvidos, permanecerão na inexequibilidade. Ainda no sentido da recuperação do destino, mas avançando-se já para a noção de desenvolvimento do destino turístico, expõem-se, no Quadro 8, os elementos que se consideram críticos para o desenvolvimento turístico do território em estudo.

5. Considerações finais

Foi possível confirmar o desenvolvimento e a aplicação de estratégias de marketing com vista ao aumento da qualificação e à valorização do território, com o propósito de afirmar o seu posicionamento competitivo no mercado, com uma comunicação cuidada, responsável e estratégica. Destacam-se: a) a realização de campanhas publicitárias; b) a presença de empreendimentos locais em programas televisivos; c) a realização de reportagens televisivas em empreendimentos locais; d) a realização de *fam trips*; e) o relacionamento com *influencers*; f) a realização de eventos polarizadores; g) a realização de eventos diferenciadores; h) o aproveitamento das redes para a dinamização do território.

Foram, ainda, implementadas campanhas publicitárias, destacando-se o papel da TCP, que atua sobre toda a Região Centro, e que foi o principal promotor de uma imagem favorável ao território. A rapidez da sua resposta, em conjunto com outros organismos, como a RPT e a CCDRC, reflete a existência de atos de planeamento e de prevenção adequados, tais como a qualificação adequada dos recursos humanos, um bom relacionamento com os meios de comunicação social e a criação prévia de um departamento de comunicação. Ainda assim, todos os indivíduos entrevistados revelaram que ninguém consegue estar plenamente preparado para uma catástrofe com a dimensão que os incêndios de outubro de 2017 tomaram, essencialmente, em termos de procedimentos de socorro e segurança.

Quanto às estratégias de promoção turística, houve também a necessidade de se alterar algumas abordagens antigas e de fugir a uma monod dependência relacionada com a natureza como ativo principal, visto que esta foi severamente devastada. Deste modo, apostou-se em estratégias e iniciativas diferenciadoras, aproveitando-se os atributos singulares do território relacionados com a cultura, para se desenvolver uma nova lógica de valorização e de qualificação.

Tudo isto é cada vez mais relevante, dada a propensão crescente de fenómenos naturais adversos, devido às alterações climáticas que tanto alarmam a sociedade atual. Mas, mais do que isso, o valor do planeamento turístico e do marketing territorial reside também na capacidade que estes atribuem aos sistemas e às organizações em se adaptarem a ambientes constantemente mutáveis que acompanham o frenético ritmo evolutivo das sociedades. Em geral, depois de ultrapassada a fase de destruição e de perdas, à qual se respondeu segundo planos de contingência e segundo uma comunicação estratégica do desastre, as abordagens comunicativas mais tardias pautaram-se pela lógica de continuar a afirmar o que o território tem de distintivo e de projetar uma imagem de recuperação e de resiliência.

A presente investigação revela, pois, contributos para o estado da arte: a) corrobora como, no território em estudo, um território de baixas densidades e onde o turismo está em expansão, uma catástrofe como os incêndios pode ser imensamente devastadora; b) apresenta um conjunto de medidas de apoio específicas adotadas após uma catástrofe; c) apresenta um conjunto de estratégias e iniciativas promovidas após uma catástrofe, com o objetivo de qualificar e de valorizar o destino turístico; d) mostra como os promotores turísticos e culturais viram as ações adotadas pelos gestores do território; e) desenvolve a perspetiva dos promotores turísticos e culturais, bem como do poder executivo, quanto ao futuro do destino turístico que passou por uma catástrofe.

5.1. Problemas e limitações

Ainda que tenham efetivamente sido criados instrumentos de apoio e desenvolvidas estratégias e iniciativas de promoção do território, os grupos empresarial e cultural revelaram desconhecimento das mesmas. Houve, por isso, desarticulação nas ações adotadas em relação às perspetivas e necessidades dos operadores turísticos e culturais. Percebeu-se que não se registou uma abordagem colaborativa e integrada da gestão do desastre. É importante que os gestores do território tomem verdadeiramente consciência da natureza inter-relacional do sistema turístico, começando a desenvolver iniciativas de participação e de cooperação, em todas as fases de planeamento, para que todas as partes interessadas sejam ouvidas. Os grupos empresarial e cultural apontaram várias sugestões e necessidades inerentes

ao desenvolvimento turístico que o grupo político não apontou, pelo que há necessidade de articulação entre todos os *stakeholders*, para que todas as sugestões, necessidades e interesses sejam contemplados pelo poder executivo. Todavia, é relevante perceber que, após a tomada de conhecimento dos erros e das falhas da gestão da catástrofe (o que envolve processos de planeamento turístico e de marketing territorial), houve o esforço de reestruturação do planeamento turístico, orientando-o para uma gestão mais preparada e eficaz após o desastre.

5.2. Recomendações

Com base nos dados primários recolhidos, recomenda-se que se desenvolvam medidas e estratégias contínuas de planeamento turístico e de marketing territorial, por parte dos organismos públicos e dos gestores do território, bem como por parte de privados, concertando as suas estratégias numa mesma direção e com os mesmos objetivos. Deve estruturar-se um plano de gestão de desastres, o que envolve, além de planos de contingência, planos de comunicação estratégica. Os planos de gestão do desastre devem frequentemente ser monitorizados e devem ser alvo de alterações e de melhorias, segundo um processo de *feedback*. Assim, no pós-desastre devem ser realizadas reuniões de análise de desempenho e, consoante o *feedback*, melhorar sempre os planos existentes, com monitorização continuada. Além disso, o sistema turístico relaciona-se com todas as outras partes integrantes na comunidade, pelo que estas devem sempre ser consideradas e, sempre que possível, devem desenvolver-se iniciativas conjuntas com vista ao bem comum. É exemplo disso a participação de técnicos da TCP em reuniões periódicas dos CODIS, para que, caso haja alertas, os técnicos possam passar a informação diretamente às empresas turísticas, para que as atividades turísticas possam, assim, realizar-se articuladas com os organismos de socorro. Face a algumas divergências entre as opiniões do executivo e dos empresários, importa ter uma verdadeira articulação entre os promotores turísticos e os agentes públicos. O grupo empresarial, na sua grande parte, indicou que não foi estabelecido um trabalho em rede e de cooperação entre os vários grupos de interesse, após os incêndios, pelo que se sugere que se criem instrumentos e mecanismos de trabalho que auxiliem, verdadeiramente, a cooperação e a partici-

pação de todos os atores, nos vários momentos de ação.

Bibliografia

- Amir, A., Gharar, A., Jamal, S., & Ahmad, K. (2014). Sustainable tourism development: a study on community resilience for rural tourism in Malaysia. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 168, 116-122. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.10.217>
- Avraham, E., & Ketter, E. (2008). *Media strategies for marketing places in crisis*. Oxford: Elsevier.
- Beighley, M., & Hyde, A. C. (2018). *Gestão dos Incêndios Florestais em Portugal numa Nova Era. Avaliação dos Riscos de Incêndio, Recursos e Reformas*.
- Beirman, D. (2015). The development of a transnational tourism risk, crisis and recovery management network. In B. Ritchie & K. Campiranon (Eds.), *Tourism crisis and disaster management in the Asia-Pacific* (pp. 175- 189). Wallingford: CABI Publishing.
- Butler, R. W. (Ed.). (2017). *Tourism and resilience*. Wallingford: CABI Publishing.
- Buultjens, J., Ratnayake, I., & Gnanapala, A. (2015). From tsunami to recovery: the resilience of the Sri Lankan tourism industry. In B. Ritchie & K. Campiranon (Eds.), *Tourism crisis and disaster management in the Asia-Pacific* (pp. 132- 148). Wallingford: CABI Publishing.
- Buultjens, J., Ratnayake, I., & Gnanapala, A. (2017). Sri Lankan tourism development and implications for resilience. In R. Butler (Ed.), *Tourism and Resilience Pacific* (pp. 83- 95). Wallingford: CABI Publishing.
- Cammilleri, M. A. (2019). The Marketing Environment of Tourist Destinations. In M. A. Camilleri (Ed.), *The Branding of Tourist Destinations: Theoretical and empirical insights* (pp. 1-14). Bingley: Emerald Publishing.
- Candela, G., & Figini, P. (2012). *The Economics of Tourism Destinations*. Springer Texts in Business and Economics. Berlin Heidelberg: Springer.
- Carayannis, E. G., & Campbell, D. F. J. (2009). 'Mode 3' and 'Quadruple Helix': toward a 21st century fractal innovation ecosystem. *Int. J. Technology Management*, 46(3/4), 201-233.
- Carvalho, P., & Fernandes, J. L. (2001). Iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural português: o exemplo do LEADER-ELOZ (entre Lousã e Zêzere). In L. Caetano (Ed.), *Território, Inovação e Trajetórias de Desenvolvimento* (pp. 241-271). Coimbra: Centro de Estudos Geográficos.
- CCDR. (2018). *Relatório 3A: habitações permanentes danificadas (total ou parcialmente) pelos incêndios*

- que ocorreram no dia 15 de outubro. Acedido em 05 de junho de 2018, em http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4120-relatorio-a-15-dedezembro2017&category_slug=reerguerdosincendios&Itemid=739.
- CMDFCI. (2018). *Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios 2018-2027*. Arganil. Acedido em 20 de agosto de 2019, em ftp://fogos.icnf.pt/CMDFCI/06_Coimbra/0601/3G/Caderno_l/.
- Cochrane, J. (2017). Tourism resilience in UK national parks. In R. Butler (Ed.), *Tourism and Resilience* (pp. 121-136). Wallingford: CAB International.
- Comissão Técnica Independente, Guerreiro J., Fonseca C., Salgueiro A., Fernandes P., Lopez Iglésias E., de Neufville R., Mateus F., Castellnou Ribau M., Sande Silva J., Moura J. M., Castro Rego F., & Caldeira D. N. (Coords.). (2018). *Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental*. Relatório Final.
- Cró, S., & Martins, A. M. (2017) Structural breaks in international tourism demand: Are they caused by crises or disasters? *Tourism Management*, 63, 3-9. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2017.05.009>
- Crompton, J. (1979). Motivations for pleasure vacation. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 408-424. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(79\)90004-5](https://doi.org/10.1016/0160-7383(79)90004-5)
- CTI. (2018). *Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental*. Assembleia da República. Lisboa. Acedido em 20 de agosto de 2019, em: <https://www.parlamento.pt/Documents/2018/Marco/RelatorioCTI190318N.pdf>.
- Dahles, H., & Susilowati, T. (2015). Business resilience in times of growth and crisis. *Annals of Tourism Research*, 51, 34-50. <https://dx.doi.org/10.1016/j.annals.2015.01.002>
- Faulkner, B. (2001). Towards a framework for tourism disaster management. *Tourism Management*, 22(2), 135-147. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(00\)00048-0](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(00)00048-0)
- Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 45-54.
- Fitjar, R. D., & Huber, F. (2015). Global pipelines for innovation: insights from the case of Norway. *Journal of Economic Geography*, 15(3), 561-583.
- Gartner, W. (1994). Image formation process. *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 2(2-3), 191-216. https://doi.org/10.1300/J073v02n02_12
- Gaspar, J. (2004). Técnica, território e poder. In M. Brandão (Coord.), *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Glaesser, D. (2006). *Crisis management in the tourism industry*. Oxford: Elsevier.
- ICNF (Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal) (2017). *10.º Relatório provisório de incêndios florestais - 2017*. Acedido em 20 de agosto de 2019, em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/Resource/doc/rel/2017/10-rel-prov-1jan-31out-2017.pdf>.
- INE (1963). *X Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes às 0 horas de 15 de dezembro de 1960*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa. Acedido em 20 de agosto de 2019, em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=72846939&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1.
- INE (1984). *XII Recenseamento Geral da População. II Recenseamento Geral da Habitação*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa. Acedido em 20 de agosto de 2019, em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=65587858&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1.
- INE (2002). *XIV Recenseamento geral da população e IV Recenseamento geral da habitação*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa. Acedido em 20 de agosto de 2019, em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=133411&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1.
- INE (2012). *XV Recenseamento geral da população e V Recenseamento geral da habitação*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa. Acedido em 20 de agosto de 2019, em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1.
- INE (s.d.). *Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.
- Kastenholz, E. (2013). Creating, sharing and living rural tourism experiences: insight from a research project in Portugal. In *ORTE 2013 - International Conference on Rural Tourism: Re-inventing rural tourism and the rural tourism experience*. Acedido em 20 de agosto de 2019, em https://www.researchgate.net/publication/258422200_Creating_sharing_and_living_rural_tourism_experiences_insight_from_a_research_project_in_Portugal.
- Lazarrotti O. (1995). *Les loisirs à la conquête des espaces périurbains*, Coll. Tourisme et Sociétés. Paris: L'Harmattan.
- Lew, A. (2014). Scale, change and resilience in community tourism planning. *Tourism Geographies*, 16(1): 14-22. <https://doi.org/10.1080/14616688.2013.864325>
- Lourenço, L. (2019). Incêndios florestais em Portugal Continental. Degradação da paisagem ou reabilitação após as cinzas. In L. Lourenço, F. Tedim, & C. Ferreira,

- C. (Eds.), *Os incêndios florestais. Em busca de um novo paradigma* (pp. 9-30). Coimbra: NICIF.
- Lourenço, S. (2007). *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Luthe, T., & Wyss, R. (2014). Assessing and planning resilience in tourism. *Tourism Management*, 44, 161-163. <http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2014.03.011>
- McAdam, R., Miller, K., McAdam, M., & Teague, S. (2012) The development of University Technology Transfer stakeholder relationships at a regional level: Lessons for the future. *Technovation*, 32(1), 57-67.
- Miller, K., McAdam, R., Moffett, S., Alexander, A., & Puthusserry, P. (2016). Knowledge transfer in university quadruple helix ecosystems: an absorptive capacity perspective. *R&D Management*, 46(2), 383-399.
- Moreira, C., Santos, N., & Serafino, T. (2017). XI. Turismo. In J. Loureiro, P. Castro, & F. Alves (Coords.), *Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas da CIM-RC* (pp. 805-895). Coimbra: Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Acedido em 20 de agosto de 2019, em: <https://www.cim-regiao-de-coimbra.pt/wpcontent/uploads/2018/10/PIAAC-CIM-RC-vers%C3%A3o-web.pdf>.
- Moreno, L. (2008). A promoção e a oferta de turismo em áreas de baixa densidade. In C. Cavaco (Coord.), *Turismo, Inovação e Desenvolvimento - Actas do I Seminário Turismo, Planeamento e Território* (pp. 315-340). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Niezgoda, A. (2013). Prosumers in the tourism market: the characteristics and determinants of their behaviour. *The Poznań University of Economics Review*, 13(4), 130-141.
- Poon, A. (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Wallingford: CAB International.
- Richardson, S., March, R., Lewis, J., & Radel, K. (2015). Analysing the impact of the 2011 natural disasters on the Central Queensland tourism industry. In B. Ritchie & K. Campiranon (Eds.), *Tourism crisis and disaster management in the Asia-Pacific* (pp. 149-160). Wallingford: CABI Publishing.
- Ritzer, G., Dean, P., & Jurgenson, N. (2012). The Coming of Age of the Prosumer. *American Behavioral Scientist*, 56(4), 379-398. <https://doi.org/10.1177/0002764211429368>
- RNT (2019). *Registo Nacional de Turismo* [online]. Acedido em 20 de agosto de 2019, em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>.
- Robinson, M., & Novelli, M. (2005). Niche tourism: an introduction. In M. Novelli (Ed.), *Niche tourism: contemporary issues, trends and cases*. Oxford: Elsevier.
- Rocha G., Seabra C., Silva C., & Abrantes J. L. (2016) Holistic Tourism: Motivations, Self-Image and Satisfaction. *J Tourism Res Hospitality*, S2-004. <https://doi.org/10.4172/2324-8807.S2-004>.
- Rosselló, J., Becken, S., & Santana-Gallego, M (2020). The effects of natural disasters on international tourism: A global analysis. *Tourism Management*, 79, 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2020.104080>
- Santos, N. (2001). *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias: a dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Lisboa: Edições Colibri.
- Santos, N., & Cunha, L. (2008). *Novas oportunidades para o espaço rural*. In N. Santos & A. Gama (Eds.), *Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas* (pp. 209-225). Coimbra: IUC.
- Santos, N., Moreira, C., Ferreira, R., & Silveira, L. (2018). Impactos dos incêndios florestais na atividade turística. Vulnerabilidade e resiliência nos territórios afetados pelos fogos de 2017 na Região Centro. In A. Correia & P. Barbas Homem (Eds.), *Turismo no Centro de Portugal: potencialidades e tendências* (pp. 105-136). Coimbra: Actual Editora.
- Scarpino, M., & Gretzel, U. (2015). Conceptualizing Organizational Resilience in Tourism Crisis Management. In B. Ritchie & K. Campiranon (Eds.), *Tourism crisis and disaster management in the Asia-Pacific* (pp. 15-32). Wallingford: CABI Publishing.
- Scott, N., Laws, E. & Prideaux, B. (2008) Tourism Crises and Marketing Recovery Strategies. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 23: 2, 1 - 13. http://dx.doi.org/10.1300/J073v23n02_01
- Viegas, D., Almeida, M., & Ribeiro, L. (2019). *Análise dos incêndios florestais ocorridos a 15 de outubro de 2017*. Coimbra: Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da Universidade de Coimbra.
- Walters, G., Mair, J., & Ritchie, B. (2015). Understanding the tourist's response to natural disasters: The case of the 2011 Queensland floods. *Journal of Vacation Marketing*, 21(1), 101-113. <https://doi.org/10.1177/1356766714528933>
- Wilks, J., & Moore, S. (2004). *Tourism risk management for the Asia Pacific region: an authoritative guide for the managing crises and disasters*. Queensland: APEC International Centre for Sustainable Tourism.

Anexo 1: Entrevista

1. O acontecimento

- Como viu o acontecimento:

- Para si?
- Para a comunidade?
- Para o território?

- Considera que houve problemas estruturais, falta de planeamento público ou gestão desadequada que contribuíram para a dimensão da catástrofe?

- Ao nível privado, a **empresa/instituição/organização** encontrava-se preparada para lidar com o desastre? Houve uma gestão adequada?

- Quais foram os impactos dos eventos de outubro de 2017 no território?

- E no turismo local?

- Considera que os incêndios afetaram negativamente a imagem do território?

- De que modo? Por favor, especifique.

2. A resposta ao acontecimento

- Na sua perspetiva, foram adotadas medidas para a recuperação do turismo no destino? Quais? E quais considera que deveriam ter sido tomadas?

- Quem/que entidades tomaram tais medidas? Entre empresas, associações, poder público e administração local, qual foi o grupo de interesse mais ativo na dinamização e diferenciação do território? E quem deveria ter tomado medidas e não tomou?

- Implementaram-se estratégias de marketing e place branding para reinventar a imagem do destino e dinamizar o território? Quais considera que deveriam ter sido implementadas?

• Houve campanhas de marketing (digital, na imprensa, etc.)?

• Houve aplicação de outras técnicas de RP e publicidade? Quais?

• Houve promoção de eventos culturais ou desportivos relevantes que tenham tido um papel dinamizador do território?

- Na sua perspetiva, como se lidou com os média nesta fase? Estabeleceram-se relações positivas ou não?

- Quais considera serem os ativos mais importantes para a regeneração turística local? Nesta região, considera que o foco deverá ser apenas o Turismo Rural e de Natureza?

- Considera o elemento cultural importante? Porquê?

- Conhece o Projeto Rede Artéria, a operar atualmente em Tábua? Qual considera ser o seu papel

nesse processo de dinamização cultural e turística em Tábua?

3. O que se espera para o futuro

- O que considera ser ainda necessário fazer futuramente para tornar o território mais atrativo e potenciar o turismo local? Em termos de:

- Acessibilidade e transportes
- Animação turística
- Alojamento
- Restauração

- Acredita que, num futuro mais distante, os incêndios de 2017 continuarão a ter um impacto negativo no turismo local?

• Sim - Porquê?

• Não - Como se recupera então da imagem negativa associada aos eventos de 2017?

- Considera que o território dispõe de recursos e ativos naturais que o poderão posicionar como um destino turístico relevante no futuro?

- E de ativos culturais, desde património histórico-cultural a eventos performativos?

- Na sua perspetiva, o que falta ainda fazer, em termos de organização e planeamento para se alcançar tal posicionamento?

- Em retrospectiva, e tendo em conta a resposta aos incêndios e as estratégias adotadas pelos vários grupos de interesse, considera que o turismo no concelho revelou ser uma atividade resiliente ao desastre implicado pelos incêndios de 2017?

- Conhece algum lugar/investimento/empresa ligada ao turismo que, tendo sido afetado significativamente pelos incêndios, está de novo recuperado ou em atividade?

Página deixada propositadamente em branco

Termografia passiva no diagnóstico de patologias e desempenho térmico em fachadas de edifícios através de câmara térmica instalada em drone. Abordagem preliminar em Coimbra (Portugal)

Passive thermography in the diagnosis of pathologies and thermal performance on building facades through a thermal camera installed on a drone. Preliminary approach in Coimbra (Portugal)

Ana Sofia Ferreira Coimbra e Almeida

Arquiteta e Mestre em Geografia Física, Ambiente e Ordenamento do Território. Universidade de Coimbra
anasofia.coimbra_879@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8335-7210>

Alexandre Ornelas

Geógrafo e Mestre em Geografia Física, Ambiente e Ordenamento do Território. Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20
alexandre.ornelas@uc.pt
<https://orcid.org/0000-0001-7707-5738>

António M. Rochette Cordeiro

Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) Departamento de Geografia e Turismo
rochettecordeiro@fl.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0002-8648-3204>

Artigo recebido a 6 de abril de 2020 e aprovado a 29 de dezembro de 2020

Resumo

A termografia, ao se assumir como uma técnica não intrusiva e não destrutiva, permite o visualizar da radiação infravermelha através de imagens térmicas visíveis e facilita a sua realização a distâncias significativas das superfícies em análise, podendo considerar-se como bastante vantajosa em termos da sustentabilidade, quer em termos a reabilitação urbana, quer mesmo no âmbito da escolha dos materiais a utilizar.

O desenvolvimento do estudo exploratório constante do presente artigo destacou-se, em oposição ao que usualmente se desenvolve em laboratório, pela execução da técnica sobre terreno, com a recolha e interpretação de situações reais de espaço urbano de imagens através de uma câmara térmica equipada com um sensor Uncooled VOx Microbolometer acoplada a um drone, permitindo, através das imagens recolhidas, encontrar possíveis justificações sobre os dados térmicos registados em diversos edifícios e apontar novos caminhos exploratórios na reabilitação do edificado de setores da cidade. As medições dependem de diferentes parâmetros que podem influenciar os resultados, como a emissividade, a distância da câmara à superfície em análise, o ângulo de observação, a textura da superfície, a refletividade e a cor. Independentemente das diferentes condições presentes em dias diferentes, foi possível identificar os materiais constituintes e registar os diferentes padrões de temperatura, como a transição térmica entre os mesmos materiais ao longo das horas, orientação, exposição e cores diferentes, e ainda as perdas de ar quente (e frio) do interior dos edifícios ou fontes de calor. Este trabalho deve ser entendido como uma base de estudo de implementação de medidas para maior eficiência no edificado e no desenho urbano.

Palavras-chave: sustentabilidade urbana, termografia, edifícios, elementos construtivos, eficiência energética.

Abstract

Thermography is a non-destructive technique that allows the visualization of infrared radiation through visible thermal images. It may take place at great distances from the surfaces under analysis and it may be quite advantageous in sustainability issues of urban rehabilitation. This technique allows, based on the results obtained, the development of new efficient solutions, such as more durable coatings and/or greater insulation capacity, allowing the identification of pathologies that can hardly be detected by other methods. This also allows maintenance to be done timely, without the risk of deterioration.

This measurement depends on different parameters that can influence its results, such as emissivity, the

camera-surface distance, the observation angle, reflectivity and color. In this case, for building facades, it is also added to the above-mentioned parameters some environmental conditions, as solar radiation and wind predominate.

The development of this exploratory study stands out fundamentally for its practice, from the collection, interpretation and justification of the thermal buildings data. Regardless of the different conditions present on different days, it was possible to identify the constituent materials and record the different temperature patterns, such as the thermal transition between the same materials over the hours, orientation, exposure and different colors, as well as the passage of masses of hot and cold air from inside of buildings to its exterior. This work is relevant to a study of implementing measures for greater urban efficiency in the existent building portfolio and, consequently, achieving greater urban sustainability.

Keywords: urban sustainability, thermography, buildings, building elements, energy efficiency.

1. Introdução

Com o crescimento da utilização de técnicas não destrutivas e o seu benefício na análise e diagnóstico de anomalias em estruturas de alvenaria, a termografia tem ganho cada vez mais destaque (Fox, Coley, Goodhew, & De Wilde, 2014). Este deve-se à sua facilidade de execução, velocidade, obtenção de resultados e também à facilidade de os interpretar (Chrzanowski, 2001; Maldague, 2000). A termografia de infravermelho traz assim várias vantagens na observação, tanto na facilidade de inspeção como na potencialidade de uso das informações obtidas nas imagens termográficas (Bauer, Castro, Oliveira Filho, & Pavón, 2014).

As normas britânicas implementaram mesmo, no ano de 2002, esta técnica como meio de identificação de falhas no isolamento térmico em edifícios não residenciais (Clark, McCann, & Forde, 2003).

Os materiais que constituem o sistema construtivo, muitas vezes são selecionados com base nos custos, região e estética. No entanto, em conjunto, estes são fundamentais no desempenho térmico do edifício, uma vez que refletem a radiação solar, proporcionam sombreamento e arrefecimento por evaporação, oferecem isolamento térmico, inércia térmica e aquecimento passivo (Gonçalves & Duarte, 2006). Caso não seja considerado o desempenho térmico dos materiais, provavelmente será necessário recorrer a climatização artificial, o que implica custos suplementares à posteriori. Com isto, o equacionar inicial dos elementos físicos de um edifício torna-se indispensável, sendo que considerando todas as características necessárias para obtenção de conforto térmico e sustentabilidade, permite obter uma construção eficiente (Lamberts, Dutra, & Pereira, 2014; Schiffer & Frota, 2007). Deve também ser referido que as perdas de energia pela envolvente de um edifício ocorrem em 40% através

da cobertura, 25% pelas paredes, 10% pelo solo e 15% pelos vãos envidraçados. Também as perdas por passagens de ar por portas e janelas são de 10% (Sousa, 2010).

A conjugação da análise qualitativa com a termografia passiva tem-se assumido como bastante eficiente na identificação de defeitos em fachadas de edifícios revestidos a azulejos devido à infiltração de água e ar, no controlo e avaliação de sistemas de drenagem de água em edifícios históricos, na análise da performance térmica, na avaliação do desempenho da envolvente de edifícios através da análise exterior e na deteção de infiltrações e perdas de ar (Grinzato, Bison, & Marinetti, 2002; Suonketo, Korpi, & Aaltonen, 2009; Tavukcuoglu, Duzgunes, Demirci, & Caner-Saltik, 2007). Adicionando outras técnicas não destrutivas, torna-se possível alcançar resultados com significativo sucesso na avaliação do nível de isolamento térmico de edifícios históricos (Binda & Saisi, 2009; Haralambopoulos & Paparsenos, 1998).

Não obstante, a maioria dos trabalhos realizados sobre a temática tem-se debruçado no estudo em protótipos em laboratório, projetados e construídos na forma de placas e nos quais são previamente introduzidas deficiências. A dificuldade na avaliação e quantificação de anomalias em fachadas reside, entre outros aspetos, na dificuldade de inspeção em particular em edifícios de grande altura. A termografia de infravermelho passiva através de uma câmara térmica instalada num veículo aéreo não tripulado (VANT) oferece vantagens, não só na perceção da visão térmica do ambiente urbano (Foto 1) como na facilidade de inspeção de patologias ou no isolamento térmico do próprio edificado (Foto 2), com uma potencialidade de uso das informações obtidas nos termogramas pouco usual nestas temáticas.

O principal objetivo deste trabalho consiste na apresentação de uma metodologia exploratória sobre o levantamento termográfico no terreno, de fachadas



Foto 1
A rua Alexandre Herculano numa vista sul-norte, às 11.30 horas do dia 29 de maio de 2019: a) imagem no visível; b) imagem térmica.



Foto 2
Visualização da transferência de ar através de um portão de garagem. O ar frio, mais pesado, no setor inferior e o ar mais quente no setor mais elevado.

de edifícios com materiais de revestimento, caixilharia e de diferentes estados de conservação, bem como de exposições solares diferenciadas, de modo a poder ser analisada a radiação infravermelha e o desempenho térmico dos materiais. Estes poderão apresentar valores diferenciados em função, não só da dissipação de calor dos próprios materiais, como também da sua cor, exposição solar e condições climáticas, ao contrário do que é habitualmente desenvolvido em laboratório. O levantamento dos dados foi assim efetuado através de uma câmara termográfica integrando um VANT (drone), de modo a tornar-se possível a realização de uma análise tão precisa e abrangente quanto necessário em espaço

urbano, possibilitando assim uma acessibilidade e alcance a alturas mais elevadas¹.

2. Contextualização da termografia no âmbito do edificado

A termografia de infravermelhos assume-se como uma técnica de captação de imagens térmicas, invisível ao olho humano, que permite determinar

¹ A inspeção de fachadas é habitualmente uma atividade com logística complexa, uma vez que a altura dos edifícios, as difíceis condições de acesso, a necessidade de efetuar avaliações com os edifícios em utilização, são alguns dos aspetos que se evidenciam como complexas na obtenção dos dados de um levantamento, por exemplo, das patologias das fachadas dos edifícios (Bauer et al., 2014). A inspeção das fachadas, através de elevadores ou de técnicas de rapel, apresenta custos elevados e apresentam-se como intervenções pouco operacionais, pelo que a solução da utilização do drone com câmara térmica acoplada, parece ser uma solução muito interessante a ser utilizada.

se existem irregularidades ou patologias, de acordo com a distribuição térmica emitida pela superfície em análise (Bernardino, 2018). A radiação infravermelha é um tipo de energia eletromagnética deslocada à velocidade da luz, onde todos os objetos com temperaturas acima do zero absoluto (-273°C) a emitem e a absorvem. Quanto maior a radiação emitida, maior a temperatura da superfície (Silva, 2016), encontrando-se no espectro eletromagnético entre a luz visível e as ondas radio, podendo os seus comprimentos de onda variar entre os 0.75 e os 1000 µm (Bernardino, 2018).

Verificam-se ainda três métodos de termografia: a qualitativa, a quantitativa e a analítica. São diferenciadas pelo processo do qual provêm as informações obtidas, ou seja, a termografia qualitativa consiste na análise de diferenças de padrões de distribuição térmica, a quantitativa provêm da medição direta das temperaturas observadas nos padrões de distribuição térmica, e por fim, a analítica que consiste na melhoria dos métodos de trabalho em inspeções e na obtenção de valores térmicos a nível económico e de aumento de qualidade (Pedra, 2011).

Aquando da análise da termografia de infravermelhos torna-se necessário ter em consideração a capacidade de reflexão da superfície (emissividade); a cor da superfície (cores mais escuras absorvem maiores quantidades de radiação); as condições meteorológicas e a distância entre a câmara e a superfície, devendo destacar-se que deve sempre ser efetuada a calibração da câmara para que os valores obtidos sejam mais precisos (Bernardino, 2018). A câmara permite adaptar o campo de visão à área em análise, verificando-se assim, em manchas tonais a radiação infravermelha emitida pela superfície. Esta, ao ser digital, permite a ligação a computadores facilitando a análise e o diagnóstico da informação (Sales, 2008).

A utilização de uma termografia passiva, que é aquela que é utilizada neste trabalho, deve-se à emissão de radiação infravermelha suficiente por uma superfície, de modo a que não seja necessário o uso de qualquer fonte de calor artificial, considerando-se como fonte natural a irradiação solar (Silva,

2016)². A termografia permite assim a identificação de diferentes camadas, alterações derivadas da degradação natural dos materiais (possível identificar a dimensão, a posição e a origem da anomalia), tratamentos especiais nas superfícies e condições ambientais adversas, o que destaca esta técnica com eficácia na caracterização de materiais e estudos para restauração e manutenção (Meola, Carlomagno, & Giorleo, 2004). Assim, podemos afirmar esta técnica como sendo económica e um ótimo instrumento a considerar na análise e diagnóstico da preservação de património, na análise de edifícios antigos a serem restaurados e no estudo dos seus materiais e elementos que os compõem (Cortizo, 2007).

Com isto, e para que haja uma análise do comportamento térmico pretendido nos edifícios, poder-se-á recorrer à termografia, de forma a medir os fluxos de calor, para determinar qual a resistência térmica (Silva, 2016). As pontes térmicas podem ser planas (partes descontínuas ou singulares do isolamento térmico) ou lineares (zonas de ligação de dois componentes diferentes na composição e resistência térmica), as quais proporcionam maior rapidez na passagem de calor para as fachadas que por sua vez originam infiltrações e a formação de fungos no interior do edifício. Ou seja, as pontes térmicas transmitem a radiação térmica de forma diferente, podendo ser facilmente identificadas através de imagens termográficas.

A técnica permite também observar as perdas de calor pelas frestas das janelas e das portas (cfr. Foto 2), sendo de realçar que estas, no âmbito da eficiência energética, assumem-se como responsáveis pelo arrefecimento de determinados espaços, em especial no inverno (Silva, 2016). A análise do desempenho térmico é relevante para o alcance de melhor qualidade de vida e, como referido, pela maior eficiência energética, pois com a crescente urbanização, o ser humano ao intervir no seu meio biofísico, altera o balanço radioativo e energético do espaço urbano. Inclusive o aumento substancial das temperaturas da atmosfera urbana e das superfícies, piora a qualidade do ar e altera os padrões de vento (Escourrou, 1991; Oke, 2006; Oke, Mills,

² Na termografia passiva as diferenças de temperatura que identificam as prováveis anomalias têm origem nos fluxos de calor observados nos materiais do edificado. A presença de defeitos reduz a taxa de transporte de calor no material, a qual pode ser detetada na superfície. Assim, defeitos ou anomalias podem ser identificados por comparação com as regiões próximas ou circunvizinhas, e as quais não se apresentam estáticos nem constantes ao longo do dia (Bauer et al., 2014).

Christen, & Voogt, 2017). Com isto, face à vulnerabilidade a que o espaço urbano está sujeito, para que se possa alcançar uma melhoria da qualidade de vida e para que haja maior eficiência energética, devem ser efetuados e implementados estudos ambientais no planeamento e ordenamento do território (Marques, Ganho, & Cordeiro, 2008).

Neste contexto, e no âmbito de um estudo mais vasto sobre topoclima na cidade de Coimbra, muito na sequência dos desenvolvidos anteriormente (Ganho, 1998; Marques et al., 2008), foram realizados levantamentos em dois dias distintos, com estados de tempo de céu limpo, para que em função dos resultados obtidos fosse possível iniciar uma etapa preliminar referente ao desempenho térmico de fachadas dos edifícios da cidade de Coimbra, em particular no casco urbano da 1ª metade do século passado, e que apresentam orientações, materialidades e cores diferenciadas.

3. Metodologia utilizada

O estudo consiste no levantamento infravermelho de fachadas de edifícios, pela utilização da termografia passiva, ou seja, o Sol como fonte de calor e de luz, apresentando-se esta técnica de ensaio como não intrusiva e de grande aplicabilidade. Mede o campo de temperatura de uma superfície a partir da imagem gerada pela radiação térmica. Este método apresenta-se bastante eficiente e benéfico, já que através dele se pode também observar anomalias no interior do sistema construtivo, sem que para tal seja necessário qualquer tipo de intervenção intrusiva (como a demolição de algum elemento), observando-se assim que locais do edifício devem vir a ser intervencionados.

Para a concretização deste trabalho foi equacionado um edificado que apresenta materialidades e elementos construtivos idênticos associado ao crescimento urbano de Coimbra da primeira metade do século XX, mas que apresentam orientação, exposição, revestimentos e cores diferenciadas - cinco prédios, três deles no cruzamento das ruas Alexandre Herculano e Venâncio Rodrigues. A recolha das imagens efetuou-se com o auxílio de um veículo aéreo não tripulado (VANT) que transporta uma câmara térmica equipada com um sensor da *Uncooled VOx Microbolometer* e que oferece uma resolução de 640x480 (4:3) e um tamanho de pixel 8-14 µm. Esta

câmara permitiu o registo das temperaturas emitidas pelos materiais, bem como a temperatura atmosférica e todos os fatores condicionantes às suas alterações³. O planeamento de voo obedeceu a uma metodologia uniforme, trabalhada previamente em gabinete com a análise de cada elemento que iria ser examinado. A altura e a distância foram ajustadas para cada edifício, muito por força das restrições físicas de cada um dos objetos de estudo ou da necessidade de análise de pormenor de determinados setores das fachadas previamente identificadas, razão pela qual nem sempre foi possível uniformizar um valor médio da altura do solo e da distância a cada edifício. A escolha dos dias de amostragem pretendeu refletir situações de estado de tempo de céu limpo e quente, e em momentos próximos da exposição máxima solar (fim da manhã)⁴.

Na generalidade, as temperaturas identificadas nas fachadas, coberturas e restantes objetos sofrem alterações por diversos fatores. Um dos fatores encontra-se associado às diferenças das temperaturas verificadas nos dias em que foram feitos os levantamentos, isto é, as máximas e as mínimas são diferentes nos dias de análise. Também pode ser examinado o fator que advém da influência observada no posicionamento e orientação dos diferentes edifícios, como é o caso das áreas de sombra das edificações urbanas que interferem na incidência da radiação direta, radiação difusa e na radiação refletida (cfr. Foto 1). Um outro fator que limita os registos de temperaturas são a sua área de amostra definido um retângulo que restringe valores que se apresentam fora do objeto/fachada que se pretende analisar. Para tal é definida, para todos os edifícios, uma área limitada, e reforçada pelo “*field of view*” do sensor da câmara térmica, permitindo a captação e focagem da radiação eletromagnética apenas da área que fez parte do objeto de estudo (os valores que ficam fora do retângulo de análise são ignorados para clarificação e objetividade dos materiais e objetos escolhidos). Um outro fator vai estar associado à análise

³ Para normalizar a análise, em todos os casos foi feito uma calibração, através da imobilização do VANT para focar o objeto de estudo antes de ser feito o registo de dados com a câmara térmica.

⁴ Para a análise deste artigo foi necessário que estivessem reunidas condições de estado de tempo específicas nomeadamente a presença de uma situação em atmosfera estável (anticiclone) que proporcionassem que no primeiro levantamento - dia 29 de maio de 2019 -, se tenham observado resultados que se apresentaram bastante homogêneos, muito por força deste ter sido realizado próximo da hora de maior exposição. Já no ano de 2020, a 21 de fevereiro, foi realizado uma nova recolha de imagens, de modo a fazer uma comparação do comportamento térmico face a estações do ano distintas.

dos registos obtidos pela câmara térmica, devendo aqui ser realçado o facto de se observar que a recolha das imagens térmicas pode apresentar diferentes cores para temperaturas iguais (e vice versa), obrigando a um trabalho posterior de análise em gabinete⁵.

4. Área de estudo e contextualização dos dias de registo

Este estudo exploratório desenvolveu-se, num primeiro momento de análise, num espaço bem determinado do casco urbano de Coimbra (Figura 1). A cidade de Coimbra localiza-se na região centro de Portugal com um macroclima de predominância mediterrânea e a um mesoclima atlântico (Ganho, 1998), e onde o assentamento urbano, com uma morfologia com colinas e cumeadas de topo aplanado que dominam pequenos valeiros, oferecem um topoclima muito particular (Marques et al., 2008).

A rua Alexandre Herculano funcionou como ponto central da análise desta campanha, na qual se pretendeu demonstrar a influência e o comportamento dos diferentes materiais das fachadas, assim como a identificação de patologias no edificado que dificilmente são detetadas através de técnicas de visualização direta. Assim, a presente amostra teve como objeto de estudo edifícios localizados nesta rua, em particular três edifícios no cruzamento com a rua Venâncio Rodrigues e dois edifícios localizados no setor superior e dos lados opostos da rua em análise (Foto 3 e Figura 2).

5. Condições locais nos dias dos levantamentos

Neste artigo foram utilizadas as imagens e os dados recolhidos em duas campanhas: a primeira, realizada em 29 de maio de 2019 e, a segunda, em 21 de fevereiro de 2020. O primeiro levantamento decorreu num dia que se apresentava com céu limpo,

dia esse bastante quente para a época, e em que à hora do levantamento a temperatura do ar registava 25.4 ° C, e com vento moderado de 11.3 km/h (Weather Underground - UC.POLO I@ALTA - ICOIMBRA41). O mês de maio do ano de 2019, de acordo com o IPMA, foi o 7º mais quente desde 1931 e o 4º mais quente desde 2000, observando-se também que relativamente à precipitação, este foi um mês bastante seco, com valores reduzidos da precipitação - 13.3 mm. Também os valores de temperatura mínima foram bastante elevados, mesmo superiores em 35% dos anos, isto desde 1931 (IPMA, 2019). Constatou-se também que entre os dias 21 e 31, ou seja, o período que abrange a data do levantamento, os valores da temperatura estiveram sempre acima do valor normal para a época, em particular nos 3 últimos dias (inclui o dia do levantamento) com registos de temperatura máxima do ar superiores aos 30°C (Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra - IGUC).

Por seu turno, a segunda campanha decorreu num dia de céu limpo - 21 de fevereiro de 2020 - com a temperatura na hora do primeiro momento de recolha a situar-se nos 18.9° C e com vento a ser fraco, com uma velocidade de 3.2 km/h (Weather Underground - UC.POLO I@ALTA - ICOIMBRA41). O mês de fevereiro de 2020 apresentou-se, no todo do Portugal Continental, como bastante quente e seco, tendo sido referido como o mais quente desde 1931 (IPMA, 2020). Salienta-se ainda que neste mês de fevereiro se observaram temperaturas médias diárias sempre superiores ao valor médio mensal (exceto dia 18) onde os dias quentes, em particular no período compreendido entre os dias 18 e 24 de fevereiro, nas horas dos levantamentos registavam-se temperaturas de 18.8°C, às 12 horas e 10 minutos e 21.6°C, às 15 horas (Weather Underground - UC.POLO I@ALTA - ICOIMBRA41).

6. Análise e discussão dos resultados

Numa primeira abordagem, e tendo como análise o levantamento de 29 de maio relativamente aos edifícios A e D, algumas abordagens preliminares podem ser realizadas. A fachada voltada a oriente do edifício A (Figura 2A e Foto 4) apresenta-se toda ela em alvenaria, rebocada, com pintura amarela,

⁵ A chamada de atenção desta questão deve-se à possibilidade de que a simples observação das imagens pode induzir em erro algumas das análises. Mais concretamente, nas imagens térmicas de uma mesma fachada em análise, nem sempre se observa que a mesma cor (vermelha, para superfícies quentes, amarelo e verde para superfícies com temperaturas intermédias ou azul para superfícies mais frias) venha a refletir as mesmas patologias identificadas. As temperaturas dos objetos analisados diferem de edifícios e dos locais que estão inseridos, possibilitando uma amplitude térmica diferente e com isso uma coloração que pode ser variável.

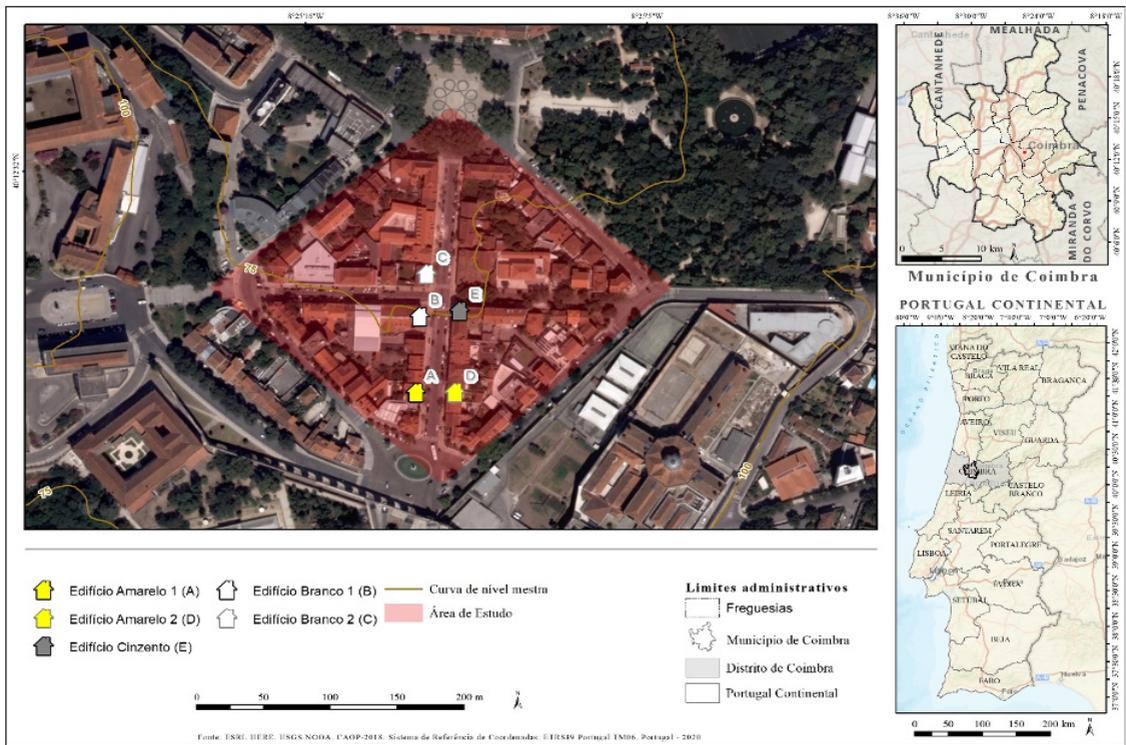


Figura 1
Localização dos edifícios para análise do desempenho térmico.

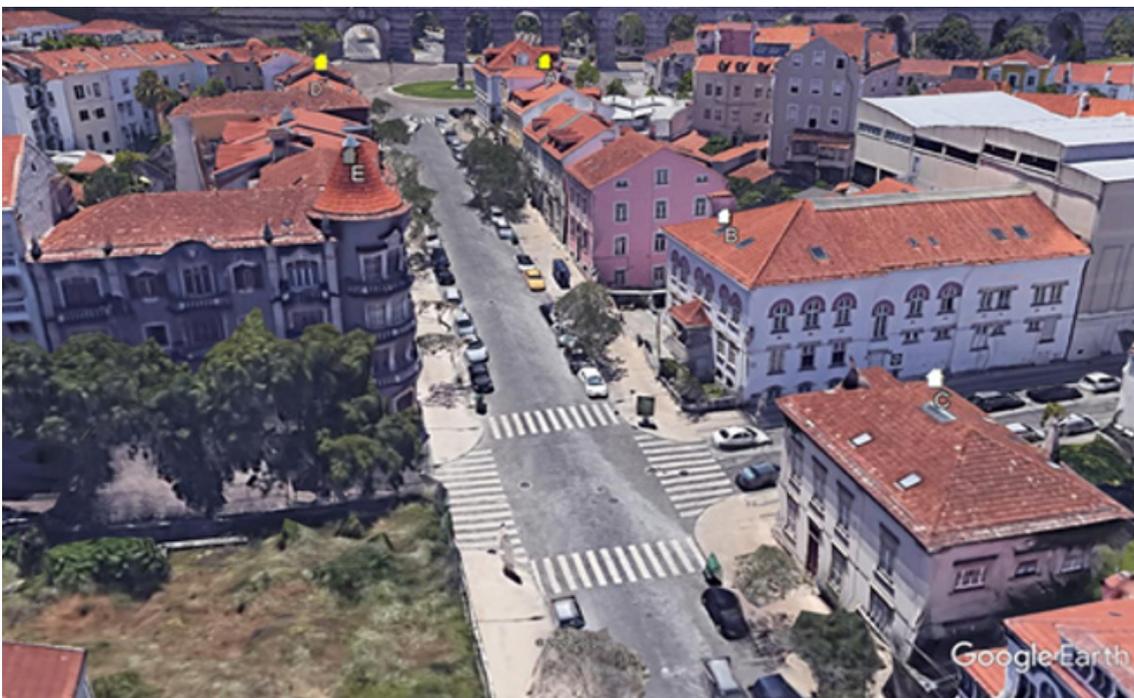


Foto 3
Representação dos edifícios analisados esquematizados em 3D.
Fonte: Google Earth.

Edifício	Fotografia	Localização
A. Edifício Amarelo 1		Rua Alexandre Herculano (fachada Este)
B. Edifício Branco 1		Rua Alexandre Herculano (fachada Este)
C. Edifício Branco 2		Rua Alexandre Herculano (fachadas Este e Sul)
D. Edifício Amarelo 2		Rua Alexandre Herculano (fachada Oeste)
E. Edifício Cinzento		Rua Alexandre Herculano (fachadas Norte e Oeste)

Figura 2
Identificação dos edifícios em análise.

de molduras em pedra calcária⁶ em torno de todos os vãos presentes na fachada, cobertura de telha cerâmica, caixilhos em madeira branca e com mansardas onde os caixilhos se apresentam revestidos a madeira de cor vermelha escura.

Neste contexto, a imagem térmica mostra uma fachada com temperaturas homogéneas, constatando-se que, no que refere aos caixilhos de madeira⁷,

⁶ Num contexto de condutividade térmica, e tomando em atenção os materiais predominantes no edificado da área-amostra, deve ser referido que a pedra calcária se apresenta como de grande inércia térmica, bom isolante sonoro e de durabilidade bastante elevada, sendo que é, e à semelhança dos metais, um bom condutor de calor. Caso a difusividade térmica apresente valores elevados, a pedra dará uma resposta mais rápida face às variações térmicas, enquanto se apresentar valores menores, a resposta será mais lenta, levando mais tempo a alcançar o equilíbrio térmico (Spínola, 2015).

⁷ A madeira apresenta boas condições naturais de isolamento térmico e acústico, embora seja vulnerável a fatores externos e a durabilidade apresenta-se como limitada quando não há manutenção (Mendes, 2011). Se a sua densidade for alta, traduz-se num isolamento elevado, o que por sua vez reduz a dissipação de calor e chega a alcançar temperaturas de superfície muito elevadas. A espessura é um fator importante, sendo que se o material for fino, ao contrário de um mais espesso, vai alcançar rapidamente temperaturas muito elevadas, sem que haja um aquecimento progressivo. Normalmente, a madeira utilizada na construção é mais espessa, de forma a ser eficiente a nível de isolamento térmico e de maior resistência a incêndios (Gomes, 2014).

enquanto no piso superior da fachada os voltados a norte apresentam as temperaturas mais baixas (mancha azul - valores inferiores aos 14°C), já nos caixilhos da própria fachada as temperaturas apresentam-se mais homogéneas, verificando-se, contudo, alguns pontos de calor nas juntas do caixilho com o vidro, demonstrando a importância das anomalias provocadas pelos diversos materiais⁸.

No caso do edifício D, observa-se uma fachada voltada a ocidente (pelo que na hora do levantamento ainda não tinha obtido qualquer minuto de radiação direta), também ela em alvenaria, revestida a reboco de cor amarela, as molduras dos vãos em pedra calcária, caixilhos em madeira branca e verde, o portão da garagem e a porta da entrada principal em alumínio e ainda, na cobertura, telha cerâmica (Figura 2D). A imagem térmica deste edifício

⁸ Relativamente ao vidro, quando transparente e simples transmite para o interior do ambiente 87% do calor que recebe, enquanto que dos restantes, 13% são absorvidos pelo próprio material, pelo que este é considerado como um mau condutor térmico (Marinoski, 2016). Já o vidro transparente duplo, transmite para o ambiente interior 83% da radiação que recebe, razão pela qual se apresenta como uma melhor opção construtiva, dado o seu aumento da resistência térmica e a pouca redução da transmissão de luz (Marinoski, 2016).

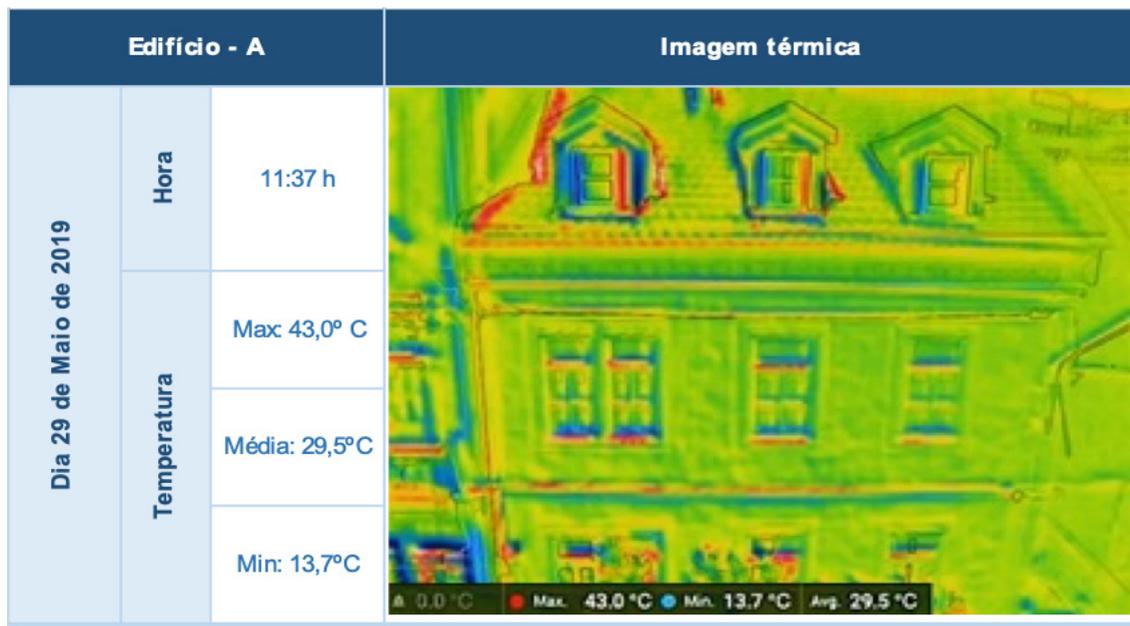


Foto 4
Temperaturas do edifício A.

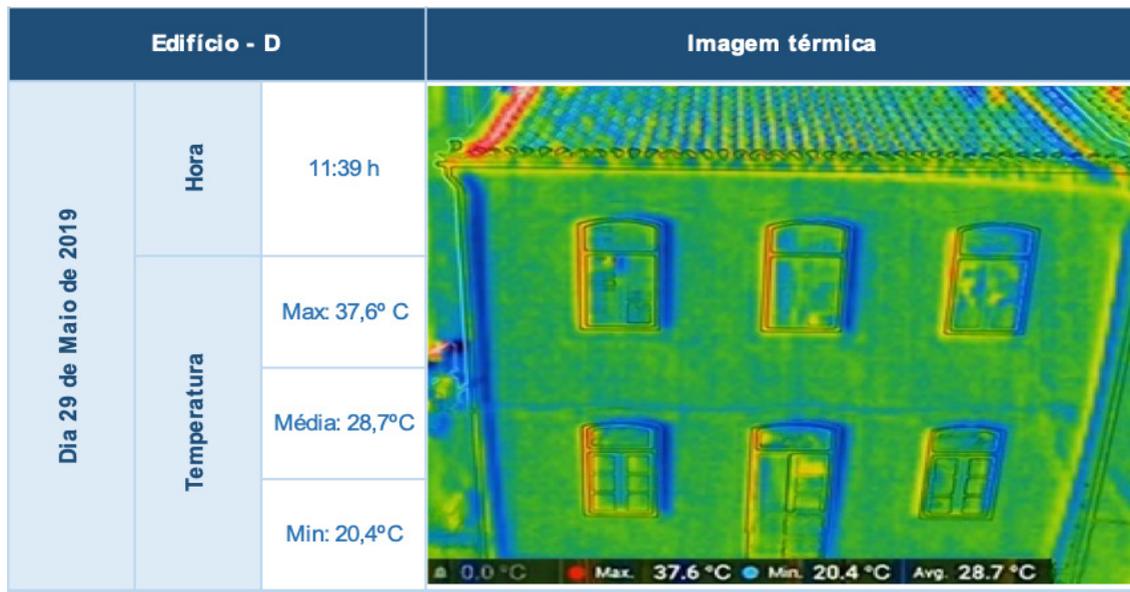


Foto 5
Temperaturas identificadas no edifício D.

(Foto 5) apresenta a fachada com temperaturas homogêneas, verificando-se apenas anomalias relacionadas com a cabeleagem que atravessa o entre pisos, a qual reflete uma temperatura mais fria, o mesmo se observando na lateral esquerda da fachada com uma faixa vertical mais fria que reflete o tubo de queda em PVC, uma vez que este material se apresen-

ta como bom isolante térmico⁹. Também, na cobertura se pode observar à esquerda (junto do referido tubo em PVC), e por força do seu posicionamento e logo da sua maior exposição solar a sul, o material

⁹ O alumínio apresenta-se como um material de elevada condutibilidade térmica, boa resistência aos fatores atmosféricos e elevada capacidade de refletir, enquanto que o PVC se assume como um bom isolante térmico e acústico (Mendes, 2011).

Edifício		Edifício B	Edifício C	Edifício E
Dia 29 de Maio de 2019	Hora	11:48 h	11:46 h	11:47 h
	Temp.	Max: 38.8° C Min: 19.6° C Média: 30.4° C	Max: 38.3° C Min: 20.1° C Média: 29.3° C	Max: 32° C Min: 28.4° C Média: 30.4° C
	Foto			
Dia 21 de Fevereiro de 2020	Hora	12:14 h	12:13 h	15:53 h
	Temp.	Max: 39.2° C Min: 13.0° C Média: 22.1° C	Max: 29.1° C Min: 15.7° C Média: 23° C	Max: 41.2° C Min: 11.8° C Média: 27° C
	Foto			

Figura 3
Temperaturas identificadas nos vários edifícios.

das telhas cerâmicas acaba por refletir o seu maior aquecimento, devido à sua irradiação. A pedra calcária em torno dos vãos apresenta uma mancha homogénea tal como a da restante fachada, os caixilhos de madeira verde no piso superior são os que mais se destacam, ao contrário da madeira branca que apresenta uma mancha relativamente homogénea juntamente com a mancha do vidro. Os caixilhos em madeira de cor verde apresentam, como seria exetável, temperaturas mais elevadas nas paredes voltadas a Sul (faixa vermelha) e mais baixas nas voltadas a norte (faixa azul).

Numa abordagem mais global, e tomando como referência os edifícios identificados na Figura 2, a

análise centra-se nos três edifícios que definem o cruzamento das ruas Alexandre Herculano e Venâncio Rodrigues (a quarta esquina é constituída por um muro homogéneo), os quais apresentam características muito particulares e diferenciadas entre eles, o que se reflete também nas imagens térmicas obtidas em cada um deles (Figura 3).

A análise do edifício E (algo que vai estar na origem de manchas facilmente visíveis na fachada) é um dos enfoques principais da análise exploratória à identificação de patologias aqui apresentada (apresenta vestígios de degradação no piso superior). De alvenaria, revestido com reboco e pintura cinzenta, a sua fachada principal encontra-se orientada a oeste



Foto 6
Identificação de patologias - edifício E.

(rua Alexandre Herculano)¹⁰, enquanto que a fachada da rua Venâncio Rodrigues, se encontra exposta a norte. Porém, por se apresentar como significativo para um dos objetivos anteriormente definidos, torna-se possível observar nas superfícies homogêneas diferenças térmicas, que na realidade traduzem algumas patologias identificadas por manchas azuis na fachada, destacando-se assim na homogeneidade que se pode observar em toda ela (Foto 6). Estas patologias são identificadas por temperaturas mais baixas (azul) devido à sua exposição solar (embora curta), o que permitiu de forma progressiva aumentar a temperatura da fachada e iniciar o processo de evaporação da água das infiltrações identificadas (Takeda & Mazer, 2018)¹¹. Porém, também, é visível a diferença de temperatura das colunas em pedra com o reboco cinzento da fachada, apresentando a pedra calcária manchas mais frias (azul). Na imagem térmica do dia 29 de maio constatam-se temperaturas mais homogêneas (cor maioritariamente azul), com valores de aproximadamente de 30°C, podendo observar-se, não só algumas patologias que provocam

manchas na fachada (Foto 6). As patologias refletem temperaturas mais elevadas, uma vez que a fachada não teve exposição direta por tempo suficiente no momento do levantamento, ou seja, constata-se ainda a humidade noturna presente na fachada. Quanto menor a exposição térmica, maior a temperatura no setor da infiltração, enquanto que, e como se observou no dia 21 de fevereiro de 2020, com o aumento da temperatura incidente na fachada e absorção de calor, as infiltrações apresentam-se com temperaturas inferiores devido à sua evaporação (Takeda & Mazer, 2018)¹². Também é visível na guarda do varandim as diferenças térmicas na pedra que se encontra mais escura a amarelo (mais quente) e a mais clara a azul (menos quente), ou seja, quanto mais escura a cor, mais calor absorve.

Por seu turno, a fachada Este do edifício B é constituída por estrutura em alvenaria, com reboco branco, soleira dos vãos em pedra e moldura superior em barro, caixilhos em madeira branca (à exceção das pequenas janelas que se encontram na parte inferior da fachada, com gradeamento, e que apresentaram o caixilho em alumínio branco) e ainda, uma entrada principal que é efetuada através de um pequeno pórtico em pedra e telhas em cerâmica. A

¹⁰ A fachada voltada a oeste observa a existência de alguns pormenores construtivos salientes em calcário, razão pela qual não se realiza neste artigo uma análise global desta fachada.

¹¹ A presença de uma patologia pode encontrar-se na origem da redução da taxa de transporte de calor no material, sendo assim detetada na superfície. Assim defeitos ou anomalias podem ser identificados por comparação nos setores próximos ou circunvizinhos de uma fachada (Bauer et al., 2014).

¹² De acordo com Maldaque (2001), em termos gerais, um Delta-T de 2° C já identifica possíveis anomalias, enquanto um Delta-T de 4° C já é uma forte evidência de um comportamento anormal, algo que se observa na fachada do edifício E.

título de exemplo no dia 29 de maio, as temperaturas da fachada deste edifício apresentam-se bastante homogêneas (Figura 3), tanto que esta se apresenta como uma mancha verde, quase uniforme. Observam-se temperaturas mais baixas no setor voltado a norte, tanto nas águas da cobertura que, devido ao seu declive, não permite uma incidência direta da luz solar, como nos contornos da pedra e do barro que se encontram a circundar os vãos, pois, sendo estes salientes, provocam pequenas bolsas de ar menos quente onde a luz solar não incide diretamente (a azul). Já o lado oposto, voltado a sul é o que apresenta nessas mesmas saliências, a temperatura mais elevada (amarelo e vermelho), observando-se que o caixilho de madeira branca se apresenta ligeiramente mais frio que o próprio vidro, resultado de o facto de a madeira ser um material com inércia térmica fraca, podendo esta facilmente oscilar as suas temperaturas, ao contrário do vidro. Na cobertura, podem observar-se duas pequenas claraboias em vidro, que apresentam, e isto em função da orientação e o ângulo da sua exposição solar, uma área mais quente e outra mais fria.

Já o edifício C, em alvenaria, rebocado e com pintura branca, permite-nos observar a suas fachadas orientadas a este - na rua Alexandre Herculano - e, a sul - na rua Venâncio Rodrigues (Figura 3), apresentando esta última um extenso revestimento vegetal (hera). Nesta fachada lateral, e mesmo tendo em consideração que se encontra exposta a sul, observam-se, no dia 29 de maio, significativas manchas verdes e azuis que se devem à presença da vegetação, já que esta proporciona elevada irradiação, apresentando-se assim as temperaturas mais baixas. Também os caixilhos em madeira branca apresentam uma temperatura inferior à do vidro, o que faz com que este seja facilmente perceptível na imagem, bem como a pequena guarda metálica em todos os vãos, que mostra pontos mais quentes na sua junção com a pedra.

Na difícil tentativa de sintetizar muita da informação recolhida, pode, porém, retirar-se algumas indicações que foram sendo referidas na abordagem preliminar na análise dos registos obtidos, e onde se pode constatar que, e à exceção do edifício C, as temperaturas máximas registadas são superiores no momento em que teoricamente deveria ser mais frio - 21 de fevereiro -, facto que parece refletir uma reação direta das temperaturas das fachadas à radiação recebida no momento. O edifício B, continua

a apresentar uma fachada térmica homogênea e também a sua mancha se mantém quase uniforme (Figura 3 - 21/02/2020). Verifica-se a mesma tendência da campanha anterior, com temperaturas mais baixas nas águas da cobertura e nos contornos da pedra e do barro. Por seu turno, constata-se no portão da garagem, a vincada passagem de ar frio (azul) na parte inferior, o qual se deve ao ar mais frio vindo do interior do edifício (cfr. Foto 2). Na lateral esquerda do portão do edifício D, onde se observa uma régua em alumínio branco é assinalada a vermelho na imagem térmica, verificando-se uma temperatura mais elevada do que na lateral direita do portão, devido à sua exposição e incidência solar de Sul e à referida condutividade do alumínio.

Na generalidade, os aumentos de temperatura observados, dever-se-ão à hora de levantamento, (observava-se já uma exposição solar com cerca de 3 horas e, mesmo tendo em consideração que estávamos no inverno, este dia apresentava-se relativamente quente para a época do ano (21°C) e com céu limpo (IPMA, 2020). Porém, também deve ser considerada a inércia térmica dos materiais aquando da análise do levantamento, uma vez que existem materiais com elevada inércia, como a alvenaria que constitui as paredes e a pedra calcária por norma presente nas molduras de vãos e, por isso, diminuem a dissipação de calor. No entanto, o edifício C, sendo o único a apresentar um decréscimo bastante relevante na temperatura máxima, com menos 9.2°C, e uma vez que os edifícios de exposição Este (B e C) não apresentaram uma diferença significativa nas temperaturas máximas, deve deduzir-se que, ou o sistema de construção das paredes existentes não apresenta capacidade para reter com tanta eficácia a temperatura, ou então que a hera da fachada identificada no levantamento de dia 29 de Maio (esta encontrava-se seca à data do último levantamento - 21 de Fevereiro), parece definir-se como o principal fator diferenciador.

Quanto às diferenças mínimas, pode verificar-se a existência de uma discrepância relativamente às temperaturas máximas do levantamento de Inverno, bem como a diferença entre ambos os levantamentos, também apresenta diferenças elevadas, isto é, no edifício B verifica-se um decréscimo de 6.6°C da primavera para o inverno, no edifício C a diferença é de 4.4°C, e por fim, o edifício E com menos 16.6°C no inverno. Estas descidas podem justificar-se com a observação de temperaturas mínimas de inverno

serem baixas (10°C de temperatura mínima para o dia 21/02/2020) e o período de calor ser relativamente curto. Assim, os materiais que se encontram com maior sombreamento, poderão facilmente manter temperaturas mais baixas, independentemente de serem verificadas numa hora de calor mais elevado.

No entanto, uma das funções mais importantes que a termografia passiva acoplada a um drone pode vir a apresentar, e que foi um dos objetivos desta campanha exploratória, passa pela inspeção de fachadas e sistemas de revestimento em edifícios com altura elevada com difíceis condições de acesso relativamente ao levantamento de patologias do edificado. No caso particular do edifício E, e tendo em consideração que algumas patologias são observáveis sem necessidade de inspeção física ou radiométrica, o objetivo passou por identificar-se outros setores com patologias. Os termogramas obtidos pela câmara do drone, permitiu identificar outros setores (não visíveis da rua) onde o Delta-T era superior a 2°C, permitindo assim identificar rapidamente possíveis anomalias, observando-se outros setores que devem ter uma exploração posterior mais aprofundada.

7. Algumas reflexões

Sendo a termografia passiva uma técnica não intrusiva que permite visualizar a radiação infravermelha através de imagens térmicas visíveis e o facto de poder ser realizada a grandes distâncias das superfícies em análise, pode considerar-se bastante vantajosa na avaliação, não só do comportamento térmico dos materiais, cores e exposições das fachadas, mas também na identificação de patologias no edificado.

Na maioria das situações esta técnica tem sido desenvolvida em laboratório, em condições de análise bem definidas e por vezes em situações que podem mesmo ser consideradas “artificiais”. Assim, e no contexto de um projeto mais amplo sobre sustentabilidade urbana e na procura de novas abordagens interdisciplinares à reabilitação do edificado, e mesmo do próprio desenho urbano, desenvolveram-se duas campanhas de registo de imagens de termografia passiva sobre terreno, com a recolha e interpretação de situações reais em edificado de um setor da Coimbra da 1ª metade do século XX. Este estudo exploratório, que se destaca pela execução da técnica

em espaço urbano, obteve imagens através de uma câmara térmica equipada com um sensor Uncooled VOx Microbolometer acoplada a um drone, tendo sido realizadas duas campanhas que forneceram imagens que podem permitir, a baixo custo, apontar diferentes caminhos na reabilitação do edificado dos diferentes setores da cidade.

Com condições de temperaturas diferenciadas nos dias de campanha, tornou-se possível identificar os materiais constituintes e registar os diferentes padrões de temperatura e transição térmica entre eles, importância da orientação, exposição e cores diferentes, e ainda a passagem de massas de ar quente (e frio) do interior dos edifícios para o exterior, bem como de fontes de calor. Porém, e como um dos pontos fulcrais desta campanha, constatou-se que esta técnica permite a identificação de patologias que dificilmente são detetadas em edifícios altos com outro método (inspeção das fachadas através de elevadores ou mesmo através de operações de rapel, apresentam custos elevados e como pouco operacionais), o que torna o uso das câmaras de infravermelhos acopladas a drones, como uma das mais interessantes técnicas na localização de problemas estruturais nas fachadas, possibilitando uma manutenção atempada do edificado.

Algumas sondagens exploratórias sobre o funcionamento da termografia de infravermelhos relativamente aos materiais de construção, cor, tipo de revestimento, à variabilidade horária ou de exposições, foram efetuadas da melhor forma possível, mas, esperando que a muito curto prazo, possa ser efetivado um salto qualitativo nesta metodologia de análise. Este trabalho deve ser assim assumido numa lógica exploratória, com o desejo de se vir a concretizar uma base de estudo capaz de vir a sustentar no futuro de medidas de implementação de uma maior eficiência energética com o objetivo de procura do alcançar uma maior sustentabilidade urbana.

Bibliografia

- Bauer, E., Castro, E. K., Oliveira Filho, A. H., & Pavón, E. A. (2014). Critérios para aplicação da termografia de infravermelho passiva como técnica auxiliar ao diagnóstico de patologias em fachadas de edifícios. *Atas do 1º Encontro Luso-Brasileiro de Degradação em Estruturas de Concreto Armado* (pp. 266-277). S. Salvador da Bahia, Brasil.

- Bernardino, A. A. N. (2018). *Desempenho Térmico de Revestimentos de Cobertura Utilizando a Técnica da Termografia Thermal Performance of Roof Claddings using the Infrared Thermography* (Dissertação de Mestrado Integrado em Engenharia Civil, na área de Especialização em Construções). FCTUC, Coimbra.
- Binda, L., & Saisi, A. (2009). Application of NDTs to the diagnosis of Historic Structures. *Non-Destructive Testing in Civil Engineering*. Retrieved from c:%5CUser-%5CUuario%5CDesktop%5CPhD%5CPapers%5CBinda L., Saisi A. - Application of NDTs to the diagnosis of Historic Structures.pdf
- Castro, A. P. D. A. S. (2006). *Desempenho térmico de vidros utilizados na construção civil: estudo em células-teste* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>
- Chrzanowski, K. (2001). Evaluation of thermal cameras in quality systems according to ISO 9000 or EN45000 standards. *Thermosense XXIII*, 4360, 387-401. <https://doi.org/10.1117/12.421015>
- Clark, M. R., McCann, D. M., & Forde, M. C. (2003). Application of infrared thermography to the non-destructive testing of concrete and masonry bridges. *NDT and E International*, 36(4), 265-275. [https://doi.org/10.1016/S0963-8695\(02\)00060-9](https://doi.org/10.1016/S0963-8695(02)00060-9)
- Cortizo, E. C. (2007). *Avaliação da Técnica de Termografia Infravermelha para Identificação de Estruturas Ocultas e Diagnóstico de Anomalias em Edificações: Ênfase em Edificações do Patrimônio Histórico* (Dissertação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Escourrou, G. (1991). *Le Climat et la ville*. Paris: Nathan.
- Fox, M., Coley, D., Goodhew, S., & De Wilde, P. (2014). Thermography methodologies for detecting energy related building defects. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 40, 296-310. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2014.07.188>
- Ganho, N. (1998). *O clima urbano de Coimbra - Estudo de Climatologia local aplicada ao ordenamento urbano* (Tese de Doutoramento em Geografia Física). Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Gomes, J. (2014). *Estudo da inflamabilidade de madeiras para construção usadas na envolvente de edifícios* (Dissertação de Mestrado em Engenharia Mecânica na Especialidade de Produção e Projeto). Departamento de Engenharia Mecânica, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Gonçalves, J. C. S., & Duarte, D. H. S. (2006). Arquitetura sustentável: uma integração entre ambiente, projeto e tecnologia em experiências de pesquisa, prática e ensino. *Ambiente Construído*, 6(4), 51-81.
- Grinzato, E., Bison, P. G., & Marinetti, S. (2002). Monitoring of ancient buildings by the thermal method. *Journal of Cultural Heritage*, 3(1), 21-29. [https://doi.org/10.1016/S1296-2074\(02\)01159-7](https://doi.org/10.1016/S1296-2074(02)01159-7)
- Haralambopoulos, D. A., & Paparsenos, G. F. (1998). Assessing the thermal insulation of old buildings - The need for in situ spot measurements of thermal resistance and planar infrared thermography. *Energy Conversion and Management*, 39(1-2), 65-79. [https://doi.org/10.1016/S0196-8904\(96\)00176-8](https://doi.org/10.1016/S0196-8904(96)00176-8)
- IPMA. (2019). *Boletim Climatológico Maio 2019 - Portugal Continental*. 1-13.
- IPMA. (2020). *Resumo Climatológico Fevereiro de 2020*. 1-6.
- Lamberts, R. (2016). *Disciplina: ECV 5161 - Desempenho térmico de edificações (7ª ed.)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Lamberts, R., Dutra, L., & Pereira, F. O. R. (2014). *Eficiência Energética na Arquitetura*. Rio de Janeiro: Eletronbrás/ Procel.
- Maldague, X. (2000). Applications of Infrared Thermography in Nondestructive Evaluation. in P. Rastogi (Ed.), *Trends in Optical Non-Destructive Testing and Inspection* (pp. 591-633). Elsevier.
- Maldague, X. (2001). *Theory and practice of infrared technology for nondestructive testing*. New York: John Wiley & Sons.
- Marinoski, D. L. (2016). Desempenho Térmico de edificações. In R. Lamberts, *Disciplina: ECV 5161 - Desempenho térmico de edificações (7ª ed., s.p.)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Marques, D., Ganho, N., & Cordeiro, A. . M. . R. (2008). Clima local e ordenamento urbano: o exemplo de Coimbra. *Cadernos de Geografia*, 26/27, 313-323.
- Mendes, V. G. P. (2011). *Quantificação do Coeficiente de Transmissão Térmica de Vãos Envidraçados. Modelo de Cálculo* (Dissertação). Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.
- Meola, C., Carlomagno, G. M., & Giorleo, L. (2004). The use of infrared thermography for materials characterization. *Journal of Materials Processing Technology*, 155-156(1-3), 1132-1137. <https://doi.org/10.1016/j.jmatprotec.2004.04.268>
- Oke, T. R. (2006). Towards better scientific communication in urban climate. *Theor. Appl. Climatol.*, 84, 179-190.
- Oke, T. R., Mills, G., Christen, A., & Voogt, J. A. (2017). *Urban Climates*. Cambridge: University Press.
- Pedra, S. A. (2011). *Potencialidades da Termografia Infravermelha Aplicada ao Design do Conforto Térmico de Alvenaria Estrutural* (Dissertação de Mestrado). Escola de Design, Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Sales, R. do B. C. (2008). *Estudo de Compostos de Cimento Portland Utilizando o Ensaio de Frequência Ressonância*

- te Forçada e Termografia* (Tese). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Schiffer, S. R., & Frota, A. B. (2007). *Manual de Conforto Térmico*. São Paulo: Studio Nobel.
- Silva, F. A. M. da. (2016). *Diagnóstico da envolvente de um edifício escolar com recurso a análise termográfica* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Viana do Castelo.
- Sousa, L. F. R. de. (2010). *Aplicação de Termografia no Estudo do Isolamento Térmico de Edifícios* (Dissertação). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Spínola, S. (2015). *Caracterização Térmica de Pedras Naturais* (Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Geociências). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Suonketo, J., Korpi, M., & Aaltonen, A. (2009). *Detecting point of unintentional ventilation*. 7th International Symposium on Nondestructive Testing in Civil Engineering. Nantes, France.
- Takeda, O. T., & Mazer, W. (2018). Potencial da análise termográfica para avaliar manifestações patológicas em sistemas de revestimentos de fachadas. *Revista ALCONPAT*, 8(1), 38-50. <https://doi.org/10.21041/ra.v8i1.181>
- Tavukcuoglu, A., Duzgunes, A., Demirci, S., & Caner-Saltik, E. N. (2007). The assessment of a roof drainage system for an historical building. *Building and Environment*, 42(7), 2699-2709. <https://doi.org/10.1016/j.buildenv.2006.07.012>
- Weather Underground. (2020). UC.POLO I@ALTA - ICOIMBRA41. Retrieved from <https://www.wunderground.com/dashboard/pws/ICOIMBRA41>

Página deixada propositadamente em branco

Valores contemporâneos do património: A paisagem cultural das Terras do Barroso

Heritage's contemporary values: The cultural landscape of Terras do Barroso

Joana Capela de Campos

Pós-doutoranda em Turismo, Território e Patrimónios, CEGOT-UC;

Investigadora Integrada, Centro de Ecologia Funcional - Ciência para as Pessoas e o Planeta (História, Território e Comunidades), CFE-UC

joanacapela@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8644-8196>

Artigo recebido a 20 de maio de 2020 e aprovado a 26 de outubro de 2020

Resumo

A divergência sobre as ações de prospeção e exploração de lítio desenvolvidas a partir de 2012, nos concelhos de Montalegre e de Boticas, em Terras do Barroso (Portugal), levanta uma problemática radicada no âmbito do conhecimento e da interpretação do território.

Durante muitos séculos, o isolamento e o modo de viver em terras altas foram a tônica comum às comunidades barrosãs; a implementação pelo território obrigava, por um lado, a uma adaptação às condicionantes do lugar e, por outro lado, a um aproveitamento dos recursos disponíveis. No planalto barrosão, a inter-relação entre o homem e a natureza determinou uma unidade de paisagem reconhecida, construída ao longo dos séculos, cujo equilíbrio foi sendo estabelecido pela conjugação e interdependência entre as condicionantes físicas do lugar e a cultura própria destas comunidades, com os seus usos, costumes, tradições e formas de habitar.

Deste modo, este trabalho pretende contribuir para a compreensão do sistema da paisagem cultural das Terras do Barroso, enquanto unidade composta ao longo do tempo. Recorrendo a um mapeamento teórico e operativo da arquitetura da sua paisagem, identifica-se a inter-relação estabelecida entre as diversas valências, componentes e constantes, levantadas e consideradas para este exercício.

A pertinência da problemática - incidida sobre a necessidade de compreensão dos valores contemporâneos do património, como a paisagem cultural - perspetiva-se a partir do momento que importa articular uma hierarquia de valores, desde os económicos e ambientais, até aos culturais e naturais, para que a qualidade desejável das decisões públicas possa ser alcançada.

Palavras-chave: paisagem cultural, Terras do Barroso (Portugal), gestão sustentável de recursos, arquitetura da paisagem, unidade de paisagem.

Abstract

Divergences over the actions taking concerning lithium mining since 2012, in the municipality of *Montalegre* and *Boticas*, in *Terras do Barroso* (Portugal), highlight a problematic issue linked to the knowledge and the interpretation of the territory.

For many centuries, the isolation and the way of living in highlands were characteristics of the communities of *Barroso*; leading to an adaptation to the local conditions and to a utilisation of the resources available. On this high plateau, the inter-relation between man and nature defined an ancient landscape, whose balance was established by the combination and interdependence between the local physical conditions and the culture, with its customs, traditions and ways of living.

The aim of this work is to understand the cultural landscape system of *Terras do Barroso*, as a unit composed over time. The inter-relationships established between the diverse valences, components and evidence analysed for this study are identified through the rationale and operative mapping of the architecture of its landscape.

The relevance of this - established by the need to understand its heritage's contemporary values, such as cultural landscape - comes at the moment that it is important to articulate a hierarchy of values, from the economic and environmental to the cultural and natural, in order to guarantee the quality of public decisions.

Keywords: cultural landscape, *Terras do Barroso* (Portugal), sustainable management of resources, architecture of the landscape, landscape unit.

1. Introdução

A necessidade deste artigo surge a partir da problemática que tem vindo a ser tema dominante na região de Boticas e de Montalegre, desde 2012, com o início do contrato para prospeção e exploração de lítio, à luz do repto das alterações necessárias, prementes e globais para um eficaz processo de descarbonização.

De acordo com as teorias e diretivas, que têm vindo a ser estudadas e promovidas, com grande foco no Acordo de Paris de 12 de dezembro de 2015 (United Nations, 2015), o processo de descarbonização passa por um investimento em torno de tecnologias capazes de o revolucionar. Pretende-se reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e, sobretudo, consciencializar as populações para uma necessária e urgente mudança de hábitos, de modo a tentar inverter o ciclo de insustentabilidade que o planeta atravessa, reduzindo e minimizando o impacte verificado pelos nossos estilos de vida globalizados.

Uma das apostas internacionais, sob esse propósito, baseia-se numa eletrificação da economia. Nesse sentido, uma parcela que deve ser considerada nesta equação é o armazenamento de energia. À luz desta demanda, para se atingir a desejada ‘maturidade tecnológica’, nesta urgência da transição energética, encontra-se a discussão sobre a importância do lítio, da sua mineração e exportação, no contexto das baterias para armazenamento de energia.

Em Portugal, esta questão está a ser discutida, tendo em conta que o Governo assumiu o compromisso da neutralidade carbónica até 2050 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, 2019; República Portuguesa - Ambiente e Transição Energética et al., 2019, 2019).

No entanto, a génese do processo da exploração do lítio foi convocada em 2012 e tem vindo a demonstrar particular impacte devido ao estágio avançado do processo de exploração deste metal, na região das Terras do Barroso. A localização das minas¹ não se tem manifestado num processo pacífico, sobretudo pela reação da população local e pela

relatada falta de fiscalização e acompanhamento, por parte das entidades com responsabilidade e competências, nestas matérias. De facto, este processo emergente ainda se encontra num estado nebuloso, pela falta de esclarecimentos de várias ordens, científica e política, atendendo ao conteúdo de manifestações, denúncias e relatos da comunidade local², amplamente divulgados pela imprensa (Covas do Barroso, 2018; Lusa, 2019).

Todavia e em rigor, para o caso concreto, outra problemática concorre para o enquadramento que se estabelece na compreensão do modo de apropriação daquele território, votado muitas vezes ao isolamento e, não menos vezes, ao esquecimento.

Deste modo, o presente artigo pretende concorrer para a compreensão sobre a leitura contemporânea dos valores do património enquanto recurso de um território. Nesta linha, o seu propósito constitui-se como um contributo para essa leitura, a partir do estudo e mapeamento da paisagem cultural da região barrosã, tendo em conta a identificação e caracterização das suas valências, componentes e evidências. Será a partir da compreensão da composição da paisagem cultural do Barroso, que a gestão dos vários valores em causa pode ser perspetivada sobretudo na articulação entre, por um lado, a economia e o ambiente e, por outro lado, os valores culturais e naturais referenciados ao lugar.

No fundo, ambiciona-se que este trabalho possa ser uma mais-valia para que as decisões em curso e futuras sejam mais informadas, tentando religar *dois mundos*, como referia José Reis, “o da interpretação e do conhecimento do território e o das formas de lidar com ele através das políticas públicas. Não podem ser, como é evidente, coisas desligadas” (Reis, 2015, p. 107).

2. Caracterização da paisagem cultural do Barroso

O território das Terras do Barroso, em Portugal, conformado pelos concelhos de Boticas e Montalegre e o mais elevado da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, caracteriza-se por uma topografia acidentada, cujo aglomerado de serras é separado por grandes

¹ Cf. Informação comunicada pela Direção-Geral de Energia e Geologia, entre Junho de 2016 e Janeiro de 2020; rev29, 07/02/2020, de Nik Völker / Mapa do Minério para MiningWatch Portugal. Nik Völker (2016) - *O lítio no Norte e Centro: Mineração de lítio nos concelhos do Norte e Centro de Portugal: Áreas requeridas, atribuídas e em vias de atribuição para prospeção ou exploração desde 2016* [online], in <https://miningwatch.pt/>, acedido em 11/05/2020.

² Cf. (Movimentos associativos de Arcos de Valdevez, Braga, Boticas, Caminha, Coimbra, Covilhã, Fundão, Gouveia, Guarda, Lisboa, Montalegre, Seia, Viana do Castelo e Viseu, 2020a, 2020b); Mining Watch Portugal [online], in <https://miningwatch.pt/>, acedido em 11/05/2020.

depressões, por onde cursos de rios e ribeiras estabelecem o seu percurso. As bacias do Alto Cávado e do Alto Rabagão são constituídas por quatro barragens - a do Alto Cávado e a da Paradela, da primeira bacia hidrográfica, e a do Alto Rabagão (ou de Pisões) e a de Vendas Novas, da segunda.

O planalto barrosão está definido a norte pela Serra do Larouco (altitude de 1.525 metros), uma linha territorial estratégica e defensiva na margem direita do Alto Cávado, uma fronteira do país que se considera estar definida desde o início da nacionalidade³; a sul, pela Serra da Cabreira (altitude de 1.262 metros) e Serra do Barroso (altitude de 1.279 metros); a nascente, pela Serra de Leiranco (altitude de 1.104 metros); e a poente, pela Serra do Gerês (altitude de 1.546 metros), integrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês.

A diversidade dos ecossistemas é promovida pela variedade biológica, animal e vegetal, existente (ADRAT & MAFDR, 2018). A mancha florestal define-se pela predominância de carvalho-negral e pinheiros, pontilhadas com o aparecimento de teixo e, abaixo dos 800 metros de altitude, com manchas de carvalho. Nos *habitats* de beira-rio, os ecossistemas caracterizam-se pela predominância do videeiro ou bétula-branca, do salgueiro-negro, do azevinho, dos loureiros e manchas de cerejeira-brava. Da flora, destacam-se o lírio do Gerês, o lírio, os fetos, a falsa-cidreira, o mirtilo-eurasiano, a carqueja, a erva de São-Roberto, diversas urzes, o tojo e as giestas.

Estas terras do planalto barrosão acolhem uma fauna variada, que está adaptada às condições existentes, destacando-se o lobo ibérico, o corço do Gerês, diversas aves que aproveitam as florestas e encostas para a nidificação, como a águia-real e insetos de grande variedade como borboletas, escaravelhos e abelha ibérica. Nos *habitats* de rio é possível encontrar indivíduos de lontra-europeia.

Um dos aspetos essenciais para a adaptação das populações a estas terras e que caracterizam a sua interação com o lugar pauta-se pela domesticação e criação de gado bovino, suíno, caprino e ovino. Um dos maiores ativos das comunidades centrava-se no gado bovino com características genéticas endógenas e designados por raça Barrosã e Maronesa.

Por largos séculos, as povoações foram se adequando às exigências do clima rígido⁴ da terra fria transmontana, utilizando a montanha como proteção. As vertentes mais abrigadas dos ventos, com maior exposição ao sol e menor exposição à chuva e neve e a proximidade a cursos de água constituíram-se fatores de implantação das comunidades neste território.

O século XX conheceu o interesse académico sobre esta região, onde a luz se torna “mais crua, a terra mais dura e a gente mais retraída” (Ribeiro, 1998, p. 150), tendo sido realizados variados estudos para a sua caracterização etnográfica, geográfica e arquitetónica. Alguns estudos, como *Alto Trás-os-Montes*, de Vergílio Taborda (1932), *Etnografia Portuguesa*, de José Leite de Vasconcelos (1933), *Inquérito de Geografia Regional e Inquérito do Habitat Rural*, de Orlando Ribeiro (1938), *Inquérito à Habitação Rural - A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*, de E. Lima Basto, Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas (1943) ou ainda, *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril*, de Jorge Dias (1953), constituíram-se num suporte para outros que se lhes seguiram.

Entre 1955 e 1960, foi realizado o inquérito à arquitetura popular em Portugal, sendo feito um levantamento, análise e reconhecimento do território e das suas potencialidades (AAP-CDN, 1988). Pelos resultados obtidos, o inquérito realizado pelos arquitetos portugueses revelou que a arquitetura popular se constituía numa lição que a arquitetura portuguesa necessitava e num elemento essencial para o estudo do território, tornando-se ele próprio num complemento aos estudos já realizados. A equipa responsável pelo levantamento da Zona II, referenciada à região de Trás-os-Montes, era constituída pelo arquiteto Octávio Lixa Filgueiras e pelos estagiários Carlos Carvalho Dias e Arnaldo Araújo, encontrando naqueles estudos prévios uma base consistente e instrutória para a concretização da tarefa que lhes havia sido atribuída (Dias, 2013).

Nesta região de montanha, a cadência do tempo tornava-se numa chave de leitura para a própria vida. O elemento montanha seria, porventura, o mais relevante, cuja maior característica de imposição do meio geográfico - o isolamento - se transformava e resultava num modo de vida (Figura 1). O lugar, as

³ Sobretudo pela relação estratégica de implantação de três castelos para defesa do território, em Montalegre, Portelo (Santo André) e Piconha (Santa Maria das Júnias) - estes últimos desaparecidos (Capela de Campos, 2005, 2017).

⁴ Como lembra o ditado popular barrosão: “nove meses de Inverno e três de inferno” (Baptista, 2006, p. 49).



Figura 1
Outeiro (Montalegre).

Fonte: Ecomuseu de Barroso [online], in <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/freguesias/outeiro>.



Figura 2
Arranque da batata, em Padornelos (Montalegre).

Fonte: Autora, Fotografia: Ecomuseu de Barroso.

suas circunstâncias e condicionantes permitiam estabelecer uma realidade que se perpetuava no tempo, como verificaram os arquitetos do inquérito:

A vida repete-se em cada ano, e os anos contam-se de Inverno a Inverno. Porque, com a caída das primeiras neves, a vida vai-se recolhendo às casas. Depois, longos dias, as casas e os caminhos ficam como a serra, rendidos à neve. E até ao degelo, quando a vida recomeça inteira, é a submissão do homem (AAP-CDN, 1988, p. 121).

A vida em comunidade desenvolvia-se numa forma de resposta muito sábia às necessidades diárias, decorrentes das condições existentes, quer ambientais, quer materiais, quer topográficas, quer climatéricas, impostas no planalto barrosão. A partilha e a

rotatividade de responsabilidades, deveres e benefícios - as designadas *vezes* ou *vezeiras* -, aplicadas tanto à construção, manutenção e uso dos edifícios e espaços comunitários, como também à distribuição das atividades agrícolas e pecuárias essenciais (Figura 2), seriam uma opção popular de vida comunitária, que se constituiu numa forma de sobrevivência, ao longo dos séculos.

A perceção do espaço comum tornava-se num bem a valorizar e a preservar como uma ligação entre toda a comunidade, que se assumia responsável e beneficiária desse mesmo bem. O resultado formal poderá surpreender pela singularidade da interpretação da realidade envolvente, mas espaços e equipamentos comunitários eram necessários para respon-



Figura 3

Forno do Povo, Pedrário (Montalegre).

Fonte: Autora, Fotografia: Ecomuseu de Barroso.



Figura 4

Pitões das Júnias (Montalegre).

Fonte: Câmara Municipal de Montalegre [online], in <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/freguesias/pitoes-das-junias>.

der a funções essenciais, sobretudo, de base agropecuária.

Para os equipamentos havia grande empenho na construção e manutenção do forno, da igreja, da forja, do lagar, do alambique, da eira, das cortes do boi do povo (dedicado ao abrigo do boi comunitário), assim como também era demonstrado grande empenho na manutenção de pedras de afiar e amolar, fontes, lavadouros, largos, poços, caminhos, lamas do boi (terreno fértil de pasto dedicado ao boi comunitário) e dos terrenos de cultivo e de pastoreio.

A arquitetura popular procurava dar uma resposta muito prática às dificuldades e necessidades do dia-a-dia, tendo como suporte os recursos materiais da montanha, sobretudo, o granito e a madeira e, ainda, o excedente do cereal cultivado, o colmo. O

tempo despendido na elaboração da necessária resposta às diversas dificuldades focava-se na funcionalidade dos espaços.

Reflexo dessa vida comunitária barrosã, o edifício do Forno do Povo, distinguia-se do restante edificado pela sua condição e singularidade arquitetónica (Figura 3), inspirada nos templos românicos (Capela de Campos, 2005, 2017). Edifício essencial para a vida acontecer, nele a população juntava-se e revezava-se para cozer o pão de centeio, que constituiu a base da alimentação destas comunidades, por muitos séculos. Alguns destes edifícios ainda hoje cumprem a sua função, cozendo o pão, como o Forno do Povo de Pitões das Júnias (concelho de Montalegre). No entanto, os mais emblemáticos integram os

roteiros temáticos para visita turística, organizados pelo Ecomuseu de Barroso.

A economia do espaço e dos recursos seria organizada para que nada fosse desperdiçado, aproveitando tanto as condições naturais dos terrenos e das encostas, como dos recursos disponíveis ou adaptados. As comunidades dedicavam grande empenho às atividades pecuárias como a pastorícia e a criação de gado, com especial devoção ao gado bovino barrosão. As rotinas diárias dos rebanhos e das manadas comunitárias pautavam a marcação do tempo, no espaço edificado (ou não) das aldeias: pela manhã, saíam das cortes (alojamento dos animais) para o campo, passando pelos bebedouros dispostos pelos largos ou associados a cruzamentos ou edifícios essenciais (como o forno ou igreja), segundo a organização das aldeias; ao fim da tarde, voltavam para o devido descanso.

Neste contexto territorial, estas componentes enquadram-se numa disposição que lança pistas para uma visão de *ecologia humana* (Nazareth, 1993), onde a correlação estabelecida entre o homem e o meio geográfico, ao longo dos tempos, sublinha a transformação inerente a um processo de moldagem inter-relacional entre o homem e o seu meio geográfico. O homem molda a natureza à sua volta, que por sua vez, o determina na sua ação, estabelecendo um *ponto de encontro entre o homem e a natureza* constante (Serrão, 2014), ou seja, a construção de uma paisagem ao longo do tempo (Figura 4).

A contextualização de valências ou dimensões, como a territorial, a ecológica, a sociocultural e a económica, pela articulação e interdependência de todas as componentes, referenciadas a este lugar geográfico, tanto as naturais como as humanas, contribuem para definir a paisagem cultural do Barroso como um sistema singular e unitário. Por conseguinte, o estudo desta paisagem cultural e das suas diversas componentes, como a arquitetura popular, a vida comunitária e as atividades agro-silvo-pecuárias, dá o seu contributo nesse sentido, a partir do exercício que estas comunidades de montanha desenvolveram ao longo dos séculos, em estreita ligação e inter-relação com o meio e com as condições inerentes ao lugar ou, como referia Orlando Ribeiro, no “jeito de afeiçoar a terra a uma vida em comum” (1998, p. 134).

3. Valores contemporâneos do património

Desde a década de 60 do século XX que, no âmbito da paisagem, a UNESCO reconhece que os sítios e as paisagens estão sujeitos a um rápido processo de desenvolvimento e de progresso tecnológico. Em 1962, a UNESCO assumia a paisagem como *património cultural, estético e vital* das regiões de todo o mundo, *por formarem parte do ambiente natural das comunidades*, através da *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*. Trinta anos passados e com a devida evolução conceptual, a paisagem passava a ser estabilizada como património cultural, a partir de 1992, no texto da Convenção do Património Mundial da UNESCO, assumindo-se como sendo o primeiro instrumento político a reconhecer as *paisagens culturais* (World Heritage Committee, 2018, pp. 22-23).

Também o Conselho da Europa, com o respaldo de um instrumento político pela adoção da Convenção Europeia da Paisagem assinada em Florença em 2000, alinhava-se com os propósitos da UNESCO, ao pretender promover a proteção, o planeamento e gestão das paisagens europeias. Adicionalmente, com a adoção da Convenção-Quadro de Faro relativa ao valor do património cultural para a sociedade, de 2005, o Conselho da Europa assumia uma perspetiva e compromisso para futuro, assente na importância e no valor que o património cultural tinha e deveria ter para a sociedade europeia contemporânea, para as novas gerações e para o desenvolvimento humano em geral (Martins, 2009). A partir da ideia de uma cultura aberta e universalista enquanto marca identificadora, a cultura europeia congrega uma diversidade cultural, onde todas as formas de património devem ser conhecidas e valorizadas.

No seguimento da ratificação das Convenções Europeias, Portugal estabeleceu uma Rede Nacional de Áreas Protegidas⁵, onde o Parque Nacional da Peneda-Gerês (classificado desde 1971 e tendo 20% da sua área no concelho de Montalegre⁶) consta como sendo a primeira área assinalada na lista.

Pela sua localização estratégica de fronteira, o Parque Nacional da Peneda-Gerês constituiu juntamente com o Parque Natural da Baixa Limia

⁵ Cf. ICNF (2007) - *Áreas Protegidas*, [online], in <http://www2.icnf.pt/portal/ap>, acessado em 18/04/2020.

⁶ Cf. (ADRAT & MAFDR, 2018, p. 7).



Figura 5

Negrões (Montalegre).

Fonte: Câmara Municipal de Montalegre [online], in <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/freguesias/negroes>.

(Galiza, Espanha), a Reserva Transfronteiriça Gerês-Xurés⁷ que, desde 2009, integra a Rede Mundial da Reserva da Biosfera, no âmbito do programa lançado pela UNESCO em 1971 intitulado Homem e Biosfera. Como refere o Comité Nacional para o Programa, as funções de uma rede de biosfera pretendem abranger três tópicos de abordagem:

A conservação da diversidade genética das espécies, ecossistemas e paisagens e a salvaguarda da diversidade cultural; um desenvolvimento social, cultural e ecologicamente sustentável em função das necessidades do território e da população local; e contribuir para a investigação científica, monitorização, capacitação, divulgação, educação e sensibilização ambiental e aplicação de modelos de desenvolvimento sustentável (Comité Nacional MaB, 2018, p. 2).

Adicionalmente, o Parque Nacional da Peneda-Gerês também faz parte da Rede Natura 2000⁸, uma rede ecológica assente nas Diretivas Aves e Habitats e constituindo-se como sendo o principal instrumento para a preservação e conservação da natureza para o espaço da União Europeia.

⁷ Cf. Gerês-Xurés Reserva da Biosfera Transfronteiriça (27/09/2018) - *Gerês-Xurés Transboundary Biosphere Reserve*, [online], in <https://www.reservabiosferageresxures.eu/en>, acessado em 20/04/2020.

⁸ A Diretiva Aves confere Zonas de Proteção Especial para garantir a proteção de aves e dos seus habitats, bem como das aves migratórias e a Diretiva Habitats confere Zonas Especiais de Conservação para assegurar a biodiversidade no espaço da UE, através da conservação dos habitats naturais e dos de espécies da flora e da fauna selvagens ameaçadas. Cf. *European Commission (05/03/2020) - Natura 2000*, [online], in https://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/index_en.htm, acessado em 28/04/2020.

Todos estes *layers* de proteção e conservação, elencados em programas e instrumentos políticos internacionais e nacionais de ordenamento do território, vêm adensar o nível de interesse que as autoridades nacionais, regionais e locais demonstram ter com a proteção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, presentes nesta região.

Todavia, não são apenas direcionadas as atenções para a importância destas especificidades da natureza. Também as atividades humanas, assentes no comunitarismo barrosão, têm vindo a despertar interesse pelo equilíbrio que promovem entre o meio geográfico e a promoção do desenvolvimento económico sustentável desta região, tendo em conta a qualidade de vida das populações.

As aldeias do planalto do Barroso apresentam características semelhantes na abordagem ao território: a circunstância do meio e o isolamento das comunidades ao longo de grande parte do ano, devido às neves prolongadas. Esta circunstância foi a regra, até à segunda metade do século XX. Em consequência, as comunidades promoveram especificidades não só do ponto de vista arquitetónico e da relação com o espaço comunitário organizado, como também com as práticas e costumes de gestão e produção de uma economia própria do lugar e baseada nas possibilidades e contingências da montanha, racionalizando meios e recursos sem desperdícios.

O modo de vida nesta região traduziu-se em particularidades e especificidades próprias que têm vindo a ser reconhecidas nacional e internacionalmente, com a atribuição de prémios e com a inscri-

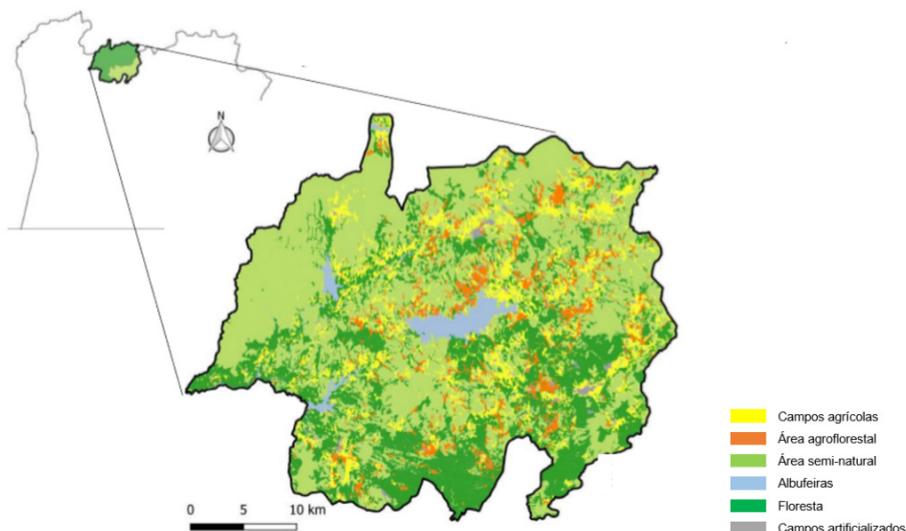


Figura 6

Meio geográfico da região do Barroso (norte de Portugal), com a indicação do uso e da ocupação do solo, inscrito como Sistema Importante do Património Agrícola Mundial (Fonte: COS2007).

Fonte: (ADRAT & MAFDR, 2018, p. 2 e 13).

ção destas áreas em sistemas de reconhecimento mundial.

O Sistema Agro-Silvo-Pastoril do Barroso, abrangendo os municípios de Boticas e de Montalegre (Figuras 6 e 7), foi reconhecido como Sistema Importante do Património Agrícola Mundial⁹, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, durante o 5.º Encontro do Grupo de Consultores Científicos, ocorrido entre 23 e 25 de novembro de 2017. Promovida pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR), a candidatura foi desenvolvida pela Associação de desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT).

Cinco aspetos foram sublinhados para evidenciar a importância global deste sistema de património agrícola: pelo facto de se basear numa agricultura extensiva desenvolvida em harmonia com o contexto do lugar; a notável interação agro-ecológica entre pastagens, produção agrícola e floresta; o conhecimento residente nas famílias de agricultores, passado de geração em geração, que capacita a garantia, a manutenção e a continuidade da produção; o sistema social comunitário; e, o recurso genético único dos animais endémicos (ADRAT & MAFDR, 2018, pp. 6-7).

Outro reconhecimento internacional, na categoria educação, formação e sensibilização, constituiu-se na atribuição do Prémio Europa Nostra 2016 ao Planalto da Mourela, localizado no concelho de Montalegre, na área oriental do Parque Peneda-Gerês, que recebeu a distinção com o projeto “A conservação dos urzais e o desenvolvimento sustentável no Planalto da Mourela”. Abrangendo sete baldios localizados em Outeiro, Covelães, Paredes do Rio, Pitões das Júnias, Tourém, Sezelhe e Travassos, o júri do prémio destacou a importância da paisagem cultural desta região, bem como a importância das atividades das suas comunidades, que contribuem harmoniosamente na criação e manutenção desse ambiente natural, constituinte do património europeu¹⁰.

No âmbito deste projeto, o município, com a colaboração do Ecomuseu do Barroso, pretendia trabalhar as tradicionais práticas locais de gestão dos matos, como o roço, o fogo controlado e o controlo de giestas com o gado ou vezeiras, potenciando a gestão da limpeza das áreas de mato. Objetivamente, dois propósitos estariam na base deste projeto de sustentabilidade, por um lado, contribuir para a diminuição do risco de incêndio florestal na zona e, por outro lado, incentivar a criação de gado

⁹ Cf. FAO-GIAHS (07/12/2017) - *Barroso Agro-Silvo-Pastoral System*, [online], in <http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/europe-and-central-asia/barroso-agro-silvo-pastoral-system/en/>, acedido em 01/04/2020.

¹⁰ Cf. European Heritage Europa Nostra Awards (07/04/2016) - *Sustainable Development of Mourela Plateau in Peneda-Gerês National Park*, [online] in <http://www.europeanheritageawards.eu/winners/sustainable-development-mourela-plateau-peneda-geres-national-park/>, acedido em 07/04/2020.

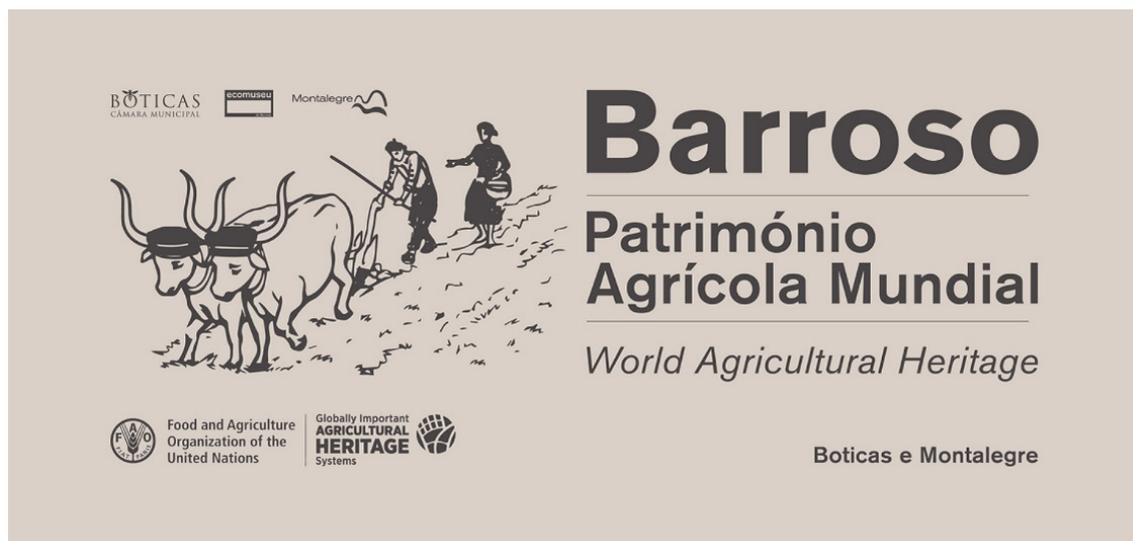


Figura 7

Barroso | Património Agrícola Mundial.

Fonte: Câmara Municipal de Montalegre [online], in <https://www.cm-montalegre.pt/pages/952>.

caprino (sobretudo), tendo em conta a manutenção da limpeza do mato. Para tal, adaptaram uma casa florestal num centro de interpretação pedagógica para a importância deste legado tradicional e cultural para as comunidades de montanha e, adicionalmente, criaram percursos com uma vertente mais turística e de lazer.

Estas distinções internacionais, que reconhecem e compreendem o valor intrínseco a este sistema de interação das comunidades com o território, podem estar a reconhecer simultaneamente o contributo destas comunidades em alcançar o Objetivo 11 para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, que pretende “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (United Nations General Assembly, 2015, p. 14).

Em rigor, a tipologia destas distinções internacionais aferem a capacidade de inter-relação que estas comunidades demonstram ter com o seu *habitat*, onde a valorização da sua paisagem como matriz cultural - ou da sua forma de estar na terra¹¹ -, vai para além da responsabilidade sociocultural, estabelecendo-se numa necessidade básica comunitária para que a vida do dia-a-dia possa acontecer.

¹¹ O concelho de Montalegre concorreu à 9.ª edição do concurso 7 *Maravilhas de Portugal*, que, em 2020, apostando no tema Cultura Popular. Cf. Câmara Municipal de Montalegre (15/04/2020) - *Concelho | 7 Maravilhas da Cultura Popular - Nomeados*, [online] in https://www.cm-montalegre.pt/pages/823?news_id=4681, acedido em 17/04/2020; Câmara Municipal de Montalegre (30/08/2020) - *“Sexta 13” Promoção | Torres Novas*, [online] https://www.cm-montalegre.pt/pages/823?news_id=4767, acedido em 03/09/2020.

4. A arquitetura da paisagem: o sistema da paisagem cultural do Barroso

Pensando numa analogia ao que Aldo Rossi entendia como *a arquitetura da cidade* (Rossi, 2001), estipulamos a arquitetura da paisagem como a construção da paisagem ao longo do tempo. Nesta leitura, a paisagem é entendida como uma criação que se vai estabelecendo por adição, subtração e alteração, que vai permanecendo por uma ideia e/ou necessidade. Assim como a cidade, a paisagem é uma criação do homem.

No entanto, a negociação para a sua concretização vai articulando a composição entre os diversos elementos físico-naturais, topográficos, hidrográficos, vegetais, animais e elementos humanos, construídos, sociais, culturais, económicos. Porque se constitui como parte do território do homem, não está isenta à transformação, enquanto constante da evolução e do tempo - mesmo quando apenas sujeita a uma intervenção mental humana. Como explicava James Corner (1999, 2002), a paisagem é um fenómeno cultural que está para além da imediata compreensão sem que haja um exercício de mapeamento, ou seja, sem que haja uma perspetiva ou um ato construtivo para que se compreenda o seu valor.

A definição de paisagem cultural avançada pelo Comité do Património Mundial, entende que esta se constitui como sendo um bem cultural

representando as “obras conjugadas do homem e da natureza” (World Heritage Committee, 2018, p. 22) e conforma a evolução dessa conjugação homem-natureza, ao longo do tempo, tendo em conta a influência de quatro condicionantes, a física e/ou ambiente natural, a social, a económica e a cultural.

A leitura sobre as condicionantes equaciona um entendimento analítico sobre os requisitos que determinam o existente. No entanto, se enquadrarmos essas condicionantes também como valências, a compreensão sobre o existente admite a possibilidade da valorização desses requisitos. Por outras palavras, se a análise do existente for ajustada por um foco duplo entre condicionante e valência, o existente adquire uma perspetiva de matriz individualizada com os traços de uma identidade.

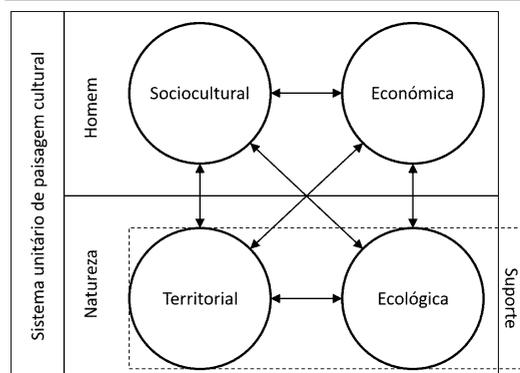
Para o caso deste ponto de encontro entre o homem e a natureza, em Terras do Barroso, a sua identidade assume uma dimensão temporal, no sentido em que a sua paisagem foi permanecendo e resistindo às transformações de um mundo cada vez mais globalizado e tendo em conta que o isolamento foi uma constante verificada pelas suas comunidades, ao longo e durante muito tempo. Deste modo, as transformações ou adaptações concretizadas foram sendo, paulatinamente, absorvidas, incorporadas e integradas no sistema, tornando-se parte dele.

A integridade sócio-funcional, estrutural e visual¹² do sistema foi sendo alcançada de um modo evolutivo, pela dinâmica estabelecida entre a inter-relação entre o homem e o meio geográfico ao longo do tempo. Mesmo num mundo cada vez mais globalizado, a especificidade e a singularidade da paisagem cultural do planalto barrosão assume contornos de sistema unitário, cuja identidade é revelada pelo conjunto de todas as suas características, condicionantes, dinâmicas, valores e significados, interdependentes entre si e estabilizadas ao longo do tempo.

Este entendimento também foi assumido pela equipa que coordenou o estudo realizado em 2002, com o objetivo de identificar e caracterizar os grupos e as unidades de paisagem em Portugal Continental, classificando estas terras barrosãs no grupo B, cuja localização geográfica corresponde a Montes entre Larouco e Marão, bem como, na Unidade de Paisagem 13, dedicada às Serras do Larouco e Barroso

Quadro 1

Dinâmicas inter-relacionais entre as valências de composição do sistema da paisagem cultural do Barroso



Fonte: Autora.

exclusivamente (Cancela d’Abreu, Correia, & Oliveira, 2004b, p. 87-98).

Nesse sentido, um possível mapeamento para a compreensão do sistema da paisagem cultural das Terras do Barroso assenta na estruturação das suas valências¹³ segundo a identificação da sua matriz cultural. Este exercício consubstancia-se numa teorização do existente - a partir de pesquisas, levantamentos, observações, análises e interpretações - para se compreender e valorizar os benefícios que este sistema demonstra ter, para a sua conservação, manutenção e sustentabilidade.

Uma rede complexa de categorias identificadoras e únicas, estabelecida por condicionantes, circunstâncias e atividades, humanas e naturais, em permanente articulação de suporte¹⁴ e de interdependência entre si, permite desenhar o sistema unitário e relacional desta paisagem, tendo em conta a estruturação das suas valências que se organizam por diversas componentes, por sua vez determinadas pela caracterização das suas constantes ou evidências (Campar de Almeida, 2006).

Pese embora as evidências que caracterizam esta estruturação se constituam interdependentes - como se verifica nas abordagens de *perspetiva global* da ecologia humana (Nazareth, 1993) -, é possível estruturar o sistema da paisagem cultural do Barroso em quatro valências de inter-relação, a territorial, a ecológica, a sociocultural e a económi-

¹² Por uma questão operativa, entende-se *integridade sócio-funcional, estrutural e visual* à luz da definição concretizada por Jukka Jokilehto (2006, p. 14).

¹³ No estudo referenciado, a nossa categoria de análise ‘valência’ corresponde à categoria ‘dimensão’. Cf. (Cancela d’Abreu, Correia, & Oliveira, 2004a).

¹⁴ À luz da premissa de Le Bossé, em que “o lugar é considerado o suporte essencial da identidade cultural, (...) que ancora a pessoa humana (...) na sua geograficidade” (2013, p. 225).

Quadro 2

Mapeamento do sistema da paisagem cultural do Barroso

Valências		Componentes	Evidências/Constantes	
Paisagem Cultural do Barroso	Suporte e interdependência	Territorial	Localização	Portugal, região de Trás-os-Montes e Alto Douro Concelhos de Boticas e Montalegre Abrange parte do Parque Natural da Peneda-Gerês (Minho e Trás-os-Montes) e Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurês
			Relevo	Planalto barrosão: definido a norte pela Serra do Larouco (alt. 1.525m); a sul pelas Serras da Cabreira (alt. 1.262m) e Serra do Barroso (alt. 1.279m); a nascente pela Serra de Leiranco (alt. 1.104m); e a poente pela Serra do Gerês (alt. 1.546m) Bacias hidrográficas: Alto Cávado (Barragens do Alto Cávado e da Paradela) e Alto Rabagão (Barragens do Alto Rabagão ou de Pisões e a de Vendas Novas)
			Clima	Temperado, dominado pelo planalto de terra fria, montanha e transição da terra fria
	Interdependência	Ecológica	Diversidade de Ecossistemas	Floresta: predominante de carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>), carvalho (<i>Quercus robur</i>) (alt. >800m) e pinheiros (<i>Pinus pinaster</i>); teixo (<i>Taxus baccata</i>); habitats de beira-rio com videeiro ou bétula-branca (<i>Betula celtiberica</i>), salgueiro-negro (<i>Salix atrocinerea</i>), azevinho (<i>Ilex aquifolium</i>), loureiros (<i>Laurus nobilis</i>) e cerejeira-brava (<i>Prunus avium</i>) Flora: lírio do Gerês (<i>Iris boissieri</i>), lírio (<i>Lilium matagon</i>), fetos (<i>Woodwardia radicans</i>), falsa-cidreira (<i>Melittis melissophyllum</i>), mirtilo-eurasiano (<i>Vaccinium myrtillus</i>), carqueja (<i>Pterospartum tridentatum</i>), erva de São-Roberto (<i>Geranium robertium</i>), urzes (<i>Erica australis</i> subsp. <i>Aragonensis</i> e <i>Erica umbellata</i>), tojo (<i>Ulex minor</i>), giestas (<i>Cytisus scoparius</i> e <i>Cytisus striatus</i>) Fauna: lobo ibérico (<i>Canis lupus signatus</i>); corço (<i>Capreolus capreolus</i>) (Gerês); pássaros cartaxo-norتنهو (<i>Saxicola rubetra</i>), escrevedeira-amarela (<i>Emberiza citrinella</i>), picanço-de-dorso-ruivo (<i>Lanius collurio</i>), narceja-comum (<i>Gallinago gallinago</i>), gralha-de-bico-vermelho (<i>Pyrrhocorax pyrrhocorax</i>), tartaranhão (<i>Pernis apivorus</i> e <i>Circus cyaneus</i>), águia-real (<i>Aquila chrysaetos</i>); lontra-europeia (<i>Lutra lutra</i>); borboletas, escaravelhos e abelha ibérica (<i>Apis mellifera iberiensis</i>); gado de raça Barrosã e Maronesa; porco de raça Bisara; cabras serranas e bravias; cavalos de raça Garrana Polinização
			Vida Comunitária	Isolamento: partilha de responsabilidades, deveres e benefícios (vizinhos) <i>Veze</i> ou <i>vezeira</i> Boi do Povo, Corte e Lamas do Boi Rebanhos comunitários Colmador, Quentador, Zeladora, Soqueiro, Sapateiro, Alfaiate
			Arquitetura popular	Lagar, Corte do Boi, Moinhos de Herdeiros, forja, eira, espigueiros, cruzeiros, tanques e lavadouros Forno do Povo (edifício, estrutura e cobertura em granito) Cápeas, guarda-ventos e latas (pormenores construtivos das coberturas primitivas de colmo)
	Económica	Sociocultural	Património cultural	Arquitetura popular e vivência comunitária Ponte da Misarela Mosteiro de Santa Maria das Júnias Castelo de Montalegre
			Tradições, festas e rituais	Festa do Fumeiro, Chega de Bois e Noite das Bruxas (Montalegre) São João da Fraga (Pitões das Júnias) Carrejada (Cabril), Segada e Carrada (Solveira) Artesanato de burel Caminhos de Santiago
			O "espírito do lugar"	Atividades educativas e de recreação (tradições, festas, rituais, mitos e lendas) Serviços culturais e reconhecimento territorial Ecoturismo Memória dos castelos de Portelo (Santo André) e Piconha (Santa Maria das Júnias)
	Económica	Económica	Atividade primária	Agricultura: cultivo de cereais de sequeiro (centeio), batata, couve, cabaças e nabos; produção de castanha Pecuária: criação de gado (suíno, caprino, ovino, bovino, aves), pastorícia e apicultura Floresta, mato, lameiros, pastagens e baldios Recursos genéticos endógenos (raça barrosã) Recursos bioquímicos Recursos naturais (água, madeira)
Atividade ecoturística			Prêmios e distinções internacionais: UNESCO, Europa Nostra Roteiros ecoturísticos Património cultural e natural Ação educativa (Ecomuseu de Barroso) Festas, feiras e artesanato Produtos alimentares (fumeiro, carne, vegetais, cogumelos, mel)	

Fonte: Autora.

ca. No entanto, assumindo que o espaço físico se constitui na base de referência e de atuação do homem e, por conseguinte, o suporte da sua vivência, mas também num suporte para a construção de uma identidade sociocultural (Benedetti, 2011), equaciona-se a subdivisão das quatro valências entre aquelas

que, para além de apresentarem uma interdependência no sistema, também se consideram de suporte para as demais.

Deste modo, a valência territorial permite identificar a localização e organização do espaço referencial e caracterizar a circunstância natural do

lugar, através de componentes como relevo e clima e, portanto será uma valência de suporte para as restantes, para além da sua interdependência com as demais. Pela mesma lógica se considera a valência ecológica como valência de suporte e de interdependência, permitindo englobar todos os aspetos do património natural e aferindo a diversidade dos ecossistemas presentes na região.

As restantes valências conformam-se pela sua interdependência e pela sua integração com o meio geográfico e natural. A valência sociocultural permite articular as formas de adaptação e de resposta das comunidades, à resiliência necessária para se habitar estas terras, enquadrando componentes como vida comunitária, arquitetura popular, património cultural, tradições, festas e rituais e, ainda, o espírito do lugar¹⁵. Por fim, a valência económica permite aferir os benefícios, serviços e produtos obtidos e promovidos neste sistema unitário, a partir das componentes atividade primária e atividade ecoturística.

Deste modo, os Quadros 1 e 2 constituem-se numa síntese não exaustiva, para a possibilidade do exercício de mapeamento proposto, que nos permite articular, de um modo geral, todas as valências, componentes e constantes identificadas do sistema da paisagem cultural do Barroso, ficando disponível para que outras leituras possam ser avançadas, tanto por adição e complemento como por contraste.

5. Considerações finais para o equilíbrio na gestão de valores e de recursos

A inter-relação estabelecida, ao longo dos séculos, entre as comunidades barrosãs e o seu contexto territorial, demonstra a compatibilidade e a complementaridade existentes entre a conservação e manutenção dos valores presentes nos ecossistemas e as diversas atividades socioculturais e económicas. A verificação dessa compatibilidade e complementaridade evidencia a capacidade, por um lado de adaptação ao contexto, desenvolvida por estas comunidades, e, por outro lado para uma gestão sustentável dos recursos ecológicos, económicos e sociais.

Adicionalmente, a lógica do reconhecimento nacional e internacional de fazer sobressair as

características e especificidades, que permitem estabilizar as Terras do Barroso como um sistema unitário de paisagem cultural, promove e contribui para o seu processo de patrimonialização. Em rigor, quanto mais profundo for o elo de interligação entre as populações e comunidades e o seu meio geográfico, não só pela vivência, mas também pelo conhecimento que detêm sobre esse meio, maior será a sua compreensão e, conseqüentemente, a necessidade de proteção e de salvaguarda de todas as características e especificidades desse sistema.

A capacidade que o sistema integrado da paisagem cultural barrosã demonstra em articular todos os aspetos da vida e da cultura comunitária, desde a arquitetura, à agricultura, aos usos, tradições e costumes com o território, evidencia o seu equilíbrio de unidade: por um lado, a atividade humana sobre o território absorvia e extraía do meio, apenas o necessário, para que a vida pudesse acontecer dia-a-dia; por outro lado, a atividade humana foi sendo integrada no território, que se foi moldando e evoluindo, paulatinamente, pela vivência do homem que o habita.

Deste modo se verifica que a importância reconhecida aos ecossistemas presentes em Terras de Barroso tem permitido dar a compreender e reconhecer, em simultâneo, a importância da vivência sociocomunitária e do seu papel para a conservação desses habitats e biodiversidade.

A interdependência entre as quatro valências consideradas, a territorial, a ecológica, a sociocultural e a económica, admitem o enquadramento e a estruturação do equilíbrio entre as suas componentes, naturais e humanas, que definem este sistema. O desenho da paisagem como matriz cultural, desta demarcação espacial, abarca tanto as circunstâncias e contingências do lugar, bem como as funções sociocomunitárias, as atividades agropecuárias e a gestão das terras quer para a aldeia, quer para a agricultura ou para a pecuária e ainda para a floresta, conformando um equilíbrio que se foi moldando ao longo de um tempo longo e que ajuda a uma permanente reconstrução e revalidação de identidade territorial. Se uma das valências falhar, será uma questão de tempo para que todo o sistema se desintegre.

É na variedade e na diversidade apresentadas pelas várias valências, componentes e evidências ou constantes e na interdependência (entre todas), que se compreende a unidade do sistema. As caracterís-

¹⁵ De acordo com a perspectiva de Laurence Loh (2019).

ticas e recursos endógenos definiram os modos, as práticas, as realidades e as exigências, a partir da inter-relação entre o homem e a natureza.

O problema que se coloca a estes sistemas de paisagem cultural subsiste na descontinuidade da qualidade da sua integridade, tanto do ponto de vista social e funcional (que, no caso barrosão, se apresenta com forte pronúncia comunitária), como do estrutural e do visual. O problema não se constitui na transformação, em si própria, à qual o sistema está sujeito, mas na rapidez e intensidade imposta por essa transformação, a partir da imposição de um fenómeno entendido como 'novo'. A imprevisibilidade dessa imposição pode variar a evolução do sistema que, até aqui, se apresentava em equilíbrio e onde o desenvolvimento se equacionava em todas as valências.

Porventura a maior ameaça à integridade da paisagem cultural barrosã constitui-se no abandono, sob vários aspetos e, portanto, sempre dependente de ação humana. O abandono das atividades comunitárias agropecuárias, o abandono das aldeias para meios urbanos mais desenvolvidos ou, ainda, o abandono pelos agentes da governança serão as principais ameaças para a falência do sistema e da degradação do valor do património natural, arquitetónico e cultural, ao não serem asseguradas as condições que permitem a sustentabilidade e o equilíbrio do sistema.

Por conseguinte, serão a sustentabilidade e o equilíbrio do sistema da paisagem cultural do Barroso, que estão a ser colocados em causa, quando a imposição de um fenómeno transformativo não compreende todos os valores, as forças e as dinâmicas que estabilizam esse sistema. A destruição de algumas dessas valências pode transformar o sistema a partir de uma nova hierarquia. Importa saber qual o valor que se impõe, para futuro.

A atualidade do estudo da paisagem cultural torna-se evidente, para este contexto territorial específico, onde decisões sobre a gestão de recursos e de valores podem não estar suportadas por informação suficiente para a necessária compreensão da sua complexidade. Se os processos de globalização dos modos de vida e de relação com os territórios transformaram as formas de produzir, de consumir, de gerir e de pensar e quando se verifica que ainda existem lugares que vão resistindo às transformações aceleradas desses processos globais, talvez seja tempo de, e uma oportunidade para, se aprofundar o

conhecimento sobre os mesmos, as suas gèneses, causas e motivações.

Este ponto de encontro e de equilíbrio entre o homem e o meio geográfico permite que, a compreensão deste valor contemporâneo do património - a paisagem cultural destas terras barrosãs - se constitua como uma lição de economia dos recursos disponíveis, de escala e de proporção, ou seja, de aspetos também em si essenciais para se equacionar as demandas do compromisso, no alcance dos objetivos do processo global de descarbonização.

Bibliografia

- AAP-CDN. (1988). *Arquitectura Popular em Portugal.*: Vol. I (3.ª ed.). Associação dos Arquitectos Portugueses - Conselho Directivo Nacional.
- ADRAT, & MAFDR. (2018). *Barroso Agro-Sylvo-Pastoral System - Potential GIAHS/FAO site - March/2018*. ADRAT - Associação de desenvolvimento da Região do Alto Tâmega e MAFDR - Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural. Disponível em <http://www.fao.org/3/I9158EN/i9158en.pdf>
- Baptista, J. D. (2006). *Montalegre*. Montalegre: Município de Montalegre.
- Benedetti, A. (2011). Territorio: concepto integrador de la geografía contemporánea. In P. Souto (Ed.), *Territorio, Lugar, Paisaje. Prácticas y conceptos básicos en geografía* (pp. 11-82). Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, UBA.
- Campar de Almeida, A. (2006). Paisagens: um património e um recurso. In R. Jacinto, & V. Bento (eds.), *O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios* (pp. 31-42). Campo das Letras | CEI.
- Cancela d'Abreu, A., Correia, T. P., & Oliveira, R. (Eds.) (2004a). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Volume I*. Vol. I. Coleção Estudos 10. Lisboa: DGOTDU, Universidade de Évora. Disponível em http://www.dgterritorio.pt/sites/default/files/ficheiros-paisagem/Vol_1.pdf
- Cancela d'Abreu, A., Correia, T. P., & Oliveira, R. (Eds.) (2004b). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Volume II - Grupos de Unidades de Paisagem. A (Entre Douro e Minho) a E (Douro)*. Vol. II. Coleção Estudos 10. Lisboa: DGOTDU, Universidade de Évora. Disponível em http://www.dgterritorio.pt/sites/default/files/ficheiros-paisagem/Vol_II.pdf
- Capela de Campos, J. (2005). *Forno do Povo: O templo românico da arquitectura popular*. [Prova Final de

- Licenciatura em Arquitetura]. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Capela de Campos, J. (2017). Forno do Povo, o templo românico da arquitetura popular na Serra do Larouco. In R. Jacinto (Ed.), *Outras Fronteiras, Novas Geografias: intercâmbios e diálogos territoriais: Vol. Iberografias 32* (pp. 55-78). CEI - Centro de Estudos Ibéricos; Âncora Editora.
- Comité Nacional MaB. (2018). *Nota nº1/2018: Nota de apoio ao processo de candidatura a Reserva da Biosfera do Programa Man & Biosphere da UNESCO (Aprovada a 30 de maio 2018 na Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Gerês-Xurêš)*. Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/resource/doc/mab/Guia-apoio-processo-candidatura-Prog-MaB.pdf>
- Corner, J. (1999). The agency of mapping: speculation, critique and invention. In D. E. Cosgrove, *Mappings* (pp. 213-252). Reaktion Books. Disponível em https://summerconstructedenvironments.files.wordpress.com/2014/07/corner-james-mapping_the-agency-of-mapping.pdf
- Corner, J. (2002). The hermeneutic landscape (1991). In S. R. Swaffield (Ed.), *Theory in landscape architecture: a reader* (pp. 130-131). University of Pennsylvania Press.
- Covas do Barroso. (2018). *Contra exploração da Mina do Barroso / Pela Proteção de Covas do Barroso. Change*. Disponível em <https://www.change.org/p/contr-a-explora%C3%A7%C3%A3o-da-mina-de-l%C3%ADtio-em-covas-do-barroso>
- Dias, C. C. (2013). *Memórias de Trás-Os-Montes e Alto-Douro: nos 55 anos do «Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa»*. Opera Omnia.
- Jokilehto, J. (2006). Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context. *City & Time*, 2(1), 1-16. Disponível em <http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/rst/viewarticle.php?id=44>
- Le Bossé, M. (2013). As questões de identidade em geografia cultural - algumas concepções contemporâneas. In Z. Rosendahl & R. L. Corrêa (Eds.), *Geografia cultural uma antologia: Vol. II* (pp. 221-232). Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Loh, L. (2019). Reading 6: Conveying the Spirit of the Place (2007). In J. Cody & F. Siravo (Eds.), *Historic Cities: Issues in Urban Conservation* (pp. 46-48). The Getty Conservation Institute.
- Lusa. (2019, Dezembro 19). Assembleia Municipal de Boticas aprova moção contra exploração de lítio. *Dinheiro Vivo*. Disponível em <https://www.dinheirovivo.pt/economia/assembleia-municipal-de-boticas-aprova-mocao-contra-exploracao-de-litio/>
- Martins, G. d'Oliveira. (2009). *Património, herança e memória: a cultura como criação* (1. ed). Gradiva.
- Movimentos associativos de Arcos de Valdevez, Braga, Boticas, Caminha, Coimbra, Covilhã, Fundão, Gouveia, Guarda, Lisboa, Montalegre, Seia, Viana do Castelo e Viseu. (2020a). *Manifesto Nacional contra o Plano de Mineração em Portugal (versão de 21/01/2020), por Associação Montalegre Com Vida, Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso, Corema - Associação de Defesa do Património; Movimento de Defesa do Ambiente e Património do Alto Minho, Em Defesa da Serra da Peneda e do Soajo, Guardiões da Serra da Estrela, Movimento Contra a Exploração de Recursos Minerais no Concelho de Montalegre, Movimento ContraMineração Beira Serra, Movimento ContraMineração Penalva do Castelo, Mangualde e Sátão, Movimento de Cidadãos por uma Estrela Viva, Movimento Lisboa Contra as Minas Movimento SOS Serra d'Arga, SOS - Serra da Cabreira - BASTÕES ao ALTO!, Petição Pela Preservação da Serra da Argemela/contra a Extração Mineira, PNB - Povo e Natureza do Barroso e SOS Terras do Cávado*. In <https://drive.google.com/file/d/10XtgGrXwhFbB6jkhmzvr2WArtSharaiV/view>
- Movimentos associativos de Arcos de Valdevez, Braga, Boticas, Caminha, Coimbra, Covilhã, Fundão, Gouveia, Guarda, Lisboa, Montalegre, Seia, Viana do Castelo e Viseu. (2020b). *Pedido de Transparência Pública ao Ministério do Ambiente e da Acção Climática, no âmbito da implementação da nova lei 54/2015 da mineração, por Associação Guardiões da Serra da Estrela, Associação Montalegre Com Vida, Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso, CERVAS - Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens, Corema - Associação de Defesa do Património, Em Defesa da Serra da Peneda e do Soajo, GAF - Grupo Aprender em Festa, Movimento ContraMineração Beira Serra, Movimento Contra Mineração Penalva do Castelo, Mangualde e Sátão, Movimento de Cidadãos por uma Estrela Viva, Movimento de Defesa do Ambiente e Património do Alto-Minho, Movimento Lisboa Contra as Minas, Movimento Não às Minas - Montalegre, Movimento SOS Serra d'Arga, SOS - Serra da Cabreira - Bastões ao Alto!, Petição Pela Preservação da Serra da Argemela/contra a Extração Mineira, PNB - Povo e Natureza do Barroso, SOS Terras do Cávado*. In https://drive.google.com/file/d/1yCT78oXlu_LrGJmfFgSwl-GZgVYJREKag/view
- Nazareth, J. M. (1993). Demografia e ecologia humana. *Análise Social*, XXVII (123-124), 879-885. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292810L7vCS1nq7Nm73HI5.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019 - Aprovação do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), Diário da República n.º 123/2019, de 01/07/2019, Presidência do Conselho de Ministros (2019). Disponível

- vel em https://descarbonizar2050.pt/uploads/RCM_107_2019.pdf
- Reis, J. (2015). Território e políticas do território. A interpretação e a ação. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, 50(100), 107-122. <https://dx.doi.org/10.18055/Finis7868>
- República Portuguesa - Ambiente e Transição Energética, Fundo Ambiental - Portugal, & APA - Associação Portuguesa do Ambiente. (2019). *Roadmap for carbon neutrality 2050 (RNC2050): Long-term strategy for carbon neutrality of the Portuguese Economy by 2050*. Governo de Portugal, Fundo Ambiental - Portugal, APA. Disponível em https://unfccc.int/sites/default/files/resource/RNC2050_EN_PT%20Long%20Term%20Strategy.pdf
- Ribeiro, O. (1998). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1.ª ed.-1945, Coimbra Editora). Livraria Sá da Costa.
- Rossi, A. (2001). *A arquitectura da cidade* (J. C. Monteiro (Trad.); 2.ª ed. Cosmos; ISBN 972-762-126-0).
- Serrão, A. V. (2014). Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual. *Enraonar. Quaderns de Filosofia*, 53, 15-28. <https://doi.org/10.5565/rev/enraonar.200>
- United Nations. (2015). *Paris Agreement (Acordo de Paris: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas)*. UN. Disponível em https://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf
- United Nations General Assembly. (2015). *A/69/L.85: Draft outcome document of the United Nations summit for the adoption of the post-2015 development agenda: «Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development»*. United Nations. Disponível em https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/69/L.85&Lang=E
- World Heritage Committee. (2018). *CPM.17/01 (12 Julho 2017): Orientações técnicas para aplicação da Convenção do Património Mundial*. [Review of CPM.17/01 (12 Julho 2017): Orientações técnicas para aplicação da Convenção do Património Mundial., revisto por C. B. Cabral & T. Andresen]. UNESCO World Heritage Centre; Comissão Nacional da UNESCO (Portugal). Disponível em <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>

Página deixada propositadamente em branco

Apólice de seguro contra cheias para a sustentabilidade dos investimentos Flooding insurance policy for investment sustainability

Glória Gonçalves

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Estudante de Pós-graduação em Estatística Computacional e Análise de Dados - Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
goncalves.gloria@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3627-5404>

Artigo recebido a 15 de janeiro de 2020 e aprovado a 29 de novembro de 2020

Resumo

A localização das cheias, a tipologia das consequências, a responsabilidade das seguradoras e a confiança dos cidadãos, induzem ao debate sobre as políticas para os investimentos sustentáveis. A interpretação dos factos é justificada com dados da imprensa periódica, entre 1900 e 2015 e com uma aproximação à realidade testada em 84,3%, para a Bacia Hidrográfica do rio Vez. A inovação desta investigação tem a ver com a atribuição do valor da apólice do seguro, tendo em conta a distância entre o centroide do elemento exposto e o curso do rio mais próximo, nos meses mais chuvosos. A metodologia permite ainda avaliar e reajustar, ao longo do tempo, os efeitos dos fatores e das políticas sobre o valor das propriedades e/ou dos imóveis. Estes fatores contribuem para a poupança dos investimentos públicos, das seguradoras e dos segurados. Propõe-se um reajuste da apólice do seguro contra as cheias. Com a metodologia, pode ser atribuído um valor da apólice mais justo para as partes interessadas, readaptando-o à sustentabilidade hidrológica e dos investimentos.

Palavras-chave: Rio Vez, riscos hidrológicos, cheias, consequências, apólice de seguro.

Abstract

Flooding location, its consequences as well as insurers responsibility and citizens' trust, lead to a debate on policies for sustainable investments. The facts' interpretation is supported by periodical press data from 1900 to 2015 with a tested 84.3% approximation to reality concerning the Hydrographic Basin of the river Vez. This research's innovation as to do with the value of the insurance policy, taking into account the distance between the point of the exposed element and the nearest river course in the rainiest months. The methodology allows yet to evaluate and readjust, throughout time, the effects of the factors and the policies on property value and/or real estate. These factors contribute to public investments savings, both of insurers and insured. A readjustment to insurance policy's membership rate is proposed. With this methodology a fairer insurance policy's value can be offered to the interested parties, adapting it to hydrological and investment sustainability.

Keywords: Rio Vez, hydrological risks; floods, consequences, insurance policy.

1. Introdução

Uma cheia representa o valor de caudal que dá origem ao transbordamento do leito normal, provocando a inundação em áreas normalmente não ocupadas por água (Ramos, 2013). A oferta da apólice contra as cheias, enquanto processo perigoso, tem sido um entrave para os segurados e enquanto não for revista, a situação irá persistir. A preocupação das seguradoras é a de que a perda de seguro influencie os lucros (Zhang, Su, Ke, & Chen, 2018). Este facto justifica-se devido a uma lacuna: a quantidade

de dados empíricos que as investigações apresentam para justificar os factos. A partir do momento em que exista uma investigação dos prejuízos com dados rigorosos e exatos é oportuno rever a apólice para um valor mais justo à vista das partes interessadas.

O aumento na adesão ao seguro contra cheias diminui o valor do capital em perigo, nomeadamente das propriedades, empreendimentos e imóveis (Koning, Filatova, & Bin 2019). Com isso concede-se segurança para a economia e para a vida das pessoas, por equilibrar o risco financeiro (Ghorbani & Farzai, 2018). Esse risco relaciona-se com o efeito da proximidade

dade com a água que, por sua vez, influencia o preço das propriedades (Cohen, Danko, & Yang, 2019). Parte-se da premissa que o capital em perigo varia com a frequência das cheias, exigindo mecanismos económicos que estabilizem os factos ligados à dinâmica dos eventos (Koning et al., 2019). Tendo em conta a cada vez maior frequência das cheias, devido às alterações climáticas e suas consequências, bem como aos erros de ordenamento do território, propõe-se rever o valor da apólice e os fatores de risco a contemplar (Pralle, 2019). Para que o seguro cumpra essas funções com sucesso, o preço da política e as opções da apólice devem ser baseadas em informações precisas das evidências (Rumson & Hallett, 2019). Ao existirem dados sobre o histórico das ocorrências de cheias, isso permite que as seguradoras reavaliem as classificações do processo perigoso (Koning et al., 2019; Rumson & Hallett, 2019; Zêzere et al., 2014). As fontes da imprensa periódica (IP) são vistas como essenciais para as seguradoras reavaliarem a apólice do seguro (Grosso, Dias, Costa, Santos, & Garrett, 2015) por conterem os dados sobre as consequências. A prevenção e a transferência do risco através de instrumentos financeiros, como os seguros é uma forma de minimizar as perdas (Tsai & Chen, 2011).

A partir desta investigação, as seguradoras têm à sua disposição dados que permitem reavaliar o valor da apólice do seguro contra as cheias por aproximação à realidade hidrológica local, tomando como referência dois fatores principais: a distância entre o centroide que identifica o elemento exposto com a linha de água mais próxima e o número de meses do ano mais propensos a cheias. Pretende-se explorar a associação entre os dados da frequência das cheias, a distância à rede hidrográfica e os meses do ano mais chuvosos para demonstrar que o valor da apólice de seguro pode ser reajustado. Pode afirmar-se que os seguros contra as cheias, ao serem calculados pela incorporação dos fatores referidos, contribuem para a sustentabilidade hidrológica e dos investimentos; existe uma distância máxima e/ou recomendada baseada nos centroides de cheia, conforme a localização do elemento no território, sendo assim, mais recomendável e mais equitativa do que a apólice atual. Assim, trata-se de examinar ou verificar a relação entre os centroides das cheias, a distância destes ao rio e o período do ano mais chuvoso, para sustentar a necessidade da reformulação da apólice, de forma a que esta manifeste a confiança das partes

pela sua viabilidade e aplicabilidade do método, prevenendo-se mais adesão de segurados. As ações políticas permitem uma poupança pública com o aumento da responsabilidade privada, sendo as seguradoras as mediadoras de todo o processo.

2. Material e métodos

2.1. A Bacia Hidrográfica do rio Vez

A Bacia Hidrográfica do rio Vez (BHRVez), é a que, em território nacional, apresenta mais dados recolhidos sobre a ocorrência das cheias, logo a que detém uma aproximação mais exata da realidade hidrológica local (Gonçalves, 2018). Todo o território cobre 263 km², como mostrado na Figura 1. A bacia localiza-se no noroeste português e ocupa parte dos concelhos de Monção, Melgaço, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez. Com 94% da área integrada no concelho de Arcos de Valdevez, agrega, na totalidade ou parcialmente, 41 uniões de freguesias/freguesias (Direção Geral do Território [DGT], 2017). As que se localizam junto ao canal principal do rio Vez ocupam 107 km² (Figura 1). Localizada no setor de jusante do rio Vez, a sede do concelho de Arcos de Valdevez e centro económico local, integra duas uniões de freguesias com 10 km²: Arcos de Valdevez - São Paio e Giela; e Arcos de Valdez - São Salvador, Vila Fonche e Parada. Mais afastado do centro fica parte do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

A BHRVez contempla 1000.3 km de extensão de linhas de água (IGeoE, 1996, 1997), com 576.9 km classificados segundo a hierarquia de Strahler (1953, 1957), onde o comprimento do curso do rio mais longo tem 41.4 km. Exibe uma altitude média de 525.6 m (Instituto Geográfico do Exército [IGeoE], 1996, 1997), sendo a Serra da Peneda, o ponto do relevo mais alto com 1410 m e o mais baixo nas proximidades do troço da planície do rio Vez, com 23 m (IGeoE, 1996, 1997). O relevo é montanhoso, com declive médio do canal principal de 33.9 m/km (Bellu, Fernandes, Cortes, & Pacheco, 2016). O rio Vez e os afluentes principais são perenes, sendo as restantes linhas de água intermitentes e algumas efémeras. A litologia caracteriza-se por granitos hercínicos, 90.3% de duas micas e com características de permeabilidade reduzida (Moreia & Simões, 1998).



Figura 1
Área de estudo.

Fonte: Elaboração a partir da Carta Militar de Portugal, Instituto Geográfico do Exército [IGeoE], 1996, 1997).

Em termos demográficos, a bacia apresenta uma densidade média de 55.6 habitantes/km² (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2011). Junto ao canal principal do rio Vez a densidade demográfica apresenta valores máximos na sede de concelho: 312 habitantes/km² em Arcos de Valdevez (São Paio e Giela) e 450 habitantes/km² em Arcos de Valdevez (São Salvador, Vila Fonche e Parada; Quadro 1) [INE, 2011].

Quadro 1

Principais dados demográficos

Localização	Densidade média (habitantes/km ²)
BHRVez	55.6
Arcos de Valdevez - São Paio e Giela	312.0
Arcos de Valdevez - São Salvador, Vila Fonche e Parada	450.0

Fonte: Elaboração a partir do INE, 2011.

Esta bacia hidrográfica não tem barragens em todo o seu percurso, mas tem alguns açudes. De 1900 a 2011, a ocupação por edifícios aumentou 49.9%, em 1900 com 22.0 edifícios/km² e em 2011, com 42.5 (Quadro 2) [INE, 1900/2011].

Quadro 2

Evolução do edificado

Ano	Densidade do edificado (edifícios/km ²)
1900	22.0
2011	42.5

Fonte: Elaboração a partir do INE, 2011.

A taxa de crescimento anual de edifícios superior a um, foi máxima entre 1981/1991, ocupando 28 das uniões de freguesias/freguesias onde a densidade de habitações servidas com sistema de abastecimento de água e esgotos é superior a 87 habitações/km² (com valor máximo 172 habitações servidas/km²), acompanhadas pela evolução do crescimento do edificado e da necessidade de infraestruturas de apoio, como a rede viária (INE, 2011).

2.2. Principais fatores que desencadeiam as cheias

A precipitação é um dos fatores naturais que desencadeia as cheias, ao aumentar o caudal nas linhas de água. Portanto, para estudar a precipitação na BHRVez consideraram-se os valores diários superiores a 1 mm (Hipólito & Vaz, 2013), da estação udográfica de Casal Soeiro pertencente ao Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos ([SNIRH], 1959/1990). O valor médio diário correspondeu a 17.0 mm, e o máximo a 168.5 mm, sendo este último registado no dia 30/03/1962 (Quadro 3). Os valores médios mensais diários máximos corresponderam aos meses de dezembro-fevereiro, com 9.0 mm, seguindo os meses de outubro-novembro, com 7.0 mm e março com 6.0 mm, sendo que nos restantes meses os valores foram inferiores. Pelo percentil 90 (P 90) o limiar mínimo de precipitação que afeta o caudal de cheia (Q) resultou em 38.6 mm, correspondendo a quase o dobro do valor médio diário (Gonçalves, 2018).

Sendo o caudal afetado pela quantidade da precipitação, estudou-se também aquela variável. Os dados obtiveram-se da estação hidrométrica de Pontilhão de Celeiros (SNIRH, 1959/1990). O valor médio diário do caudal para valores superiores a zero foi 15.0 m³/s. O valor máximo de caudal foi de 1100.0 m³/s, registado no dia 18/01/1968, observado

Quadro 3

Precipitação diária

		Precipitação diária (mm)	Mês
		17.0	-
Anual	média	17.0	-
	máxima	168.5	-
Mensal	média máxima	9.0	dezembro-fevereiro
		7.0	outubro-novembro
		6.0	março

Fonte: Elaboração a partir do SNIRH, 1959/1990.

Quadro 4

Valores médios mensais máximos dos caudais, por ordem decrescente

Mês	Valores médios mensais máximos (m ³ /s)
janeiro	26
fevereiro	25
dezembro	21

Fonte: Elaboração a partir do SNIRH, 1959/1990.

como valor excecional pelo facto de os restantes se apresentarem muito inferiores. Os valores médios mensais máximos foram: janeiro, 26.0 m³/s, fevereiro, 25.0 m³/s, e dezembro, 21.0 m³/s. Nos restantes meses os valores foram inferiores (Quadro 4).

Pelo P 90 o limiar mínimo do caudal de cheia correspondeu a 43.5 m³/s (Gonçalves, 2018), mais do que o dobro do valor médio diário e quase o dobro da precipitação diária dos valores médios mensais máximos.

2.3. Base de dados do inventário das cheias

Os eventos em base de dados (eBD) das cheias na BHRVez abrangem a série de registos entre 1900 e 2015 (eBD, 2018). A amostra aleatória foi recolhida na IP regional e local. Selecionaram-se as notícias que explicam o fenómeno das cheias: cheias, tempestade, precipitação, inundações e neve. Dos 31 jornais consultados, totalizando 11078 edições, 14 deles de tiragem limitada praticamente a 1 ou 2 anos e com poucas edições acessíveis, resultaram 17 identificados para efeitos das 3386 entradas na eBD. Identificaram-se 293 eventos, responsáveis por 970 ocorrências de cheia. Em 116 anos de estudo, na primeira metade identificaram-se 32.9% das ocorrências. Na restante metade as ocorrências praticamente duplicaram, com 67.1%. Os eventos da IP foram validados: utiliza-se a data como chave da relação para o cruzamento dos dados dos eventos das notícias com os dados dos limiares de precipitação e do caudal (P = 38.6 mm e Q = 43.5 m³/s), validando-se, assim, 84.3% dos dados. Considerando-se um bom índice de validação de conteúdo quando a percentagem de acordo entre as observações for de, pelo menos, 80% (Fortin, 2009). Esta percentagem é representativa daquilo que se pretendeu medir: as cheias. Identificou-se o número de registos por tipologia de espaço geográfico, obtendo-se para o urbano: 396; agrícola: 179; montanhoso: 44; leitos: 232; sem especificação:

as restantes. Para a tipologia espaço geográfico conseguiu-se classificar 87.0% dos registos noticiados. Identificaram-se, também, as consequências, especificamente por tipologia: edificado (habitações, comércio, indústria, serviços), com 109; vias de circulação, 235; infraestruturas, 98; sendo as restantes 528 sem identificação. As consequências classificadas para as três primeiras tipologias, correspondem a 46.0%. Por conseguinte, estes dados estimulam o critério consequências, para serem consideradas na eBD e neste estudo.

2.4. Combinação de fatores e respetivos critérios

2.4.1. Distância de proximidade

Para efeitos da medição da distância entre os centroides de cheia e as linhas de água consideraram-se aqueles em que foi possível identificar nas notícias a localização exata, resultando em 632 registos. Classificaram-se os cursos de água quanto à suscetibilidade a cheias, recorrendo à escala natural de Jenks entre 1 e 5, obtida pelo produto da ordem de hierarquia de Strahler pela magnitude de Shreve. Com a rede de drenagem resultante do procedimento anterior, calculou-se a distância para cada centroide de cheia da IP e o curso de água mais próximo. Aplicou-se ainda o P 90 e o P 95 a todos os dados das distâncias entre os centroides e as linhas de água. Foi considerado o P 90 de toda a série por apresentar uma distância menor de 290.2 m, permitindo conhecer padrões espaciais das mesmas. Seguiu-se uma segunda experiência com apenas a rede de drenagem pertencente à escala de suscetibilidade a cheias entre 3 e 5, que permitiu identificar uma distância máxima de 3823.5 m (Freguesia de Riba de Mouro). O resultado desta experiência determinou o seu abandono, por se considerar excessiva. Tanto uma distância como a outra, serviram de critério para o modelo de aplicação de análise que se segue, assegurando a utilidade prática no campo da revisão do estabelecimento de apólices.

2.4.2. Unidades territoriais

Pela regressão linear múltipla, testaram-se várias hipóteses relacionadas com a distância dos centroides de cheia para servir de base às decisões de reformulação da proposta do valor da apólice. Das 41 uniões de freguesias/freguesias, identifica-

ram-se em 31 delas ocorrências de cheia, por se localizarem nas proximidades de cursos de água. Seguidamente, calculámos a *taxa inversa* da apólice (Y) pela relação entre a distância média do centroide de cheia à linha de água e a distância máxima. Portanto, a variável Y obtida pela equação (1), diz respeito ao valor máximo médio da distância identificada nas uniões de freguesias/freguesias, que foi de 620.5 m.

$$\text{Taxa inversa} = \left(\frac{D_{pl} x_1 \dots x_n (m)}{D_{ml} x_1 \dots x_n (m)} \right) \times 100\% \quad (1)$$

Onde D_{pl} , é a distância média do centroide de cheia à linha de água, desde x_1 a $x_{n=41}$; D_{ml} , é a distância máxima identificada de um centroide de cheia ao curso de água, desde x_1 a $x_{n=41}$.

As ocorrências (x_i) e a distância média (z_i) obtidas para as uniões de freguesias/freguesias ao curso de água mais próximo foram também convertidas na escala de Jenks, de 1 a 5. Posteriormente, aplicou-se a regressão linear múltipla (2), sendo cumpridos todos os pressupostos descritos em Naghettini e Pinto (2007). O coeficiente de ajustamento R^2 de 65% é significativo segundo o critério por comparação do pressuposto de Cohen de 1988 (Faul, Erfelder, Buchner, & Lang 2009), confirmando que a taxa pode sofrer os efeitos da distância e das ocorrências. Neste caso, o teste de ajuste do R^2 valida principalmente a relação forte entre as variáveis.

$$Y = 0.3 + 0.1 (xi) - 0.1 (zi) \quad (2)$$

A equação (2), aplicada por União de freguesias/freguesia, dá a taxa de seguro para um determinado centroide de cheia, substituindo os valores de x_i e z_i . Para que os resultados para as uniões de freguesias/freguesias não se desviem da realidade hidrológica devido à forma geométrica e à área ocupada pelas mesmas, tendo em conta a localização dos centroides das cheias, consideraram-se duas distâncias com raios de alcance pré-estabelecidos, clarificando a situação. Testou-se a delimitação por círculo das distâncias entre um ponto de cheia a um curso de água, pelos limiares, a máxima e a obtida pelo P 90. Estas marcam a georreferenciação em torno do raio da proximidade exata, tendo como critério testar qual das duas enquadra, de forma mais abrangente, a realidade hidrológica da tendência da afetação pelas cheias em termos futuros. A distância 635.9 m

corresponde a 100% dos centroides de cheia. A distância de 290.2 m corresponde a 90%. Para a suscetibilidade a cheias, na escala natural entre 3 e 5, a distância dos centroides de cheia a um dos principais cursos de rio teve um valor médio de 796.2 m, um desvio padrão de 945.8 m e um valor máximo de 4197.3 m. Como valores médios por união de freguesias/freguesia tem-se um máximo de 3823.5 m, em Rio de Moura e, um mínimo de 26.5 m, em Ázere. O P 90 dos dados das distâncias correspondeu a 2513.4 m. Este valor considerou-se excessivo para a realidade hidrológica local.

2.4.3. Meses agravantes

Os meses de maior frequência de cheias podem verificar-se na Quadro 5, onde, entre 1900 e 2015, a IP reporta 293 eventos, sendo que entre outubro e março estão 235 deles (80.2%). Considerando a totalidade dos eventos, o coeficiente de variação (Ferreira & Amaral, 2001) obtido para os dados a 12 meses, é de 72.6%, sendo superior ao obtido para os eventos contabilizados entre outubro e março, com apenas 31.6%.

Foi realizado o mesmo procedimento, comparando as ocorrências a 12 meses (outubro a setembro), com 970, com as ocorrências a 6 meses (outubro a março), com 760 (78.4%). Como se pode verificar na Quadro 6, os valores do coeficiente de variação são igualmente superiores, quando considerados os dados a 12 meses.

Quadro 5

Distribuição de eventos a 12 e a 6 meses

Eventos IP	out/set	out/mar
Média (n.º)	24.4	39.2
Desvio Padrão (n.º)	17.7	12.4
Coeficiente de variação (%)	72.6	31.6
	n = 293	n = 235

Fonte: Elaboração a partir da IP, 1900/2015.

Quadro 6

Distribuição das ocorrências a 12 e a 6 meses

Ocorrências	out/set	out/mar
Média (n.º)	24.4	126.7
Desvio Padrão (n.º)	17.7	33.5
Coeficiente de variação (%)	72.2	26.4
	n = 970	n = 760

Fonte: Elaboração a partir da IP, 1900/2015.

Esta combinação determinou a escolha do período entre outubro e março como referência para toda a análise das cheias. Além disso, este critério confere o já apresentado sobre as médias mensais da precipitação e do caudal, vindo a confirmar-se a relação entre as variáveis para a maioria dos eventos e consequentes ocorrências, que aconteceram entre outubro e março. Portanto, a relação entre as variáveis enquadra-se no P 90 que determinou os limiares de P e de Q para este estudo.

3. Resultados

Para a BHRVez, a distância das ocorrências de cheia ao curso de água mais próximo tem um valor médio de 112.1 m, um desvio padrão de 124.8 m e um valor máximo 635.9 m. O P 90 dos dados das distâncias correspondeu a 290.2 m, enquanto o P 95 correspondeu a 375.1 m. O valor médio das distâncias por união de freguesias/freguesia apresentou um máximo de 620.5 m (Oliveira) e um mínimo de 17.3 m (Rio Frio). As ocorrências tanto aconteceram em sectores da bacia hidrográfica com cota baixa (entre 23 e 90 m), como em cotas elevadas (superiores a 90 e, mesmo, a 450 m). Nas cotas mais baixas os troços de rio são mais largos, com maior caudal,

o que confere a evidência da maior distribuição de centroides das ocorrências nestes locais (Figura 2).

A maioria das ocorrências localiza-se entre as distâncias 127.02 m e 444.20 m: correspondendo a 65% (Quadro 7). A escala do perigo permite a análise por estratos de segurados. Para distâncias superiores a 444.21 m a representação das ocorrências foi 11%. Os centroides de cheia tanto se identificaram nas proximidades do canal principal do rio Vez, de maior magnitude Strahler-Shreve, como nos canais afluentes. A maior concentração de centroides verifica-se em torno do principal meandro do rio Vez, na Valeta, correspondendo a uma das principais manchas do edificado urbano (Figura 3).

A média das distâncias, tendo em conta as ocorrências por União de freguesias/freguesias (Quadro 8), foi outro dos resultados que permitiu fazer a análise por unidades político-administrativas. Para distâncias de proximidade menores encontram-se as quatro uniões de freguesias/freguesia representadas mais próximas do curso principal do rio Vez: como Rio Frio (17.3 m), Arcos de Valdevez São Paio e Giela (35.4 m), Guilhadese e Santar (45.9 m), Ázere (51.5 m). As quatro com distâncias mais longínquas são: Oliveira (620.5 m), Monte Redondo (515.3 m), Miranda (395.0 m) e Vale (362.9 m). É de salientar que estes resultados são em função de uma média e

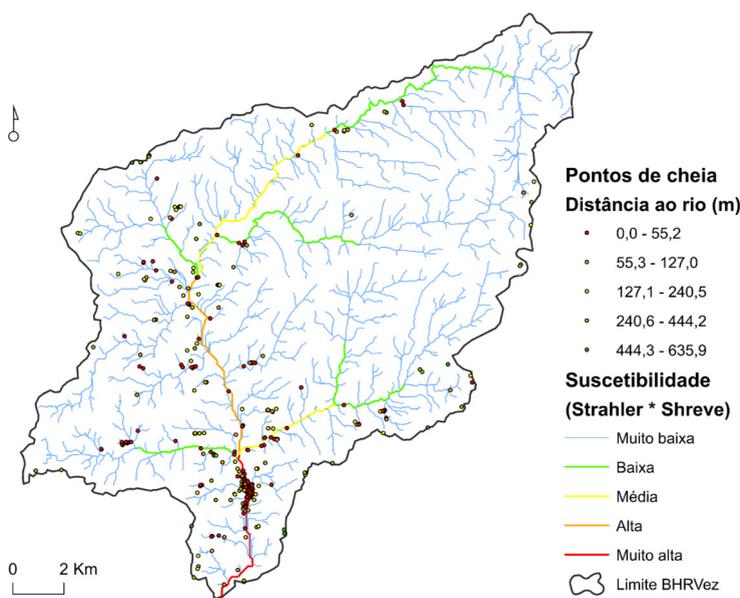


Figura 2

Distribuição da frequência das ocorrências e a sua distância à linha de água mais próxima.

Fonte: Elaboração a partir da Carta Militar de Portugal do IGeoE, 1996, 1997, 2013; IP, 1900/2015.

Quadro 7

Distribuição das ocorrências em função da distância à linha de água mais próxima

Escala natural de Jenks, para o grau de perigo (m)	< 55,22	55,23 - 127,01	127,02 - 240,45	240,46 - 444,20	> 444,21
(%)	10	14	30	35	11

Fonte: Elaboração a partir dos dados da IP, 1900/2015.

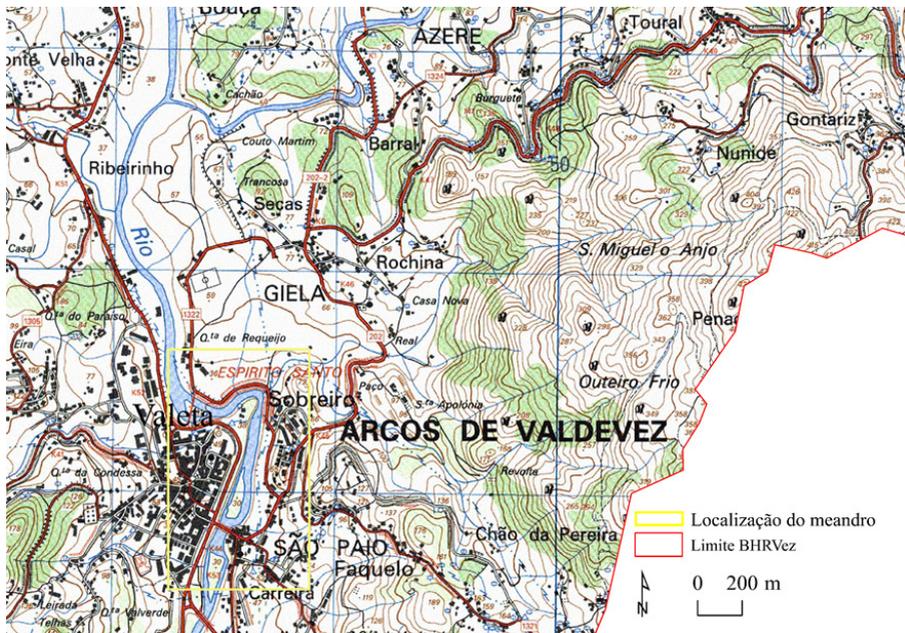


Figura 3
Localização do principal meandro do Rio Vez.

Fonte: Elaboração com dados da Carta Militar de Portugal do IGeoE, 2013.

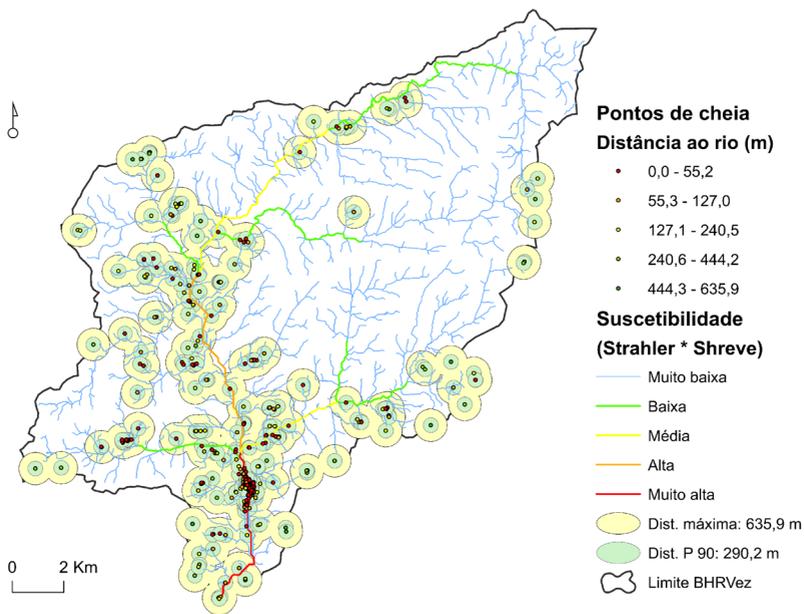


Figura 4
Distância (dist.) em torno dos centroides das cheias, para 100% e 90% dos casos inventariados.

Fonte: Elaboração com dados da Carta Militar de Portugal do IGeoE, 1996, 1997, 2013; IP, 1900/2015).

Quadro 8

Média da distância das ocorrências ao curso de um rio próximo por união de freguesias/freguesias afetadas

União de Freguesias/freguesias	Média da distância ao rio mais próximo (m)	Ocorrências (n.º)
Rio Frio	17.3	27
Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela	35.4	118
Guilhadeses e Santar	45.9	10
Ázere	51.5	13
Rio de Moinhos	67.1	18
Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	70.7	118
Senharei	70.7	5
Gondoriz	74.5	22
Couto	75.7	37
Cabreiro	76.6	7
Aboim das Choças	82.9	9
Grade e Carralcova	83.2	6
Sabadim	89.4	14
Eiras e Mei	90.9	16
Prozelo	102.3	21
Vilela, São Cosme e São Damião e Sá	119.3	21
Sistelo	128.7	21
Cabana Maior	135.8	19
Aguiã	136.6	5
Souto e Tabaçô	171.3	18
Padroso	192.6	4
Portela e Extremo	204.4	22
Gavieira	217.6	4
Paçô	242.2	14
Vascões	252.7	1
Alvora e Loureda	258.7	10
Soajo	319.4	26
Vale	362.9	14
Miranda	395.0	2
Monte Redondo	515.3	2
Oliveira	620.5	8

Fonte: Elaboração a partir da Carta Militar de Portugal do IGeoE, 1996, 1997, 2013 IP, 1900/2015.

do número de ocorrências por unidades político-administrativas.

O ponto de cheia mais distante foi identificado a 635.9 m, sendo esse, o raio máximo de medida para todos os pontos ilustrados na Figura 4. O segundo raio de ação contém os centroides das cheias na distância do P 90, com 290.2 m. Em qualquer das situações, verifica-se que a maior incidência dos

centroides se localiza, conforme já referido, junto ao canal principal do rio Vez, devendo incorporar situações de suscetibilidade alta para alguns dos centroides com proximidade da confluência do curso de água de menor hierarquia com o rio principal. Portanto, todos os elementos físicos no espaço geográfico localizados a estas distâncias e a população que dele faz parte podem ser afetados por cheias. Por conseguinte, cada círculo tem um centroide localizado num espaço suscetível a cheias. Quanto maior for a densidade de edificado junto à rede hidrográfica de maior suscetibilidade, maior a impermeabilização e maior a probabilidade de consequências. A distância do P 90 circunscreve mais os centroides das cheias. A fidelidade e a validade das duas distâncias em torno dos centroides, veem-se como a escolha de uma ou de outra, ou daquela que representa melhor a extensão que uma ocorrência pode tomar.

3.1. Cálculo do fator a aplicar à apólice

O cálculo da apólice do seguro tem em conta a distância ao curso de água principal, resultando da proporção da relação entre o valor máximo das distâncias. A maior distância deve corresponder à contemplação recomendada como segurado. A taxa de proporção do valor a pagar pelo segurado com uma propriedade ou imóvel mais distante deve corresponder ao menor valor do seguro, comparativamente à propriedade localizada a uma menor distância relativamente a cursos de rio. O centroide da cheia mais distante de um curso de água identificou-se a 635.9 m, ao qual pode ser atribuído o valor mais baixo da apólice, ou sem acréscimo da taxa do fator distância. A é tanto menor quanto maior for a distância do ponto de cheia à linha de água próxima é máxima, identificada no modelo. Para o fator meses do ano com maior propensão a cheias para o território específico, de outubro a março, a taxa é a proporção entre os 6 meses em 12 meses do ano. Portanto, a corresponde a uma constante, sendo igual a 0.5, para o território estudado, conforme a exemplificação da proposta, equação 3.

$$\text{Taxa direta} = \left(\frac{\text{Meses com mais cheias (outubro a março: 6)}}{\text{Número total dos meses do ano (12)}} \right) \times 100\% = 0.5 \quad (3)$$

A apólice, com as duas taxas proposta, descreve-se na equação 4.

$$\text{Taxa anual}_{\text{Apólice}} = \left(\frac{D_{pt} x_1 \dots x_n (m)}{D_{ml} x_1 \dots x_n (m)} \right) \times 100\% + 0.5 \quad (4)$$

Onde D_{pt} , é a distância mais próxima (ou a média) do centroide de cheia ao curso de água; D_{ml} , é a distância máxima identificada de um ponto de ocorrência ao curso de água.

A partir da equação 4 obtém-se o Y (incluindo os meses agravantes) para a constante (0.5). Reparando na equação 5 o que alterou foi o declive corrigido (comparativamente à equação 2). Por exemplo, para Arcos de Valdevez (São Paio) e Guela, o valor de Y assume um valor de 1.1 (Quadro 9). Assim considera-se um ajusto mais conveniente porque todos os valores de Y resultaram positivos.

$$Y = 0.8 + 0.1 (xi) - 0.1 (zi) \quad (5)$$

4. Discussão

Os meses do ano hidrológico com maior propensão a eventos de precipitação que desencadeiem cheias foram os meses entre outubro e março. Existe uma relação entre os meses mais chuvosos e as cheias. Associado a estes, existem outras variáveis já referidas, a localização, o relevo montanhoso, o declive acentuado e a litologia essencialmente granítica com reduzida permeabilidade, que favorecem o escoamento superficial nos cursos de água (Ferguson & Ashley, 2017; Hipólito & Vaz, 2013; Moreira & Simões, 1998; Ramos-Pereira & Ramos, 1998). Por consequência, a área em estudo apresenta características onde a pluviosidade é das mais elevadas do país (Ramos-Pereira & Ramos, 1998). Estes factos vieram confirmar a hipótese de investigação sobre a influência das condições climáticas, a relação da localização dos centroides das cheias e os padrões do raio de distância entre estes e um curso de água e a espacialização, tudo em torno da geometria da rede hidrográfica principal na direção de jusante da BHRVez. É certo que existem incertezas quanto aos padrões futuros da precipitação diária, tendo em vista as alterações climáticas, daí que incluir as projeções para o país e por região, poderá dar a perceber os seus efeitos na dinâmica hidrológica.

Quadro 9

Resultados da proposta da apólice (Y) por união de freguesias/freguesias afetadas

União de Freguesias/freguesias	Taxa anual da apólice	Y
Rio Frio	0.8	0.8
Arcos de Valdevez (São Paio) e Guela	0.9	1.1
Guilhadeses e Santar	1.5	0.8
Ázere	0.6	0.8
Rio de Moinhos	1.3	0.8
Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	1.1	1.0
Senharei	0.6	0.8
Gondoriz	0.6	0.8
Couto	1.1	0.9
Cabreiro	0.6	0.7
Aboim das Choças	0.7	0.7
Grade e Carralcova	0.5	0.8
Sabadim	0.6	0.8
Eiras e Mei	0.7	0.7
Prozelo	0.6	0.8
Vilela, São Cosme e São Damião e Sá	0.6	0.8
Sistelo	0.7	0.6
Cabana Maior	0.6	0.6
Aguiã	0.9	0.7
Souto e Tabaçô	0.6	0.6
Padroso	1.0	0.6
Portela e Extremo	0.6	0.7
Gavieira	0.6	0.5
Paçô	0.7	0.6
Vascões	0.7	0.4
Alvora e Loureda	0.8	0.5
Soajo	0.8	0.4
Vale	0.9	0.4
Miranda	0.6	0.4
Monte Redondo	0.7	0.3
Oliveira	0.9	0.3

A investigação de Grosso et al. (2015) estudou e analisou a questão dos valores das apólices aplicados a cheias, apresentando dados por municípios e por uniões de freguesias/freguesias para o continente Português e tendo como fonte principal de dados, a imprensa nacional diária entre 1865 e 2010, recolhida e publicada pelo projeto *Disaster 2010/2014* (Zêzere et al., 2014). Para a área em estudo o número de observações em que os autores se basearam foi de apenas 2% das observações que constam no presente estudo. Este é um motivo suficiente para existir ambiguidade quanto à representatividade da

amostra, limitando certos fatores explicativos que têm a ver com as relações entre as variáveis. O motivo da discrepância na quantidade de observações recolhidas explica-se, em parte, pelo conceito que aplicámos de “evento de cheia” publicado na imprensa (recolheram-se todas as notícias que reportavam o estado do tempo com precipitação e compararam-se com os limiares de caudal e de precipitação, assinalando cada notícia como um caso de cheia ou de não cheia). Explicando de outra forma: da literatura que saiu do projeto Disaster a base de dados foi desenvolvida em função de um conceito principal, o de cheia e, particularmente, das cheias que “afectaram um local geograficamente identificável afectado, com mortos, ou feridos, ou desaparecidos, ou evacuados ou desalojados, independentemente do número de afectados” (RISKAM, 2017), enquanto neste artigo trata-se da recolha de todas as notícias referentes a cheias, mas também das notícias envolvendo outros conceitos como os de tempestades, precipitação e neve, devido à sua afinidade com os centroides de cheias, o que permitiu obter mais dados.

Este trabalho, com a interpretação dos factos noticiados pela imprensa periódica e validados pelos limiares do Q e da P e com um modelo alternativo de aproximação mais exata, surge como uma nova proposta para o desenvolvimento de um novo modelo.

Embora a eficácia da metodologia tenha sido confirmada por uma concordância muito boa entre os centroides de cheia e a distância aos canais do rio de maior suscetibilidade, para além dos meses mais chuvosos entre outubro e março, devem ser discutidas possíveis limitações e fontes de incerteza. A primeira questão discutível é o declive entre o centroide da ocorrência e a linha de água próxima. Este deve ser escolhido para melhor explicar as características físicas que determinam a propensão a cheias dos centroides mais distantes dos cursos de rio, especialmente para explicar aqueles que se encontram com um raio de alcance mais distante. Em contrapartida, para efeitos de taxa da apólice, a distância ao curso de água assume-se como uma aproximação absoluta, por georreferenciação, o que pode tornar mais justa a sua aplicação. As distâncias para os dois raios de alcance apresentados são fator de reflexão quanto à abrangência da aplicação da taxa. A proximidade do elemento a assegurar e o histórico dos centroides das cheias veem-se como critérios para a atribuição da taxa de seguro pelas seguradoras. A metodologia, ao ser considerada pelas

seguradoras como forma de cálculo dos prémios, deve ser objeto de mais testes antes de ser colocada em prática, sem descuidar as projeções das alterações climáticas ou mesmo das mudanças no uso e ocupação do solo.

5. Conclusões e limitações

Esta proposta estabelece um modelo preditivo para explorar os fatores que têm influenciado as prudências das seguradoras em aceitarem segurados contra cheias, problema que se tem mantido, evidenciando-se a necessidade da readaptação da apólice. Os dados empíricos que foram recolhidos na IP aproximam-se da realidade do regime hidrológico do rio Vez. A distância das ocorrências aos cursos de rio é vista como um dos fatores que permitirá atribuir um valor de apólice mais justo, quer para as seguradoras quer para os segurados, garantindo compensações financeiras razoáveis, ajudando, ao mesmo tempo, a adaptação das políticas à sustentabilidade dos investimentos. Além disso, a segurança das pessoas e dos bens contra as cheias é melhorada quando se tem informação sobre a localização dos centroides onde se deram as ocorrências. Portanto, a localização absoluta é vista como um fator que reforça a ideia da revisão do valor da apólice. A apólice de seguro contra intempéries, como as cheias, favorece particulares, empresas e organizações privadas e públicas, na medida em que a responsabilidade de fazer face aos danos fica assegurada ao cliente pelas seguradoras. Todos os bens localizados no raio de ação de uma das distâncias aqui descritas podem e devem ser segurados. No caso de bens públicos, como as vias rodoviárias, os danos da responsabilidade dos municípios ou das estradas de Portugal poderão também ser contemplados num seguro. Assim, parte da responsabilidade do estado passaria a ser assegurada pelas empresas de seguros, evitando com isso, o auxílio a subsídios para fazer face às perdas e aos danos. Este trabalho revela uma extensa quantidade de dados e as técnicas analíticas contribuem para a revisão da apólice, facilitando a tomada de decisão baseada em evidências, aumentando a probabilidade de este ser, socialmente justo. Além disso, a investigação pode dar mais resultados aplicando um questionário já com as novas condições contratuais da apólice, para predizer e reconhecer as conjeturas, e comprovar a adesão de segurados,

reconhecendo os benefícios. Tendo como fonte a IP, verifica-se que as consequências descritas pormenorizadamente corresponderam a 46% dos casos verificados, o que nos leva a concluir que mais dados seriam necessários. Para isso, os proprietários serão os mais indicados para a divulgação confirmada desses factos. Propõe-se que os segurados tenham a obrigatoriedade de facultar os factos às seguradoras, vendo-se como uma mais-valia para a sustentabilidade de todo o processo.

É um facto que na segunda metade do período estudado, as ocorrências de cheia duplicaram, deduzindo-se que no futuro continuarão a aumentar, o que exige mais instrumentos de defesa contra as suas consequências, devido ao aumento continuado da densidade do edificado e das infraestruturas resultarem na impermeabilização do solo e consequente aumento do escoamento superficial. Com base no histórico das ocorrências, reduz-se o desvio, ao considerar o raio das distâncias, a máxima e a obtida pelo P 90, que circunscrevem uma taxa da apólice mais equitativa a aplicar aos elementos do território. A previsibilidade dos resultados, a localização dos centroides e a sua densidade que, manifestamente repercutiu no aumento das cheias e respetivas consequências, são factos que garantem a necessidade da revisão da taxa da apólice, com um aumento considerável dos segurados, e com mais garantias para as partes. Esta é uma solução prioritária a criar, que procura modificar ou melhorar, e que permite validar, nos futuros pedidos da apólice, a distância e a abrangência do raio de ação, sem esquecer os meses onde a frequência se revelou mais incidente. Os estudos por concelho e/ou por uniões de freguesias/freguesia, devido aos seus limites geométricos, o desvio da localização dos centroides das cheias com um curso de água, favorecem o método: raio de distância. Por este e outros motivos, tendo em conta as investigações do passado, a apólice não se readaptou às necessidades atuais. Vemos neste trabalho o impulso à mudança de atitude e de motivação que reportam, sobretudo, nos benefícios em matéria de sustentabilidade dos investimentos, com o já conhecimento do padrão das cheias para um longo período. Assim, o seu controlo evidencia-se. Existe uma relação direta entre os centroides de cheia e a distância às linhas de água e, indireta entre a taxa da apólice e a relação anterior, suscitando reações positivas de confiança perante as consequências futuras das cheias. A recorrência dos centroides de cheia, embora

neste estudo não se tenha desenvolvido este ponto, pode constar nos contratos e ainda, fazer parte do cálculo do prémio futuro do seguro. Assim, as incertezas perante as alterações climáticas ficam acauteladas para as partes interessadas. Os eventos atmosféricos muito raros, como uma cheia catastrófica (não prevista no modelo), podem sempre ficar a cargo do estado e da ajuda externa, se necessário. A extensão do estudo denota-se na influência e facilidade com que pode ser replicado às restantes bacias hidrográficas do território nacional, após a recolha dos dados, com o mesmo detalhe a nível nacional, onde as seguradoras, progressivamente, dão resposta a esta necessidade, garantindo segurança para as partes. Importa, ainda, dizer que o adiamento do processo de readaptação da apólice, resulta na continuação das perdas (principalmente económicas e de vidas humanas), notória nos locais do território onde se prevê que a impermeabilização favoreça a ocorrência das cheias.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Jorge Trindade da Universidade Aberta e do Centro de Estudos Geográficos não agradeço apenas pela orientação durante o doutoramento concluído a 18 dezembro de 2018, agradeço também pela ideia e incentivo em realizar este trabalho direcionado para os seguros. O trabalho passou no concurso: *Call for Papers - Poupança e Financiamento da Economia Portuguesa* (2019), do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, após revisão. Agradeço ainda, ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), em especial ao Centro de Estudos Geográficos (CEG) da Universidade de Lisboa, pela disponibilização do *Software: ESRI - ArcGIS Spatial Analyst 10.x for Desktop Advanced Student Trial* e IBM - SPSS.

Bibliografia

- Bellu, A., Fernandes, L. F. S., Cortes, R. M., & Pacheco, F. A. (2016). A framework model for the dimensioning and allocation of a detention basin system: The case of a flood-prone mountainous watershed. *Journal of Hydrology*, 533, 567-580. <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2015.12.043>

- Cohen, J. P., Danko III, J. J., & Yang, K. (2019). Proximity to a water supply reservoir and dams: Is there spatial heterogeneity in the effects on housing prices?. *Journal of Housing Economics*, 43, 14-22. <https://doi.org/10.1016/j.jhe.2018.09.010>
- Direção Geral do Território [DGT]. (2017). Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). Consultado em <http://mapas.dgterritorio.pt/> a 5 de junho de 2018.
- eBD. (2018). Eventos em base de dados para a BHRVez entre 1900/2015. Hayford Gauss Datum Lisboa Militar. Imprensa periódica regional. *Obra autónoma*.
- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A.-G. (2009). Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. *Behavior Research Methods*, 41(4), 1149-1160. <https://doi.org/10.3758/BRM.41.4.1149>
- Ferguson, A. P., & Ashley, W. S. (2017). Spatiotemporal analysis of residential flood exposure in the Atlanta, Georgia metropolitan area. *Natural Hazards*, 87(2), 989-1016. <https://doi.org/10.1007/s11069-017-2806-6>
- Ferreira, M. A. M., & Amaral, I. (2001). *Probabilidades e estatística*. Formulário. Edições Sílabo.
- Fortin, M.-F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lusodidacta.
- Ghorbani, A., & Farzai, S. (2018). Fraud detection in automobile insurance using a data mining-based approach. *Int. J. Mechatron. Electr. Comput. Technol*, 8(27), 3764-3771. <https://doi.org/10.125163>
- Goncalves, M. G. S. (2018). *As cheias na bacia hidrográfica do rio Vez durante os séculos XX e XXI e a sustentabilidade* (Tese de Doutoramento). Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7981>.
- Grosso, N., Dias, L., Costa, H. P., Santos, F. D., & Garrett, P. (2015). Continental Portuguese Territory Flood Social Susceptibility Index. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 15(8), 1921-1931. <https://doi.org/10.5194/nhess-15-1921-2015>
- Hipólito, J. R., & Vaz, Á. C. (2013). *Hidrologia e Recursos Hídricos* (2.ª). Instituto Superior Técnico de Lisboa.
- Instituto Geográfico do Exército [IGoE]. (1996, 1997). *Carta Militar de Portugal*. Folhas: 3, 4, 8, 9, 16, 16, 28 e 29. www.igeoe.pt. Escala 1:25 000.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (1900-2011). *Recenseamento da População e Habitação*.
- Koning, K., Filatova, T., & Bin, O. (2019). Capitalization of Flood Insurance and Risk Perceptions in Housing Prices: An Empirical Agent-Based Model Approach. *Southern Economic Journal*. <https://doi.org/10.1002/soej.12328>
- Moreira, A., & Simões, M. (1998). Notícia explicativa da Folha 1-D. Arcos de Valdevez. Serviços Geológicos de Portugal.
- Naghetini, M., & Pinto, E. J. de A. (2007). *Hidrologia estatística*. CPRM. Obtido de <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/454>.
- Pralle, S. (2019). Drawing lines: FEMA and the politics of mapping flood zones. *Climatic Change*, 152(2), 227-237. <https://doi.org/10.1007/s10584-018-2287-y>
- Ramos, C. (1987). A influência das situações anticiclónicas no regime da precipitação em Portugal. *Finisterra*, XXII(43), 5-38.
- Ramos, C. (2013). Perigos naturais devidos a causas meteorológicas: o caso das cheias e inundações. *e-LP Engineering and Technology Journal*, 4. Consultado em <https://revistas.ulsofona.pt/index.php/revistae/lp/article/view/3320> a 24/10/2020.
- Ramos-Pereira, & Ramos, C. (1998). Avaliação da diversidade biofísica do território (base administrativa). *Infogeo*, (1213), 47-55.
- RISKAM (2017) - Websig Disaster. Notas sobre origem dos dados e tipos de utilização aconselhadas. Website disponível em: http://riskam.ul.pt/disaster/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=11
- Rumson, A. G., & Hallett, S. H. (2019). Innovations in the use of data facilitating insurance as a resilience mechanism for coastal flood risk. *Science of the Total Environment*. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.01.114>
- Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos [SNIRH]. (1959/1990). *Dados sintetizados*. Agência Portuguesa do Ambiente. <http://snirh.apambiente.pt>.
- Strahler, A. N. (1953). Hypsometric (area-altitude) analysis and erosional topography. *Geological Society of America Bulletin*, 63, 1117-1142. [https://doi.org/10.130/0016-7606\(1952\)63\[1117:HAAOET\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.130/0016-7606(1952)63[1117:HAAOET]2.0.CO;2)
- Strahler, A. N. (1957). Quantitative analysis of watershed geomorphology. *Eos, Transactions American Geophysical Union*, 38(6), 913-920. <https://doi.org/10.1029/TR038i006p00913>
- Tsai, C.-H., & Chen, C.-W. (2011). The establishment of a rapid natural disaster risk assessment model for the tourism industry. *Tourism Management*, 32(1), 158-171. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.05.015>
- Zêzere, J. L., Pereira, S., Tavares, A. O., Bateira, C., Trigo, R. M., Quaresma, I., & Verde, J. (2014). DISASTER: a GIS database on hydro-geomorphologic disasters in Portugal. *Natural hazards*, 72(2), 503-532. <https://doi.org/10.1007/s11069-013-1018-y>
- Zhang, W., Su, Y., Ke, R., & Chen, X. (2018). Evaluating the influential priority of the factors on insurance loss of public transit. *PLoS one*, 13(1), e0190103. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0190103>

A produção social do espaço público na cidade de Belém-PA: o caso do Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí

The social production of public space in the city of Belém-PA: the case of Complexo Feliz Lusitânia and Feira do Açaí

Angelo Cezar Pinho Tavares

UFPA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos)
angelocezar12@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8212-9443>

Milene de Cássia Santos de Castro

UFPA (Faculdade de Turismo)
castro.milene2010@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5887-2261>

Artigo recebido a 28 de janeiro de 2020 e aprovado a 9 de dezembro de 2020

Resumo

O espaço urbano no período recente tem atravessado uma forte influência mercadológica que altera o processo de produção e organização sócio espacial, que em grande parte complexifica e fragmenta estes espaços. Sendo assim, os espaços públicos nas grandes cidades acabam entrando na lógica de interesses privados que restringem os seus usos para determinados agentes sociais. Portanto, o problema central levantado nesta pesquisa se refere a: como o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí se constituem enquanto espaços públicos a partir de seus usos e organização sócio espacial? Dessa maneira, este artigo visa analisar como as práticas e usos presentes no Complexo Feliz Lusitânia e na Feira do Açaí os caracterizam enquanto espaços públicos. A metodologia deste artigo utiliza fontes bibliográficas, documentais e interpretação de entrevistas realizadas nos lócus de pesquisa delimitados. Como resultados, considerou-se que os espaços belenenses apesar de juridicamente se caracterizarem enquanto públicos, em grande parte não permitam a real condição de público destes espaços ao restringirem seus usos quase que exclusivamente ao consumo exacerbado, restringindo, assim, aspectos de maior importância como a sociabilidade, a cooperação e a participação política da sociedade.

Palavras-chave: espaço público, usos, Complexo Feliz Lusitânia, Feira do Açaí, Pará.

Abstract

The urban space, recently, has crossed for a strong market influence that change a production process and a social and spatial organization and that majority it complexes and fragments this spaces. Thus, public spaces in a big cities end up coming in in the logics of private interests that limit their use for certain social agents. Therefore, the central problem lifted up in this research is about: How do Complexo Feliz Lusitânia and Açaí Fair constitute themselves from their uses and social and spatial organization? This way, this article aims to analyze the experiences and uses that happen in the Complexo Feliz Lusitânia and the Açaí fair, that characterize their as public spaces. The methodology of this article uses bibliographic, documentary sources and interpretation of interviews carried out in the defined research locus. As results, we consider that public spaces in Belém, despite being legally characterized as public, the majority they do not the real public status of these spaces by restricting their use almost exclusively to exacerbated consumption, limiting this way, aspects of greater importance such as sociability, cooperation and the political participation of society.

Keywords: public spaces, uses, Complexo Feliz Lusitânia, Feira do Açaí, Pará.

1. Introdução

A cidade contemporânea, no cenário atual, tem passado por uma forte influência mercadológica na

produção e organização do espaço urbano, na qual estes espaços, a partir dos diferentes interesses dos agentes sociais concretos, atuam numa perspectiva que fragmenta o espaço urbano, favorecendo em

grande parte os interesses do grande mercado nestas metrópoles.

Diante disso, os espaços urbanos públicos como as ruas, calçadas e parques, dentre outros, não fogem à regra de serem privatizados pelos interesses classistas de usufruir destes espaços de maneira exclusivista e homogeneizante. Portanto, apesar destes espaços se configurarem juridicamente enquanto públicos, em sua essência tem-se implementado uma lógica privada a partir de determinados usos, formas espaciais e práticas sociais estabelecidas nestes lugares.

Assim, um procedimento recorrente nas grandes cidades é o processo de requalificação urbana, que transforma áreas degradadas da cidade em espaços de lazer e cultura, criando inúmeros equipamentos de lazer, para promover a cidade enquanto “vitrine” para o mundo, atraindo visitantes (turistas) para relação de consumo, mas que nega o aspecto de pertencimento aos habitantes locais.

Em Belém, este processo de requalificação urbana se enquadra perfeitamente na ideia que Trindade Jr. e Amaral (2006) denominam de *waterfront*, se tornando algo semelhante ao que acontece em outras partes do mundo, em que as políticas urbanas buscam com a revitalização das áreas degradadas, a incorporação de elementos da natureza no espaço a partir da relação cidade-rio.

Dessa maneira, no caso mais específico de Belém segundo Trindade Jr. e Amaral (2006), o Complexo Feliz Lusitânia, localizado no Bairro da Cidade Velha (Centro Histórico de Belém), passou por um processo de requalificação urbana executada pelo governo do Estado, através da Secretária Executiva de Cultura do Pará (SECULT), direcionando este espaço ao lazer, à cultura e ao turismo, permitindo este aspecto de ligação da cidade com sua orla para trazer visibilidade a esta área da cidade belenense.

Diferentemente do primeiro espaço requalificado, a Feira do Açaí, local de intensas trocas comerciais de produtos típicos da culinária paraense, localizado próximo ao Forte do Presépio, é marcado por intensas movimentações de pessoas como feirantes, ambulantes, pescadores, estivadores e compradores que participam da dinâmica local da feira e utilizam o local como opção de trabalho e lazer nos bares e quiosques após o descarregamento do fruto que dá o nome a feira. Dessa maneira, este local se torna opção de uso e práticas sociais para as pessoas estigmatizadas na dinâmica de produção do espaço

urbano belenense, ou de contra usos como denomina Leite (2004).

Em vista disso, a partir dos exemplos citados acima, a recente demanda de parcerias público-privado na administração dos espaços públicos nas grandes cidades que normatizam e controlam excessivamente o livre acesso e a interatividade nestes espaços colocam em dúvida o caráter público destes locais. Portanto, podemos definir a problemática da pesquisa a partir do seguinte questionamento: como o Complexo Feliz Lusitânia e, mais especificamente, o Forte do Presépio e a Feira do Açaí se constituem enquanto espaços públicos, a partir de seus usos e organização sócio espacial.

Dessa maneira, esta pesquisa é o resultado dos debates realizados no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGSDTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, acerca da disciplina: *Espaço público e a produção social da cidade*, possibilitando na elaboração deste trabalho a discussão acerca da produção, usos e práticas sociais presentes nos espaços públicos urbanos. Assim, a perspectiva de análise interdisciplinar do objeto de estudo permitiu um panorama mais holístico dos fenômenos estudados, integrando diferentes campos disciplinares como a Geografia, o Turismo e as demais áreas das ciências sociais.

A metodologia utilizada na pesquisa se deu, desde trabalho de campo, levantamento bibliográfico e documental acerca das áreas de estudo propostas (Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí), tal como levantamento fotográfico para auxiliar na compreensão do objetivo proposto. O subsídio de entrevistas semiestruturadas e suas posteriores interpretações enriqueceram as análises dos dados coletados em campo, por meio da observação das realidades estudadas sobre os espaços públicos belenenses.

Estima-se, com os resultados deste estudo, demonstrar se a população residente utiliza tais espaços urbanos públicos, como estes usos são praticados, quais as influências que as requalificações no espaço urbano público provocaram nos indivíduos que o utilizam e finalizar com uma perspectiva da cena pública nestes espaços, observada por meio da realização das entrevistas e posteriormente com a análise dos dados provenientes da mesma.

2. Os debates acerca de espaço público

As discussões acerca da definição de espaço público são múltiplas, mas segundo Souza (2008) nas ciências sociais possuem dois aspectos importantes, na qual apesar de serem termos diferentes são complementares: a) enquanto *esfera pública* ou *cena pública*, é o espaço das interações de indivíduos, que expressam suas opiniões, articulam ideias e negociam seus conflitos; b) enquanto um *espaço concreto*, permite o aparecimento do primeiro aspecto que é a cena pública. Portanto, a partir destas informações, as questões apresentadas representam a face material e imaterial do espaço público, no qual ambos os termos estariam intimamente articulados na configuração destes espaços.

Além disso, enquanto espaço socialmente produzido (espaço social) o espaço público, o qual é essencialmente espaço geográfico, pode ser entendido também pelas categorias de territórios (espaços definidos por e a partir de relações de poder), e os lugares (espaços dotados de sentimentos), constituindo assim, palco de mudanças nas configurações territoriais e na construção de significações referente ao lugar.

Dessa maneira, para autores como Gomes (2012), tais rearranjos e configurações socioespaciais dificultam a definição de espaço público apenas pelos aspectos de oposição entre o público e privado. Assim, na visão deste autor da geografia, esses espaços públicos podem se manifestar em espaços que não são juridicamente locais totalmente públicos, mas que cumprem o processo de sociabilidade e que precedem a criação de leis ao retratar que:

Há vários casos em que atividade pública se inscreve em espaços que não são rigorosa e juridicamente públicos, como no caso dos cafés parisienses ou dos pubs ingleses (o nome “pub”, aliás, origina-se da expressão “public houses”), tantas vezes utilizados. [...]. O mesmo pode ser dito dos espaços que cumprem em parte a função da publicidade, como os atuais shoppings, que contraditoriamente, são tão dificilmente aceitos por uma parte que os analisa. [...]. Uma terceira fonte de problemas e de mal-entendidos é a definição que parte do pretense atributo do livre acesso, visto como elemento constitutivo do espaço público. (Gomes, 2012, p. 22)

Portanto, para Gomes (2012), não seria a maneira de acesso a estes locais, nem a ideia que

sempre o pago remete-se ao privado em oposição à gratuidade do público que os definiriam enquanto espaço público, mas sim, que independente da função (praça, comércio, praia), estes não devem apresentar obstáculos, senão normas e lógicas para o acesso e participação.

Contudo, a visão de acessibilidade destes lugares debatida em Gomes (2012) é diferenciada na perspectiva de Serpa (2007), ao entender que um espaço público representa mais do que um simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. Assim, a acessibilidade a estes espaços não pode ser somente física, mas ela é também simbólica e deve ultrapassar o design e as formas destes lugares.

Dessa maneira, o espaço público entendido em Serpa (2007) é sobretudo um espaço da ação política ou da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele é também analisado pelo autor sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos. Ou seja, ainda que seja público, beneficia uma parcela restrita de frequentadores, em um espaço que deveria ser comum a todos.

Logo, para Jacobs (2000) as ruas e as calçadas nas cidades são os principais locais públicos, sendo para esta pesquisadora seus órgãos vitais de funcionamento. Assim, estes espaços, para além de comportarem fluxos de carros e circulação de pedestres, estão carregados de significados e de relações cotidianas entre as pessoas. Jacobs (2000) pontua que a rua e/ou uma calçada movimentada e diversificada em usos e em práticas cotidianas podem ter melhor segurança para os seus moradores e trazer maior civilidade para as cidades. Dessa maneira, a reunião nas ruas de pessoas que aparentemente não se conhecem pode permitir pequenas mudanças que tornam exuberante a vida pública das cidades.

De acordo com Figueiredo (2008), uma das características das cidades na pós-modernidade é a possibilidade de se entender que o espaço público é percebido como funcional e, mais especificamente, com dupla função: ao mesmo tempo que proporciona lazer aos moradores, também é visto como lugar de destaque da cultura, divertimento e entretenimento, como uma demonstração de lugar indentitário que a cidade possui para os seus visitantes que para lá se dirigem.

Contudo, segundo Leite (2004), os espaços públicos no contexto internacional e brasileiro passam por um processo de gentrificação que contribui para

a segmentação dos espaços por fronteiras que delimitam formas distintas de usos e interações que são mediados pela diferença. Assim, quando as práticas de gentrificação incorporam áreas de patrimônio para as demandas de mercado, criando lugares de consumo, a única forma de interagir com eles é por meio da construção de outros lugares, que permitiram articular usos e contra usos nestes espaços.

3. Configurações histórico-geográficas do Complexo Feliz Lusitânia e da Feira do Açaí

De acordo com Brito (2007) a formação sócio espacial do Bairro da Cidade Velha perpassa por distintos modos de ocupação e apropriação de seus espaços urbanos. Posteriormente, ao utilizar o Plano Setorial de Revitalização do Centro de Belém, ilustra-se a análise do uso e ocupação do solo urbano, por meio da divisão sócio espacial em áreas. No presente estudo serão analisados equipamentos urbanos presentes na Zona 1, através do exemplo do Complexo Feliz Lusitânia, e na Zona 2, representada pela Feira do Açaí no centro de Belém.

Por conseguinte, de acordo com Brito (2007, p. 105) o uso da zona 1 “pode ser definido atualmente pelo predomínio de atividades de lazer, religiosas e turísticas, destacando-se o caráter museológico, que passou a caracterizar o Complexo Feliz Lusitânia, após a intervenção realizada pelo Estado neste patrimônio cultural”. Em relação ao Complexo Feliz Lusitânia, este é composto pelas primeiras edificações da cidade, tais como o Forte do Presépio, a Casa das Onze Janelas, a Igreja de Santo Alexandre, o Colégio de Santo Alexandre, a Catedral da Sé e a Praça Dom Frei Caetano Brandão (Gonçalves, 2011).

Na zona 2 esta análise direciona-se apenas para a Feira do Açaí, que corresponde ao Complexo Ver-o-Peso, composto pela Doca do Ver-o-Peso, Feira do Açaí, Praças do Relógio e D. Pedro II, Assembleia Legislativa e Instituto de Histórico e Geográfico do Pará (Brito, 2007). Esses espaços são caracterizados “de uso misto e esta área caracteriza-se sobretudo por atividades comerciais ligadas ao comércio varejista e à importação e exportação de produtos alimentícios, vindos principalmente de diversas ilhas paraenses, e por atividades institucionais” (Brito, 2007, p. 105).

Para Bahia (2012, p. 121):

O Complexo Feliz Lusitânia está localizado na primeira légua patrimonial da cidade, numa área às margens da baía do Guajará e inclui vários outros projetos como: o de revitalização do Forte do Castelo - marco de fundação da cidade em 1616 - e o Museu do Encontro, com algumas áreas de lazer, lojas de artesanato, lanchonetes etc.; o de revitalização do antigo arcebispado e da Igreja de Santo Alexandre transformando-os em espaços culturais e Museu de Arte Sacra; o de revitalização de prédios coloniais do entorno, atribuindo-lhes novas funcionalidades como, sorveterias, lojas de artesanatos, museu etc.; e o de revitalização da Casa das Onze Janelas, antigo prédio de valor histórico e arquitetônico, transformando em espaço cultural, com salas de exposição, bar e museu, além do embelezamento paisagístico do entorno.

No tocante à Feira do Açaí, Brito (2007, p. 114) esclarece que “a dinâmica sócio espacial da Feira do Açaí é complexa, devido às intensas relações comerciais desenvolvidas nesse espaço, destacando-se sobretudo, a venda de açaí”. Tais relações comerciais foram investigadas e confirmadas por meio das entrevistas realizadas.

Em relação a intervenções urbanísticas na cidade de Belém, a primeira se deu no período pombalino (1750-1777), a segunda intervenção ocorreu no Apogeu da Borracha (1897 a 1911) e a mais recente, a partir de 1997, com intervenções provenientes do poder público municipal (Figueiredo, 2008), assim como o governo estadual inicia a construção de obras direcionadas para o lazer público. Tais espaços são a Estação das Docas, o Parque da Residência, o Feliz Lusitânia e o Mangal das Garças.

Para Brito (2007, p. 64):

O processo de deterioração/degradação dos centros históricos intensifica-se, sobretudo, após a década de 1950, quando ocorre um maior crescimento e expansão do espaço urbano, desencadeando o congestionamento das áreas centrais devido à intensidade das atividades comerciais e de serviços, com vistas a atender a nova demanda do mercado; a busca por locais mais modernos e interessantes de se viver; além da transferência de atividades comerciais e de instituições públicas para áreas consideradas mais nobres.

Consequentemente, o Bairro da Cidade Velha, assim como outros centros históricos do Brasil, enfrentou o processo de degradação observado por

Brito (2007), processo representado pela ausência de incentivo para a manutenção do patrimônio urbano e também por práticas espaciais construídas por diferentes agentes sociais, que com o passar dos anos causaram impactos no espaço geográfico que atualmente configura o Centro Histórico de Belém (Brito, 2007).

Entretanto, Trindade Jr. (2018) aponta que, recentemente, a inserção de Belém na lógica competitiva das cidades contemporâneas, com novas formas de desapropriação material e simbólica que configuram a nova paisagem urbana e que contribuem para definir práticas espaciais apoiadas em interesses e valores que acompanham os processos de transformação da cidade, fez com que novos projetos urbanísticos redesenhassem a antiga cidade e o seu velho centro, sinônimo, ao olhar do poder público, de deterioração e de decadência (Trindade Jr., 2018, p. 61). Desse modo, o autor alega que a implantação destes projetos urbanísticos no Centro Histórico de Belém acarretou mudanças no *Skyline*¹ da cidade belenense, provocando o surgimento de processos de requalificação urbana nas áreas centrais da cidade.

4. Escolhas metodológicas

Este artigo adotou a pesquisa qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica, documental, observação e análise das informações provenientes das entrevistas. As entrevistas foram dispostas em 5 perguntas semi-estruturadas e aplicadas a turistas, visitantes, feirantes e ambulantes que se disponibilizaram a responder às perguntas, no período de aplicação, no Complexo Feliz Lusitânia e na Feira do Açaí. Não houve contato com a população residente nas proximidades desses espaços, no período de execução das entrevistas, mas apenas com os visitantes e trabalhadores destes locais.

Foram entrevistados 7 indivíduos, nos dias 20 de agosto e 25 de setembro, identificados como 2 turistas, 1 visitante, 1 comerciante, 1 vendedor ambulante, 1 feirante e 1 vendedor de açaí, tendo

em vista que conhecer o perfil destes entrevistados pode ser importante para as respostas encontradas na pesquisa de campo. As questões colocadas foram: 1. *Você vem sempre a este lugar? Por quê?* 2. *Fale sobre o principal motivo da sua visita a este local hoje?* 3. *O que você considera como espaço público? Por quê?* 4. *Você reconhece este espaço como espaço público? Por quê?* 5. *O que você costuma vir fazer neste lugar (Práticas Sociais - Usos)?*

Também se realizou observação sistemática, a qual, segundo Pádua (2004, p. 80), é seletiva porque o pesquisador vai observar uma parte da realidade, natural ou social, a partir de sua própria proposta de trabalho e das relações que se estabelecem entre os fatos reais, devendo estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação. Lembra-se que os fatos a serem observados neste procedimento devem estar delimitados pelo plano de pesquisa, mas fatos que o pesquisador considera significativos podem ser registrados para posterior codificação e análise.

E, por fim, utilizaram-se registros fotográficos, os quais, embora acessíveis pela popularização de simplificação do processo de obtenção de uma foto, não deixam de refletir, como Bassalo e Weller (2011) afirmam que o processo de produção de uma fotografia, nunca pode ser considerado totalmente mecânico, pois necessariamente, as crenças e intenções do fotógrafo constituem um fator central no processo de criação de toda foto. Assim, mesmo que o lugar social da imagem seja indiscutível, a fotografia é uma imagem que pode assumir papéis diferentes na pesquisa, seja de ilustração, seja de ser o próprio objeto de investigação.

5. Usos e práticas sociais do Complexo Feliz Lusitânia (Forte do Presépio) e da Feira do Açaí

Nesta seção, analisam-se as respostas dos 7 indivíduos entrevistados, sendo 4 entrevistas realizadas no Complexo Feliz Lusitânia e proximidades e 3 na Feira do Açaí. Estima-se apresentar as práticas e usos dos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí, além de suas motivações e opiniões acerca dos espaços públicos, bem como evidenciar se os entrevistados utilizam estes espaços públicos e qual a frequência de utilização.

¹ Trindade Jr. (2018, p. 58) alega que essa palavra, de origem inglesa - *sky* (céu, horizonte) e *line* (linha, traço) - refere-se à silhueta arquitetônica de uma cidade que se projeta no horizonte, tendo o céu como fundo. Ela demarca, em forma de desenho, os contornos e elementos que são mais característicos de uma cidade e que chamam a atenção, quando vista a partir de uma certa distância, tornando-a facilmente reconhecida por meio de suas linhas, símbolos, edifícios e traços, a exemplo do que acontece com os *skylines* de Londres, Paris, Nova Iorque e Rio de Janeiro, que são inconfundíveis em relação aos de outras cidades.

5.1. O caso do Complexo Feliz Lusitânia

No primeiro espaço de análise, o Complexo Feliz Lusitânia, como pode ser observado nas figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6, são sinalizados alguns dos equipamentos citados pelos entrevistados. A partir dos relatos provenientes das entrevistas serão apresentadas as falas dos sujeitos e serão relacionadas com as figuras no artigo, no intuito de ilustrar a realidade deste espaço urbano público. Assim, no Quadro 1 identificaram-se os entrevistados no Complexo Feliz Lusitânia.

Quadro 1	
Identificação dos entrevistados no Complexo Feliz Lusitânia	
Indivíduo 1	Turista
Indivíduo 2	Turista
Indivíduo 3	Comerciante
Indivíduo 4	Visitante

Fonte: Autores, 2018.

Os indivíduos 1 e 2 são turistas e por morarem em outros estados (Amapá e São Paulo), não visitam o Complexo Feliz Lusitânia com frequência. O indivíduo 3 não frequenta porque não se sente motivado a visitar o Complexo por causa da insegurança e só utiliza este espaço público para trabalhar em uma loja localizada ao lado da Catedral da Sé. O motivo do indivíduo 4 não frequentar o Complexo Feliz Lusitânia com a frequência que gostaria é a dificuldade de acesso, como sinalizado no relato:

A gente não vem como gostaria de vir... Porque a gente se depara com a questão de transporte e de horário para poder visitar estes espaços públicos aqui. Este conjunto arquitetônico, o Feliz Lusitânia, está de portas abertas para receber o seu público (indivíduo 4).

À vista disso, o entendimento na definição de espaço público e do motivo de dificuldades na visita ao Complexo Feliz Lusitânia por alguns dos entrevistados são retratados na fala:

Em tese deveria ser um espaço que se diz juridicamente público mas, infelizmente, o público mesmo que é o dono disso aqui. Não tem acesso. É difícil! Primeiro porque você tem que agendar uma visitação. Nós agendamos, digamos assim. Terça e sexta das 10h às 16h, por exemplo, no Museu de Arte Sacra as portas estão fechadas para o público, para a escola pública, para professores e educadores da escola pública. Afinal todos nós, somos público, somos

contribuintes. Os nossos impostos estão aqui neste espaço, que deveria estar bem articulado para atender os interesses, necessidades e as curiosidades da população e não é uma aula qualquer. Aqui é uma aula interdisciplinar. Temos muitos problemas no transporte para trazer os alunos. E o nosso objetivo é mostrar para o aluno que ele deve conhecer sua cidade, conhecer seu patrimônio histórico-geográfico e conhecer o que é o Turismo de Belém (indivíduo 4).

Dessa maneira, outro aspecto importante de ser notado em relação aos espaços públicos belenenses como é o caso do Complexo Feliz Lusitânia é que apesar do intenso processo de dispersão metropolitana que vivencia Belém em direção a outros municípios, como retratado por Trindade Jr. (1998), grande parte dos espaços públicos existentes e/ou que passaram por um recente processo de requalificação urbana, se localizam apenas na área central da cidade, dificultando assim o acesso constante a estes espaços por pessoas que moram na área de expansão, como foi citado pelo indivíduo 4, professora de um Colégio Municipal em Ananindeua, tendo sido confirmado pelos seus alunos, que era a primeira vez que grande parte deles visitavam o Complexo Feliz Lusitânia para uma atividade escolar.

No tocante à motivação para estar no Complexo (Figura 1 e 2), os entrevistados sinalizaram visitas escolares, turismo e trabalho. Para o indivíduo 4, “uma extensão da aula, em relação ao nosso conteúdo interdisciplinar”. Conforme o indivíduo 2, “conhecer os pontos turísticos”. E, finalizando com o indivíduo 3, “eu não vou porque não tem nada lá. Tudo na realidade tá jogado... só é reduto de desocupado. Abandonado pelo poder público... isso aí”.

Em relação à declaração do indivíduo 3, Souza (2008, p. 90) retrata que:

Vozes dissonantes têm igualmente argumentado que, se se deseja “revitalizar” ou garantir a segurança de espaços públicos, o melhor a fazer é, em vez de conduzir processos de exclusão ou estigmatização de “(grupos de) indesejáveis” e “(grupos de) suspeitos em potencial”, o que muitas vezes acaba acontecendo com a ajuda do monitoramento por câmaras de vídeo, o melhor a fazer é buscar garantir a maior presença humana possível, a heterogeneidade e a diversidade nos espaços públicos.



Figura 1 e 2
Imagens do Complexo Feliz Lusitânia em meio a obras.
Fonte: Autores, 2018.

Por conseguinte, em relação ao entendimento do que é espaço público, utilizam-se as unidades de registro obtidas por meio das entrevistas (Quadro 2).

Logo, a partir dos diferentes registros acerca do entendimento de espaço público, Gomes (2012, p. 25) explica que “o espaço público é o lugar onde se institui um debate, onde os conflitos tomam forma pública, onde podem surgir soluções e compromissos, onde os problemas adquirem visibilidade e reconhecimento”. Assim, por meio das entrevistas apresentadas (Quadro 2) infere-se o entendimento de turistas, vendedores e visitantes em relação aos espaços públicos de Belém, particularmente em relação ao Complexo Feliz Lusitânia (Figura 3 e 4).

ENTREVISTADO	ESPAÇO PÚBLICO
Indivíduo 1	Esses parques, esses monumentos, esses museus... acho um absurdo o museu ficar fechado às segundas. Como é público deveria ficar aberto de segunda a segunda. Lógico, tem que reverter as pessoas... mas devia ficar aberto.
Indivíduo 2	Uma praça...
Indivíduo 3	Espaço público, qualquer lugar com segurança, onde a gente possa andar. Num lugar destes a gente não pode andar... sempre um pedinte... o que tinha de bom era o restaurante das 11 janelas e eles fecharam para ficar um lugar obsoleto.
Indivíduo 4	Um espaço onde todos possam ter acesso... Assegurado seu direito de ir e vir. De estar, de visitar, de ver, de interagir com esse espaço. Isso é espaço público.

Fonte: Autores, 2018.

Em relação ao reconhecimento do Complexo Feliz Lusitânia como espaço público, o indivíduo 4 mencionou que: “Eu reconheço-o como público porque é a nossa história, nossa identidade, aquilo que eu falei anteriormente. O sentimento de pertencer... a gente se identifica com esse lugar”. Posteriormente, o indivíduo 2 reforça esse pensamento ao emitir a seguinte opinião: “Sim, é um espaço público onde as pessoas podem estar conhecendo a história do lugar”. Contudo, o indivíduo 3 apresenta dificuldades no reconhecimento do Feliz Lusitânia enquanto espaço público ao tecer um curto comentário: “Eu não!”. Neste sentido, Gomes (2012, p. 25) alega que:

O espaço público é um lugar onde se efetua uma participação ativa sujeita a normas e instituições. É no espaço que se estabelecem os princípios e as condições segundo as quais uma norma pode ser razoável e legítima para o conjunto das pessoas que gozam dessa qualidade pública.

Para Figueiredo (2008, p. 87) “o cuidado excessivo (Figura 5 e 6) se relaciona da mesma forma com os materiais utilizados nas reformas desses espaços, muitos materiais importados de valor superdimensionado, dificultando e encarecendo os reparos e a conservação”. Dessa maneira, diferentemente deste espaço público belenense que, ao terceirizar a administração deste local, impõe uma lógica privada que limita a sociabilidade das pessoas, indo ao encontro do que acontece nos parques públicos parisienses, de acordo com Serpa (2007) que defende que o público frequentador exerce de modo muito acentuado a cultura do piquenique,



Figura 3 e 4
Imagens do Complexo Feliz Lusitânia.
Fonte: Autores, 2018.



Figura 5 e 6
Imagens do Complexo Feliz Lusitânia limite de uso e conversação inadequada.
Fonte: Autores, 2018.

podendo utilizar inclusive os locais com grama nestes espaços.

Desta maneira, em relação às práticas e usos no Complexo Feliz Lusitânia, o indivíduo 1 relata que “vim aqui, mais para tirar foto... para conhecer” (turista). Posteriormente, o indivíduo 3 retratou o seguinte comentário: “Eu não frequento, para nada!!! Nem passo perto” (comerciante). O indivíduo 2 expôs que “turismo, só vim aqui conhecer” (turista). Todavia, as práticas e usos do Complexo são diversificadas! Assim, o indivíduo 4 pontua que: “Eu venho trazer a minha filha para passear, fazer pesquisa com a minha família. A minha filha é jornalista, ela ama História. E fazer uma reflexão da vida, venho buscar uma paz interior. É o melhor lugar do mundo, depois da minha escola e da minha casa” (visitante).

5.2. O caso da Feira do Açaí

Na Feira do Açaí, conforme demonstrado nas Figuras 7 e 8, encontram-se quiosques com a venda de café da manhã, bares, vendedores ambulantes e um espaço livre próximo ao rio para o descarregamento dos cestos de açaí (chamados popularmente na região de “paneiros”), que chegam das regiões das ilhas próximas a Belém e que durante a madrugada intensificam o movimento de pessoas na Feira.

A partir da observação e das entrevistas realizadas na Feira do Açaí, onde foram entrevistados 3 indivíduos, sendo estes 1 vendedor ambulante (indivíduo 1), 1 feirante (indivíduo 2) e 1 vendedor de Açaí (indivíduo 3), percebeu-se que o mais importante uso deste espaço deve-se a uma questão do trabalho, na qual os entrevistados relataram a



Figuras 7 e 8
Imagens da Feira do Açaí.
Fonte: Autores, 2018.

importância da Feira do Açaí como local de sustento mantenedor da vida familiar de muitas pessoas que trabalham neste espaço e que, em grande maioria, vêm do interior para a capital e de pessoas residentes dos bairros de classes populares em Belém. No Quadro 3 identificaram-se os perfis dos entrevistados na Feira do Açaí.

O indivíduo 1, em relação ao motivo de estar na Feira do Açaí, referiu que “aqui geralmente é por causa do local do trabalho. A feira do açaí atrai mais pessoas, mas... é o local, né... para a pessoa ganhar mais dinheiro, mas um lugar muito pequeno deveria ser maior, atrair mais gente... e trabalhar melhor (ambulante). O discurso do indivíduo 2 retrata bem estes cenários quando diz: “é porque eu sou mãe solteira, tenho três filhos e tenho que sustentar minhas crianças, por isso eu tenho que vir todo dia” (feirante). E o indivíduo 3, retratou que frequenta a Feira do Açaí “porque não tem emprego para pessoa idosa, tem é que trabalhar por conta própria, na feira” (vendedor de açaí).

Além do mais, outro aspecto importante quanto aos usos na Feira do Açaí refere-se exclusivamente a relações comerciais ao contrário do que acontece com o Complexo Feliz Lusitânia, que integra a questão contemplativa de observação da paisagem da Baía do Guajará e a visitação de museus ligada a outras

programações culturais e de lazer. Na Feira do Açaí percebeu-se, após a venda do fruto que dá nome ao lugar, a intensa movimentação nos bares e quiosques pelas pessoas que trabalham com a venda deste alimento típico da culinária paraense. Então, a roda de pessoas que se concentram nas mesas destes estabelecimentos serve para a descontração após um intenso dia de trabalho na feira.

Deste modo, em relação ao entendimento do que é espaço público para os indivíduos entrevistados na Feira do Açaí, utilizam-se as seguintes expressões (Quadro 4).

Portanto, quanto à questão envolvendo a definição de espaço público dentro de uma cidade, as pessoas entrevistadas tiveram ao princípio dificuldades em responder ao que, de fato, representava este conceito para elas. Assim, algumas definições de espaço público surgiram no decorrer do discurso dos entrevistados: espaços seguros, limpos, de livre circulação de pessoas ou a simples referência a algum espaço físico (praça). Assim, quanto a esta dificuldade nas respostas, percebe-se a necessidade de

Quadro 3	
Identificação dos entrevistados na Feira do Açaí	
Indivíduo 1	ambulante
Indivíduo 2	feirante
Indivíduo 3	vendedor de açaí

Fonte: Autores, 2018.

Quadro 4	
Registros obtidos por meio de entrevistas acerca do entendimento em relação ao espaço público na Feira do Açaí	
ENTREVISTADO	ESPAÇO PÚBLICO
Indivíduo 1	Olha! pra mim se fosse considerar acho que é quase tudo dentro de uma cidade.
Indivíduo 2	Tipo um lugar mais limpo onde a gente possa levar as crianças para brincar como antigamente.
Indivíduo 3	Uma praça, né! Principalmente se tiver bem cuidada, né, aqui é uma feira livre, né! [inaudível], apesar de que a feira do açaí as vezes é cruel pra gente, mas é conhecida no mundo todo.

Fonte: Autores, 2018.

projetos pedagógicos pelo planejamento urbano e turístico sobre educação patrimonial e a importância de uso destes lugares como espaços de participação política, como retrata Serpa (2007), para a transformação social e de vida das pessoas.

Desta maneira, os espaços na Feira do Açaí também servem como “contra-usos”, assim denominados por Leite (2004), no sentido de receberem usos diferenciados por classes populares que não se sentem integradas em espaços de maior apelo turístico e que passaram pelo processo de requalificação urbana como o caso do Complexo Feliz Lusitânia. Assim, a Feira do Açaí, apesar de ter seu uso principal relacionado com o trabalho, como observado no campo, o lazer é também uma das marcas fortemente expressas nestes locais (fugindo do lazer articulado pelas grandes agências de viagens que priorizam o lucro e o consumo exacerbado desarticulando a cultura local), que priorizam um lazer da espontaneidade e da sociabilidade entre os diferentes, que se apresentam através das relações cotidianas que se dão nas trocas comerciais relacionados ao açaí, nos bares e quiosques presentes na feira.

6. Análise comparativa entre o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí

Nesta seção, os pesquisadores propõem-se responder ao objetivo principal da pesquisa. Esclarece-se que as discussões e contribuições desta seção são evidenciadas a partir dos resultados empíricos da seção anterior sobre os dados coletados em campo no Complexo Feliz Lusitânia e na Feira do Açaí. As discussões são feitas à luz do corpo teórico e da literatura revisada.

Logo, em relação ao Complexo Feliz Lusitânia percebeu-se que a maioria dos entrevistados estava fazendo turismo nos espaços abertos deste complexo, ainda que museus e restaurantes estivessem fechados no momento de realização das entrevistas. Assim, percebeu-se que prevaleceu o caráter contemplativo de visitação a esse espaço. Contudo, apesar de o Forte do Presépio ser reconhecido como de caráter público, o uso de alguns locais dentro do Complexo Feliz Lusitânia para um possível aproveitamento dos jardins para piqueniques, por exemplo, é proibido pela administração do espaço através de vigilância que é realizada por agentes privados (terceirizados)

criando, como explica Serpa (2007), obstáculos na democratização dos espaços públicos.

Diferentemente do que acontece na Feliz Lusitânia, na Feira do Açaí foram encontradas predominantemente pessoas que trabalhavam neste espaço com produtos alimentícios populares na região, que abastecem os mercados no município de Belém. Contudo, percebeu-se no campo que, após a venda de alguns produtos durante o dia, alguns frequentadores da Feira do Açaí frequentavam quiosques e pequenos bares presentes na feira, tornando esses locais em espaços de lazer durante os intervalos de trabalho, alterando a lógica do lazer tradicional de caráter contemplativo e restritivo do Complexo Feliz Lusitânia que a princípio valoriza mais a preservação dos materiais paisagísticos do que os relacionamentos sociais (Moreira, 2016).

Além do mais, percebeu-se no trabalho de campo realizado na Feira do Açaí que seus frequentadores quase nunca reportavam em suas falas os pontos turísticos da Feliz Lusitânia, mesmo estando situado nas proximidades do local de trabalho, alegando a falta de tempo ou de interesse nestes locais. Percebemos nestas atitudes a pouca vontade do poder público em engajar as classes populares na visitação de locais recentemente requalificados da capital paraense, tendo em vista que o novo paisagismo implantado nos principais locais turísticos do Feliz Lusitânia impõe uma barreira simbólica de visitação da população da periferia belenense.

Assim, os pontos turísticos no Feliz Lusitânia em grande parte têm sua visitação feita por pessoas de classes mais abastadas de Belém, seja para realização de cerimônias na Catedral da Sé ou na Igreja de Santo Alexandre, seja na visitação de museus e na frequência de restaurantes no Forte do Presépio e na Casa das Onze Janelas. Tendo em vista que nos espaços abertos costumeiramente casais e estudantes fazem sessões fotográficas da paisagem do Complexo. Contudo, esses eventos ocorrem com ações mediadas ou controladas pela equipe terceirizada de administração destes espaços.

Consequentemente, Gomes, Curcino e Tavares (2013) pontuam que é importante perceber como a produção do espaço urbano se modifica de acordo com seu contexto histórico, partindo da análise que no período da Belle Époque em Belém nos séculos XIX e XX, o planejamento urbano na cidade belenense foi concebido com a ascensão da classe burguesa, em que a cidade fora projetada sob a influência

arquitetônica e cultural das cidades europeias - símbolo de modernidade daquela época - principalmente Paris.

Deste modo, Trindade Jr. (2018) explica que a concepção preservacionista é um mecanismo de reapropriação seletiva e de transformação de áreas tidas como marginais em complexos culturais e de lazer. Assim este autor alega que:

No caso de Belém, por se fazer presente em espaços pontuais, em vez de tornar mais coeso o velho centro, culmina por fragmentá-lo ainda mais, dada a presença de espaços sofisticados, culturalmente visitados e aqueles em que a cultura popular e espontânea passa a ser vista como marginal e indesejável. (Trindade Jr. 2018, p. 74)

Deste modo, a cultura popular e espontânea percebida na Feira do Açaí nesta pesquisa, contrastou com o controle comportamental e preservacionista que molda a rotina dos visitantes no Complexo Feliz Lusitânia criando dúvidas em relação ao caráter público deste espaço, revitalizado por recentes projetos urbanísticos, onde se buscou atribuir novos valores sociais e de consumo ligados a um padrão de alta renda.

Por conseguinte, em relação à percepção de espaço público relatado pelos entrevistados no Complexo Feliz Lusitânia percebeu-se que a maioria dos entrevistados definiu os espaços públicos tanto como (1) espaços físicos (praças, por exemplo), (2) locais com segurança ou até (3) lugares que permitam o ir e vir das pessoas na cidade. Logo, perceberam-se diferentes opiniões de pessoas entrevistadas na Feira do Açaí que definiram espaço público como: (1) espaços físicos, (2) lugares limpos ou até como (3) qualquer espaço dentro da cidade.

De entre estas opiniões divergentes dos entrevistados, percebe-se a necessidade de planos pedagógicos elaborados por uma equipe interdisciplinar de planejadores que envolva educação patrimonial e a importância de uso destes lugares como espaços de participação comunitária que permitam transformações de cunho social.

Diante disso, entende-se que o planejamento na implantação de espaços públicos tanto em Belém como nas demais cidades brasileiras deve ser participativo envolvendo constantemente a integração efetiva de planejadores de políticas públicas com todas as partes interessadas, que envolvam a discussão sobre projetos urbanísticos para que os recursos

públicos não sejam mal aplicados, contrastando com a realidade local de onde o projeto foi implantado. Assim, reuniões públicas e outros espaços de diálogo e de decisão devem ser fornecidos por gestores públicos à sociedade no intuito de construção de espaços públicos democráticos.

Desse modo, entende-se que permitir usos e práticas sociais espontâneas e heterogêneas no Complexo Feliz Lusitânia e na Feira do Açaí podem contrapor a atual lógica mercadológica que tem sido implantada na atual dinâmica das cidades contemporâneas. A requalificação urbana de antigos centros históricos tem redesenhado os *skylines* das grandes cidades com novos valores sociais inseridos no processo de produção do espaço urbano, buscando inserir lógicas privadas em espaços juridicamente públicos.

7. Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo refletir sobre os usos e práticas sociais nos espaços públicos belenenses, tendo como lócus específicos o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí. Assim, buscou-se entender que, apesar destes espaços se apresentarem enquanto juridicamente públicos, seria necessário perceber se estes lugares poderiam ser reconhecidos como públicos através de seus usos e práticas sociais.

Uma discussão teórica e interdisciplinar sobre os espaços urbanos públicos se torna fundamental para compreender os avanços e os limites em torno deste conceito nas diversas áreas das ciências sociais, tentando a partir destes referenciais teóricos trabalhados durante a disciplina no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, *Espaço Público e a produção social da cidade*, permitindo uma aproximação dos objetos e sujeitos estudados na pesquisa.

As entrevistas realizadas com os sujeitos presentes nos dois lugares pesquisados foram de suma importância uma vez que, a partir dos usos que cada uma dessas pessoas atribui a estes lugares, fica evidente a importância das relações e práticas sociais para possibilitar em sua essência reconhecer o caráter público destes espaços.

Foi neste sentido que, a partir dos relatos dos sujeitos presentes no campo (Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí) e da observação, foi possível uma análise comparativa entre estas áreas que

contribuiu para problematizar o caráter destes espaços enquanto públicos, visto que até entre os entrevistados esta definição tornava-se bastante complexa.

Deste modo, o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí são espaços de grande importância dentro da cidade belenense, tanto do ponto de vista do planejamento e gestão urbanos, como das políticas de requalificação urbana, vista a localização destes espaços na área de ocupação mais antiga da cidade, que concentra a principal dinâmica de produção e organização sócio espacial por conta da maior demanda de serviços e infraestruturas presentes na área central de Belém.

Porém, apesar destes locais se configurarem juridicamente enquanto espaços públicos, o tipo de acesso e a forma física destes locais não são suficientes para os definir como espaços públicos. Assim, o estudo de seus usos e práticas realizadas pelos sujeitos presentes nestes lugares foi de fundamental importância para a percepção da sociabilidade e da participação social que estes locais permitiam para serem reconhecidos enquanto públicos.

Dessa maneira, enquanto o Complexo Feliz Lusitânia apresenta um caráter semipúblico, pelas restrições de usos a alguns de seus espaços, por conta da terceirização destes locais por empresas privadas, limitando a participação social e a cidadania das classes populares, a Feira do Açaí, administrada pela Prefeitura Municipal de Belém, é um local de maior espontaneidade e de sociabilidade entre os diferentes visitantes, que apesar de estar mais relacionada com o trabalho de venda de produtos da culinária paraense, permite a partir de seus usos um maior caráter público, pela forte presença da cooperação e participação popular.

Bibliografia

- Bahia, M. C. O. (2012). *Lazer e as relações socioambientais em Belém* (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Belém.
- Bassalo, L. de M. B., & Weller, V. (2011). *Imagem fotográfica: registros de visões de mundo*. XV Congresso brasileiro de Sociologia.
- Brito, L. S. A. (2007). *Intervenção no Centro Histórico e a reorganização sócio espacial do Bairro da Cidade Velha - Belém/PA* (Dissertação Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
- Figueiredo, S. L. (2008) Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In S. Lima (Org.), *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional* (pp. 79-92). Belém: NAEA/UFP.
- Gomes, P. C. C. (2012) Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In L. E. Castro, P. C. Gomes, & R. L. Corrêa (Orgs.), *Olhares geográficos: modos de ver e viver no espaço* (pp. 19-41). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Gomes, D. L., Curcino, T. T. A., & Tavares, A. C. P. (2013) Os contrastes sócios espaciais na cidade de Belém: o caso do Portal da Amazônia. In *SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA - SIMPURB, XIII*. Rio de Janeiro. Anais - Grupo de Trabalho n. 14 - Desigualdade sócioespacial e políticas urbanas. Anais... Rio de Janeiro: UERJ.
- Gonçalves, C. W. P. (2011). *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto.
- Jacobs, J. (2000) A natureza peculiar das cidades. In J. Jacobs, *Morte e vida de grandes cidades* (pp. 1-57). São Paulo: Martins Fontes.
- Leite, R. P. (2004). Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público. In R. P. Leite, *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea* (pp. 284-319). Campinas: Editora da Unicamp.
- Moreira, J. V. (2016). *Urbanidade nos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia: o caso das áreas livres da Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo* (Dissertação Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
- Pádua, E. M. M. (2004) *Metodologia de pesquisa: Abordagem teórico-prática* (10^o ed.). Campinas SP: Papirus.
- Serpa, Â. (2007). Acessibilidade. In A. Serpa, *O espaço público na cidade contemporânea* (pp. 15-39). São Paulo: Contexto.
- Souza, M. L. (2008). Cidades fragmentadas, medo generalizado: das “áreas de riscos” à “ubiquidade de riscos” In M. L. Souza, *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana* (pp. 51-91). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Trindade, Jr. S. C. (1998). *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. (Tese). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Trindade, Jr. S. C. (2018). Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. *Novos Cadernos NAEA*, 21(1), 57-78. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.5824>
- Trindade, Jr. S. C., & Amaral, M. D. B. (2006). Reabilitação Urbana na Área Central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 111, 73-103.

Sustentabilidade ambiental e práticas turísticas na Praia de Bilene - Uma leitura interpretativa das principais mudanças

Environmental sustainability and tourist practices in Bilene Beach - An interpretive reading of the main changes

Bernardino José Bernardo

Docente e Investigador na Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique.
nhacundela.berna@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4979-2929>

José Lourenço Neves

Docente e Investigador na Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique.
josejneves21@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7659-4763>

Artigo recebido a 5 de janeiro de 2020 e aprovado a 14 de dezembro de 2020

Resumo

A presente pesquisa intitulada: “Sustentabilidade ambiental e práticas turísticas na praia de Bilene - Uma leitura interpretativa das principais mudanças”, tem por objectivo avaliar a dinâmica da atividade turística e a sua influência na sustentabilidade ambiental na praia de Bilene. A pesquisa privilegiou a abordagem qualitativa apoiada pelo método de revisão bibliográfica, observação directa, método cartográfico e técnica de entrevista a 60 indivíduos, seguido da análise e síntese. O estudo revela que o turismo é o principal sector de atividade socioeconómico e que mais cresce no município. Por sua vez, este crescimento tem sido acompanhado por fortes alterações de sistemas ambientais que sustentam esta atividade, como por exemplo a praia, as dunas e a biodiversidade local. O estudo conclui que atividade turística na praia de Bilene tende à sustentabilidade embora persistam alguns desafios referentes à degradação da paisagem. O estudo sugere a necessidade de uma educação ambiental aos intervenientes, à comunidade, operadores, turistas, líderes locais, representantes locais do estado e estruturas municipais, de forma a reduzir os riscos do desequilíbrio dos ecossistemas locais. No mesmo sentido, sugere ainda a intensificação da fiscalização da costa, das lagoas, das dunas, da fauna endémica, em particular das tartarugas marinhas.

Palavras-chave: turismo, sustentabilidade, ambiente, praia de Bilene.

Abstract

This research entitled *Environmental sustainability and tourist practices in Bilene Beach - An interpretive reading of the main changes*, aims to analyze the dynamics of tourism activity and its influence on environmental sustainability in Bilene Beach. The research favored the qualitative approach supported by the method of bibliographic review, direct observation, cartographic method and interview technique to 60 individuals, followed by analysis and synthesis. The study reveals that tourism is the main and fastest growing sector of socio-economic activity in the municipality. In turn, this growth has been accompanied by strong changes in environmental systems that underpin this activity, such as the beach, dunes and local biodiversity. The study concludes that tourist activity on Bilene Beach tends to sustainability although some challenges regarding landscape degradation persist. The study suggests the need for environmental education for stakeholders, the community and tourists, operators, local leaders, local state representatives and municipal structures in order to reduce the risks of balancing local ecosystems. In the same sense, it also suggests intensifying surveillance of the coast, lagoons, dunes, endemic fauna, in particular marine turtles.

Keywords: tourism, sustainability, environment, Bilene beach.

1. Introdução

O Município da Praia de Bilene constitui um dos destinos turísticos privilegiados do Sul de

Moçambique, bem como a nível nacional e internacional, desde a época colonial, pois possui um conjunto de condições naturais, infra-estruturais e paisagísticas que são a matéria-prima do turismo. O Município da Praia de Bilene situa-se na zona costeira



Figura 1
Localização da área de estudo.

do extremo Sul da Província de Gaza, no Distrito de Bilene (Figura 1). A principal atividade económica do município é o turismo.

A região costeira de Bilene é rica em lagoas, sendo a mais destacada a lagoa de Bilene. Conhecida como lagoa de água salgada, com suas águas calmas e transparentes e praias de areias brancas, faz parte de um conjunto de sete lagoas costeiras que se desenvolvem ao longo de uma extensão de 45 Km, separadas do mar pelo cordão dunar. Esta região é enriquecida por ecossistemas animais e vegetais, terrestres e marinhos que fazem deste destino um “paraíso tropical” cobiçado e bastante frequentado (Rebêlo et al., 2013).

Como é óbvio, esse fluxo e refluxo de visitantes e as atividades socioeconómicas da população local geram uma dinâmica social e económica que envolve os operadores, as entidades governamentais locais, a própria comunidade local e os visitantes (turistas e excursionistas) e que se traduz em pressão sobre esses recursos naturais. É dentro deste contexto que surge a questão central desta pesquisa, que é a de compreender como tem vindo a ser garantida a sustentabilidade ambiental pela prática do turismo na Praia de Bilene, ao longo das últimas décadas?

Para sustentar a questão, há que salientar que essa dinâmica vinculada à exploração dos recursos naturais para o turismo, ao longo das mais de seis décadas trouxe consigo impactos sobre o ambiente local, decorrentes da intensificação da construção de infra-estruturas de acomodação e de apoio ao turismo, da exploração dos recursos florísticos e faunísticos, tanto marinhos como terrestres para servir ao turismo, do crescimento urbano que se foi verificando ao longo do tempo e que trouxe aumento do número da população que passou a pressionar cada vez mais os recursos locais e da presença de turistas e excursionistas, cada vez mais intensa, sobretudo nas épocas de pico (verão e quadra festiva do Natal e Final de Ano) com a habitual poluição sonora e ambiental.

1.1. Aspetos Geoambientais da Praia de Bilene - Tentativa de compreensão dos principais atrativos naturais

A Região Sul e a faixa costeira de Moçambique, das quais faz parte a Praia de Bilene, geologicamente pertencem aos terrenos do Fanerozóico. As unidades geológicas existentes na praia de Bilene são o resultado dos processos costeiros que ocorre-

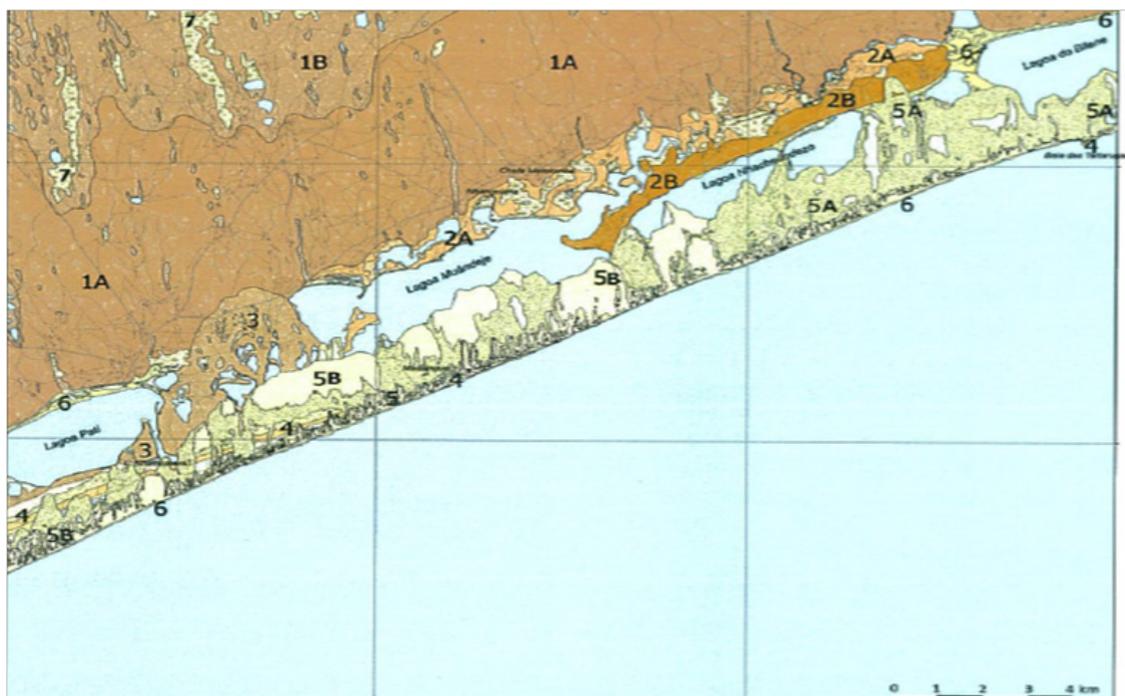


Figura 2
Fragmento da Carta Geológica da Região Costeira do Bilene, à escala 1:50 000, Folha-1180.

Fonte: Rebêlo et al. (2013).

Legenda: Sistema Dunar Interior (Unidade 1A e 1B); Restingas costeiras (Unidade 2A e 2B); Barreira costeira; Unidade dunar transgressiva (3); Barras progradantes (4); Unidade dunar transgressiva: Dunas fixas por vegetação - 5A; Dunas moveis - 5B; Unidades costeiras atuais de Planícies Intertidais, Praias e Dunas frontais (6); Depressões interdunares, com fundos aplanados (7).

ram neste troço do litoral moçambicano durante o Plistocénico Superior e o Holocénico. Estes processos estão directamente ligados a variações do nível do mar ocorridas durante este intervalo de tempo, com a consequente deslocação da linha da costa no sentido do oceano, quando o nível do mar baixou, e no sentido do continente, quando o mar subiu, associadas a uma grande disponibilidade sedimentar e um transporte eólico intenso (Rebêlo et al., 2013).

A morfologia da região Sul do Save é caracterizada por extensas planícies de erosão, suavemente inclinadas para orla costeira, associadas a uma paisagem que é intercalada de por dunas e depressões (MICOA, 1998; Muchangos, 1999)

A praia de Bilene enquadra-se no sistema dunar transgressivo (campo dunar que se move para o interior do continente) de grande dimensão, limitado a oeste pelo rio Incomáti e a leste pelo rio Limpopo, com uma frente oceânica de aproximadamente de 70 km e uma penetração para o interior de aproximadamente 60 km. Do ponto de vista hidrológico, nesta planície costeira, estende-se um vasto sistema lacustre, em que as lagoas ora são de água doce, ora

de água salgada, muitas vezes dispostas em forma de rosário e que estabilizaram no final do Quaternário (Figura.2) (CDSZC, 2011; Mendes, 2004; Muchangos, 1999). Por sua vez, na região do Bilene existem dois sistemas dunares: um vasto sistema dunar interior, localizado para o norte das lagoas, e uma barreira costeira, junto ao mar. A separar este dois sistemas existe um conjunto de lagoas, da qual a lagoa de Bilene faz parte (Rebêlo et al., 2013).

Observam-se ainda dunas costeiras intercaladas por um cordão de lagoas costeiras, onde encontramos dunas fixas por vegetação, dunas móveis, dunas frontais e depressões interdunares com fundo aplanado. As dunas costeiras mais recentes são compostas de areias brancas. A geomorfologia da praia do Bilene é caracterizada por ambientes sedimentares modernos abarcando a praia de barreira (no mar aberto), depósitos de delta de maré enchente, deltas de maré vazante, canais de maré, barreira de dunas eólicas, lagoa, praia de marés e pântanos (Balidyet al., 2008; Rebêlo et al., 2013).

Quanto à morfologia, esta região é constituída por diversos tipos de planícies e depressões, composta



Figura 3
Vegetação das dunas costeiras.

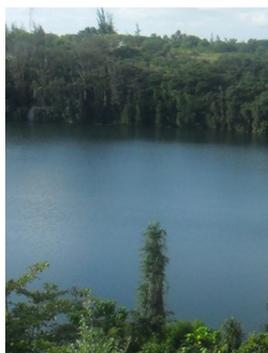


Figura 4
Floresta Ribeirinha.



Figura 5
A brenha costeira.



Figura 6
Graminal arbóreo das planícies e dunas interiores.

sobretudo por solos arenosos, planícies de acumulação formadas por materiais argilosos e por aluviões, planícies baixas de natureza flúvio-marinha e depressões com acumulação e terraços de erosão (Balidy et al., 2008; Rebêlo et al., 2013).

Quanto aos ecossistemas terrestres da Praia do Bilene, que também se configuram como um dos atrativos turísticos locais, em termos fito-geográficos enquadram-se no Mosaico Regional de *Tongoland-Pondoland*. Na Praia do Bilene ocorrem quatro tipos diferentes de vegetação nomeadamente, a vegetação das dunas costeiras, a sul das Lagoas do Bilene (na faixa entre as lagoas e o mar aberto), a floresta ribeirinha, a brenha costeira e o graminal arbóreo das planícies e dunas interiores, conforme ilustram as figuras 3 a 6 (Balidy et al., 2008; MICOA, 2011).

A avifauna destas matas é constituída por espécies de pássaros de pequeno porte, maioritariamente residentes, destacando-se a toutinegra, tuta sombria, barbeta do Corão negro, calau cinzento, poupa, papa-moscas de Moçambique, picanço de olho vermelho, picanço de peito alaranjado, beija-flor de *Neergard*, beija-flor cinzento, beija-flor de peito escarlate, papa-moscas de paraíso, peito de fogo de bico azul, entre outras. Os mamíferos mais comuns são: morcegos frugívoros, mangul, esquilos da floresta, ratos e macacos de cara preta (Balidy et al., 2008).

Ainda segundo Balidy et al. (2008), a fauna é composta também por répteis: cágados (*Geochelone paradalis* e *K. Belliana*) e diversas espécies de cobras e de lagartos. Alguns mamíferos pequenos são mais comuns, como é o caso dos ratos bochechudo (*Saccostomys capensis*) e uniriado (*Lemniscomys griselda*), musaranho almiscarado vermelho (*Crocidura hirta hirta* L), rato pigmeu (*Leggada minutoides*), gato

bravo africano (*Felislybica*), chango, cabrito cinzento (*Silvicapragrimmia caffra*), entre outros.

Quatro tipos diferentes de ecossistemas aquáticos ocorrem na praia do Bilene, nomeadamente, o mar aberto e praia arenosa, as águas salobras das lagoas do Bilene, o sistema de riachos e lagoas de água doce e pântanos. Nelas encontramos a tartaruga marinha (figura 7), uma das espécies que mais atrai turistas a este destino. “Na zona sul de Moçambique, a época de nidificação começa em outubro e termina nos finais de fevereiro; a praia do Bilene é um dos principais habitats de nidificação de tartarugas no sul do país”(Balidy et al., 2008; MICOA, 2011).

Há, também, uma variedade de peixes comuns na Praia de Bilene, que os pescadores locais extraem e vendem aos operadores locais, à comunidade local e aos visitantes, tais como a garoupa (como ilustra a Figura 8), *golden king*, *indian mirror fish*, *knife Jaw*, *moon tail cod*, papagaio (*parrot*), *poes lips*, *queen fish*, *scav*, serra (*cuta*), *slinger*, *snoek*, *yellows pt king*, atum (*tuner*), barracuda, *batfish*, *bigeye king*, *blacktip king*, *bludger king*, *bonnie Thomson*, *bronze brean*, chereu (*king*), espada (*spade*) e outros (Balidy et al., 2008). As condições naturais fazem da Praia de Bilene um destino muito cobiçado por visitantes que buscam o prazer de estabelecer contacto com a natureza por mergulho e passeios de barcos, entre outras atividades ligadas ao lazer.

Junto ao mar aberto, ocorrem algumas colónias de corais cujas espécies ainda não foram identificadas. Isso condiciona a ocorrência de algumas espécies de peixes protegidas por lei e cuja captura é condicionada, uma vez que vivem numa relação simbiótica com os corais (Balidy et al., 2008).



Figura 7
A Tartaruga Verde na Praia de Bilene.
Fonte: Balidy et al. (2008).



Figura 8
Peixe garoupa na Praia de Bilene.
Fonte: João Corte Real, (2007) citado por Balidy et al. (2008).

2. Metodologia

Para a produção da presente pesquisa privilegiou-se a abordagem qualitativa sustentada por um conjunto de métodos e técnicas de colecta e análise de dados. A pesquisa bibliográfica permitiu a elaboração do quadro teórico e conceptual e a pesquisa documental permitiu a colecta de dados em relatórios que sustentam a pesquisa. O método cartográfico, com o recurso a ferramentas de SIG para obter e tratar imagens de satélite do local, permitiu delimitar a área de estudo.

Na realização do trabalho de campo foi usada a observação directa que permitiu captar imagens da Praia de Bilene. A entrevista semi-estruturada permitiu colher informações relevantes de um representante do Conselho Municipal da Praia de Bilene, oito operadores turísticos e de três líderes comunitários. Por sua vez, o inquérito a 48 membros da comunidade entre pescadores, comerciantes e agricultores, totalizando 60 indivíduos da amostra. O método de análise e síntese foi útil para analisar todas as informações obtidas no trabalho de campo, assim como as informações obtidas a partir da leitura de diversas obras inerentes ao tema.

3. Práticas Turísticas e Sustentabilidade Ambiental na Praia de Bilene

Os ecossistemas da Praia de Bilene são ecologicamente sensíveis, susceptíveis de sofrer a degradação pela poluição ou erosão. Dentre os diversos habitats, os que mereceram especial atenção na

nossa pesquisa, devido à sua vulnerabilidade, são a praia arenosa, as dunas e a vegetação costeiras, as plantações de casuarinas, as margens das lagoas e a respectiva vegetação, a floresta costeira, os bancos de sedimentos na ligação com o mar aberto e as zonas protegidas.

A Praia do Bilene é reconhecida como um dos centros turísticos muito concorridos pelas suas características naturais, já referenciadas anteriormente, que oferecem aos turistas nacionais e estrangeiros, praia, sol, desporto náutico, alojamento confortável e outros serviços e lazer. Segundo o gestor do Município da Praia de Bilene, o desenvolvimento da atividade turística neste local verificou-se desde a época colonial, obedecendo aos Planos de Urbanização outrora elaborados, de acordo com as exigências de então, visando responder fundamentalmente aos turistas cuja principal proveniência era a cidade de Lourenço Marques, actual Maputo.

Segundo os líderes locais, durante o prolongado conflito armado terminado em 1992, Bilene conheceu um período de recessão da atividade turística. Porém, após a assinatura dos Acordos de Paz, verificou-se novamente uma elevada pressão de investidores nacionais e estrangeiros na procura de novas áreas destinadas ao relançamento do turismo. É assim que se assistiu, desde então, à alteração da função residencial de certas áreas para dar lugar a novos estabelecimentos turísticos. Há também espaço para feiras gastronómicas e artesanais que servem aos turistas (Figuras 9-11).

Atualmente, a Praia de Bilene como área turística possui hotéis, motéis e bangalós que têm sido procurados por turistas. Fazem também parte da indústria hoteleira local quiosques, restaurantes e



Figura 9
Hotel Bilene.



Figura 10
Restaurante do Palmeiras.



Figura 11
Feira de Produtos Artesanais.



Fonte: Autores (Bilene, 2016).

bares. Cerca de 12 estâncias turísticas estão em funcionamento, sendo que o maior fluxo de turistas se verifica de agosto a maio e nas datas festivas como Páscoa, férias escolares de verão, Natal e fins de semana prolongados.

Assim, a expansão da rede hoteleira constitui um factor que periga a sustentabilidade ambiental. As peculiaridades da Praia de Bilene impulsionaram bastante a atividade turística nos últimos anos, bem como a urbanização. O diagnóstico geoambiental desenvolvido por Rebêlo et al., (2013) advertia que o potencial turístico da região do Bilene vai conduzir num futuro próximo, a uma rápida expansão urbana, o que obriga a que se tenham que cautelar a correcta ocupação do território e adequada exploração dos recursos geológicos.

Contudo, o que se tem verificado na Praia de Bilene é que com a concessão das áreas livres periféricas bem como ocupação da marginal com acampamentos, há uma expansão não estruturada de empreendimentos turísticos lineares que acompanham a lagoa. Colhemos informação de fontes locais segundo as quais, por vezes, há proponentes que solicitam pedidos para habitação mas que, quando estes são concedidos, exercem outra atividade distinta

da autorizada, muitas vezes ilegal, sendo esta uma fonte de conflitos.

A construção desordenada, a remoção da vegetação sobre as dunas costeiras, a abertura de vias de acesso desordenadas por utentes para viaturas e motorizadas para o acesso ao lago e ao mar aberto, constituem outros perigos à sustentabilidade dos ecossistemas lacustres, pois provocam a erosão das dunas costeiras (Figuras 12, 13 e 14). Associado a estes problemas há aqueles que são naturais, tais como o assoreamento da lagoa por sedimentos transportados pelos rios e pelo mar, considerando que o facto de a lagoa ter comunicação com o mar aberto, vem causar um impacto ambiental negativo sobre os ecossistemas marinhos da lagoa.

Este impacto é caracterizado pela diminuição da profundidade da lagoa e consequentemente das alterações significativas da linha da costa, que muitas vezes gera sedimentação da vegetação lacustre. Paralelamente a este impacto, os moradores locais apontam-no como sendo uma das causas da redução da população de peixes.

“A quantidade do pescado reduziu drasticamente nos últimos anos, devido a destruição dos nichos de reprodução dos peixes”.



Figura 12
Destruição da Vegetação nas Dunas ao Longo da Praia.



Figura 13
Veículos e Motorizadas na Praia.



Figura 14
Erosão induzida.

Fonte: Autores (Bilene, 2017).

Fonte: Balidy (2008), citado por Balidy et al. (2008).

Quadro 1

Resultados, em percentagem, da percepção da Comunidade, Operadores, Turistas, Líderes Comunitários locais, representante local do estado/Autarquia

Entrevistados	Principais actividades e impacto ambiental							Efluentes
	Mergulho (%)	Pesca (%)	Circulação de barcos e jet-skis, Poluição Sonora (%)	Poluição por resíduos sólidos em praia (%)	Degradação da Vegetação (%)	Poluição por Veículos e Motorizadas na Praia (%)	Ocupação e Degradação de áreas protegidas (destruição de dunas, nichos e assoreamento lagunar) (%)	
I Comunidade (48)	00	77,08	45,76	83,2	100	100	87,36	00
II Operadores (8)	00	100	25	62.5	100	100	100	00
III Líderes Comunitários (3)	00	33.3	66.6	100	100	100	100	00
IV Representante do Município (1)	00	100	100	100	100	100	100	00

De seguida apresentamos um quadro (Quadro1) que resume as principais actividades que interferem na sustentabilidade ambiental no Município da Praia de Bilene de acordo com a percepção dos moradores e outros intervenientes da comunidade local.

A escassez dos recursos pesqueiros na lagoa, tem gerado outro tipo de impacto socioambiental, que é a migração compulsiva dos pescadores locais para outras lagoas, ou ainda para o mar aberto.

Ademais, as concessões para o uso e aproveitamento de terra para fins turísticos dentro da faixa dos 100 metros da margem da lagoa constituem um dos principais potenciais problemas ambientais que contribuirá para a degradação dos habitats e de locais de nidificação das tartarugas marinhas, que já fora denunciado, contudo persiste. Embora estejam a ser desenvolvidas atividades de plantio de árvores ao longo da praia, é possível observar que a vegetação que protegia a costa foi extraída ficando apenas

troncos secos e as dunas costeiras sofreram erosão que vai alcançando as fundações das infra-estruturas hoteleiras (Figuras 15 e 16)

A este problema junta-se a questão da poluição sonora. Os entrevistados operadores, gestor municipal, líderes comunitárias e os diversos membros da comunidade, reclamam do barulho ou poluição sonora causada pelas motorizadas, facto que presenciámos, quer na marginal da praia, quer na própria área da praia, e pelo uso dos *Jet-skis* na lagoa (Quadro 1).

Estudos realizados sobre esta matéria já haviam denunciado estas práticas e os perigos que isso representa para os ecossistemas locais. Por exemplo, a poluição com resíduos e erosão, bem como o excesso de iluminação nocturna e o ruído podem acelerar a degradação das áreas de nidificação e interferir na desova das tartarugas, sem descuidar, obviamente, os problemas de saúde pública (Balidy et al., 2008).

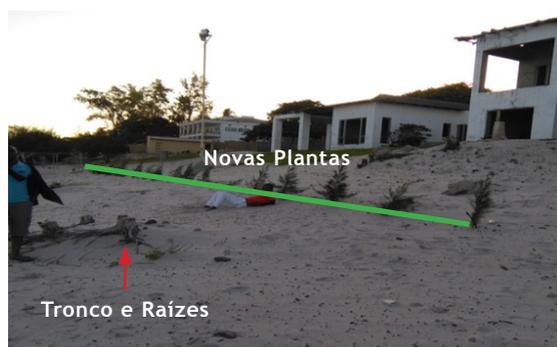


Figura 15
Troncos e Novas Plantas na Bilene.
Fonte: Autores (Bilene, 2017).



Figura 16
Erosão na Praia de Bilene.



Figura 17
Diversos resíduos sólidos na Bilene.

Fonte: Autores (Bilene, 2017).



Figura 18
Garrafas plásticas atiradas para uma zona de sombra.

O fogo posto de forma descontrolada e a deficiência da recolha de lixo mas, sobretudo, a falta de atitudes pró-ambientalistas por parte de alguns utentes da praia que deitam o lixo em locais impróprios, dando um aspeto pouco saudável à praia, são fatores que podem contribuir para levar os turistas a preferir outros destinos turísticos (Figuras 17 e 18).

Embora haja um conjunto de legislação e regulamentos como a Lei do Ambiente, Lei do Turismo, Lei de Floresta e Fauna bravia, Regulamento de Empreendimentos Turísticos que proíbem o uso inadequado desta zona devido à sua vulnerabilidade e que impõem orientações para o uso sustentável dos recursos naturais, as práticas que minam o futuro do turismo na Praia de Bilene persistem (Quadro 1).

Porém, o sistema lagunar de Bilene é o único no país com águas salgadas resultantes da existência de uma barra que permite a comunicação com o mar (Rebêlo et al., 2013). Portanto, este lugar precisa de protecção e de conservação para garantir um equilíbrio ecológico e, ao mesmo tempo, manter os benefícios sociais e económicos provenientes do turismo.

A gestão municipal local concordou que várias são as ações que devem ser levadas a cabo com vista a reverter e minimizar os danos sobre o ambiente local. Segundo esta fonte, algumas ações estavam a ser levadas a cabo para reverter a situação, contudo não é uma tarefa fácil devido à exiguidade de recursos financeiros.

Das várias ações desenvolvidas, destaca-se a colocação de recipientes para deposição de resíduos sólidos ao longo da praia, a construção de balneários públicos, a revitalização de equipas de fiscalização da praia e da área de nidificação das tartarugas. Num futuro breve, prevê-se a formação e alocação

de polícia municipal para monitorizar o problema da poluição sonora e da proibição do uso de viaturas e motorizadas ao longo da praia. Mas, associado a isso, há necessidade de promover campanhas de educação cívica e ambiental aos munícipes, pois a mentalidade é que deve mudar. Em volta desta questão, os operadores e membros da comunidade local asseguraram a existência de uma campanha semanal de limpeza promovida pelos operadores e alguns moradores. Esta ação é apoiada pelo Conselho Municipal e garante um ambiente limpo por algum tempo.

4. Conclusão

A presente pesquisa sobre a sustentabilidade ambiental e práticas turísticas na Praia de Bilene teve como finalidade analisar o equilíbrio dos ecossistemas da Praia de Bilene que se caracterizam por serem ecologicamente sensíveis, dado a forte afluência humana neste ponto do País. O estudo revela-nos que práticas mais danosas ao ambiente local são em geral as construções desordenadas, a destruição da vegetação que protege as dunas e a consequente erosão induzida, a condução na praia, a poluição sonora, a pesca excessiva na lagoa, as queimadas descontroladas e o depósito descontrolado de resíduos sólidos ao longo da praia.

Estas práticas ligadas à intensa atividade turística vão depreciando a qualidade ambiental da praia arenosa, que é ainda prejudicada pela destruição da vegetação costeira das dunas, pelas plantações de casuarinas arrancadas nas margens das lagoas, pelos sedimentos arrastados assoreando a lagoa e pela poluição sonora que está a afetar negativamente a zona protegida das tartarugas marinhas.

Sendo o turismo o sector de atividade socioeconómica que mais cresce no município, há necessidade de preservar as características ambientais e/ou naturais que induziram ao estabelecimento e desenvolvimento desta atividade na Praia de Bilene, visto que as alterações de sistemas ambientais que sustentam esta actividade, como exemplo a praia, as dunas e a biodiversidade, podem levar ao seu declínio.

Embora a consciência da necessidade de desenvolver práticas sustentáveis exista por parte dos operadores e dos gestores municipais bem como de alguns membros da comunidade local, que se manifestam por algumas atividades como campanhas de limpeza colectiva, criação de sistema de recolha de resíduos sólidos e fiscalização, o estudo sugere a necessidade de uma Educação Ambiental que envolva operadores, líderes locais, representantes locais do estado e dos municípios e, principalmente, a comunidade local e os turistas.

A intensificação da fiscalização da costa, das lagoas, das dunas, da fauna endémica, em particular das tartarugas marinhas, e outros é extremamente necessária de forma a reduzir os riscos do desequilíbrio dos ecossistemas e infra-estruturas locais.

Envolver as comunidades locais na gestão dos ecossistemas locais e dos benefícios da atividade turística, com vista a evitar a extração dos recursos naturais locais de forma insustentável torna-se urgente. Mas isso só será possível se a comunidade estiver engajada e se sentir parte integrante do ciclo do desenvolvimento do turismo pela partilha não apenas de responsabilidades, como a fiscalização, a limpeza e a educação ambiental aos visitantes, mas também dos benefícios da conservação, da preservação da biodiversidade e da geodiversidade local.

Bibliografia

- Abranja, N. (2005). *O Ecoturismo como Alicerce do Turismo Sustentável*. *Revista de Investigação e Intervenção Social - Espaço S*, 9, 47-56.
- Balidy, H. J., Pacule, H. H., Matavel, A. J., Horril, J. C., Mechisso M., Mulhovo, G. M., Zunguze, A. R & Mbié, S. S.(2008). Reserva Especial do Bilene. *Situação Biofísica e Socioeconómica Actual*. Volume 1. CDS Zonas Costeiras e DPCA - Gaza/MICOA.
- Centro de Desenvolvimento Sustentável para as Zonas Costeiras (CDSZC/MICOA/UEM - FA) (2011). *Linha de*

Base Socioeconómica e Ambiental do Posto Administrativo de Chidenguele. Distrito de Mandlakazi, Província de Gaza. MICOA/CDS/UEM - Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal.

- Cunha, L. (2003). *Perspectivas e tendências do turismo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Drumm, A., & Moore, A. (2005). *Ecotourism Development - A manual for conservation planners and managers*. Volume I, An Introduction to Ecotourism Planning. Second Edition. The nature conservancy.
- Lindberg, K. (1991). *Policies for maximizing nature tourism's ecological and economic benefits*. Washington D. C.: World Resources Institute.
- Ministério de Coordenação para Acção Ambiental (1998). *Macrodiagnóstico da Zona Costeira de Moçambique*. Versão preliminar. Maputo: Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.
- Ministério de Coordenação para Acção Ambiental (2011). *Relatório do Estado do Ambiente em Moçambique*. Maputo.
- Muchangos, A. (1999). *Moçambique, Paisagens e Regiões Naturais*. Maputo, Editora Escolar. Odivelas: Instituto Superior de Ciências Educativas.
- Rebêlo, L. P., Sênvano, A., & Ferraz, M. (2013). *A geologia da região do Bilene*. In J. T. Oliveira (Ed.), *Cooperação entre Portugal e Moçambique na Área das Geociências: 1986-2012* (pp. 73-82). Lisboa: Instituto Camões, Direcção Nacional de Geologia de Moçambique, LNEG-Laboratório Nacional de Energia e Geologia.

Página deixada propositadamente em branco

A Geodiversidade do Baixo Umbelúzi, usos e impactos sócio-ambientais: Caso do Bairro 7 de Setembro, Boane - Moçambique

The Lower Umbeluzi Geodiversity, uses and socio-environmental impacts: Case of Neighborhood September 7, Boane - Mozambique

Bernardino José Bernardo

Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
nhacundela.berna@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4979-2929>

Zacarias Ombe

Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
zuyyaombe@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9804-7760>

Octávio Manuel de Jesus

Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
octaviom2001@yahoo.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5618-1320>

David Benjamin Chichango

Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique
davidchitlhango@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7579-8756>

Artigo recebido a 18 de janeiro de 2020 e aprovado a 21 de dezembro de 2020

Resumo

A Geologia de Moçambique está repartida em dois grandes terrenos, o Pré-câmbrico e o Fanerozoico. Estes dois complexos geológicos são responsáveis por uma diversidade de recursos naturais, dentre eles os recursos da geodiversidade, que são variedades de elementos da geologia (rochas, minerais, fósseis, solos) e os elementos da geomorfologia (formas de relevo), e esses recursos são aplicados para vários fins. O objectivo desta pesquisa consiste em analisar os impactos sócio - ambientais derivados dos usos da geodiversidade do baixo Umbelúzi, no Bairro 7 de Setembro, em Boane, entre os anos 2005 e 2018. Esta pesquisa apoiou-se na abordagem qualitativa apoiada nos métodos descritivo, explicativo, de observação, cartográfico, questionário, entrevista e síntese. Os resultados demonstram que as actividades de uso e extracção da geodiversidade presente (areias inertes, solos mistos, cascalho e argila) levam a degradação ambiental e alteração da paisagem. Consta também que as mesmas actividades apresentam impactos sociais como produção de alimentos, geração de empregos, produção de material de construção civil e de pastoreio, entre outros. Contudo, o crescimento da população e as pressões económicas, algumas ligadas à crise global têm o seu impacto negativo na disponibilidade destes recursos e na emergência de desafios ligados ao uso da terra, havendo muitas vezes sobreposição de interesses de uso sobre o mesmo espaço. Desta forma, a pesquisa recomenda um uso sustentável da Geodiversidade local, o que perpassa por um zoneamento ecológico.

Palavras-chave: geodiversidade, baixo Umbelúzi, usos e impactos.

Abstract

The Geology of Mozambique is divided into two large areas, the Pre-Cambrian and Phanerozoic. These two geological sets are responsible for a diversity of natural resources, among them the resources of geodiversity, which are varieties of elements of geology (rocks, minerals, fossils, and soils) and elements of geomorphology (landforms), and these features are for several purposes. The objective of this research is to analyze the environmental - environmental impacts derived from the uses of the geodiversity of the lower Umbeluzi in Bairro 7

de Setembro in Boane, between the years 2005 and 2018. This research was based on the qualitative approach supported by descriptive, explanatory, observation, cartographic, questionnaire, interview and synthetics. The results demonstrate that the activities of use and extraction of the present geodiversity (inert sands, mixed soils, gravel and clay) lead to environmental degradation and alteration of the landscape. It is also said that the activities constitute social impacts such as food production, job creation, production of civil construction material, grazing, among others. However, population growth and economic pressures, some linked to the global crisis, have a negative impact on the availability of these resources and the emergence of challenges related to land use, with overlapping interests of use over the same space often occurring. In this way, the research recommends a sustainable use of local geodiversity, which goes through ecological zoning.

Keywords: geodiversity, low Umbelúzi, uses and impacts.

1. Introdução

Moçambique é um país com uma grande extensão geográfica (799.380 Km²) e caracteriza-se pela ocorrência de uma enorme geodiversidade da qual fazem parte todos os tipos genéticos de rochas, com idades que vão desde o Arcaico ao Quaternário, minerais (alguns deles raros), fósseis e formas de relevo que vão de 0 a mais de 2.500 metros. Verifica-se ainda uma distribuição contrastada dos aspectos da geodiversidade entre as várias regiões do país. Por exemplo, nas regiões norte e centro, as paisagens, os solos, as rochas, a cobertura vegetal, o padrão dos rios, etc., diferem dos que ocorrem na zona sul (Cumbe, 2007).

Na interacção entre o ser humano e a natureza, o primeiro aparece como o que subtrai da natureza os recursos naturais para satisfazer suas necessidades causando alterações da paisagem natural. Desta extracção, destacam-se os recursos da Geodiversidade, extraídos e aplicados principalmente para a construção civil e até mesmo na saúde, dentre várias outras aplicações. Entendemos que desta extracção, o ser humano ganha benefícios de várias ordens, mas também há impactos negativos, pois a extracção de recursos da Geodiversidade pode ser insustentável, na medida em que estes recursos não são renováveis, deixando sempre um vazio no local de extracção, vazio este que altera a paisagem e pode fazer perigar a comunidade local.

No bairro 7 de Setembro, localizado em Boane, observa-se uma grande alteração no equilíbrio dos elementos da Geodiversidade, resultante da acção de forças internas (comunidade) e, com mais expressão, das forças externas (fábrica de cerâmicas e outros operadores) que extraem as areias, argilas e cascalhos em um plano de restauração do geossistema, impregnando desta forma, marcas irreversíveis sobre a paisagem que se manifestam pela perda do equilíbrio dos solos das áreas adjacentes às zonas de

exploração, surgimento de lagoas sobre as crateras das antigas minas e redução da vegetação local. Estas crateras reduzem o valor paisagístico e ambiental e ainda fazem perigar a estabilidade socioambiental da comunidade local.

Esta pesquisa pretende apresentar de forma sistematizada os impactos socioambientais dos usos da geodiversidade no bairro 7 de Setembro, numa perspectiva de causalidade geográfica.

2. Geodiversidade: Um conceito novo nas Geociências

A Geodiversidade (diversidade da natureza abiótica ou inanimada) é definida como o conjunto de características geológicas (rochas, minerais, fósseis), geomorfológicas (formas de relevo, topografia, processos físicos), hidrológicas e do solo, incluindo suas estruturas, sistemas e contribuição para as paisagens (Gray, 2013). Dentro desse amplo conceito, a geodiversidade é uma entidade que engloba toda a diversidade da natureza abiótica, independentemente da diversidade parcial de seus componentes individuais (Zwolinski, 2004).

Machado & Ruchkys (2010) referem que o termo geodiversidade foi utilizado pela primeira vez durante a Conferência Internacional de Malvern, Reino Unido, sobre Conservação Geológica e Paisagística, realizada em 1993. A geodiversidade é, assim, um termo muito recente, que começou a ser utilizado por geólogos e geomorfólogos na década de 90 do século passado para descrever a variedade do meio abiótico, no sentido de estabelecer uma analogia com o termo biodiversidade e para salientar o facto de que a natureza é composta por duas fracções (biótica e abiótica) profundamente conectadas e interdependentes (Borba, 2011).

Uma das definições mais usuais de Geodiversidade provém da *Royal Society for Nature Conser-*

Quadro 1

Metaconceitos: Geodiversidade, Biodiversidade e Sociodiversidade

TIPO	Geodiversidade	Biodiversidade	Sociodiversidade
Características	Minerais, rochas, formas de relevo, águas, meio abiótico junto à superfície terrestre.	Genes, espécies, populações e ecossistemas.	Grupo de pessoas, comunidades, camadas sociais, nações, raças, religiões, organizações sociais, instituições, património histórico-cultural
Ameaças	Ameaçada pela erosão acelerada e pela terraplanagem conducente à uniformização ao nível local	Ameaçada pela redução da biodiversidade, extinção das espécies e pela urbanização conducentes à uniformização ao nível local	Ameaçada pela desculturação provocada pela globalização
Impactos	Destruição da geodiversidade: Assoreamento dos rios e lagos, diminuição da biodiversidade, perda da memória da história global e local	Perda da biodiversidade: Perda da informação genética para cruzamento de plantas, produção de alimentos e medicamentos, biotecnologias.	Perda da sociodiversidade: perda de conhecimento sobre a natureza e sociedade, perda de valores éticos e visões do mundo.
Formas de valorização	Em forma de património geológico ou geossítio Exemplo: Grutas de Khundue	Pode ser preservada em parques nacionais e reservas Exemplo: Parque Nacional da Gorongosa	Pode ser preservada em aldeias culturais, museus e lugares património da humanidade como a Ilha de Moçambique, dança Nhau, a Timbila.

Fonte: Ombe (2014).

vation (2009), que considera a geodiversidade como a variedade de ambientes geológicos, fenómenos e processos activos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais, que são o suporte para a vida na Terra (Manosso & Ondicol, 2014).

Manosso & Ondicol (2014) entendem a geodiversidade como a diversidade natural, em número, frequência e distribuição dos elementos e processos geológicos, que do mesmo modo que a biodiversidade, não é uma constante e está condicionada a um momento, um lugar ou área determinada.

Por sua vez, para Dantas et al. (2014), Geodiversidade é o meio físico, constituído por uma variedade de ambientes, fenómenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos, águas e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra.

Segundo Ombe, (2014, p. 5), o conceito de Geodiversidade possui semelhança estrutural com outros conceitos baseados no paradigma da diversidade, como é o caso dos de *Biodiversidade e de Sociodiversidade*, por constituir o fundamento de toda a diversidade geográfica da superfície terrestre, ao exprimir o processo e o resultado da longa história da evolução da Terra através de ciclos geológicos e biogeoquímicos que garantem a vida no nosso Planeta (Quadro 1).

O conceito de *biodiversidade* integra, assim, toda a variedade de organismos vivos, incluindo genes, espécies, população e ecossistemas. A diversidade de espécies refere-se à variedade existente dentro de uma região, partilhando a mesma estrutura genética e reproduzindo-se entre si (Ombe, 2014).

A *sociodiversidade* é um conceito que, por analogia com a geodiversidade e a biodiversidade, possui um poder explicativo aliciante no que toca à diversidade da cultura material, de produção de estilos de vida, de padrões de organização social e de espaço (Ombe, 2014).

Para Borba (2011) a economia e o progresso das sociedades tem a sua base na utilização e transformação dos recursos da Geodiversidade e, dessa forma, na busca do desenvolvimento sustentável, deve-se estabelecer um equilíbrio entre o consumo e a protecção destes recursos naturais e surgem os conceitos: património geológico, geossítio/geomorfossítio, geoparque, geoturismo, geocultura e geoconservação.

2.1. Geodiversidade: valores e impactos socioambientais derivados dos usos

Gray (2004), Manosso & Ondicol (2012) e Ombe & Armando (2018) apontam que a geodiversidade é dotada de valores funcional, intrínseco, cultural, estético, económico, científico e educacional. O valor funcional é atribuído aos elementos da geodiversidade em decorrência da sua função como substrato onde se estabelecem e desenvolvem as acções antrópicas e onde se instalam os biomas e elementos da biodiversidade; o valor intrínseco está associado às particularidades específicas (por exemplo, científicas) do conjunto de elementos da geodiversidade, que possui este valor independente da conotação antropocêntrica definida por uma sociedade; o valor cultural surge quando determinadas sociedades ou seus traços culturais incorporam elementos ou

características da geodiversidade ao seu processo de valorização e reconhecimento cultural do ambiente, como a impressão em rochas de artes rupestres, ou ainda práticas agrícolas, de artesanato, etc, directamente vinculadas a uma característica pontual da geodiversidade, como relevo, tipo de solo ou rocha; o valor estético ou o ‘belo’ da paisagem, muitas vezes evidenciado pelas características da geodiversidade, principalmente da geologia e da geomorfologia; o valor económico refere-se ao valor de uso que todos os recursos da natureza habitualmente possuem diante das necessidades humanas, uma vez que muitos elementos da geodiversidade já são explorados com base nesse tipo de valor, como é o caso de muitos minerais e rochas; finalmente, os valores científico e educacional, uma vez que no domínio das geociências, a geodiversidade configura-se com um valor científico e também educativo, pois a possibilidade de acesso a amostras significativas da geodiversidade permite a sua investigação científica, o seu reconhecimento e também a compreensão da história da Terra).

Pereira et al. (2016) salientam que o valor de destaque dos elementos da geodiversidade, que pode designar a sua relevância internacional, é o seu valor científico, já que os critérios científicos são mais objectivos e universais. Os geólogos estudam minerais, fósseis, rochas e os processos da dinâmica terrestre necessitando, para tal, de ter acesso aos locais onde ocorrem evidências da geodiversidade com especial interesse e valor científicos.

Dado ao valor de uso da geodiversidade e a crescente demanda pelos seus serviços, são relatados vários impactos causados pela sua apropriação. Gordon e Barron (2011) descrevem um conjunto de impactos que podem advir da apropriação da geodiversidade, dos quais se destacam as alterações de movimentos de sedimentos e processos hidrodinâmicos, incluindo erosão, drenagem, captação de água, represamento, canalização e contaminação. Santos (2015) demonstra que, por exemplo, o processo de extracção de sedimentos para a construção civil, causa impactos positivos em relação à formação de empregos e abastecimento da cidade com materiais necessários, porém, causa impactos negativos ao ambiente uma vez que a extracção excessiva provoca alteração no relevo e consequentemente afecta a vida dos habitantes locais. Vale destacar que os problemas socioambientais estão condicionados à exploração desordenada e predatória dos recursos

da Geodiversidade. Por sua vez, Guimarães (1996) demonstra, por exemplo, que uma pedreira pode causar danos irreparáveis se não houver controlo rígido, em termos ambientais. Os principais impactos ambientais decorrentes da exploração dos recursos da geodiversidade são: visual, vibrações e ruídos, ultra-lançamento de fragmentos, resíduos sólidos, resíduos líquidos e resíduos atmosféricos (Guimarães, 1996). Pontes, Lima e Silva (2016) aprofundam o debate, demonstrando que a população do entorno sofre um “alto” impacto negativo na alteração visual e paisagística, assim como nos conflitos no uso e ocupação do solo e no desconforto ambiental, caracterizando, assim, os conflitos socioambientais.

3. Área de estudo.

O Bairro 7 de Setembro localiza-se no Sul de Moçambique, na Província de Maputo, na região Leste do Distrito de Boane. Faz fronteira a Norte com os bairros Campoane, 25 de Setembro e o posto administrativo da Matola Rio, a sul com os bairros 25 de Junho (Mahubo 25) e Saldanha, a este com o Distrito Municipal da Catembe e a oeste com os bairros Gimo e 25 de Junho (Mahubo 25) (Figura 1).

4. Metodologia

Para materialização desta pesquisa recorreu-se à metodologia de abordagem qualitativa auxiliada pela técnica de observação directa que foi fundamental na identificação e descrição dos principais usos e alterações da geodiversidade. Aplicou-se a entrevista semi-estruturada ao líder local com finalidade de compreender os principais usos da geodiversidade (solos e relevo) bem como os principais impactos. Foi ainda aplicado um questionário a 47 habitantes do bairro com propósito de colher informações relativos aos principais usos da geodiversidade principalmente os associados ao relevo e ao solo. O método cartográfico foi imprescindível para compreender a organização espacial dos elementos da geodiversidade local. Os testemunhos colhidos na comunidade foram sistematizados em gráficos e tabelas com recurso ao método matemático estatístico e finalmente o método comparativo geográfico foi essencial para compreender repartição espacial da geodiver-

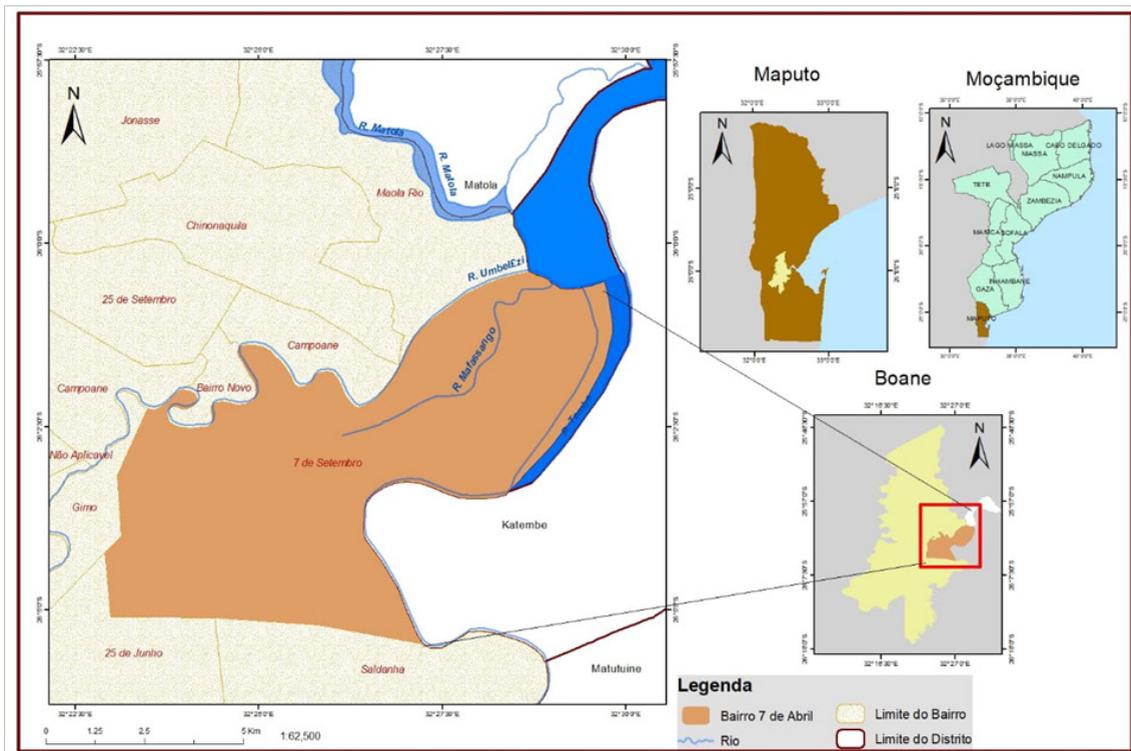


Figura 1
Localização geográfica da área - Bairro 7 de Abril - Boane, Moçambique.

sidade bem como os usos da geodiversidade na área de estudo

5. Resultados e Discussão

A geologia e relevo (Figura 2) do baixo Umbelúzi e do bairro 7 de Setembro são formados por coberturas quaternárias de materiais arenosos constituídos por depósitos de aluviões com cascalho. Estes depósitos são raramente eólicos e têm utilidade particular em obras de engenharia civil.

De seguida apresentamos de forma resumida os elementos da Geodiversidade do baixo Umbelúzi numa escala micro e num perfil transversal do curso de água até a comunidade. Desta forma, encontramos três elementos topográficos que definem a geodiversidade geral da área de estudo: (i) planície de inundação(ii) vertente suave (espaço entre a planície de inundação e terraço fluvial e (iii) Terraço fluvial.

A Geodiversidade do baixo curso da bacia do rio Umbelúzi é caracterizada, em geral, por uma paisagem levemente ondulada e sem grandes diferenças de altitude. Na parte norte, este e sudoeste,

incluindo o Bairro 7 de Setembro, o relevo apresenta pequenas diferenças de nível, evidenciando uma certa homogeneidade da planície (Albino, 2012).

O mapa de relevo da área de estudo nos permite visualizar que o Bairro 7 de Setembro apresenta altitudes que variam entre 0 e 33 m. De Sudoeste a Nordeste verifica-se uma planície de inundação, no vale próximo ao rio Umbelúzi, com altitudes que vão até aproximadamente 12 m e seguidamente uma área intermédia com altitudes que chegam a atingir 22 m e finalmente o terraço fluvial que chega a atingir 33 m de altitude. Por sua vez esta escadaria volta a decrescer até encontrar uma vasta planície próximo ao estuário Espírito Santo, onde desaguam os rios Umbelúzi e Tembe.

No baixo curso da bacia do rio Umbelúzi (Bairro 7 de Setembro) é evidente a actividade do rio, dando origem aos elementos da geodiversidade (argilas, solos mistos, areias inertes e planície de inundação - Figura. 3.a), e essa geodiversidade é usada pela comunidade local e não só.

Para Mendes (2004) a planície de inundação que encontramos no Bairro 7 de Setembro, em Boane, enquadra-se nos basaltos negros da Cadeia dos

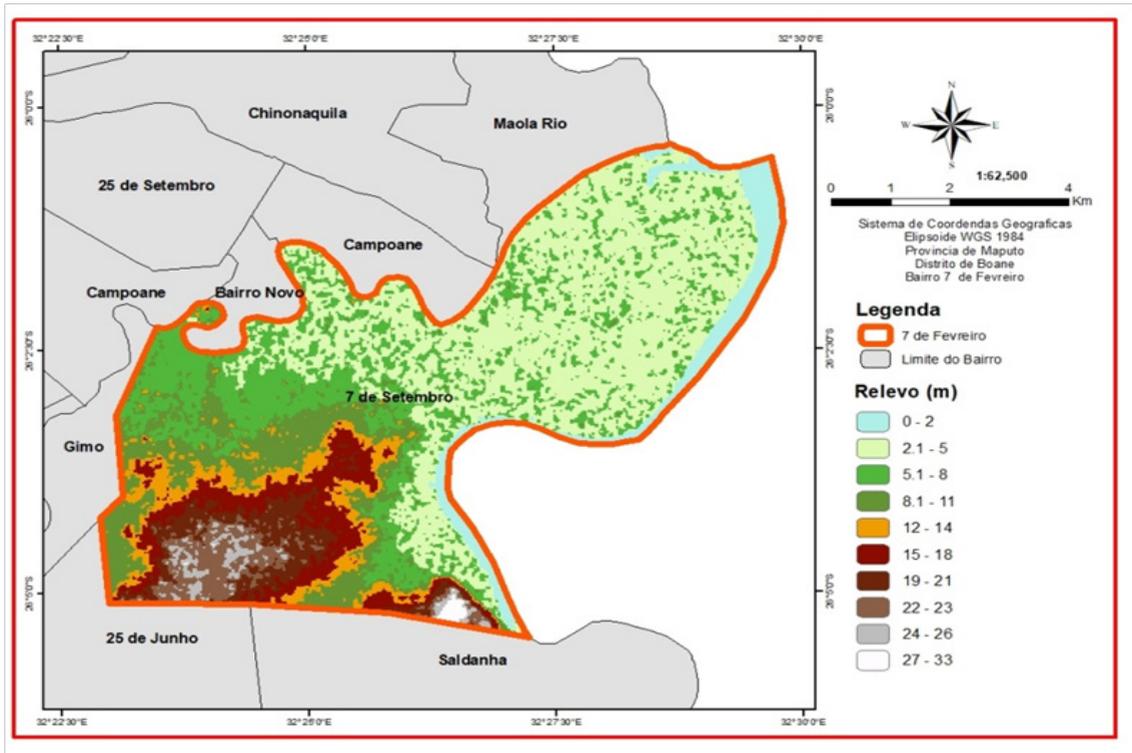


Figura 2
Relevo da área de estudo.
Fonte: Adaptado pelos autores (2018).



(a) Solos aluvionares, (b) argilas, (c) areias e (d) Cascalhos

Figura 3
Tipologias de solos do bairro 7 de Setembro-Boane.
Fonte: Autores (2018).



(a) Uso agrícola; (b) Uso para o pastoreio e (c) Uso para o fabrico de blocos.

Figura 4
Alguns usos dos solos do bairro 7 de Setembro.
Fonte: Autores (2018).

Libombos, que foram sendo erodidos, transportados e depositados em forma de argila ao longo do baixo curso do rio Umbelúzi, no Quaternário. O cascalho e o terraço fluvial do Bairro 7 de Setembro, localizado numa das margens do baixo Umbelúzi, resultaram de alterações climáticas, movimentos tectónicos verticais e intermitentes do Cretácico e deposição de arenitos glauconíticos, aluviões e conglomerados erodidos no alto Umbelúzi (Cadeia dos Libombos).

Desta forma distribuem-se na planície de inundação solos argilosos, solos aluvionares (Figuras 3.a e 3.b) e associações vegetais hidrófilas como o *Phramites sp*, vulgo caniço, que são úteis nas construções locais. Na região intermédia entre a planície de inundação e o terraço fluvial verificam-se solos mistos de alta fertilidade (Figura 3.b), abundantemente usados para a prática da agricultura. Nesta mesma área encontram-se também, as areias inertes aplicadas na construção civil (Figura 3.c). No terraço fluvial encontramos cascalho misturado com fracções de solos argilosos (Figura 3.d).

5.1. Usos da geodiversidade do Baixo Umbelúzi (Bairro 7 de Setembro)

Dado o critério adoptado para delimitação da geodiversidade (solos, argilas, cascalho e topografia local), são apresentados em forma de síntese os resultados da observação directa, questionário e entrevista.

5.1.1. Usos do solo

Os resultados dos inquéritos com a população local e da entrevista com o líder demonstram que no bairro 7 de Setembro os solos são usados princi-

palmente para erguer habitações e praticar agricultura, pastoreio, cerimónias fúnebres, rituais, bem como para produção de material de construção (blocos) e recreação (Figura 4).

Os usos demonstram que o solo é o recurso da geodiversidade com mais expressão na vida da comunidade, pois é a principal fonte de sustento, suprimindo desta maneira as necessidades básicas da comunidade. Importa referir que a distribuição dos tipos dos solos é determinada pela disposição do relevo local.

5.1.2. Usos da argila

Os depoimentos da comunidade, demonstraram que a argila é utilizada para as seguintes finalidades: maticar casas, fabrico de potes e objectos de ornamentação gráfico 1. O líder local, salientou que a comunidade local aproveita menores proporções de argila evidenciando ao uso para maticar casas e as maiores quantidades são extraídas pelas cerâmicas

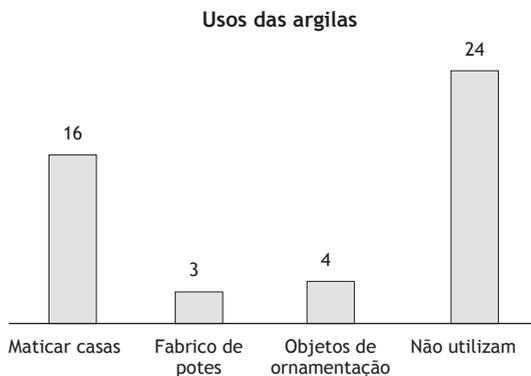


Figura 5
Principais usos das argilas.
Fonte: Autores.



(a) Uso de argila para matiar casa



(b) usos para produção de tijolos

Figura 6
Alguns usos das argilas no bairro bairro 7 de Setembro.
Fonte: Autores (2018).

que produzem o tijolo queimado (Figura 5) e (Figura 6).

5.1.3. Usos do cascalho

Os resultados dos questionários mostram que parte significativa dos membros da comunidade não utilizam os cascalhos (18), no entanto, 8 usam o cascalho na ornamentação e construção de casas, 9 usam o cascalho somente na ornamentação e os restantes 12 usam o cascalho somente na construção de casas (Figura 7). Deste modo, percebe-se que uma parte da população do bairro não utiliza o cascalho, por condicionantes que o mesmo apresenta para a sua utilização principalmente para construção. Geralmente o seu uso deve estar associado ao cimento de construção ou argilas, pau ao pique, bem como a outros meios modernos de construção. Os depoimentos do líder da comunidade mostram que o cascalho extraído em maiores quantidades no terraço fluvial é aplicado fora da comunidade, como é o caso da

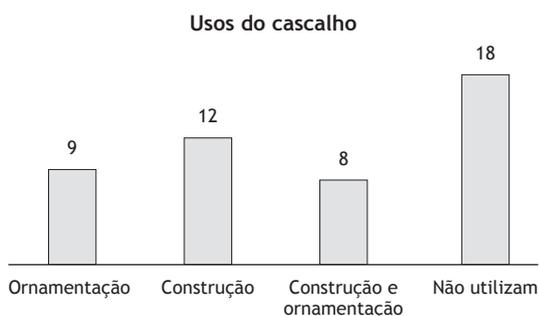


Figura 7
Principais usos de cascalhos.
Fonte: Autores (2018).

exploração pela empresa Maputo-Sul na manutenção de rotina da estrada em terra batida, que liga o Distrito Municipal da Catembe à Estrada Nacional N° 2, no âmbito da construção da ponte Maputo - Catembe e da estrada Catembe - Ponta de Ouro.

5.2. Impactes socioambientais derivados dos usos da geodiversidade

A observação das várias formas de apropriação dos recursos da geodiversidade e os depoimentos da comunidade local apontam para uma diversidade de impactes, que podem ser divididos em positivos (melhoram a vida da comunidade e mantêm estável o geossistema) e negativos (que alteram o geossistema). A síntese dos dados recolhidos se transcreve nos seguintes impactes por recurso:

i) Solos

- O uso do solo para a agricultura traz impactes sociais positivos porque a actividade agrícola permite a produção de produtos alimentares para o consumo da comunidade local e não só.

- O uso das areias inertes na produção de blocos que são depois aplicados para construir habitações e outras infra-estruturas úteis a vida da comunidade local apresenta um impacto positivo na medida em que melhora as condições de habitação da população local. Para o uso deste elemento da geodiversidade a comunidade não destacou impactes negativos, o que pode ser notado pelo equilíbrio estrutural nos solos onde se pratica a agricultura. Contudo a observação local permitiu observar que as áreas de

exploração das areias para o fabrico de blocos geram focos da erosão.

ii) Argila

- O uso da argila para maticar casas melhora a condição de habitação da população local;

- As empresas instaladas no bairro usam a argila na produção do tijolo queimado e empregam mão-de-obra local, aumentando deste modo a renda das famílias destes, melhorando o seu poder de compra;

- Com a existência destas cerâmicas, verifica-se uma melhoria nos tipos de habitações erguidas, porque os residentes conseguem comprar o tijolo nas proximidades das suas residências;

- No âmbito da responsabilidade social, a Empresa Cerâmica de África canalizou água potável ao bairro e construiu duas fontes de abastecimento de água que neste momento estão sob gestão da comunidade local;

- Outro impacto positivo derivado da extracção e uso da argila, apontado pelo líder comunitário é a melhoria das vias de acesso pelas empresas cerâmicas, pois estas empresas participam na manutenção de rotina das vias de acesso utilizando, por exemplo, os restos do tijolo mal fabricado.

iii) Cascalho

O uso do cascalho na manutenção de rotina da estrada em terra batida, tem estado a trazer impactos positivos na medida em que participa grandemente na melhoria das condições de mobilidade na estrada em terra batida que liga a EN2 aos Distritos Municipal da Catembe e Matutuine passando pelo Bairro 7 de Setembro.

Relativamente aos impactos ambientais negativos, derivados do uso da geodiversidade, no local de estudo, dos 47 indivíduos submetidos ao questionário, 72% dos questionados consideram a abertura de crateras (Figuras 8 a e b) e o surgimento de lagoas nos locais de extracção do cascalho e argila (Figuras 8.c e 8.d) como os principais impactos negativos derivados dos usos destes recursos, 17% olham para a remoção da vegetação como o principal impacto negativo (Figura 8.a) e 11% indicam outros impactos. De uma forma geral, os usos da geodiversidade do baixo Umbelúzi geram impactes diferentes e a intensidade do uso configura-se como principal factor da diferenciação.



Figura 8

Impactos ambientais negativos da extracção de argilas e cascalhos: (a) Crateras resultantes da exploração dos solos; (b) Crateras resultantes da exploração dos cascalhos; (c) e (d) lagoas resultantes da acumulação de águas em áreas de antiga exploração.

Fonte: Autores (2018).

6. Conclusão

O uso da Geodiversidade do baixo Umbelúzi é influenciado por factores comunitários e pelos factores externos (empresas que exploram os recursos locais) e pelo tipo de recurso disponível em cada local. Desta forma, no baixo curso da bacia do rio Umbelúzi é evidente a actividade do rio, dando origem a argilas, solos mistos, planície de inundação, e essa geodiversidade é utilizada pela comunidade local, com impactos ambientais reversíveis devido à sua baixa intensidade. Por sua vez, ao longo da zona intermédia, ocorrem aluviões com solos mistos de alta fertilidade, abundantemente usados para a prática da agricultura. Nesta área encontra-se também, as areias inertes aplicadas na construção civil. Por fim, no terraço fluvial encontramos cascalhos em que, o maior uso é externo, isto é feito por empresas que geram alterações muito expressivas sobre a geodiversidade local, originando mudanças irreversíveis na fisionomia da paisagem. Desta forma, a pesquisa recomenda a elaboração de um plano de manejo dos recursos da geodiversidade do baixo Umbelúzi (Bairro 7 de Setembro) bem como o seu zoneamento ecológico, baseado em princípios de sustentabilidade.

Bibliografia

- Albino, A. (2012). *Bases geoambientais para a gestão da bacia hidrográfica do rio umbelúzi* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Borba, A. (2011). *Geodiversidade e geopatrimónio como bases para estratégias de geoconservação*. Porto algarve: Universidade do Rio Grande do Sul.
- Cumbe, A. (2007). *O património geológico de Moçambique: proposta de inventariação, caracterização e avaliação* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Dantas, M. E., Armesto, R. C. C., Silva, C. R., & Shinzato, E. (2014). *Geodiversidade e análise da paisagem: uma abordagem teórico-metodológica*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Gordon, J. E., & Barron, H. F. (2011). *Scotland's geodiversity: development of the basis for a national framework*. Scottish Natural Heritage Commissioned Report No. 417.
- Gray, M. (2004). *Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature* (1st ed.). Chichester: John Wiley.
- Gray, M. (2011). Other nature: Geodiversity and geosystem services. *Environ. Conserv.* 38, 271-274.
- Gray, M. (2013). *Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature* (2nd ed.). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Guimarães, S. (1996). *Exploração de pedreiras para a produção de britas na região de grande florianópolis: aspectos sócio - económicos e ambientais* (Monografia submetida ao departamento de ciências económicas para obtenção da carga horária). Universidade de Santa Catarina, Florianópolis.
- Machado, M., & Ruchkys, U. (2010). *Valorizar e divulgar a geodiversidade: estratégias do centro de referência em património geológico*. Brasil. Universidade Federal de Mato Grosso.
- Manosso, F., & Ondicol, R. (2012). *Geodiversidade sobre quantificação e avaliação da distribuição espacial*. Anuário do Instituto de Geociências. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Mendes, M. (2004). *O acheulense no sul de Moçambique: novas abordagens metodológicas*. Maputo: Ed. Promédia.
- Ombe, Z., & Armando, T. (2018). *A geodiversidade e geossítios locais como recurso didáctico da educação ambiental*. Exemplos de Mafambisse, Distrito de Dondo e Estoril, Cidade da Beira, Moçambique, Beira: Universidade Pedagógica.
- Ombe, Z. (2014). Moçambique Geodiverso: por uma geografia inclusiva no ensino e na pesquisa. *Revista Tamoios*, 10(1), 2-16. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2014.9923>
- Pereira, R. G. F. A., Rios, D. C., & Garcia P. M. P. (2016). *Geodiversidade e património geológico: ferramentas para a divulgação e ensino das geociências*. Estado de Bahia: Universidade Federal de Bahia.
- Pontes, J. C., Lima, V. L. A., & Silva, V. P. (2016). *Impactos ambientais do desmonte de rocha com uso de explosivos em pedra de granito de caicó-RN*. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo.
- Santos, A. (2015). *Extracção mineral de areias e seus impactos na territorialidade sócio - ambientais: caso de Feira de Santana*. Feira de Santana: Universidade Católica do Salvador.
- Viana, B. (2013). *Caracterização estratigráfica, química e mineralógica do massará e conflitos sócio - ambientais associados à sua exploração* (Tese apresentada como requisito a obtenção do título de doutor em geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Zwolinski, Z. (2004). Geodiversity. In A. S. Goudie (Ed.), *Encyclopedia of Geomorphology* (pp. 417-418). London: Routledge.

Paisagem preservada: intervenções turísticas na Feira da Praia Grande em São Luís - Maranhão - Brasil

Landscape preserved: tourism interventions at the Feira da Praia Grande in São Luís - Maranhão - Brazil

Gisele Polanski França da Silva

Universidade Federal do Maranhão, Brasil
giselepolanskifs@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6682-6065>

Saulo Ribeiro dos Santos

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
saulosantosma@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-6596-0016>

Ivan Rêgo Aragão

Universidade Tiradentes, Brasil
ivan_culturaeturismo@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0728-4002>

Artigo recebido a 23 de fevereiro de 2020 e aprovado a 22 de dezembro de 2020

Resumo

O presente texto tem como objeto de estudo a Feira da Praia Grande (situa-se no centro histórico de São Luís, Maranhão, Brasil), relevante edificação comercial do século XVIII. Esta pesquisa objetivou verificar as percepções de moradores, comerciantes e turistas em relação à paisagem urbana da Feira da Praia Grande. A metodologia utilizada na pesquisa detém caráter qualitativo e quantitativo. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e de campo com aplicação de questionário aos moradores, turistas e feirantes em busca de entender a relação dos usuários com a paisagem da Feira da Praia Grande. Os principais resultados possibilitaram reconhecer que a Feira da Praia Grande é considerada um patrimônio material e imaterial consumido pela atividade turística.

Palavras-chave: paisagem urbana, turismo, Feira da Praia Grande, São Luís.

Abstract

The present text has as object of study the Praia Grande Fair (located in the historical center of São Luís, Maranhão, Brazil), relevant commercial building of the eighteenth century. This research aimed to verify the perceptions of residents, merchants and tourists in relation to the urban landscape of Feira da Praia Grande. The methodology used in the research has a qualitative and quantitative character. Bibliographic, documentary and field research were carried out with the application of a questionnaire to residents, tourists and fairgrounds in search of understanding the relationship of users with the landscape of The Praia Grande Fair. The main results made it possible to recognize that the Praia Grande Fair is considered a material and intangible heritage consumed by tourist activity.

Keywords: urban landscap, tourism, Praia Grande Fair, São Luís.

1. Introdução

As cidades, ao longo do tempo, tornaram-se a expressão máxima do espaço humanizado (Carlos,

Souza, & Sposito, 2011). Os centros urbanos antigos possuem na sua historicidade vinculada aos saberes populares, um elo constituinte de identidade, proporcionando à paisagem urbana uma característica peculiar, da qual o turismo apropria-se como produto

turístico (Boullón, 2002). Além disso, a paisagem é a primeira instância de contato do indivíduo com o lugar visitado, estando, portanto, no centro da atratividade dos lugares para o turismo (Santos, 2015).

No âmbito cultural em que a cidade se forma, os termos paisagem e patrimônio sofreram ampliações. Essas novas categorias de análise - paisagem e patrimônio cultural - foram acrescentadas, de modo a contextualizar não somente os bens tangíveis e visíveis, mas também, os elementos intangíveis. Por isso, a paisagem pode ser utilizada como recurso turístico devido ao conteúdo simbólico nela contida (Zárate Martín, 2012).

O presente artigo elegeu como objeto de estudo a Feira da Praia Grande, relevante construção comercial do cenário econômico maranhense durante o século XVIII, com comercialização voltada, principalmente, para o segmento agrícola. Esse antigo espaço para venda de produtos locais situa-se no bairro da Praia Grande, mais precisamente no centro histórico de São Luís-Maranhão-Brasil. Todo o conjunto arquitetônico se encontra em uma área de proteção a nível internacional, visto que o lugar de pesquisa do presente artigo foi chancelado em 1997 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural da Humanidade (Machado & Braga, 2010). As primeiras modificações paisagísticas no centro histórico tiveram iniciativa popular, principalmente dos feirantes, entre os anos de 1980 e 1982, evidenciando seu caráter social (Noronha, 2015).

Tendo como referência o relatório final apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, na Universidade Federal do Maranhão em 2017, o estudo em questão objetivou: a) avaliar as intervenções da atividade turística (políticas públicas de preservação e de turismo) em áreas históricas, em relação à paisagem urbana da Feira da Praia Grande em São Luís, Maranhão; b) caracterizar a área histórica, com destaque para os objetos com interesse para a preservação da memória coletiva; c) interpretar, de forma integrada, as políticas de turismo existentes para o local em relação às suas paisagens preservadas e às políticas de requalificação urbanística e paisagística da área em questão; e analisar as interferências da atividade turística nas condições da paisagem do espaço estudado (Feira da Praia Grande).

Para embasamento teórico, a pesquisa bibliográfica se apoiou nas reflexões sobre paisagem, patrimônio e turismo. Foram realizadas pesquisas em livros, artigos científicos, sítios da internet, relatórios acadêmicos, revistas, arquivos e documentos institucionais. Posteriormente ao aporte teórico, houve a necessidade de trabalho de campo com aplicação de questionário estruturado aos moradores, turistas e feirantes em busca de uma perspectiva sobre a qualidade paisagística da Feira da Praia Grande.

2. Métodos e Técnicas Aplicadas

A Feira da Praia Grande está inserida no contexto histórico comercial vivenciado no Maranhão no final do século XVIII. Todo o seu conjunto arquitetônico pertence a uma área de proteção a nível internacional, nacional e estadual, respectivamente protegidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAPMA), visando uma nova reconstituição para esse patrimônio e revitalização da área ao entorno.

Para alcançar os objetivos, esta pesquisa apoiou-se em duas etapas, a saber: 1 - sistematização teórica sobre paisagem urbana, patrimônio histórico e turismo urbano; 2 - diagnóstico dos princípios teóricos e das experiências empíricas. A primeira etapa dividiu-se nos princípios teóricos, compreendendo conceitos comumente abordados na literatura brasileira em relação aos temas específicos nas áreas de paisagem, patrimônio e turismo urbano, utilizando-se do método exploratório, visto que foi realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, e descritivo, pois expõe características de determinada população ou determinado fenômeno (Vergara, 2004).

Efetuada por meio da pesquisa bibliográfica e documental, de acordo com Gil (2006, p. 48), a primeira “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, já a documental se vale “de materiais que não receberam ainda, um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Gil, 2006, p. 51). Nesta pesquisa realizou-se consulta em livros,

artigos científicos, sítios da internet, relatórios acadêmicos, revistas, arquivos e documentos institucionais internacionais (UNESCO), federais (IPHAN), estaduais (Secretaria Estadual de Cultura e Turismo do Maranhão e Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão) e municipais (Instituto Municipal da Paisagem Urbana - IMPU; Secretaria Municipal de Turismo - SETURSLZ; Secretaria Municipal de Cultura - SMC; e Fundação Municipal do Patrimônio Histórico - FMPH), dentre outras.

Esta primeira fase das leituras, proporcionou um maior entendimento sobre os estudos teóricos vinculados à paisagem, patrimônio e turismo, e, dessa forma, permitiu aprofundar as abordagens acerca do objeto de pesquisa e ampliação do seu conhecimento específico (Gil, 2006). As experiências empíricas resultaram na delimitação da Feira da Praia Grande como local a ser estudado, assim como, o levantamento dos produtos comercializados.

A segunda etapa foi destinada à análise das interferências da atividade turística na paisagem urbana da área selecionada e à qualidade paisagística. Nessa fase da pesquisa, identificaram-se os elementos da paisagem que sofreram intervenções urbanísticas e turísticas voltadas à sua revitalização, especialmente para a formatação da Feira da Praia Grande como produto turístico. O método descritivo e analítico, possibilitou a leitura dos planos de turismo existentes para o local de estudo em relação às suas paisagens preservadas, bem como projetos de requalificação urbanística das áreas em questão. Nessa parte da pesquisa bibliográfica, as leituras foram realizadas sob a ótica da análise F.O.F.A. (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças).

Na pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, as interpretações dos observadores de cena foram individuais e quantitativas, porém subjetivas, onde buscou-se analisar as opiniões e informações por meio de números (Gil, 2006). Na pesquisa *in loco*, foi possível obter um total de 81 entrevistas por meio da aplicação de questionário fechado elaborado na plataforma online *Google Forms*. A aplicação deu-se nos meses de abril, maio, junho e julho de 2017, nos turnos matutino e vespertino, com público alvo de residentes, turistas e feirantes. Foram realizados registros fotográficos a fim de documentar o local objeto da pesquisa.

O roteiro utilizado no questionário constituiu-se por etapas voltadas para o perfil do entrevistado (gênero, procedência, idade, grau de escolaridade

e profissão). No caso dos turistas, pretendeu-se saber em qual período do ano visitaram São Luís, quando e quantos dias permaneceram na cidade, como avaliaram a paisagem da feira por meio de dois conjuntos de imagens semelhantes, validando pela indicação de classes de qualidade (muito ruim, ruim, boa e muito boa).

Para tanto foi de fundamental relevância delimitar a região a ser pesquisada, sendo escolhidos os seguintes limites: os quatro portões de acesso à Feira da Praia Grande e na parte interna, na Rua Portugal com a esquina da Rua da Estrela e desta até a Rua da Feira da Praia Grande, fechando novamente na esquina da Rua Djalma Dutra, no Centro Histórico de São Luís (Maranhão). A análise dessa pesquisa foi realizada a partir da interligação entre as informações obtidas na pesquisa bibliográfica e documental e dos dados colhidos através do questionário com a intenção de traçar um panorama dos conceitos com o local de estudo, a Feira da Praia Grande.

3. Análise das Condições Urbanas e Qualidade Paisagística da Feira da Praia Grande

Constantemente sendo atualizado, o termo paisagem está em constante transformação, e é objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento, sendo apresentado por autores como Andreotti (2012), Bonametti (2010), Cullen (2006), Hardt e Hardt (2006), Maderuelo (2010), Santos (2015).

Entende-se que a paisagem é indissociável da presença humana, em que as ações atribuídas em determinado local são relevantes para formação da paisagem como um todo, no qual deve existir a interação ser humano-natureza. Segundo Sautu (2005),

a percepção em termos de paisagem exige uma certa magnitude ou amplitude geográfica de apreciação e uma maior capacidade de abstração pelo observador. Tal significa a leitura de abordagem ou interação ser humano-natureza, onde cada cultura e condição desempenha de determinada maneira o seu papel. Então, pode-se perguntar qual é o modelo de interação que responde às paisagens de nossas cidades. (p.7)

Por isso, “o passado não é mais passado porque, por via da conexão psicológica, é sempre uma relação com o observador” (Andreotti, 2008, p. 97). A

dependência do objeto em relação ao sujeito (Boullón, 2002) é que determina, mediante seu próprio juízo, se o objeto possui ou não qualidades estéticas, uma vez que neste estudo, o patrimônio é o objeto e o sujeito é o observador, sendo necessário um encontro destes para que se estabeleça o conceito de paisagem.

A paisagem percebida no patrimônio (Figueiredo, 2008; Santos, 2015) apresenta-se de forma subjetiva, em que cada observador a compreende de forma singular, analisando-a individualmente de acordo com as experiências vividas, a partir da sua interação com esse espaço. Como salienta Castrogiovanni (2001),

sabe-se que este conjunto de símbolos, traços e signos, percebidos por olhares diversos, nem sempre são sentidos pela simbolização turística das pessoas. Tal situação também está atrelada aos estados emotivos de quem observa e, logicamente, também às bagagens culturais. Os múltiplos elementos interativos da paisagem apresentam-se em infinitos quadros nos quais as molduras são atribuídas às ações humanas, que representam as necessidades, os interesses, desejos e fantasias dos grupos sociais. (p. 133)

O patrimônio passa a ser considerado um local de múltiplas memórias (Funari, 2006; Oliveira, Anjos, & Leite, 2008), que na história de formação dos sítios urbanos, possuem heranças sociais e culturais interligadas com as paisagens. Além de retratar e reconfigurar novas práticas, como a atividades turísticas (Santos, 2015). A paisagem e o turismo estão intimamente ligados (Santos, 2015), pois a paisagem está relacionada com o lugar, com a identidade das pessoas

que “participam de forma ativa do processo de construção desta” (Dal Molin & Oliveira, 2008, p. 3).

A atividade turística é fomentada pelo desejo individual e/ou coletivo de conhecer um determinado destino com características culturais. É nesse contexto que o turismo consolida-se como um dos “objetos de consumo mais desejados da população desse novo século” (Campos, 2005, p. 26). Yázigi (2002, p. 135) complementa afirmando que “[...] a paisagem interessa antes a seus próprios habitantes e [...] só uma relação de estima deles com ela é que despertará o interesse de transeuntes, visitantes e turistas”.

Nessa vertente, afirma-se haver uma dependência entre patrimônio, paisagem e turismo, visto que as cidades são locais onde as pessoas circulam, trabalham, vivem e visitam, possuem atrativos arquitetônicos e serviços que fazem com que aumente a permanência dos turistas no local (Yázigi, 2002). Portanto, é necessário que haja uma valorização, tanto por parte dos moradores, administradores e turistas para com a paisagem detentora de um valor patrimonial, tendo em vista que esta passa a ser o principal atrativo turístico de determinada localidade. Desta forma, identificaram-se as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (matriz F.O.F.A.; Kotler & Keller, 2006), sistematizando-as numa ferramenta como apresentada no Quadro 1 abaixo que caracterizasse o estado atual (ano 2017) e facilitasse a análise dos cenários internos e externos da Feira da Praia Grande.

Nessa continuidade, a análise F.O.F.A. (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) da Feira,

Quadro 1

Análise F.O.F.A. da Feira da Praia Grande

	Fatores internos	Fatores externos
	FORÇAS	OPORTUNIDADES
Pontos Fortes	Diversidade cultural; Patrimônio; Produtos tipicamente maranhense; Preços acessíveis; Ambiente acolhedor; Integração em roteiros; Localização;	Captação de investimentos; Crescente valorização da diversidade cultural; Criação de uma marca para o local; Marketing cultural; Realização de eventos culturais; Crescimento do turismo cultural.
	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
Pontos Fracos	Ausência de sinalização turística; Ineficiência administrativa local; Pouca divulgação do local; Ausência de plano de turismo; Saneamento básico deficitário; Acessibilidade deficitária; Baixa qualificação profissional dos feirantes.	Sazonalidade turística; Falta de apoio governamental; Abandono e depredação do patrimônio cultural; Poluição sonora; Insegurança;

Fonte: Elaborada a partir das visitas *in loco* (2017).

permitiu identificar forças como a diversidade cultural, tanto dos aspectos materiais, quanto imateriais, uma vez que se nota a existência de diferentes pessoas com costumes e religiões próprias, além dos produtos expostos que são bastante variados. A Feira da Praia Grande, como já abordado anteriormente, situa-se em área de preservação a nível internacional, podendo ser considerado um património histórico e cultural. Ademais, os produtos comercializados na feira são tipicamente maranhenses, com preços acessíveis em conjunto com um ambiente acolhedor e familiar, possuem valores culturais que contribuem para o aumento do interesse em visitar o lugar, tanto para os turistas quanto para os moradores da cidade. O acesso ao local também é estratégico, visto que se situa no centro histórico de São Luís, colaborando com a integração da feira em roteiros turísticos.

Ainda no cenário interno do ambiente, por meio do trabalho de campo foi possível avaliar os pontos fracos e as fraquezas: a ausência de sinalização turística dificulta a localização dos turistas que visitam o lugar pela primeira vez, e com pouco divulgação, a feira passa despercebida aos visitantes. Observou-se, também, a ausência de um plano de turismo voltado para área em questão. Esse fator, em simultâneo com a ineficiência da administração local, contribui para um ambiente com saneamento básico deficitário (esgoto aberto em algumas áreas), numa feira que deveria primar por uma higiene de excelência porque comercializa gêneros alimentares e nela são preparadas refeições.

Outro fator analisado diz respeito à acessibilidade na feira: além da sinalização turística como indicador de acessibilidade, o acesso precisa ser facilitado para atender toda demanda, aumentando assim o fluxo local. Notou-se, também, uma falta de capacitação dos feirantes, sendo um fator necessário para melhorar a qualidade no atendimento e a manipulação dos produtos comercializados, pelo que se sugere a busca de parcerias com o setor público, como a vigilância sanitária, por exemplo, para a oferta de cursos sobre estas temáticas.

Já no cenário externo, os pontos fortes são identificados como oportunidades, sendo elas: disponibilização de investimentos públicos (necessários para alavancar e valorizar a diversidade cultural do espaço, tanto para fins comerciais quanto para se consolidar como um produto turístico, tornando-se assim um atrativo de destaque nacional, uma vez

que essa diversidade cultural possibilitou o reconhecimento de São Luís como Capital Brasileira da Cultura em 2009); produção de uma marca (para que haja a consolidação do produto turístico e a diversidade cultural do local continue crescendo), tornando-se necessária a criação de uma marca, visto que pela grande quantidade de utensílios, de pratos e cheiros típicos e de pessoas que circulam pela feira, torna-se a representatividade do complexo difícil de ser resumida em algo que seja a identidade da feira. Para que isso aconteça é indispensável que seja um trabalho conjunto.

As ameaças são os pontos fracos do cenário externo. Na Feira da Praia Grande, observou-se a inexistência de apoio governamental como abordado no tópico anterior. O problema da sazonalidade turística é uma ameaça comum, na qual os períodos de alta e baixa estação são constantes, interferindo no fluxo de turistas. O abandono, a insegurança e depredação do património cultural são fatores de ameaça não somente nesse local de estudo, mas no restante do conjunto sob proteção da UNESCO em São Luís.

Entende-se que a análise F.O.F.A. é relevante para qualquer empreendimento. No caso da Feira da Praia Grande ela contribui para solucionar fraquezas, prever ameaças, melhorar pontos fortes e alcançar as oportunidades. O equilíbrio entre estratégias de marketing, qualificação profissional/formação dos feirantes e estrutura adequada são fatores determinantes na consolidação deste espaço como destino turístico.

Para alcançar o último objetivo desta pesquisa, recolheram-se dados através de um questionário fechado elaborado na plataforma *online Google Forms*, onde os entrevistados (turistas, moradores, feirantes) avaliaram a paisagem da Feira da Praia Grande por meio de dois conjuntos de imagens semelhantes, através da atribuição de classes de qualidade (**muito ruim, ruim, boa, muito boa**), adotando-se como critério a apreciação subjetiva.

A importância de uma análise socioeconômica do entrevistado é relevante para este estudo, uma vez que permite conhecer o público que visita a capital, gerando dados para futuras consultas. O primeiro campo do roteiro foi determinar o perfil do entrevistado identificando o gênero, a origem, a faixa etária, grau de escolaridade e profissão. De um total de 81 inquiridos 44.4% são homens e 55.5% mulheres. A maior parte dos participantes são da

região Nordeste (71.5%), principalmente do próprio Maranhão, tendo os estados vizinhos grande participação nesta pesquisa (Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte), seguindo-se o Sudeste (9.9%), onde destaca-se a participação do estado de São Paulo, com porcentagem similar ao Norte (principalmente Pará), com 8.6%. Os entrevistados pertencem majoritariamente à faixa etária dos 26 a 35 anos de idade, num total de 35.8%, seguido de 30.9% de pessoas entre os 15 a 25 anos e sendo as porcentagens mais baixas referentes às idades a partir de 36 anos. Percebendo-se, assim, a participação ativa da população jovem e adulta. Em consequência, quanto ao grau de escolaridade, 37% dos entrevistados possui ensino médio completo, considerando-se que esses observadores de cena eram jovens em sua maioria. Os entrevistados responderam de forma aberta ao campo destinado à profissão, conduzindo a uma grande variação nas respostas. Portanto, neste item, fez-se necessário agrupar as respostas em quatro categorias: a) trabalhadores independentes, b) empregados da iniciativa privada, c) funcionários públicos e d) desempregados. Dos participantes, predominaram os independentes (33.3%), categoria onde se encontram os feirantes da Feira da Praia Grande, seguindo-se os empregados da iniciativa privada (29.6%), como designer, arquiteto, agente e auxiliar de aeroporto, entre outros. Os estudantes estão inseridos na categoria dos que não possuem emprego (25.9%).

Quanto à etapa da avaliação da qualidade paisagística da feira, os entrevistados puderam avaliar por meio de dois conjuntos de imagens semelhantes (matutino e vespertino), validando pela indicação de classes de qualidade (muito ruim, ruim, boa, muito boa) (Figura 1).

No primeiro momento, os inquiridos selecionaram no conjunto geral de fotos a imagem de **MELHOR** qualidade paisagística e a imagem de **PIOR** qualidade paisagística, em ambos os turnos, posteriormente atribuíram nas mesmas fotos individuais as classes anteriores, de modo a conter pelo menos uma indicação na classe muito boa e pelo menos outra na classe muito ruim. Analisando as imagens, identificou-se a prevalência da indicação da classe muito ruim para as Figuras 2 e 3 (56.8%) no turno matutino e verificou-se que a classificação dessa imagem na mesma classe prevalece também para o turno vespertino (38.3%). Para avaliação de qualidade muito boa da paisagem, destacou-se a imagem 14

pertencente ao grupo de fotos da Figura 1, obtendo resultado final de 33.3% (matutino) e no vespertino com 43.2%, como pode ser visualizado no Quadro 2.

Ainda na Figura 1, a foto 6 foi a que obteve a pior classificação. A foto refere-se a uma loja diferente das outras, onde funciona um restaurante. Na imagem encontram-se vários carrinhos de lixo empilhados, debaixo de uma caixa d'água, no qual é visível a formação de poças, aparentando um espaço sujo e fora do padrão da feira, fatores considerados relevantes para a classificação dada pelos turistas, e que segundo Boullón (2002), possui três fatores para sua decifração: estrutura, forma nítida e diferenciação.

A classificada com a melhor qualidade paisagística foi a foto número 14 da Figura 1. Esta foto revela um ambiente movimentado onde se identificam vários produtos típicos maranhenses como o peixe seco, camarão seco, a tiquira, cachaças com caranguejo, farinha de mandioca, entre outros (Figuras 4 e 5). Mesmo reconhecendo que a imagem 14 sofre uma alteração nos turnos relativamente à iluminação, que lhe determina uma perda da visibilidade geral, a mesma foi avaliada como a melhor, entendendo-se que a maioria dos entrevistados avaliaram a imagem pelo atrativo dos produtos encontrados na feira, ou seja, pela diferenciação da paisagem.

No Quadro 3 comparam-se os desvios das imagens entre os períodos do dia (matutino e vespertino) e da sua análise compreende-se que os maiores desvios sucederam na imagem 10 devido ao movimento apresentado, percebido com clareza pela presença de moradores utilizando a feira como um lugar de descontração, como já afirmava Noronha (2015). Segundo o citado autor, “o quiosque grande está bem cheio, a TV ligada e muitos homens tomando cerveja e conversando. Ao redor do quiosque, há duas mesas de jogo de dominó. Além dos dois jogadores de cada mesa, há vários homens em pé e ao redor, assistindo às partidas [...] música, conversa alta, pessoas passando de um lado para o outro neste corredor” [...] (Noronha, 2015, p. 66). Esse fator chamou a atenção dos entrevistados, todavia, porque no turno vespertino esse movimento já havia acabado, mostrando uma paisagem deserta, terá influenciando diretamente na classificação da mesma.

Em contrapartida, as imagens 4, 12 e 13 da Figura 1 apresentam desvios menos significativos, ou seja, para essas imagens, registou-se praticamente o mesmo número de entrevistados que a avalia na



Figura 1
Fotos internas da Feira da Praia Grande - turno matutino.
Fonte: Autores (2017).

mesma classe, tanto no turno matutino quanto no vespertino. Na imagem 12 da Figura 1, em destaque a seguir (Figuras 6 e 7), fundamenta-se o facto de não haver alteração dos detalhes mais importantes,

como a feirante com sua barraca de remédios caseiros presente nos dois turnos, e a iluminação do espaço que provocou uma pequena mudança nas cores da



Figuras 2 e 3
Imagens preferenciais enquadradas pelos observadores de cenas na classe de qualidade da paisagem muito ruim na Feira da Praia Grande.
Fonte: Autores (2017).

Quadro 2

Resultado das respostas sobre a qualidade paisagística na Feira da Praia Grande

Imagens	MATUTINO		VESPERTINO	
	PQPAIS	MQPAIS	PQPAIS	MQPAIS
Img 15	0	24.7	6.2	12.3
Img 14	1.2	33.3	1.2	43.2
Img 13	8.6	0	2.5	0
Img 12	1.2	1.2	1.2	1.2
Img 11	12.3	0	3.7	1.2
Img 10	3.7	1.2	32.1	0
Img 9	0	0	1.2	1.2
Img 8	1.2	0	2.5	1.2
Img 7	1.2	0	2.5	1.2
Img 6	56.8	2.5	38.3	1.2
Img 5	0	7.4	0	1.2
Img 4	1.2	2.5	1.2	3.7
Img 3	3.7	8.6	6.2	3.7
Img 2	4.9	14.8	1.2	25.9
Img 1	3.7	3.7	0	3.7

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário online.

Legenda: PQPAIS - Pior qualidade paisagística; MQPAIS - Melhor qualidade paisagística.

imagem, mas que não induziu diferenciação de registo.

Dos resultados da avaliação das fotos individuais, elaborou-se a tabela abaixo, apresentando todas as proporções de acordo com cada classe, acrescentaram-se as maiores proporções de indicação de classes superiores (soma da classe muito boa e boa) e classes inferiores (soma das classes muito ruim e ruim).

Percebeu-se que quando classificadas individualmente, o resultado permaneceu quando apresen-

tadas em conjunto (Quadro 3 - proporcionalidade de classes de qualidade da paisagem da Feira da Praia Grande indicadas pelos observadores de cenas segundo período do dia). Demonstra-se que os entrevistados classificaram sete cenas (2, 4, 5, 8, 12, 14, 15) no turno matutino e três (1, 5 e 15) no vespertino com maiores proporções de indicações nas classes superiores (muito boa e boa). Em contrapartida, enquadraram duas imagens (6 e 10) no período matutino, e as mesmas no vespertino, para além da imagem 7 com as maiores proporções de



Figuras 4 e 5

Destaque as imagens preferenciais enquadradas pelos observadores de cenas na classe de qualidade da paisagem muito boa na Feira da Praia Grande.

Fonte: Autores (2017).



Figuras 6 e 7

Imagens com menores desvios entre períodos do dia nas classificações pelos observadores de cenas sobre qualidade da paisagem da Feira da Praia Grande.

Fonte: Silva (2017).

indicação nas classes inferiores (muito ruim e ruim) no período.

Nas imagens escolhidas e validadas com maior número de votações (Figuras 9 e 10), aparecem com maior quantidade leituras de produtos comercializados na feira, pelo contrário, nas imagens com proporções inferiores está ausente a presença humana e as lojas fechadas, significando que a maioria dos inquiridos utilizaram a paisagem com pessoas como critério de avaliação, atribuindo importância para a mesma, essa que possui uma interdependência com o ser humano, como já mencionado anteriormente, no qual se observou que as respostas desse questionário foram influenciadas, principalmente, por fatores sociais, culturais, ambientais, de acordo com as

atividades e usos desenvolvidos na paisagem (Dal Molin & Oliveira, 2008).

Analisando as imagens do turno vespertino identificam-se maiores indicações de classes inferiores nas imagens 6, 7 e 10, justamente as que não apresentam artefatos identitários da Feira da Praia Grande. Por outro lado, nas imagens 1, 5 e 15, agrupadas na classe superior, identifica-se a presença de produtos que são comercializados na Feira sendo que as duas primeiras (1 e 5) estão relacionadas com a entrada da Feira.

Maderuelo (2010) e Zárte Martín (2012) esclarecem que a paisagem urbana e cultural representa a equação do lugar e pensamos que mediante os resultados transmitidos pelos inquiridos

Quadro 3

Proporcionalidade média de classes de qualidade da paisagem da Feira da Praia Grande indicadas pelos observadores de cenas segundo período do dia

Imagem	Classe Período	Muito Ruim (%)	Ruim (%)	Boa (%)	Muito boa (%)	Inferior (%)	Superior (%)
IMAGEM 1	MATUTINO	3.7	19.8	71.6	4.9	22.6	76.5
	VESPERTINO	2.5	9.9	81.5	6.2	12.4	87.7
IMAGEM 2	MATUTINO	2.5	16	22.2	59.3	18.5	81.8
	VESPERTINO	3.7	23.5	50.6	22.2	27.2	72.8
IMAGEM 3	MATUTINO	2.5	34.6	54.3	8.6	37.1	62.9
	VESPERTINO	4.9	64.2	21	9.9	69.1	30.9
IMAGEM 4	MATUTINO	2.5	14.8	76.5	6.2	17.3	82.7
	VESPERTINO	3.7	18.5	74.1	3.7	22.2	77.8
IMAGEM 5	MATUTINO	1.2	4.9	77.8	16	6.1	93.8
	VESPERTINO	1.2	11.1	79	8.6	12.3	87.6
IMAGEM 6	MATUTINO	69.1	23.5	6.2	1.2	92.6	7.4
	VESPERTINO	75.3	21	2.5	1.2	96.3	3.7
IMAGEM 7	MATUTINO	7.4	56.8	34.6	1.2	64.2	35.8
	VESPERTINO	11.1	70.4	16	2.5	81.5	18.5
IMAGEM 8	MATUTINO	2.5	11.1	81.5	4.9	13.6	86.4
	VESPERTINO	6.2	23.5	69.1	1.2	29.7	70.3
IMAGEM 9	MATUTINO	7.4	32.1	54.3	6.2	39.5	60.5
	VESPERTINO	6.2	25.9	65.4	2.5	32.1	67.9
IMAGEM 10	MATUTINO	27.2	58	13.6	1.2	85.2	14.8
	VESPERTINO	60.5	29.6	8.6	1.2	90.1	9.8
IMAGEM 11	MATUTINO	22.2	32.1	45.7	0	54.3	45.7
	VESPERTINO	7.4	34.6	58	0	42	58
IMAGEM 12	MATUTINO	2.5	13.6	77.8	6.2	16.1	84
	VESPERTINO	3.7	17.3	74.1	4.9	21	79
IMAGEM 13	MATUTINO	12.3	45.7	39.5	2.5	58	42
	VESPERTINO	12.3	42	44.4	1	54.3	45.4
IMAGEM 14	MATUTINO	2.5	7.4	65.4	24.7	9.9	90.1
	VESPERTINO	9.9	17.3	55.6	17.3	27.2	72.9
IMAGEM 15	MATUTINO	1.2	4.9	67.9	25.9	6.1	93.8
	VESPERTINO	6.2	12.3	67.9	13.6	18.5	81.5

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário online.

Notas:

MAIORES PROPORÇÕES DE INDICAÇÃO NA CLASSE MUITO BOA POR PERÍODO

MAIORES PROPORÇÕES DE INDICAÇÃO NA CLASSE MUITO RUIM POR PERÍODO

MAIORES PROPORÇÕES DE INDICAÇÃO NAS CLASSES SUPERIORES (MUITO BOA E BOA) POR PERÍODO

PROPORÇÕES INTERMEDIÁRIAS NAS CLASSES SUPERIORES (MUITO BOA E BOA) POR PERÍODO

MAIORES PROPORÇÕES DE INDICAÇÕES NAS CLASSES INFERIORES (MUITO RUIM E RUIM) POR PERÍODO

PROPORÇÕES INTERMEDIÁRIAS NAS CLASSES INFERIORES (MUITO RUIM E RUIM) POR PERÍODO

se pode considerar que os mesmos percebem tais aspectos, classificando e indicando as imagens em ambos os turnos para a classe muito boa, justamente aquelas que representam características da Feira da Praia Grand e que o turismo, enquanto consumi-

dor da paisagem, pode contribuir para o fortalecimento dos valores identitários do lugar (Santos, 2015).

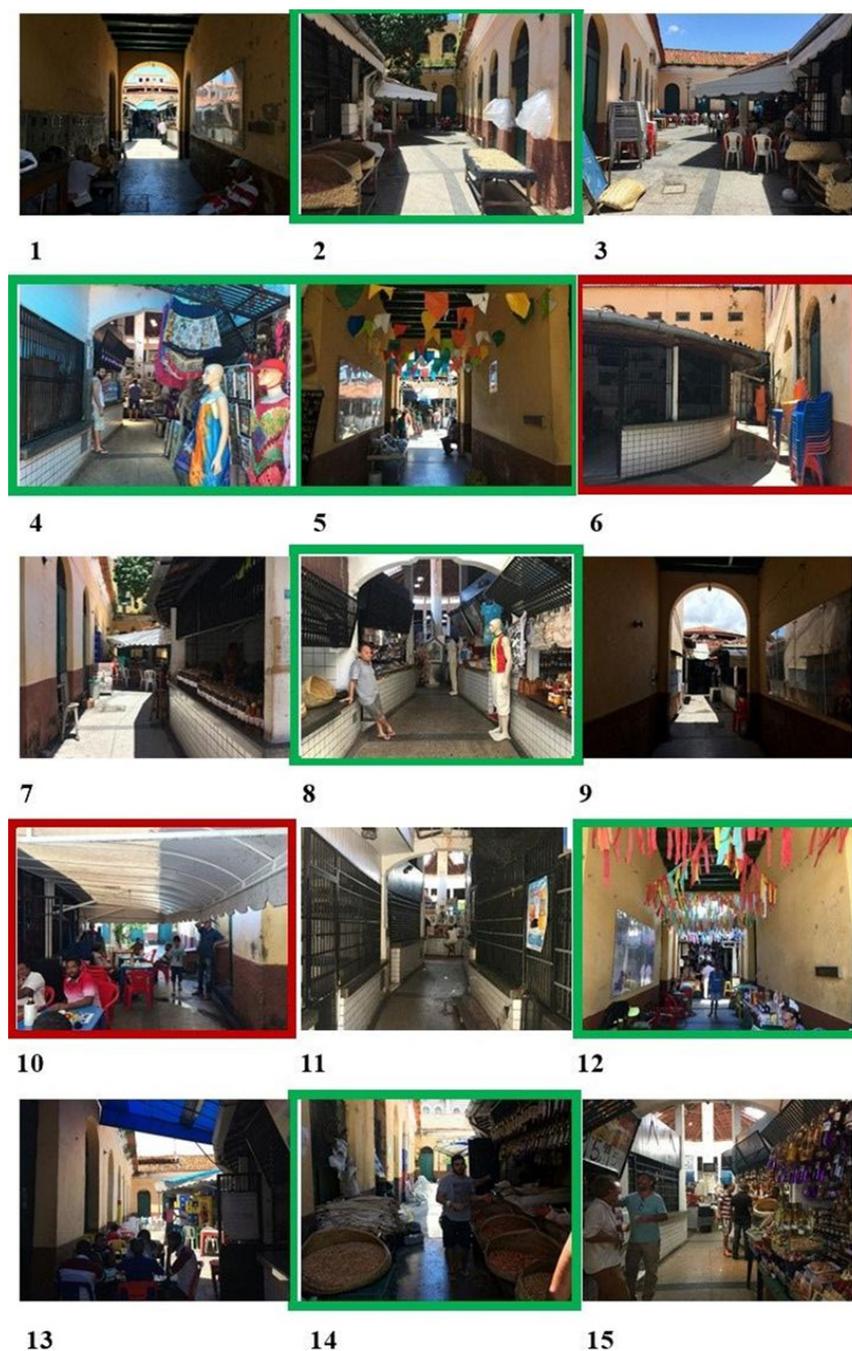


Figura 9
 Imagens enquadradas pelos observadores de cenas nas classes de qualidade superior e inferior da paisagem na Feira da Praia Grande no turno matutino.

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário.

Nota:

MAIORES PROPORÇÕES DE INDICAÇÃO NAS CLASSES SUPERIORES (MUITO BOA E BOA)
 POR PERÍODO

MAIORES PROPORÇÕES DE INDICAÇÃO NAS CLASSES INFERIORES (MUITO RUIM E RUIM)
 POR PERÍODO



Figura 10

Imagens enquadradas pelos observadores de cenas nas classes de qualidade superior e inferior da paisagem na Feira da Praia Grande no turno vespertino.

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário online.

Nota:

MAIORES PROPORÇÕES DE INDICAÇÃO NAS CLASSES SUPERIORES (MUITO BOA E BOA)
POR PERÍODO

MAIORES PROPORÇÕES DE INDICAÇÃO NAS CLASSES INFERIORES (MUITO RUIM E RUIM)
POR PERÍODO

4. Conclusão

O conceito de património sofreu mudanças conceituais significativas ao decorrer dos anos, desde a antiguidade até os tempos atuais. No entanto, o termo ainda estabelece uma alusão ao passado como sendo propriedade, retomando o estudo da herança material, isto é, o património denominado de “pedra e cal”, que são elementos perceptíveis na sociedade, considerados tangíveis. Porém, há novos estudos que também conceituam o património como imaterial, ou seja, aquele intangível, vinculado a definições de memória e identidade. Também novas concepções acerca da paisagem perpassam por estes aspectos no que se refere à produção de bens culturais (fazer de um povo) e do património edificado.

Nesse sentido, novas atribuições foram acrescentadas ao termo paisagem, não se limitando às paisagens naturais. Excedendo-se das percepções visuais do objeto físico, a paisagem da Feira da Praia Grande carrega significados históricos e culturais que foram percebidos pelos observadores de cena. Esse estudo permitiu perceber os usos da paisagem da Feira da Praia Grande pelo turismo. Constatou-se ainda que os turistas se apropriam desse património ao desfrutar dos aspectos sociais, culturais e ambientais presentes na feira, criando uma relação afetiva com essa paisagem, de modo que interpretam as imagens de forma subjetiva e individual, possibilitando perceber a relação de dependência existente as pessoas e o meio.

O que se pôde analisar em relação às políticas de preservação e aos projetos de requalificação urbanística e paisagística é que eles são elaborados, em sua maioria, de forma geral, buscando contemplar todos os espaços, todavia, esse trabalho quando não realizado em conjunto (setor público e privado), no qual é relevante ter o conhecimento da necessidade individual de cada património e levando em conta os aspectos culturais existentes, acaba não funcionando, ou até mesmo não colocado em prática, sendo esquecido entre muitos prédios históricos que se encontram em condições precárias de preservação. Portanto, é necessário a Feira da Praia Grande possuir uma política de preservação própria, uma vez que esse local carece de infra-estruturas para atender às demandas dos visitantes. Essa articulação entre o poder público local e os feirantes poderia proporcionar o desenvolvimento da atividade turística e

assim, contribuir para o seu reconhecimento enquanto coração da Praia Grande.

Na avaliação da qualidade paisagística foi mais rápido obter os dados on-line dos moradores locais que frequentam o centro histórico do que o contato com os feirantes ocupados em atendimento ao cliente ou organizando mercadorias. Também ocorreram dificuldades no acesso ao turistas que visitavam a feira, uma vez que esses estavam focados na vivência do lugar. Todavia, os observadores de cena atribuíram uma “boa” classificação mesmo diante das condições em que a feira se apresenta.

Bibliografia

- Andreotti, G. (2008). *Per una architettura del paesaggio*. Trento: Valentina Trentin.
- Andreotti, G. (2012). O senso ético e estético da paisagem (B. H. Furlanetto, Trad.). *Ra'e ga*, 24, 5-17.
- Bonametti, J. H. (2010). A paisagem urbana como produto do poder. *Revista Brasileira de Gestão Urbana - URBE*, 2(2), 259-273.
- Boullón, R. C. (2002). *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC.
- Campos, Â. M. N. (2005). O turismo e a educação frente às novas tecnologias. *Revista Espaço Acadêmico*, 46, s.p..
- Carlos, A. F. A., Souza, M. L., & Sposito, M. E. B. (2011). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto.
- Castrogiovanni, A. C. (2001). Por que geografia no turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre. In S. Gastal (Org.), *Turismo 9 propostas para um saber-fazer* (2ª ed., pp. 131-143). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Cullen, G. (2006). *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dal Molin, Q., & Oliveira, R. de (2008). A influência da redundância da observação sobre a precisão dos parâmetros. *Boletim de Ciências Geodésicas*, 14(3), 295-315.
- Figueiredo, F. (2008). *Paisagem cultural: bem material: conceitualizações e relação com o turismo cultural*. V Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.
- Funari, P. P. A. (2006). *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Hardt, L. P. A., & Hardt, C. (2006). Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. *Anais Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas*

- de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, 8, (pp. 1-9). São Paulo, Brasil: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- Kotler, P., & Keller, K. L. (2006). *Administração de marketing: a bíblia do marketing*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Machado, J., & Braga, S. (2010). *Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO, IPHAN.
- Maderuelo, J. (2010). El paisaje urbano. *Revista Estudios Geográficos*, 269, 575-600.
- Noronha, R. (2015). *Na cor da Praia Grande*. São Luís: Ed. UFMA.
- Oliveira, J., Anjos, F., & Leite, F. (2008). O potencial da paisagem urbana como atratividade turística: um estudo sobre a paisagem de Brasília. *Revista Interações*, 9(2), 159-169.
- Santos, S. dos (2015). *Paisagem solidária: indicadores de sustentabilidade urbana em área turística funcional do centro histórico de São Luís, Maranhão* (Doutorado em Gestão Urbana). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- Sautu, C. (2005). *El Paisaje en la Relación Cuerpo-Ciudad*. Foro Urbano de Paisaje. Centro de Estudios Ambientales.
- Vergara, S. C. (2004). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (5 ed.). São Paulo: Atlas.
- Yázigi, E. (2002). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto.
- Zárate Martín, M. A. (2012). Paisaje, forma y turismo en ciudades históricas. *Estudios Geográficos*, LXXIII, 657-694.

Asociedade do consumo como o novo arquétipo da economia do individualismo

Consumer society as the new archetype of the individualism economy

Paulo Fernando Pereira Fabião Simões

Coimbra Business School - ISCAC

pfsimoes@iscac.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3685-9162>

Artigo recebido a 5 de maio de 2020 e aprovado a 22 de dezembro de 2020

Resumo

O presente texto pretende fazer uma análise e reflexão crítica sobre os novos arquétipos numa sociedade cada vez mais individualista e hedonista. As questões centrais do trabalho relacionam o materialismo e o consumo supérfluo numa economia assente no mercado livre e na forma como veio criar comportamentos padronizados à escala global. Estes arquétipos vieram criar uma crise de valores onde a posse leva ao descartável? A crise da ética nas empresas e nas instituições, criaram o fenómeno do facilitismo e da pressão ao cliente criando estratégias de marketing mais complexas e agressivas? O super-endividamento leva ao super-individualismo? Estaremos ainda sob a ameaça de deixar a fatura para as gerações futuras, criando assim uma geração “pagadora”? Estas são algumas questões, entre outras que aqui se pretendem responder na perspetiva de melhor compreender os novos arquétipos e no impacto que estes podem ter na sociedade.

Palavras-chave: arquétipos, sociedade, consumo, marketing.

Abstract

This text intends to analyze and critically reflect on the new archetypes in an increasingly individualistic and hedonist society. The central issues of work relate materialism and superfluous consumption in an economy based on the free market and the way in which it came to create standardized behaviors on a global scale. Did these archetypes create a crisis of values where possession leads to disposability? Did the ethics crisis in companies and institutions, create the phenomenon of facilitation and pressure on the customer creating more complex and aggressive marketing strategies? Does over indebtedness lead to over individualism? Are we still under the threat of leaving the bill for future generations, thus creating a “paying” generation? These are some questions, among others that are intended to be answered here in order to better understand the new archetypes and the impact they may have on society.

Keywords: archetype, society, consumption, marketing.

1. Introdução

A contemporaneidade da relação entre culturas num mundo global serve de referência a diversos setores da sociedade que usam esta ligação como partida para diferenciar os seus produtos, no mercado onde se inserem. As estratégias de marketing são focadas no estudo de produtos e processos que visam as emoções, pois as empresas de hoje não vendem só produtos, mas também experiências. O marketing deixou de ser uma área só de especialistas com foco comercial passando a ter uma atitude de gestão de processos de toda a organização, onde a fidelização

e conquista de potenciais clientes passou a ser estratégico.

Na década de 90 do século XX as empresas passam a reconhecer a necessidade de se “orientarem para o cliente” e para os novos mercados, deixando o foco apenas no produto ou nas vendas, mas também na satisfação dos clientes, como premissa fundamental para agregar valor aos negócios.

A nova lógica veio contribuir para a evolução do pensamento do Marketing, transformando o cliente num agente participativo na (re)construção e na melhoria contínua dos produtos e serviços. Os arquétipos tornam possível a comunicação entre os produtos

e as motivações do consumidor porque “oferecem” experiências subjetivas. É também um elemento que induz à diferenciação tão importante para a vantagem competitiva das empresas.

Assim, o arquétipo é ao mesmo tempo capaz de definir a linha entre o produto e o que se deseja vender num discurso emocional de contato com o consumidor. A sociedade de consumo deseja uma proximidade com aquilo que consome, numa personificação do necessário e a interação entre o cliente e a marca, numa relação de longo prazo. Esta proximidade é feita à distância cada vez mais com recurso ao digital através da *social media* e a *internet*.

O marketing digital usa a tecnologia de ponta com a criação de *big data*, análise de algoritmos e medição biométrica para se aproximar cada vez mais do seu potencial cliente. Muitas vezes as empresas conhecem melhor a nossa personalidade do que nós próprios. Temos aqui o arquétipo do *avatar* que reduz cada vez mais a distância do real para o virtual, numa relação de proximidade e sedução. É a erotização da tecnologia com o humano, onde vender já não importa, mas sim conquistar novos utilizadores que visualizam e aderem aos *likes* tornando os *influencers* os novos *buzz* no mercado do viral. Também aqui o marketing não deixa escapar esta oportunidade de poder conquistar novas tendências de mercado cujo valor se multiplica e se torna estratégico. Estes aspetos serão alvo de reflexão futura.

O termo arquétipo foi utilizado pelo psicólogo suíço Carl Jung, para defender a ideia de que as imagens presentes no nosso imaginário ajudam a explicar as memórias passadas e vividas noutras gerações. Segundo Jung (2000) as imagens primordiais são um sinónimo de arquétipo que tem origem a partir da repetição de uma mesma experiência, pessoas e épocas distintas, fazendo parte do inconsciente coletivo. Neste constructo emerge a ideia de identidade social que se manifesta numa relação ambígua entre livre arbítrio e influência do grupo, pois as sociedades têm sempre uma matriz que assenta no conflito.

Os arquétipos também eram usados por Jung (2000) como modo de nos compreendermos a nós próprios e aos outros. Os arquétipos têm como objetivo analisar a origem dessas memórias e a forma como os sujeitos se identificam com estes modelos e encontrar semelhanças de si próprios e com os outros, numa relação de proximidade.

No entanto, os arquétipos que importa aqui refletir, são os da era da hiper-moda em que as indústrias do consumo, os lazeres e os *mass media* são influenciados pelos ritmos acelerados da mudança e pela renovação constante. O que hoje é novidade, amanhã é obsoleto. Estes arquétipos têm frequentemente acompanhado a globalização por processos de difusão espacial e social muito por interesse das empresas.

Os arquétipos do hiperconsumismo, encontram-se tanto em canais de distribuição diretos como indiretos, com títulos que refletem o *cool down*, com novas ideias *new age* como o *mindfulness*, Veganismo ou o Zen numa (re)afirmação do minimalismo japonês.

Esta mudança de paradigma emerge numa dinâmica global, facto social repleto de valor tecnológico, económico e estético, sob o efeito de novos arquétipos. Se no passado recente o materialismo era uma característica de “posse”, o consumismo atual é uma característica do “supérfluo”. Se como nos refere Veblen (2007, p. 130) “o consumo de artigos de luxo (...) é um consumo para o conforto do próprio consumidor, logo característico do senhor”, hoje o consumidor é o senhor de si próprio, com total liberdade de escolha e uso. A legitimidade duvidosa levantada por Veblen já não se coloca, porque o sujeito pós-moderno é a legitimidade na 1ª pessoa, pois o benefício do consumo é fruto do livre-arbítrio, prevalecendo a sua própria imagem dentro das novas correntes modistas cuja única preocupação é manter-se a par delas. O problema surge na forma do uso, pois se Veblen (2007, p. 132) assumia a “obrigatoriedade de saber consumir livremente e de maneira apropriada o tipo certo de bens”, hoje já não é assim. O consumo conspícuo é o do bem que agora se traduz na narrativa do marketing para a criação de *branding equity*. O valor da marca que se “conduz” ou tem no “bolso” é o que define o sujeito pós-moderno e está assente numa matriz do excesso a uma velocidade tal que põe em causa a própria sustentabilidade dos recursos ambientais e dos limites da matéria-prima.

A matéria-prima, fonte esgotável e finita pode a ser condição para abrandar a produção e o consumo de massas (hiperprodução/hiperconsumo) e os níveis de poluição. Hoje, assistimos a uma nova realidade com o efeito pandémico do Covid-19, em que as emissões de CO₂ reduziram em 6% em todo o mundo. Só na China a redução chegou aos 25% o que equivale a 100 milhões de toneladas a menos de emissões e

no norte da Itália as emissões de NO₂ baixaram para cerca de 40%¹. Todos nós sabemos que a terra já não tem capacidade de se renovar em termos de recursos nem condições para absorver os resíduos que criamos.

Quanto ao “consumismo” remete-nos para o “hábito ou ação de consumir muito, em geral sem necessidade”. Não significa, por isso, uma necessidade real ou dependência efetiva, pois, para autores como Bauman (2012), a economia de consumo tem uma matriz do “excesso” e para Lipovetsky (2014) de “híper”, ambas para designar a ideia de desperdício.

É aqui que a ética também pode ter um papel fundamental para a sensibilização e consciencialização de valores universais que orientam para uma melhor utilização dos vários recursos disponíveis e relações humanas mais sustentáveis. Só com um consumo com regras, isto é, consumir sem ser consumido pelo ato, é possível ter sustentabilidade ambiental, pois os recursos são cada vez mais escassos. É aqui que a ideia de consumerismo ganha força na medida em que possibilita a criação de uma consciência coletiva mobilizadora através de uma figura jurídico-institucional ou associativa com reconhecimento para assegurar os direitos dos consumidores.

Assim, estes movimentos podem ajudar a criar estratégias que visam as “reais” necessidades, reduzindo assimetrias entre as empresas e os consumidores. Contudo, é preciso destacar que muitas vezes a ideia de consumerismo é paradoxal nas estratégias de marketing dado que o que prevalece é “seduzir” o consumidor e não “consciencializá-lo” para um comportamento mais responsável e sustentável. Em teoria o marketing tem no seu processo 3 níveis; filosófico, estratégico e tático, sendo que na prática isso não é muitas vezes tido em conta nas suas estratégias, emergindo aqui um problema ético.

As novas tendências das estratégias de marketing seduzem pela “pressão” ao consumidor, pois é a resposta para as contínuas “necessidades” impulsivas da sociedade consumista. Criam novos mecanismos de motivação e orientação de uma suposta satisfação que por sua vez eleva à (des) sensibilização e individualização das relações tanto materiais como humanas. É o consumismo apoiado numa economia do “engano” e na arte da “sedução”.

É certo que o aumento do consumo aumenta as necessidades e a diversidade, mas é o culto do

“sentir” a experiência que prevalece, não o do aprendido. A hipermodernidade corresponde também a uma nova época histórica do consumo, assinalada, quer pelo processo de individualização, quer pela desregulação” (Lipovetsky, 2014, p. 70). É aqui que emerge um novo arquétipo da sociedade contemporânea elevando o individualismo ao hipernarcisismo.

O consumidor ou turbo consumidor designado por Lipovetsky, além de hedonista, é principalmente narcisista, pois já não “sofre” o peso do *éthos*, das tradições e dos hábitos.

Atualmente, o essencial das nossas relações tende a ser mercantil: quase toda a nossa existência está colonizada pelas marcas e pelo mercado. (...) é a cultura, a arte, a política, o tempo, a comunicação, a experiência vivida e até o domínio religioso são apanhados na rede do marketing (...) (Lipovetsky, 2014, pp. 71-72).

Este novo arquétipo tem impacto nos valores universais, mas também nas futuras gerações, pois a fatura que iremos deixar no futuro, irá ser recordada como a era do cartão de crédito, principal recurso para a satisfação dos desejos do (híper)individualismo, que criou comportamentos narcisistas carentes de ética que podem refletir o futuro da economia mundial.

Não importa realmente a qualidade do(s) produto(s) mas sim a sua imagem na nova tendência modista. O arquétipo do hiper individualismo, que se repete e se difunde em processos espaciais e sociais, é projetado em grande parte pelos *mass media*.

“Tanto as mercadorias quanto os anúncios publicitários são pensados para suscitar desejos e “fisgar” vontades” (Bauman, 2010, pp. 35-36).

A lógica do lucro imediato e o uso do marketing como instrumento de “guerra” concorrencial para conquistar novos clientes, também veio (re)criar a segmentação que não se apoia mais na funcionalidade real dos produtos, mas no efeito *cool* onde o *branding* se impõe como diferenciadora. Para isso, é necessário recorrer a recursos humanos especializados de elevada capacidade de decisão e análise e compreensão da sociedade e do consumo. É a tecnoestrutura de Galbraith (2017) em que o verdadeiro poder de decisão não reside na empresa como um

¹ Segundo dados da *Center for Research on Energy and Clean Air* (CREA).

átomo, mas sim numa macroestrutura coletiva, diferenciadora e especializada.

Os comerciantes e os publicitários confiam no casamento entre o poder de sedução das ofertas e o profundo impulso dos seus potenciais clientes de estar um passo à frente. Ao contrário da era da construção das nações a cultura líquido-moderna não tem “pessoas” a cultivar, mas clientes a seduzir (Bauman, 2010, p. 36).

O tempo e o lugar coexistem e cada um deles é definido de acordo com a experiência pessoal. Toda a atividade gera uma estrutura espaço-temporal especial, porém raramente esta estrutura aparece consciencializada. É nesta difusão espacial e temporal à escala social que a ética aplicada nas políticas empresariais e em particular nos grandes grupos económicos refletem a hipérbole na estrutura da sua massa produtiva.

Resta saber quais as consequências que esta mudança de paradigma vem trazer no futuro.

2. Consumo, Tempo e Lugar

As estratégias de marketing visam atrair e fidelizar os consumidores, usando arquétipos com representações ideais das necessidades, desafiando elas mesmas a estratégia e prevendo os possíveis modismos e tendências dos consumidores.

As mudanças sociais, económicas, políticas e tecnológicas consubstanciam-se e afetam os sujeitos a longo prazo influenciando as oportunidades de mercado. Prospetar possíveis cenários dos mercados passou a ser estratégico para as empresas, pois os processos de segmentação e os estudos de mercado são instrumentos cada vez mais utilizados. Assim, os arquétipos muitas vezes servem de ponte entre os produtos e a motivação do consumidor ao oferecerem soluções com significado e propósito.

O impacto desta nova tendência mercantil leva-nos para o fenómeno do hiperconsumismo. Por um lado, temos uma sociedade onde há mais abundância em especial no que diz à variedade da oferta dos produtos e serviços, por outro o excesso e o acúmulo (des)necessário que leva ao “consumismo”.

É este “estilo de vida” gerado na hipermodernidade onde parece ser cada vez mais difícil, decidir de modo racional o que é indispensável e o que é supérfluo. É a nova economia da

mercantilização que cria esta incerteza onde o discurso da sedução se tornou o mecanismo de funcionamento do capitalismo pós-fordista. No meio de tanta oferta a sedução é a estratégia de marketing adotada onde quase não se distingue o útil do supérfluo.

De facto, hoje emerge um novo paradigma de marketing, o emocional, pois já não tenta vender o produto concreto, mas a emoção e a experiência. No entanto, é na ideia do consumerismo, já referida, que se encontram consumidores mais conscientes face ao futuro do planeta e das futuras gerações, que vêm contrariar de algum modo esta tendência hiperconsumista.

A ideia de desenvolvimento sustentável depende do consumo consciente por parte de todos nós onde possamos ser “promotores” de controlo ético e isso passa também pelo despreendimento da ideia individualista daquilo que se consome. Segundo Lorenzetti et al. (2012, cit. por Sebastião & Marques, 2016), as empresas exploraram demasiado os recursos naturais sem se preocuparem com o seu esgotamento e isso gera desconfiança e tensões entre a sociedade em geral e as organizações ambientalistas em particular. As empresas necessitam de adotar urgentemente um novo modelo de gestão de forma a manter o seu sistema de produção com meios tecnológicos e produtivos que possam minimizar os impactos negativos no ambiente.

O poder político tem também um papel fundamental neste fenómeno pois deve distribuir a(s) riqueza(s) de forma mais equitativa, pois se por um lado temos um défice ético moral derivado do hiperconsumismo, por outro temos a insensatez da miséria da fome e da constante violação dos direitos humanos.

É neste contexto que as organizações e as empresas precisam de implementar uma cultura ética responsável, precisamente porque são responsáveis pela abundância produtiva que caracteriza o mercado capitalista no quadro atual. A adoção de uma maior consciência ambiental na sua responsabilidade social empresarial, além de deter um carácter voluntário, pode ser uma marca de imagem diferenciadora na conquista de novos mercados.

Com tantas marcas e oferta de produtos e serviços dos mais variados setores em constante disputa numa “guerra concorrencial”, são também os grandes grupos económicos a quem cabe a respon-

sabilidade social de mudar comportamentos de modo a tornar os seus produtos mais sustentáveis.

As organizações, em particular as que têm impacto ambiental, precisam assumir uma maior responsabilidade social face às novas e emergentes realidades à escala planetária. Se assim for, a aposta numa maior segurança na produção e melhor gestão nos recursos, pode elevar a uma imagem positiva na competitividade e credibilidade e consequente posição nos mercados.

Por outro lado, o Estado deve ter um papel regulador nas novas práticas de consumo que aparecem, quase sempre, ligadas a novas temporalidades e espacialidades. As temporalidades foram durante muito tempo marcadas pelas sociedades arcaicas por um tempo policrónico² em que cada coisa ou tarefa tinha o seu tempo e lugar específico, em que se podia encontrar em expressões correntes como “tudo tem o seu tempo”. Na opinião de Santos (2013)

o tempo vai-se alterando e esse entendimento vai ser fundamental nas nossas decisões. O tempo sem pressão, do princípio séc. XX é substituído, no final do século XX, pela sua violentação, devido à imposição da velocidade nos procedimentos quotidianos, de trabalho e de consumo (p. 6).

Hoje nas sociedades hipermodernas emerge o tempo monocrónico (Hall, 1984), marcado por um tempo rigoroso, mecanizado, onde se vive com o sentimento de que o tempo falta, ou não há tempo para nada. O tempo é apressado, veloz, híper, emergindo a ideia de que ele foge.

As ruas da hipersociedade são “corredores” de multidões apressadas e de tráfego automóvel acelerado que quando contrariado por fluxos mais lentos cria sentimentos de *stress* e frustração. Como nos refere Santos (2013)

as organizações são afetadas pelo gigantismo, como acontece com as cidades (hipercidades), com as trocas comerciais (hipermercados), com a dominância política (hiperpotências), com a violência (hiperterrorismo), com os sistemas económicos (hipercapitalismo). Ainda o mesmo autor defende que a velocidade (domina os processos e o excesso passa a fazer parte do quotidiano, tornando os desvios às normas em formas de tolerância social (expressa em lazes radicais e alternativos). A cultura da urgência e da hiperfuncionalidade fomenta e

recria as situações de efemeridade e volatilidade, transformando o consumo numa busca incessante de novas ofertas de lazer (p. 14).

Nesta ótica emerge também outra ideia, a de não-lugar, cujos espaços hiperfuncionalizados e (des) caracterizados nos remetem para uma hiper-realidade ausente de signos referenciadores de identidade. O “não-lugar” é um espaço destituído de expressões simbólicas de identidade. Nunca na história da Humanidade os não-lugares ocuparam tanto espaço como agora ou raros são os espaços de encontro fixo onde se podem partilhar experiências desde o lazer, tertúlias ou o simples café com um toque de conversa. Inscreve-se assim, nesta noção de lugar “antropológico uma possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que aí se sustentam e da linguagem que o caracteriza” (Augé, 2016, p. 56).

Se o lugar antropológico é um tempo passado, então o não-lugar será um provável futuro. Resta saber de que forma os “não lugares” podem provocar uma perda de nós mesmos como grupo e sociedade, prevalecendo agora o individualismo. São estas mudanças da forma como se vive e sente o tempo que criam novas espacialidades, modificando, por isso, o espaço urbano.

Se o tempo existe assim é porque o medimos e por isso lhe damos uma existência objetiva. Contudo, esta existência obriga a processos profundos de reorganização das temporalidades e espacialidades da vida quotidiana em geral e nas práticas de consumo em particular.

Aliás, é neste tempo circular e veloz que se cria o desejo das “saídas”, o retorno e a volta, o *tour* do fenómeno *tourisme*, que também ele não escapou ao hiperconsumo. Podemos observar, nos lugares com riqueza cultural e patrimonial que os turistas consumem o lugar. Querem visitar o máximo de lugares, emergindo numa hiper-realidade, não param demoradamente para viver e sentir a realidade histórica a beleza arquitetónica e artística. O turista hipermoderno, não parece estar a gozar as suas férias, mas antes, mostra uma ansiedade para o consumo turístico. A escolha múltipla dos destinos e atrativos com realidades temporais e espaciais díspares, provoca no consumidor turístico dúvida na escolha e ansiedade na experiência, pois a oferta além de vasta é sedutora.

Frequentam-se e partilham-se espaços físicos, como salas de cinema, teatro, concertos, lugares

² Derivada da raiz etimológica Cronotopias - do grego *Krónos* (tempo) e *Tópos* (lugar).

turísticos, desportivos, centros comerciais e cafés, sem se ter qualquer interação real, transformando-os em lugares de passagem e controlo. Emergem, assim espaços sem laços, informais, sem nenhuma relação sólida.

É o consumo, e este é absoluto e exclusivamente individual, uma experiência que só pode ser “vívida” subjetivamente. Os lugares de consumo oferecem o que nenhuma outra “realidade real” externa pode dar, o equilíbrio quase perfeito entre liberdade e segurança.

A noção de espaço como um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental é por vezes difícil de distinguir na prática, pois para o olhar menos atento, pode ser frequentemente considerado como uma mesma realidade.

3. A Cultura da Oferta

A partir da segunda metade do séc. XX, a sociedade caracterizava-se na medida da liberdade de escolha individual sendo por isso, destinada às exigências dessa liberdade. Garantia assim que a escolha continuasse a ser “inevitável”, isto é, uma necessidade de vida e/ou um dever.

Atualmente, existe a cultura da oferta não de normas. Ela vive como realçou Bauman (2010, p. 33) “de sedução não de regulamentação, de relações públicas não de controle policial, da criação de novas necessidades, desejos e exigências não de coerção”.

É neste cenário que se percebe que os padrões pouco rígidos com a falta de critérios que visam satisfazer gostos sem privilegiar nenhum deles, promove a inconsistência e a flexibilidade e exalta a instabilidade.

É assim que se constroem e consubstanciam novos arquétipos que atuam em diferentes escalas e “alteram” valores e comportamentos que durante muito tempo foram considerados universais.

Em rutura frontal com a ideologia das civilizações precedentes, organizadas de maneira holista e com fundamento sagrado, o individualismo é um sistema de valores que instala o indivíduo livre e igual como valor central da nossa cultura, como fundamento da ordem social e político (Lipovetsky & Serroy, 2014, pp. 58-59).

Estes arquétipos designam um estado de completo despreendimento não só material, mas

também afetivo. Um modelo da indiferença que caracteriza o mundo contemporâneo e que atribui a primazia a uma felicidade do frívolo. O arquétipo do frívolo pode assim ser visto no consumismo contemporâneo como figura deste paradigma que molda a sociedade atual.

“O arquétipo da frivolidade (...) concretiza-se na ordem da moda, no gosto pela *toilette*, pelos seus artifícios e por todos os seus “pequenos nada” que constituem o encanto das aparências” (Lipovetsky, 2016, pp. 21-22).

O capitalismo de consumo é um tipo de economia que funciona sistematicamente segundo uma lógica, ele é um dos principais agentes do reforço da ordem comercial que conseguiu incorporar em grande escala as esferas do fútil e na velocidade da mudança e sedução das novas tendências da moda.

“Os objetos e a publicidade, a alimentação e os lazeres, a música e os desportos, os *media* e os centros comerciais, já nenhum destes universos é exterior às operações da moda” (Lipovetsky, 2016, pp. 39-40).

Com isso, vem a contínua produção de novas ofertas de bens para manter a velocidade da sua circulação (escoamento) e manter viva a “chama” do desejo de os substituir, por outros.

A produção contínua de novas ofertas e o volume sempre ascendente de bens oferecidos também são necessários para manter a velocidade da circulação e reacender o desejo de substituí-los por outros, novos e melhorados. Mas também são necessários para evitar que a insatisfação dos consumidores com um produto em particular se condense num desapego geral em relação ao próprio estilo de vida consumista (Bauman, 2010, pp. 35-36).

O consumismo de hoje já não consiste em acumular objetos, na visão de Max Weber (2018), mas no prazer em comprá-los e descartá-los com facilidade e isso também se reflete na “crise” de valores e identidade. A cultura do hiperconsumismo é dotada de individualismo, pois hoje a oferta é criada para satisfazer as necessidades individuais. O consumo é um reflexo do individualismo. É nesta subjetividade do valor que damos aos objetos que Braudillard (2008, pp. 88-89) refere que “um objeto tem um valor simbólico, para além do valor de uso e do valor de troca. A realidade virtual em que vivemos, a hiper-realidade, estruturada pela informação e pela tecnologia, é sustentada pela amálgama de elementos antes diferenciados, como a produção

e o consumo e que pela dispersão do sistema de valores fundados na ilusão de que a economia e a sociedade têm um sentido determinado ou de que, até mesmo, têm algum sentido”. O autor vai mais longe quando diz que “o objeto perdeu o seu valor de uso e o seu valor de troca para ressurgir como função, como valor de signo. O interesse não está nos objetos, mas no sistema de signos que os espelha”.

A atualidade é compreender a mensagem contida no sistema de signos de Braudillard, na medida em que servem a economia, pois não partem da produtividade, mas no consumo. O consumo muda os signos deixando de haver racionalidade da produção para ser a racionalidade do consumo.

4. Notas Finais

A sociedade de consumo tem como principal estímulo o ato de consumir e na satisfação antecipada de desejos que caracterizam o consumidor atual não só hedonista, mas também narcisista.

O consumo e o ato de consumir são essenciais para a condição digna do ser humano e para a sua necessidade de sobrevivência. Mas a configuração que tem vindo a adquirir nas suas diversas formas de hiperconsumismo leva a centralizar a satisfação nos desejos no ato e na aquisição de bens que são “dados” pela lei da oferta e estratégias de marketing cada vez mais “agressivas”, num mercado concorrencial muito competitivo.

É este (a)cúmulo (des)necessário de produtos e serviços que emerge das sociedades hipermodernas, onde a ética e a economia continuam “separadas” ajudando os mercados a implementarem cada vez mais estratégias de marketing que cumprem o objetivo de atrair e fidelizar o consumidor.

A estratégia empresarial recorre aos estudos de mercado para determinar os modismos, tendências e megatendências no cumprimento desse(s) objetivo(s). Levanta também o problema da sustentabilidade, pois como se viu, privilegiar apenas o preço e não a especificidade do(s) produto(s) perante a diversidade não é sustentável a médio ou longo prazo. É por isso, imperativo que as empresas adotem urgentemente uma nova atitude de responsabilidade social e ambiental.

No hiperindividualismo há modelos e padrões que se repetem, o da satisfação e do consumo. Estes arquétipos têm frequentemente acompanhado a

globalização por processos de difusão espacial e social que expandindo-se, criam novos arquétipos no consumo à escala global.

Paralelamente, emergem fenómenos pontuais de resistência de corrente *new wave*, que se assumem como padrões que se repetem em rede. É na literatura, no cinema ou na música que se refletem estes novos arquétipos do hiperconsumismo, onde se podem encontrar títulos com uma imagem de marca que reflete o *cool down*.

Destaca-se ainda a importância da duração do tempo, as cronotopias que nos permitem ver, ou não, as pluralidades das diferentes temporalidades do que consumimos (nas suas múltiplas formas) e a percepção da hiper-realidade que se obtém do seu ato. Afinal qual é a realidade que vivemos? É possível senti-la plenamente de modo acelerado? Podemos desfrutá-la pensando noutra quando ainda aquela não cessou? É certo que não se esgotam aqui as questões que foram levantadas, pois ficam ainda em aberto, podendo vir a ser motivos de reflexão em futuros trabalhos.

Bibliografia

- Augé, M. (2016). *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade* (2ª ed.). Lisboa: Letra Livre.
- Bauman, Z. (2010). *Vida a Crédito*. RJ: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Bauman, Z. (2012). *Capitalismo Parasitário*. RJ: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Braudillard, J. (2008). *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Galbraith, J. (2017). *The Culture of Contentment* (Reprint edition August 29, 2017). Princeton: Princeton University Press.
- Jung, C. G. (2000). *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo* (M. L. Appy & D. M. R. Ferreira da Silva, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lipovetsky, G. (2014). *A Cultura-Mundo: resposta a uma sociedade desorientada* (V. Silva, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Lipovetsky, G. (2016). *Da Leveza: para uma civilização do ligeiro*. Lisboa: Edições 70.
- Santos, N. (2013). *Do Viver para Trabalhar ao Trabalhar para Viver: uma apologia à sociedade do lazer. Atas do 1º Encontro Regional de técnicos de Turismo*. Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova.

Sebastião, L., & Marques, I. P. P. (2016). *Consumo Consciente nas Organizações: diretrizes para busca de resultados sustentáveis*. XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão & III Inovarse - Responsabilidade Social Aplicada, Rio de Janeiro.

Veblen, T. (2007). *The Theory of the Leisure Class*. Oxford: Oxford University Press.

Weber, M. (2018). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (11ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

**NOTAS
NOTÍCIAS
RECENSÕES**

Página deixada propositalmente em branco

Eduardo Lourenço e a sua heterodoxa (des)Geo(a)grafia

Rui Jacinto

Universidade de Coimbra - Centro de Estudos de Geografia e de Ordenamento do Território (CEGOT)
rjacintomm@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1405-3042>

“[o vento] Vinha por sobre a aberta fronteira para me dar uma pátria num tempo e num espaço que jamais serão os meus” (Eduardo Lourenço, 2015 [1958]: 67).

1. “*Tu me deste uma sabedora desgeografia*”: Eduardo Lourenço e a demanda duma heterodoxa geofricidade

Mia Couto, que foi Prémio Eduardo Lourenço em 2011, fez circular um poema nas redes sociais (19-12-2013), em jeito de carta de homenagem a Manoel de Barros (1916-2014), quando o poeta de Cuiabá já se encontrava bastante doente, que incluía o seguinte verso: “*Tu me deste uma sabedora desgeografia*”. Conhecido como criador de palavras, o escritor moçambicano viria a publicar o referido poema (Manoel de Barros), um ano mais tarde, em *Vagas e lumes* (2014: 52)¹, com uma subtil nuance: “*Tu me deste uma sabedora geo-agrafia*”. A Geografia surge, aqui, como uma palavra atravessada no meio do caminho por dificultar o tráfego (poético) entre autores cuja distância está apenas em terem as suas raízes em dois continentes diferentes.

Na perspetiva de Mia Couto, a palavra Geografia *desconsegue* traduzir cabalmente o espaço e o tempo de imaginários poéticos unidos, cuja intimidade cúmplice não admite separações impostas por latitudes ou longitudes. O escritor moçambicano foi, por esta razão, em demanda de uma *Outra Geografia*, mais abrangente, que desse expressão a uma afinidade assente na união de facto entre a poesia da sua savana e a que mergulha no ambiente mais profundo do pantanal sertanejo mato-grossense. Por transcenderem o perímetro normalmente atribuído à Geografia convencional, tais sentimentos levaram-no a conceber essa *(des)geo(a)grafia* que, desrespeitando convenções e crenças aceites, acaba por

se desviar dos padrões instituídos e das posições oficiais.

A dificuldade em encontrar o lugar certo e a posição exata para colocar prefixo (*des*; *a*), no início ou no meio da palavra, mostra como tal postura, cara aos heterodoxos, não é isenta de contradições. Competirá aos filólogos decifrar o enredo entre os prefixos e as palavras, embora, fazendo fé nos dicionários, o *des* de *Desgeografia*, pode indicar negação, separação ou cessação, exprimir reforço, associando-se, muitas vezes, a um valor negativo quando associado a adjetivos ou um valor de oposição se ligado a verbos. *Geo-agrafia*, que motivou a mudança de prefixo e a inclusão dum hífen, explica-se porque o *a* é “um elemento protético que não acrescenta significado ou que exprime simples reforço, noções de adjunção, aproximação, passagem a um estado, mudança”, ou exprimir as noções de afastamento, privação, negação se a origem do prefixo for do grego (*a-* ou *an-*).

Mia Couto sentiu necessidade de definir os contornos destas novas palavras, ainda sem redação precisa nem entrada nos dicionários, tentando dar-lhes um significado cujo conteúdo só podia ser, compreensivelmente, poético: “*Dizem que entre nós/ há oceanos e terras com peso de distância./ Talvez. Quem sabe de certezas não é o poeta./ O mundo que é nosso/ é sempre tão pequeno e tão infindo/ que só cabe em olhar de menino./ Contra essa distância/ tu me deste uma sabedora geo-agrafia*”. Tão sabedoras *(des)geo(a)grafias* são caras aos poetas e aos filósofos por abarcarem dimensões intangíveis e latitudes que a Geografia não comporta, mostrando, por isso, eficácia para superar distâncias e incertezas. Essas novas palavras facilitam a aproximação ao outro, a captação do espírito do lugar e a possibilidade de superar o peso da distância ditada pela lonjura das terras e a profundidade dos oceanos.

A tentativa de encontrar uma réstia de geofricidade entre os meandros da vida e os labirintos da obra de Eduardo Lourenço coloca-nos perante a mesma perplexidade e a absoluta necessidade dum novo léxico e outras gramáticas para nos movimen-

¹ A história do poema, que teve como título inicial “Um abraço para Manoel”, está contada na Revista Pazes (<https://www.revistapazes.com/o-poema-que-mia-couto-escreveu-para-manoel-de-barros/>).

tarmos numa teia tão densa e complexa. Decifrar o pensamento dendrítico de Lourenço carece de palavras justas e adequadas, coordenadas que permitam esboçar a cartografia dum legado que a cada momento nos remete para uma Outra Geografia. A dificuldade em encontrar azimutes e pontos de referência para descodificar a improvável geografia que se esconde numa obra intemporal e sem fronteiras é agravada pelo parco conhecimento da vasta obra de Eduardo Lourenço que duas décadas de gratificante convívio não conseguiram temperar.

O desafio empolgante que sempre representa a viagem pelo vasto universo do pensamento de Eduardo Lourenço não apaga a pretensa estultícia de correr atrás duma eventual geografia, mesmo heterodoxa, que possa existir perdida no verdadeiro atlas das suas ideias. Como aconteceu com Mia Couto, a propósito da obra de Manoel de Barros, acabaremos por concluir: “*E assim, / sem lonjura, / na mesma água / riscaremos a palavra / que incendeia a nuvem.*” Talvez aí se consiga esboçar o mapa, mesmo que incipiente, do pensamento de Eduardo Lourenço.

“*As fronteiras chamadas naturais pertencem mais à geografia que à história. Nelas não se joga o destino, individual ou colectivo, sob imperativo ético. Como dizia Hegel, uma montanha é só o que é. Não deixa passar ou só o consente através do esforço incomum. Só porque eles eram Aníbal e Napoleão, a travessia dos Alpes foi história e não mera geografia. Uma fronteira é um paradoxo incarnado: “natural” deixa de significar, simbólica nem precisa de se materializar*” (Eduardo Lourenço, 2004).

2. 2. Eduardo Lourenço e a Geografia: uma discreta e improvável relação

Os sinais da relação de Eduardo Lourenço com a Geografia são tão discretos como escassos são os contactos que manteve com os geógrafos. As referências diretas e explícitas à Geografia são esporádicas e pouco frequentes na sua obra. No decurso duma trajetória de quase um século é possível detetar alguns contactos com um ou outro geógrafo, aproximações que se apresentam com a identificação dos momentos e dos contextos em que ocorreram.

- i. *Frequência da disciplina de Geografia Humana.*
A disciplina de *Geografia Humana* integrava o programa da Licenciatura em Ciências Histó-

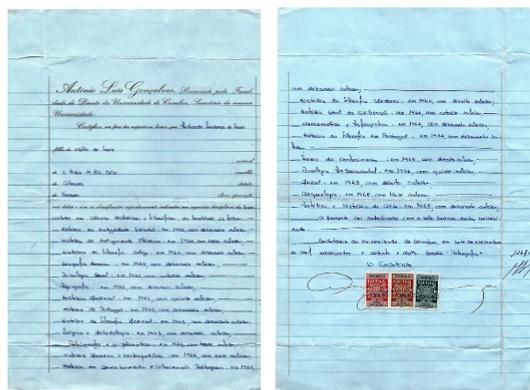


Figura 1
Cadeiras da Licenciatura de Eduardo Lourenço em Ciências Históricas e Filosóficas. Registro onde se assinala a frequência de Geografia Humana

Fonte: <http://www.eduardolourenco.com>

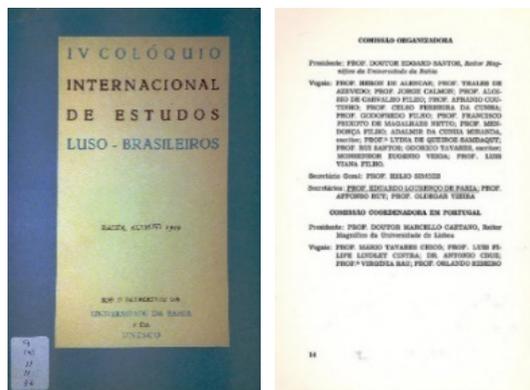


Figura 2
Livro de Atas (Capa e Comissão Organizadora) do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Salvador, Bahia, 1959).

Fonte: <http://www.eduardolourenco.com>.

co e Filosóficas, feita por Eduardo Lourenço, na Universidade de Coimbra, entre 1941 e 1946. A cadeira, ministrada por Aristides de Amorim Girão, foi concluída em 1942 com a classificação de dezasseis valores (Figura 1).

- ii. *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros* (1959, Salvador da Bahia). Alfredo Fernandes Martins (1916-1982) e Eduardo Lourenço (1923-2020) contemporâneos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde entraram como assistentes, respetivamente, em 1942 e 1943, participaram no Colóquio realizado em Salvador. Embora tenham frequentado as mesmas tertúlias que animavam, nessa época, o meio intelectual de Coimbra e partilhassem os mesmos ideais de liberdade, eram personalidades cujos



Figura 3

Alguns dos geógrafos participantes no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. *Esquerda:* Milton Santos, Agostinho da Silva, António Tenreiro e Jean Tricart. *Direita:* Alfredo Fernandes Martins com colegas brasileiras participantes no evento

Fonte: Arquivo pessoal da Professora Maria Auxiliadora da Silva (UFBA).

imaginários e modos de estar vida eram bem distintos. Alguma cumplicidade e amigos em comum podia fazer antever a aproximação de ambos ao núcleo duro do neorealismo, grupo relativamente hegemónico na época, que gravitou em torno da casa de João José Cochofel, hoje Casa da Escrita. Apesar da amizade com membros desse grupo, tanto Alfredo Fernandes Martins como Eduardo Lourenço, pelo espírito irreverente, libertário e heterodoxo dificilmente aceitariam ou se enquadrariam numa organização dominada por um pensamento único. Ambos acabariam por participar no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em 1959 em Salvador da Bahia², evento importante nos respetivos percursos (Figuras 2 e 3). Eduardo Lourenço tinha ido ensinar filosofia para a Bahia no ano anterior acabando por ser designado um dos Secretários do referido Colóquio. O encontro de geógrafos realizado neste âmbito, enquadrado na secção I do Colóquio, O Homem e o Meio, foi um marco importante nas relações das Geografias de Portugal e do Brasil, paralelo ao que representaram os Congressos da UGI que tiveram lugar em Lisboa (1948) e no Rio de Janeiro (1956). Embora sem muitas consequências práticas, a iniciativa teve significado para as Geografias

dos dois países se levarmos em consideração os geógrafos que marcaram presença em Salvador. Além dos geógrafos brasileiros, capitaneados pelo anfitrião Milton Santos, estiveram presentes duas delegações com forte representação: a portuguesa, que incluía Alfredo Fernandes Martins, António Tenreiro e Raquel Soeiro de Brito, e a francesa, de alto nível, onde pontificavam nomes como Pierre George, Jean Tricart, Michel Rochefort, Pierre Deffontaines, etc.. A participação dos geógrafos franceses reforçou o prestígio do evento que ditaria a ascensão de Milton Santos, tanto no plano interno como no firmamento internacional.

iii. *Fernando Rebelo apadrinha a proposta de Eduardo Lourenço de criar um Instituto da Civilização Ibérica.* A ideia seminal do Professor Eduardo Lourenço de criar um Instituto da Civilização Ibérica, lançada num célebre discurso que proferiu na Guarda (Oito séculos de altiva solidão), em 27 de novembro de 1999, por altura das Comemorações do Oitavo Centenário da Cidade da Guarda, seria acolhido pelo então Reitor da Universidade de Coimbra, Fernando Rebelo. Esta ideia, que acabaria por estar na génese do Centro de Estudos Ibéricos (CEI), viria à luz do dia, um ano mais tarde, em 27.11.2000, com a assinatura do protocolo fundador do CEI, entre os Reitores das Universidades de Coimbra (Fernando Rebelo), de Universidade de Salamanca (Ignacio Berdugo

² A escolha da Bahia para a realização do Colóquio não foi obra do acaso: em 15 de Maio de 1957, o então Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o professor e médico Edgar Santos, político influente que chegou a ser Ministro do Brasil, havia sido agraciado com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra.

Gómez de la Torre) e a Presidente da Câmara Municipal da Guarda (Maria do Carmo Borges; Figuras 4 e 5). A relação umbilical de Eduardo Lourenço e da Geografia com o CEI prolongou-se com a nomeação pelos Reitores das duas Universidades para a Comissão Executiva do Centro de Valentin Cabero Dieguez e de Rui Jacinto. A história do CEI, embora curta, leva vinte anos de atividade, profícua e perseverante, pautada por uma missão que, inspirada no seu mentor, é pautada pelo Conhecimento, Cultura e Cooperação (Rui Jacinto (2020).

iv. *(Re)Encontro em tempos de (Des)Encontros*. Eduardo Lourenço proferiu a Conferência de Abertura do Seminário com este título, organizado pelo Departamento de Geografia e Turismo e pelo CEI, que decorreu na Faculdade de Letras, em 2015, momento em que se prestou homenagem a Maria Luísa Ferro Ribeiro, primeira geógrafa de Cabo Verde, licenciada em 1961 pela Universidade de Coimbra (Figura 6). Na sua intervenção, Eduardo Lourenço dissertou sobre “todos os países que falam ou que admitiram que a sua própria língua, o português como língua oficial. Vejo agora que essa famosa designação, os famosos PALOP já não são PALOP são CPLP, gosto mais! O PALOP parece um monstro um pouco difícil até de ler. O PLP é melhor, mais racional, mais claro, penso que o nosso relacionamento a vários níveis com os ex-PALOP e os PLP vai ser mais natural. Penso que vamos viver, no futuro, com mais naturalidade, com uma familiaridade maior, relações com as antigas colónias do que vivemos, não só com os outros que não falam a nossa língua, mas também com os outros, com o próprio Brasil que foi a coroa da glória da nossa presença no mundo, enquanto descobridores, para não dizer colonizadores. A palavra custa muito a empregar em relação ao Brasil, gosto mesmo que os brasileiros me expliquem que espécie de colonização foi a nossa, para me dizerem quem são e quem é que nós somos. Isto são reflexões de alguém que não tem nenhuma qualidade historiográfica para se pronunciar” (Eduardo Lourenço, 2015: 178).

v. *Roteiro Eduardo Lourenço: andanças e reflexões transfronteiriças*. Apesar das escassas



Figura 4

Lançamento da primeira pedra da reabilitação da Sede do CEI (Quinta do Alarcão), em 27.11.2000. Neste dia foi assinada a parceria que instituiu o CEI entre Maria do Carmo Borges (Presidente da Câmara Municipal da Guarda), Fernando Rebelo (Reitor da Universidade de Coimbra) e Ignacio Berdugo Gómez de la Torre (Reitor da Universidade de Salamanca), sob o patrocínio de Jorge Sampaio (Presidente da República Portuguesa).



Figura 5

Fernando Rebelo, em segundo plano, na celebração do 85º Aniversário de Eduardo Lourenço (CEI, Guarda; 23.05.2008)

referências à Geografia e de poucas evidências espaciais existentes no legado de Eduardo Lourenço, a sua Geografia vivida não deixa de nos remeter para lugares cujo espírito nos ajudam a recontextualizar algumas facetas duma obra instigante. Conjugando este objetivo com o interesse de ler e interpretar os territórios onde se integram, desenvolveu-se um projeto que levou a percorrer os lugares que marcam o percurso do autor desde a terra onde nasceu até Coimbra, itinerário que, por naturais afinidades académicas, se estendeu a Salamanca. O *Roteiro Eduardo Lourenço*, que estruturou o Trabalho de Campo realizado durante o Curso de Verão de 2018, entre aquelas cidades universitárias (Figura 7), proporcionou um livro, que lhe serviu de guia, lançado na Casa da Escrita (Rui Jacinto e Valentin Cabero Dieguez, 2018). As andanças



Figura 6
(Re)Encontro em tempos de (Des)Encontros. Intervenção de Eduardo Lourenço no Seminário organizado pelo Departamento de Geografia e Turismo e pelo CEI (2015).

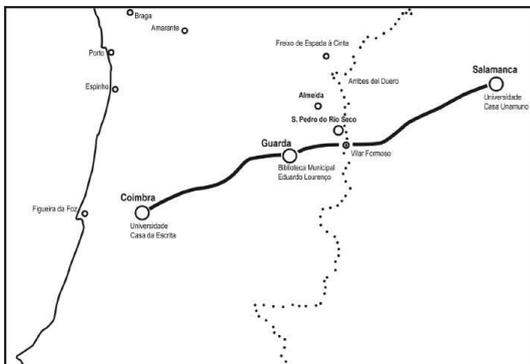


Figura 7
Roteiro Eduardo Lourenço: Coimbra - Guarda - S. Pedro do Rio Seco - Salamanca. Trabalho de Campo do Curso de Verão (2018), organizado pelo CEI e pelos Departamentos de Geografia das Universidades de Coimbra e de Salamanca.

de Eduardo Lourenço, compiladas neste roteiro, replica o secular eixo estratégico de cooperação científica e cultural entre as duas Univer(c)idades. A leitura da obra de Eduardo Lourenço, a partir de alguns fragmentos que remetem para alguns lugares emblemáticos, não só definem o percurso como ajudam a interpretar o território onde se integram. Contribui-se ainda, com esta iniciativa, para aprofundar o diálogo transfronteiriço que as cidades de Coimbra, Guarda e Salamanca, como as áreas adjacentes à fronteira, nunca deixaram de partilhar.

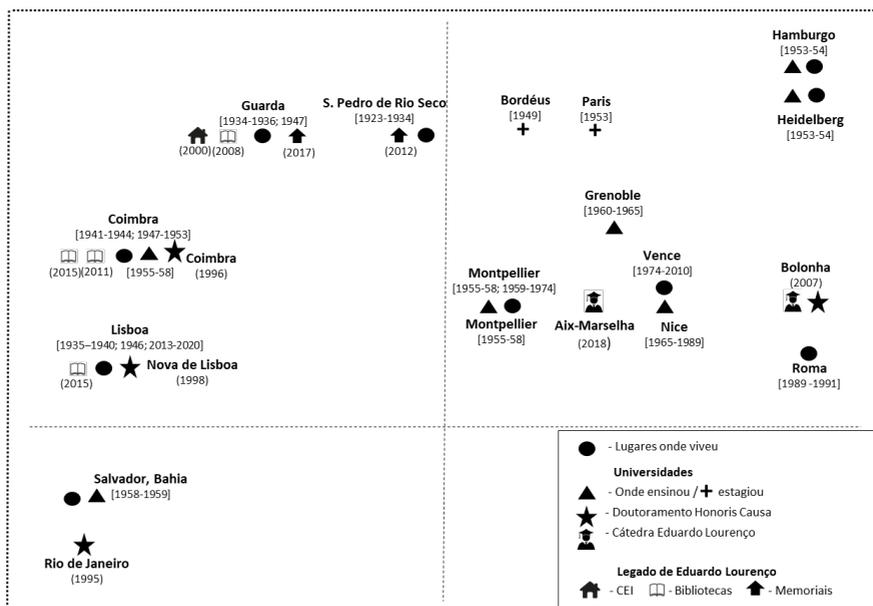
“o destino desta velha terra [Guarda], consagrada à defesa e vigilância de um pequeno reino, que não sabia ainda que seria grande e disperso como um arquipélago, não era o da viagem, mas o da vigília, do ensimesmamento e, em todos os sentidos do termo, da solidão. Da grande solidão das Beiras falou o etnólogo e antropólogo Jorge Dias. Falemos nós da sua efectiva interioridade, mais filha da história do que da geografia, não para assinalar uma

condição de isolamento, difícil de viver e aceitar, mais a mais num espaço tão pequeno como o nosso, em que tudo está próximo de tudo, mas para a pensar” (Oito séculos de alta solidão (Eduardo Lourenço, 1999).

3. Desgeo(a)grafia ou um Mapa à procura das legendas: breve roteiro da Geografia vivida por Eduardo Lourenço

A obra de Eduardo Lourenço tem poucas referências diretamente georreferenciáveis, embora a sua Geografia vivida remeta para vários lugares que habitou ou que ficaram indelevelmente ligados ao seu percurso académico. Esta cartografia, que começa na remota aldeia fronteiriça de S. Pedro de Rio Seco, onde nasceu em 1923, fica concluída, em 2020, no mesmo lugar, onde retorna para um “regresso sem fim”, após uma última estadia de alguns anos em Lisboa. A diáspora de Eduardo Lourenço foi vivida entre exílios efetivos e imaginados, uma desterritorialização que, oscilando entre realidade e ficção, potenciou a tensão entre a ausência dum observador sempre presente e a presença constante dum ausente temporário. Esta intermitência não foi suficiente para o desvincular de pensar o país, como atestam as referências abundantes que se encontram em algumas das suas obras, sobretudo a Portugal, a outros países da lusofonia e da Europa. A toponímia a que recorreu para ilustrar certas ideias acabam por definir a Geografia que está implícita ao seu pensamento, mapa mental cujos territórios estão no centro das suas reflexões. É um tema a que, oportunamente, vamos regressar.

As várias etapas do longo itinerário pessoal, aquém e além-fronteiras, levaram Eduardo Lourenço a deambular por um rosário de lugares que não têm tradução direta numa obra pouco aderente a lugares e quase omissa a territórios específicos. A não inscrição de referências locativas não significa que tenha passado em vão pelos lugares, ou que estes não o tenham tocado, pois não deixaram de lhe influenciar o olhar ou sugerir a reflexão de certos temas específicos. Por exemplo, a discreta e rápida passagem de Eduardo Lourenço por Salvador (1959), de apenas um ano, permitiu que ganhasse distância para, a partir de fora, alargar horizontes e encetar um novo olhar, se não a partir do olhar do outro, pelo menos para abordar a leitura do país a partir duma perspetiva



diferente. A multiterritorialidade inerente à viagem e estas vivências suscitaram reflexões sobre temas para os quais não estaria desperto. A sua passagem pela Bahia, como acabou por reconhecer, abriu novas pistas para pensar Portugal, o Brasil e, também, o colonialismo. Foi esta estadia no Brasil que levou Lourenço a escrever o contundente ensaio “*A propósito de Freyre (Gilberto)*” (1961), rebatendo as suas teses luso-tropicalistas e a encetar reflexões que estiveram nos antecedentes de *O Labirinto* (1978): “em última análise, portanto, todo o *arrière plan* do *Labirinto da Saudade* tem a ver com a minha estadia na Bahia”³.

Importa lembrar, a este propósito, um certo paralelismo com o livro mais longo de Fernando Namora, *Diálogo em Setembro* (1966), escrito na sequência dum viagem deste escritor à Suíça, objeto

duma longa recensão que Eduardo Lourenço publicaria no *Comércio do Porto*, em 1968, a que deu o título de “*Psicanálise de Portugal. À margem de diálogo em Setembro*”. Lourenço não deixa de se rever nesta obra de Namora ao ponto de, curiosamente, ou talvez não, encontramos aqui a palavra que irá escolher para subtítulo do seu livro mais emblemático: *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. O texto com este subtítulo, repescado do ensaio suscitado pelo livro onde Namora lança um olhar acutilante sobre Portugal, de fora para dentro, irá culminar *O labirinto*, ensaio colocado como último capítulo dum obra que termina, aliás, com a seguinte frase escrita a propósito de *Diálogo em Setembro*, mas igualmente aplicável ao *Labirinto* de Lourenço: [Fernando Namora] “oferece-nos um espelho incomum para nos vermos. Debrucemo-nos nele”.

O roteiro deste português errante tem por coordenadas os lugares dum mapa cuja Geografia se dispersa por Portugal, Brasil e alguns países da Europa (Figura 8). Adiantam-se as coordenadas estruturadas por lugares onde assentou arraiais, em algum momento por qualquer motivo, referências incontornáveis da Geografia vivida cujo mapa define o Roteiro de Eduardo Lourenço.

i. *Lugares onde viveu*. O périplo de Eduardo Lourenço segue uma espiral definida pelos lugares dum percurso estruturado por três

³ “A minha estadia no Brasil foi curta, apenas de um ano. Nós nunca sabemos muito sobre as experiências que vivemos, qual foi o seu real impacto, porque muitas vezes só mais tarde é que se toma conhecimento disso. (...) Curiosamente estamos nos anos 58-59 e esse é um momento em que no mundo, em todos os continentes, se verificava o fim das descolonizações. E evidentemente percebi que Portugal estava metido numa encruzilhada por estar à beira de um precipício num ponto de vista da perda dos interesses coloniais, uma vez que Angola e Moçambique caminhavam para uma emancipação inevitável. Mas em Portugal ninguém queria realmente saber disso. Foi aqui no Brasil que, paradoxalmente, comecei a interessar-me por este tema do império, da colonização, e no fundo foi aqui que nasceu a ideia de que não se podia ter uma leitura da história portuguesa, da cultura portuguesa, sem conhecer esta outra parte do que tinha sido o império português. Em última análise, portanto, todo o *arrière plan* do *Labirinto da Saudade* tem a ver com a minha estadia na Bahia” (Eduardo Lourenço, 2015 [2000]).



Figura 9
“O meu *Paris Texas* é São Pedro do Rio Seco”: Cruzeiro. S. Pedro de Rio Seco, 2018

Fonte: Arquivo pessoal da Professora Maria Auxiliadora da Silva (UFBA).



Figura 10
Largo Eduardo Lourenço: edifício da Escola Primária, hoje Junta de Freguesia, que frequentou. S. Pedro de Rio Seco, 2018.



Figura 11
Casa onde viveu Eduardo Lourenço (primeiro plano). Vence, 2007.
Fonte: Arquivo pessoal da Professora Maria Auxiliadora da Silva (UFBA).



Figura 12
Entorno paisagístico de Vence, 2007.

etapas fundamentais: origem, peregrinação, seguida dum inexorável regresso:

a. *Origem*: S. Pedro de Rio Seco [1923-1934] (Figuras 9 e 10).

b. *Peregrinação*, onde se observam duas variantes: (1) *Interior*: Guarda [1934 - 1936]; Lisboa [1935-1940; 1946]; Coimbra [1941-1944 e 1947-1953; estágios em Bordéus (1949) e Paris (1953)]; (2) *Exterior*: Hamburgo e Heidelberg [1953-54]; Montpellier [1955-58; 1959-1974]; Salvador, Bahia [1958-1959]; Vence [1974-2013] (Figuras 11, 12 e 13); Roma [1989 -1991].

c. *Regresso (Sem Fim)*: Vence - Lisboa - S. Pedro de Rio Seco [2013-2020].

*“Eu fiquei em S. Pedro. Os primeiros dez anos da minha vida foram passados nessa aldeia, muito representativa do nosso atraso. Não havia água nem electricidade [...] Sem mitificar a infância, o que, aliás, seria justo e natural, foi um tempo despreocupado, todo entregue à brincadeira, irresponsável. E depois veio a entrada na escola, onde fui um menino aplicado”*⁴

*“Na minha vida há poucas escolhas. Deixei-me escolher. Não tenho a pretensão de ter sido escolhido. Estou em Vence por força do acaso. Ao tempo era leitor de português, havia casado em França, a minha mulher já tinha o seu lugar e eu fui para o sítio onde me ofereceram a possibilidade de ganhar, modestamente, a minha vida”*⁵.

ii. *Universidades*. Eduardo Lourenço frequentou diversos centros de conhecimento desde que começou a estudar na Universidade de Coimbra e onde viria a ensinar alguns anos, intercalados com breves estágios nas Universidades de Bordéus e de Paris. Foi leitor e professor nas Universidades de Hamburgo e Heidelberg, Montpellier, Bahia, Grenoble e Nice, tendo receberia a distinção de Doutor Honoris Causa pelas Universidades do Rio de Janeiro (1995), de Coimbra (1996), Nova de Lisboa (1998) e de Bolonha (2007). Funcionam, atualmente, Cátedras Eduardo Lourenço na Universidade de Bolonha (desde 2007) e de Aix-Marselha (2018).

⁴ <http://www.eduardolourenco.com>, citando Luís Miguel Queirós (“Retrato de um pensador errante”, Público, 13/05/2007, p.42).

⁵ <http://www.eduardolourenco.com>, citando entrevista a Eduardo Lourenço por José Mário Silva (*Diário de Notícias*, 21/3/1998).



Figura 13
Esplendor dum caos organizado. Eduardo Lourenço na sua biblioteca (Vence, 2007).



Figura 14
Centro de Estudos Ibéricos, Guarda.



Figura 15
Rotas Ibéricas: andar, ver e conhecer. Trabalho de campo num dos Cursos de Verão.



Figura 16
Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço (BMEL, Guarda; Figura 16). Inaugurada em 27 de Novembro de 2008, no dia da cidade, com a presença do seu patrono, acolhe cerca de três mil livros doados pelo ensaísta. A lista completa encontra-se publicada em *Leituras de Eduardo Lourenço. Um labirinto de saudades, um legado com futuro*⁶.

iii. *Legado de Eduardo Lourenço: espólio repartido por Centros, Bibliotecas, Memoriais.* A conjugação de vários fatores pessoais leva Eduardo Lourenço a iniciar, depois de 2007, a preparação do regresso. Esta decisão, que começou com a mudança de casa e o processo difícil de desmontar a sua biblioteca (Figura 13), foi acompanhada da opção de repartir os livros e os manuscritos por diferentes lugares e instituições. Começou por doar parte significativa dos livros à Guarda, onde se havia iniciado a instalação do Centro de Estudos Ibéricos (CEI; Figuras 14 e 15), que acompanhou de perto, livros que ficaram em espaço próprio na nova Biblioteca Municipal, que se encontrava em construção e a que a Câmara Municipal decidiu atribuir o nome de Eduardo Lourenço (Figura 16).

Além da Guarda, onde se localizam estes dois equipamentos (Biblioteca e CEI), a memória de Eduardo Lourenço dispersa-se por outros lugares numa demonstração que o saber ocupa lugar: Coimbra, onde estão sediadas Biblioteca a que legou livros (Faculdade de Letras e Casa da Escrita; Figuras 17 e 18), e Lisboa (Biblioteca Nacional; Figura 19); neste itinerário há que referir dois Memoriais que foram erguidos, ainda em vida, em sua homenagem (S. Pedro do Rio Seco e Guarda; Figuras 20 e 21). Os

⁶ CEI (2008) - *Leituras de Eduardo Lourenço. Um labirinto de saudades, um legado com futuro*. Guarda, CEI. No dia da inauguração foi ainda editado: *Um (e)terno olhar. Eduardo Lourenço, Vergílio Ferreira e a Guarda*. Guarda, CEI.

lugares onde repousa fisicamente o legado de Eduardo Lourenço definem, simbolicamente, a sua mãe, a Geografia afetiva dos territórios mais íntimos a que quis ficar perenemente vinculado, roteiro que nos permite percorrer o tempo e o espaço do seu incessante labor criativo.

Centro de Estudos Ibéricos (CEI): Casa Comum do Conhecimento, da Cooperação e da Cultura. A outro propósito foi escrito que “naquele dia de Novembro, no Hotel Turismo da Guarda, que continua a resistir ao tempo mas, certamente, com dificuldades em compreender a incúria dos homens, o que foi um ocasional e gratificante encontro permanece no meu espírito com a magia do que pela primeira vez acontece. A Guarda celebrava com pompa e circunstância “oito séculos de ativa solidão”, o oitavo Centenário da concessão da carta de foral pelo povoador D. Sancho I. Ao pequeno-almoço, Eduardo Lourenço manifestava não ter sido capaz de concluir o discurso que, daí a momentos, em memória da sua cidade, ia proferir na sessão solene daquelas comemorações. Deixava transparecer leves sinais de irrequietude que atribui a um aparente nervosismo; reconhecimento, hoje, decorrer duma infinita curiosidade por tudo que o rodeia, que a calma só regressa quando as palavras fluem em demanda de novas ideias e realizáveis utopias. Na sua presença, ontem e sempre, a conversa irá girar em torno de temas vários, dos mais banais aos mais complexos, do que acontece no Mundo e na Europa, em Portugal e em Espanha, na Guarda ou em S. Pedro de Rio Seco; discorreu, então, sobre as figuras tutelares de Unamuno e Oliveira Martins, o interior e a fronteira, o passado, o presente, o futuro, revisitou Coimbra e a nossa Universidade, falou da necessidade duma cooperação que reactivasse o ancestral eixo cultural e científico que une Salamanca a Coimbra” (Jacinto, 2013).

O prolongado convívio que desde então fomos mantendo apenas veio aprofundar a convicção que não teríamos “um futuro se nós próprios não nos dermos esse futuro”, como Eduardo Lourenço oportunamente havia escrito. Será esta ideia que o terá levado a sugerir a criação de “um instituto” com as características que o CEI viria a assumir. Os ventos pareciam a correr de feição, não havia dúvidas que o rumo era certo nem engano que o caminho seria plano e sem rugosidades. Depositava-se crença cega na aceleração que tomava a construção europeia, não se questionava o alargamento a leste, acreditava-se num futuro auspicioso que reservava a impará-



Figura 17

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Coimbra, 2011). Doação de material bibliográfico, por altura das comemorações do centenário da FLUC, relacionado com Filosofia e História das Ideias e da Cultura.



Figura 18

Casa da Escrita (Coimbra, 2015). Foi criada a Sala Eduardo Lourenço destinada a albergar cerca de 3000 livros doados, entre ensaios e obras literárias.



Figura 19

Biblioteca Nacional (Lisboa; Janeiro 2015). O Espólio de Eduardo Lourenço (manuscritos, alguns inéditos e outra documentação) integra o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC) da Biblioteca Nacional de Portugal desde 2014.

vel globalização. Eduardo Lourenço, que continuava a pendular entre Vence e Portugal, acompanhava de perto a consolidação do CEI, a quem emprestou o seu prestígio e capital de conhecimento, participando em muitas atividades que iam sendo programadas. O desafio que havia lançado em 1999 para a criação na Guarda do Instituto da Civilização Ibérica⁷, estou em crer, foi um impulso íntimo, sentido e profundo, quem sabe um apelo subconsciente onde já pairaria a aspiração larvar de iniciar o retorno à sua mátria, esse regresso sem fim de que falaria mais tarde, antecipação do reencontro com as origens, o efetivo regresso a casa do filho pródigo.” (Jacinto, 2020).

As duas décadas que nos separam do ato fundador do CEI, realizado em 2000, foram pródigas em iniciativas inspiradas e, muitas delas, concretizadas com o envolvimento direto de Eduardo Lourenço. Este património perpetua a relação umbilical que manterá com um Centro cujas atividades (Figura 15) passam por apoiar a investigação, difundir conhecimento e promover eventos (colóquios, conferências, exposições, etc.), além das edições que promove⁸. De referir ainda duas iniciativas promovidas pelo CEI diretamente relacionadas como o seu mentor, patrono e Diretor Honorífico: (i) *Prémio Eduardo Lourenço*, criado em sua homenagem, em 2005, destinado a agraciar personalidades ou instituições com intervenção relevante no âmbito da cultura, da cidadania e da cooperação ibéricas; (ii) *Memorial Eduardo Lourenço*, núcleo criado no CEI, previsto para inaugurar no início das Comemorações dos 20 anos do CEI, em dezembro de 2020, onde será exposta parte do espólio doada, em 2019, que inclui medalhas,

⁷ “Eu penso que nesta cidade se podia imaginar qualquer coisa como um Instituto de Civilização Ibérica, onde os nossos laços comuns que só Oliveira Martins foi capaz de apreender fossem repensados para que nós soubéssemos efectivamente quem somos e onde estamos, não tão isolados como imaginamos, mas sempre sob o olhar do outro, para sabermos quem é o outro, com quem desejamos dialogar e, assim, nos defender de uma maneira diferente da que foi a nossa durante séculos”.

⁸ Além da Revista anual (Iberografias) e da *Coleção Iberografias* há a publicação regular de *Catálogos*, sobretudo os que decorrem do projeto Transversalidades - Fotografia sem Fronteiras (9 edições) e dos Encontros Imagem & Território. A Coleção Iberografias, que inclui 39 títulos publicados, iniciou-se com a publicação de Valentin Cabero (Iberismo e Cooperação: Passado e Futuro da Península Ibérica, Nº 1, 2003), inclui dois volumes com textos de Eduardo Lourenço: O outro lado da lua - Inéditos de Eduardo Lourenço (Nº 4, 2004) e Vida Partilhada - Eduardo Lourenço, o CEI e a Cooperação Cultural (Edição comemorativa dos 90 anos do autor) (Nº 21, 2013). Destacam-se entre os vários *Catálogos* publicados: Um país de longínquas fronteiras (1999); Identidades Fugitivas (2001); Fronteira, Emigração, Memória (2004); Tempos de Eduardo Lourenço - Fotobiografia (2003); Leituras de Eduardo Lourenço. Um labirinto de saudades, um legado com futuro (2008); Um (e)terno olhar. Eduardo Lourenço, Vergílio Ferreira e a Guarda (2008).



Figura 20
Memorial a Eduardo Lourenço, da autoria de Leonel Moura. S. Pedro de Rio Seco, inaugurado em 2012.



Figura 21
Memorial a Eduardo Lourenço, da autoria de Florencio Maillo. Guarda, Jardins da Quinta do Alarcão (Sede do CEI), inaugurado em 2017, no âmbito do SIAC.

condecorações e outros testemunhos de prémios com que foi galardoado⁹.

Referências bibliográficas

Lourenço, Eduardo (2004). Jogos de fronteira, jogos de memória. in Rui Jacinto; Virgílio Bento (Coord.) - Fronteira, Emigração Memória. Guarda, Centro de Estudos Ibéricos.

⁹ Lista completa do material doado publicada em: Eduardo Lourenço e o CEI: inventário de espólio doado. In Iberografias Nº 15, 2019, pp. 337-350.

- Lourenço, Eduardo (2015). (Re)encontro em tempo de (Des)encontros. *Iberografias*, Revista de Estudos Ibéricos, 11. Guarda, Centro de Estudos Ibéricos.
- Lourenço, Eduardo (2015). A Casa Perdida (páginas diarísticas), Bahia, 10 de setembro 58. In *Do Brasil: fascínio e miragem*. Lisboa, Gradiva.
- Lourenço, Eduardo (2015). A Miragem Brasileira [entrevista por Rui Moreira Leite]. In *Do Brasil: fascínio e miragem*. Lisboa, Gradiva.
- Lourenço, Eduardo (2013). Vida Partilhada. Eduardo Lourenço o CEI e a Cooperação Cultural. Coleção *Iberografias*, 21, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos-Âncora.
- Jacinto, Rui (2013). Pensar Nove Décadas de Amizade. In Tiago Pedroso de Lima - *Ler Eduardo Lourenço, Blog do Projecto Edição Obras Completas de Eduardo Lourenço*, Universidade de Évora.
- Jacinto, Rui & Dieguez, Valentin Cabero (2018). Andanças e reflexões transfronteiriças: Roteiro Miguel de Unamuno - Eduardo Lourenço. *Coleção Iberografias*, 34, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos-Âncora.
- Jacinto, Rui (2020). Tributo a Eduardo Lourenço nos vinte anos do Centro de Estudos Ibéricos. In *Iberografias*. Revista de Estudos Ibéricos, 16, 2020. CEI, Guarda.

Página deixada propositadamente em branco

ARTIGOS

Catarina Paiva e Norberto Santos..... 7
Destinos Turísticos, Crises e Catástrofes: Os Incêndios de outubro de 2017

Ana Sofia Ferreira Coimbra e Almeida, Alexandre Ornelas e António M. Rochette Cordeiro .. 27
Termografia passiva no diagnóstico de patologias e desempenho térmico em fachadas de edifícios através de câmara térmica instalada em drone. Abordagem preliminar em Coimbra (Portugal)

Joana Capela de Campos 43
Valores contemporâneos do património: A paisagem cultural das Terras do Barroso

Glória Gonçalves 59
Apólice de seguro contra cheias para a sustentabilidade dos investimentos

Angelo Cezar Pinho Tavares e Milene de Cássia Santos de Castro 71
A produção social do espaço público na cidade de Belém-PA: o caso do Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açáí

Bernardino José Bernardo e José Lourenço Neves 83
Sustentabilidade ambiental e práticas turísticas na Praia de Bilene - Uma leitura interpretativa das principais mudanças

Bernardino José Bernardo, Zacarias Ombe, Octávio Manuel de Jesus e David Benjamin Chichango 93
A Geodiversidade do Baixo Umbelúzi, usos e impactos sócio-ambientais: Caso do Bairro 7 de Setembro, Boane - Moçambique

Gisele Polanski França da Silva, Saulo Ribeiro dos Santos e Ivan Rêgo Aragão 103
Paisagem preservada: intervenções turísticas na Feira da Praia Grande em São Luís - Maranhão - Brasil

Paulo Fernando Pereira Fabião Simões 117
A sociedade do consumo como o novo arquétipo da economia do individualismo

NOTAS, NOTÍCIAS E RECENSÕES

Rui Jacinto 127
Eduardo Lourenço e a sua heterodoxa (des)Geo(a)grafia

1. Tipo de documentos

Na revista *Cadernos de Geografia* publicam-se artigos inéditos, notas, notícias e resenhas em português, inglês, francês ou espanhol.

2. Extensão

2.1. O artigo não deve exceder 50 000 caracteres com espaços, incluindo resumo e palavras-chave em dois idiomas, figuras, quadros e bibliografia.

2.2. A nota ou notícia não deve possuir mais de 10 000 caracteres com espaços.

2.3. A resenha não deve ultrapassar 30 000 caracteres com espaços.

3. Título

3.1. Deve ser conciso e exprimir o conteúdo do texto.

3.2. É apresentado em minúsculas, a negrito e alinhado à esquerda.

3.3. Deve apresentar-se no mesmo idioma do texto e ser traduzido para inglês.

4. Autores

4.1. O nome do(a) autor/a(es/as) é escrito em minúsculas, com as iniciais em maiúsculas, apresentando-se no parágrafo imediatamente a seguir ao título, alinhado à esquerda e a negrito.

4.2. No parágrafo a seguir ao nome do(a) autor/a(s) insere-se a afiliação institucional.

4.3. No parágrafo a seguir à afiliação institucional indica-se o endereço de correio eletrónico respetivo.

4.4. No parágrafo a seguir ao endereço de correio eletrónico de cada autor deve ser indicado o ORCID respetivo.

5. Resumos

5.1. São apresentados dois resumos, um no mesmo idioma do texto e outro em inglês.

5.2. O resumo deve ser conciso, exprimir o conteúdo do texto, contemplando os objetivos essenciais, a metodologia, os resultados e as conclusões alcançadas.

5.3. Não devem fazer-se constar nos resumos referências bibliográficas ou citações.

5.4. Cada resumo deve apresentar-se num único parágrafo e não deve exceder as 250 palavras.

6. Palavras-chave

6.1. São apresentadas no final de cada resumo.

6.2. Surgem em letra minúscula e separadas entre si por vírgula.

6.3. Devem ser no mínimo 3 e no máximo 5.

6.4. São apresentadas no mesmo idioma do texto e em inglês.

7. Formatação do texto e das secções

7.1. Os originais devem ser preparados em suporte digital, em versão recente do Word, tamanho A4 com margens superior, inferior e laterais a 2,54cm. Tipo de letra Times New Roman a 12 pt, alinhamento do texto justificado, com avanço de 1,27 cm na primeira linha de cada parágrafo. Espaçamento 1,5 entre linhas.

7.2. Os títulos devem estar alinhados à esquerda, a negrito, com letra de tamanho 16 pt. Os subtítulos, sem qualquer numeração, deverão ser formatados de acordo com os seguintes exemplos:

Nível 1 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 14 pt.

Nível 2 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 13 pt.

Nível 3 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 12,5 pt.

Nível 4 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 12 pt.

7.3. No decurso do texto a indicação bibliográfica de um/a autor/a deve ser apresentada do seguinte modo: o apelido, seguido do ano da referência entre parênteses. Ex.: Cunha (2015) ou (Cunha, 2015). Tratando-se de uma citação deve constar a indicação da(s) página(s). Ex.: Gomes (2014, p. 61) ou (Gomes, 2014, p. 64) ou (Gomes, 2014,

pp. 72-73). Havendo 2 autores usa-se “&” entre os apelidos quando referidos entre parênteses. Ex.: (Santos & Gonçalves, 2011) ou “e” quando referidos no texto Ex.: Santos e Gonçalves (2011); Tratando-se de 3 a 5 autores, na primeira citação no texto indica-se o apelido de todos os autores e o ano da referência Ex.: (Rodrigues, Silva, & Cunha, 2012) e nas citações seguintes utiliza-se o apelido do 1.º autor seguido de et al. e o ano da referência Ex.: (Rodrigues et al., 2012); Quando são 6 ou mais autores indica-se o apelido do 1.º autor, seguido de et al. e ano da referência Ex.: (Cunha et al., 2012). Se forem utilizadas várias referências do/a(s) mesmo/a(s) autor/a(s) com o mesmo ano de edição devem ser distinguidas pelas letras a, b, c, etc., imediatamente após o ano. Ex.: Silva (2014a) ou (Silva, 2014b). Quando são referidos vários trabalhos de diferentes autores citados dentro dos mesmos parênteses, ordenam-se por ordem alfabética separados por ponto e vírgula Ex.: Diversos estudos (Gomes, 2014; Rodrigues, Silva, & Cunha, 2012).

7.4. As transcrições no decurso do texto (se inferiores a 40 palavras) devem ser colocadas entre aspas, com indicação da(s) página(s). Se a citação tiver 40 ou mais palavras deve ser destacada, avanço (15mm), sem aspas, seguida de ponto final e colocando entre parênteses o apelido do autor, ano da publicação e página(s).

7.5. O texto deve seguir o acordo ortográfico de 1990 e apresentar uma linguagem inclusiva. Ex. Homem deve ser preferido a favor de ser humano.

7.6. As palavras num idioma diferente do que serve de base ao texto deverão ser formatadas em itálico. Todos os sublinhados deverão ser substituídos por itálico.

7.7. Se forem necessárias abreviaturas, acrónimos ou siglas, devem ser discriminados na primeira vez que são referidos, apresentando-se as iniciais imediatamente a seguir entre parênteses. Ex.: Instituto Nacional de Estatística (INE).

7.8. Nas referências numéricas deve ser utilizado o ponto como separador decimal.

8. Notas de pé de página

8.1. Devem ser as estritamente imprescindíveis, breves e limitar-se a abonar o texto, a introduzir um esclarecimento ou um ponto crítico.

8.2. As referências bibliográficas não devem aparecer em notas de rodapé.

8.3. As notas têm uma sequência numérica árabe, contínua, sem parênteses e apresentam-se no final da página.

9. Figuras

9.1. A figura designa uma ilustração que contempla mapas, gráficos, representações esquemáticas, desenhos, fotografias, fórmulas, entre outros.

9.2. As figuras têm uma sequência numérica árabe e contínua.

9.3. A designação da figura deve ser concisa, exprimir o conteúdo e utilizar maiúsculas apenas no início e nos nomes próprios.

9.4. Todas as figuras devem estar devidamente posicionadas e ser referidas no texto, usando a palavra Figura, mesmo quando inserida entre parênteses [Ex.: (Figura 1)].

9.5. As figuras são enviadas em ficheiro separado do texto, em modo CMYK, formato TIFF, com uma resolução de 300 dpi. Cada figura é identificada pelo apelido do primeiro autor, n.º da figura e extensão correspondente ao formato. Ex.: Silva_Fig_2.tiff

9.6. As fotografias devem ter uma dimensão de 16x23 cm.

9.7. As figuras devem ter qualidade e legibilidade suficientes para permitirem redução para a mancha da revista.

9.8. Os/as autores/as devem selecionar com parcimónia as ilustrações que consideram preferenciais para impressão a cores. Sempre que possível esta preferência será respeitada.

9.9. No caso das figuras a preto e branco, é aconselhado o uso de tramas que permitam uma leitura fácil, devendo evitar-se a multiplicação de escalas de cinzentos.

9.10. As legendas devem ser simples e claras.

9.11. No caso das figuras originais, expresso no parágrafo imediatamente a seguir ao título da figura, os autores devem indicar como autoria os seus nomes e deixar expressa a fonte dos dados utilizados. Adicionalmente, devem ainda enviar a “Declaração para cedência de imagens” autorizando a IUC a publicar as referidas figuras.

Todas as figuras que são de outras fontes, mesmo que tenham indicação dessa fonte, precisam de uma autorização expressa por parte dos detentores dos direitos autorais respetivos para serem publicadas na Revista Cadernos de Geografia. Para obviar este pedido de autorização, pode optar-se por procurar uma imagem de domínio público na base Wikimedia Commons ou noutra plataforma, sendo a indicação a constar na fonte: “Imagem de domínio público” - link web respetivo. Não sendo possível obter uma autorização da entidade detentora dos direitos da imagem nem a sua substituição por uma imagem de domínio público, deve optar-se por uma organização do texto sem o auxílio da imagem. O incumprimento desta indicação compromete a publicação do texto.

9.12. As equações e fórmulas devem ser convertidas para imagem e numeradas no seu canto inferior direito, numa sequência numérica árabe, contínua e entre parênteses.

10. Quadros

10.1. Todos os quadros devem estar devidamente posicionados e ser referidos no texto, usando a palavra Quadro, mesmo quando inserida entre parênteses [Ex.: (Quadro 1)].

10.2. Os quadros são identificados numa sequência numérica árabe, contínua, posicionada no seu topo.

10.3. O título deve surgir em itálico na linha abaixo da numeração do quadro, sem ponto final, ser conciso, exprimir o conteúdo e utilizar maiúsculas no início de cada palavra.

10.4. Devem evitar-se quadros muito extenso que não excedam uma página, devendo ser enviados em formato editável.

10.5. Os quadros devem ser simples, não incluindo frases longas, números muito extensos ou o uso de demasiadas casas decimais.

10.6. Caso o quadro não sejam original, a sua fonte deve ficar expressa no final do quadro, alinhada à esquerda.

11. Bibliografia

11.1. É inserida no final do texto, precedida pelo uso da palavra Bibliografia.

11.2. A norma APA (American Psychological Association) será considerada como guia para todo o tipo de referências bibliográficas não expressamente incluído neste ponto.

11.3. As referências bibliográficas devem ser sempre escritas em caracteres latinos (efetuar transliteração).

11.4. Devem incluir-se, exclusivamente, as referências citadas no texto.

11.5. Não é permitida a auto-citação em mais de 20%.

11.6. As referências bibliográficas são apresentadas por ordem alfabética.

11.7. No caso de existirem diversas referências do mesmo autor segue-se a ordem cronológica.

11.8. Se existir mais do que uma referência do mesmo ano e autor acrescentam-se à data as letras a, b, c, etc.

11.9. Na secção Bibliografia, as referências devem incluir o DOI (no final), sempre que exista, em formato URL. Ex.: <http://dx.doi.org/10.xxxx/xxxxxxx>

11.10. Livro impresso

Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: Subtítulo*. Local de edição: Editor.

11.11. Capítulo de livro impresso

Apelido, A. A., & Apelido, B. B. (ano). Título do capítulo/parte da obra. In C. C. Apelido & D. D. Apelido (Ed./Coord./Ed. Lit. ou Org.), *Título da obra: Subtítulo* (pp. xx-xx). Local de edição: Editor.

11.12. Artigo impresso em publicação periódica

Apelido, A. A. (ano). Título do artigo: Subtítulo do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), xx-xx.

11.13. Comunicação em atas de congresso impressas

Apelido, A. A., & Apelido, B. B. (ano). Título do texto. In *Título das atas*, Especificação do Congresso, cidade, mês e dias (pp. xx-xx).

11.14. Legislação ou normas

Portaria n.º xxxxx de dd de mm. *Diário da República n.º xxx/xx - X Série*. Ministério.

Norma (ano). *Identificação da norma por extenso*. Local de edição: Entidade.

11.15. Livro electrónico

Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: Subtítulo*. Acedido a dd de mm de aaaa, em doi: ou URL: .

11.16. Artigo em publicação periódica online com DOI (*Digital Object Identifier*)

Apelido, A. A. (ano). Título do artigo: Subtítulo do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), páginas. doi (<http://dx.doi.org/10.xxxx/xxxxxxx>)

11.17. Artigo em publicação periódica online com endereço URL (*Uniform Resource Locator*)

Apelido, A. A. (ano). Título do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), páginas. Acedido a dd de mm de aaaa, em <http://>.

11.18. Manuscritos ainda não publicados (tais como dissertações e teses)

Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: Subtítulo* (Dissertação/Tese). Instituição, Localidade, País.

12. Organização do texto para submissão

12.1. Os textos e as figuras devem ser gravados individualmente e integrar uma pasta identificada pelo apelido do/a 1.º autor(a), que deverá ser comprimida, em formato ZIP, não podendo ultrapassar os 45 MB.

13. Deveres dos/das autores/as

13.1. É da exclusiva responsabilidade dos/das autores/as a obtenção de autorização para a publicação de material que esteja sujeito a direitos de autor.

13.2. Em função do processo de revisão, os/as autores/as comprometem-se a aceitar as sugestões propostas pelos revisores anónimos e a introduzi-las no documento final nas condições requeridas. Sempre que os/as autores/as discordem das propostas devem apresentar uma justificação para cada um dos casos, devidamente fundamentada.

14. Direitos de edição

14.1. Os direitos de edição pertencem ao Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra.

14.2. A publicação implica a aceitação das “instruções para autores”, do “Código de ética guia de boas práticas da UC Digitalis”.

1. Type of papers

The journal *Cadernos de Geografia* accepts unpublished articles, notes, news and reviews written in Portuguese, English, French and Spanish.

2. Length

2.1. The article should not exceed 50 000 characters with spaces, including the abstract and keywords in two languages, figures, tables and references.

2.2. A note or news item should not be more than 10 000 characters with spaces.

2.3. A review should not exceed 30 000 characters with spaces.

3. Title

3.1. The title should be concise and express the content of the text.

3.2. It is displayed in lowercase, bold and left-aligned.

3.3. It must be submitted in the same language as the text and be translated into English.

4. Authors

4.1. The name(s) of the author(s) should be written in lowercase with initial capitals, appear in the paragraph immediately following the title, left-aligned and in bold.

4.2. The institutional affiliation is given in the paragraph following the name(s) of the author(s).

4.3. The paragraph following the institutional affiliation indicates the respective email address.

4.4. The indication of the ORCID number of the author(s) should appear in the following paragraph.

5. Abstracts

5.1. Two abstracts should be submitted, one in the same language as the text and the other in English.

5.2. The abstract should be concise, express the context of the text and mention the essential goals, results and conclusions reached.

5.3. The abstract should not include references or citations.

5.4. The abstract should be confined within a single paragraph and not exceed 250 words.

6. Keywords

6.1. These are given at the end of each abstract.

6.2. They are written in lowercase letters and separated by comma.

6.3. Should be at least 3 and no more than 5.

6.4. They are given in the language of the text and in English.

7. Formatting of the text and sections

7.1. Manuscripts should be prepared in digital form, in a recent version of Word, A4 size with top, bottom and side margins of 2.54 cm. Font Times New Roman 12 pt should be used, justified alignment, with an indent of 1.27 cm in the first line of each paragraph. 1,5 spaced.

7.2. Headings should be left-aligned, bold, 16 pt font size. Subheadings are not numbered and should be formatted according to the following examples:

Level 1 - left-aligned in bold, font size 14 pt.

Level 2 - left-aligned in bold, font size 13 pt.

Level 3 - left-aligned in bold, font size 12.5 pt.

Level 4 - left-aligned in bold, font size 12 pt.

7.3. In body text, the bibliographical indication of an author should be presented as follows: the surname, followed by the year of the reference in parentheses. E.g. Cunha (2015) or (Cunha, 2015). In the case of a citation, the indication of the page (s) is mandatory. E.g. Gomes (2014, p. 61) or (Gomes, 2014, p. 64) or (Gomes, 2014, pp. 72-73). If there are 2 authors, "&" is used between surnames when

referenced in parentheses. E.g. (Santos & Gonçalves, 2011) or "and" when referred in the text, e.g. Santos and Gonçalves (2011); In the case of 3 to 5 authors, the first citation in the text indicates the surname of all authors and the year of reference, e.g. (Rodrigues, Silva, & Cunha, 2012) and in the following citations, the surname of the 1st author is used followed by et al. and the reference year, e.g. (Rodrigues et al., 2012); When there are 6 or more authors, the surname of the 1st author, followed by et al. and year of reference is used, e.g. (Cunha et al., 2012). If multiple references of the same author(s) with the same year of publication are used, they should be distinguished by the letters a, b, c, etc., immediately after the year. E.g. Silva (2014a) or (Silva, 2014b).

When several works of different authors are mentioned within the same parentheses, they are ordered in alphabetical order separated by semicolons, e.g. Several studies (Gomes, 2014; Rodrigues, Silva, & Cunha, 2012).

7.4. Transcripts in body text (if they are less than 40 words) must be enclosed in quotation marks, indicating the page(s). If the citation has 40 or more words it should be highlighted, left indentation (15mm), without quotation marks, followed by a full stop and placing in parenthesis the author(s) surname, year of publication and page(s).

7.5. The text should comply with the 1990 orthographic agreement and use inclusive language. E.g. 'human being' should be preferred to 'man'.

7.6. Words in a language other than one used for the text should be in italics. All underscores should be replaced by italics.

7.7. Any abbreviations or acronyms should be written in full the first time they are mentioned, with the initials given immediately afterwards, in parentheses. E.g. Statistics Portugal (INE).

7.8. For numeric references, the dot must be used as the decimal separator.

8. Footnotes

8.1. These must be strictly essential, brief and confined to enhancing the text by adding a clarification or a critical point.

8.2. References should not appear in footnotes.

8.3. Footnotes are numbered continuously with Arabic numerals, without parentheses and appear at the bottom of the page.

9. Figures

9.1. A figure refers to an illustration that includes charts, graphs, schematic representations, drawings, photographs, formulas, and so forth.

9.2. Figures are numbered continuously with Arabic numerals.

9.3. The designation of the figure must be concise, express the content and use capital letters only at the beginning and for proper names.

9.4. All figures must be properly positioned and be mentioned in the text, using the word Figure, even when enclosed by parentheses [e.g. (Figure 1)].

9.5. Figures are sent in a separate file from the text file. They use CMYK colour mode, TIFF format and have a resolution of 300 dpi. Each figure is identified by the first author's surname, the figure number and description matching the format. E.g. Silva_Fig._2.tiff

9.6. Photographs must measure 16x23 cm.

9.7. Figures should be of good enough quality and legibility to allow reduction to fit the journal layout.

9.8. Authors should be sparing when choosing the illustrations they would like printed in colour. Whenever possible this preference will be respected.

9.9. In the case of black and white figures, it is advisable to use plots that are easy to read, and to avoid the multiplication of grey-scale modes.

9.10. Captions should be simple and clear.

9.11. In the case of the original figures, authors must indicate their authorship and give the source of the data used in the paragraph immediately after the title of the figure. In addition, they must also send the “Declaração para cedência de imagens” authorizing the IUC to publish said figures. In addition, they must also send the “Declaração for transfer of images” authorizing the IUC to publish this material.

All figures that are from other sources, even if they have an indication of this source, need an express authorization from the holders of the respective rights to be published in the Journal Cadernos de Geografia. To obviate this authorization request, you can choose to look for a public domain image on the Wikimedia Commons basis or another platform, and the indication for the source must be: “Public domain image” - respective web link. If it is not possible to obtain an authorization from the entity that owns the image rights or to replace it with a public domain image, an organization of the text should be chosen without the help of the image. Failure to comply with this statement compromises the publication of the text.

9.12. Equations and formulas should be converted to images and numbered in their lower right corner, using Arabic numerals, numbered continuously and enclosed by parentheses.

10. Tables

10.1. All tables must be properly positioned and be mentioned in the text, using the word Table, even when enclosed by parentheses [e.g. (Table 1)].

10.2. Tables are identified with Arabic numerals in a continuous sequence, positioned at the top.

10.3. The title should appear in italic on the line below the table number, without period at the end, must be concise, express the content and use capital letters at the beginning of each word.

10.4. Authors should avoid very large tables that do not exceed one page, and should use editable formats .

10.5. Tables should be simple, not contain long sentences or very large numbers and not use too many decimal places.

10.6. If the table is not original, its source must be specified at the end of the table, left-aligned.

11. References

11.1. These come at the end of the text, preceded by the use of the word ‘References’.

11.2. The APA Style (American Psychological Association) will be considered as a guide for any kind of reference not expressly covered in this point.

11.3. References must be written in the Roman alphabet (carry out transliteration).

11.4. They should only include references cited in the text.

11.5. Self-citation must not exceed 20%.

11.6. References must be listed in alphabetic order.

11.7. If there are several references by the same author they should be listed in chronological order.

11.8. If there is more than one reference by the same author in a particular year, the letters a, b, c, etc. are added to the date.

11.9. In the Bibliography section, references should include DOI (at the end), wherever it exists, using URL format. E.g., <http://dx.doi.org/10.xxxx/xxxxxxx>

11.10. Printed Book

Surname, A. A. (year). *Title of the work: Subtitle*. Place of publication: Editor

11.11. Printed Book Chapter

Surname, A. A., & Surname, B. B. (year). Title of the chapter/part of the work. In C. C. Surname & D. D. Surname (Ed./Coord./Ed Lit. or Org.), *Title of the work: Subtitle* (pp. xx-xx). Place of publication: Editor.

11.12. Article printed in periodical

Surname, A. A. (year). Article title: Article subtitle. *Name of Publication*(issue or supplement), xx-xx.

11.13. Communication in printed conference proceedings

Surname, A. A., & Surname, B. B. (year). Title of article. In *Title of the proceedings*, Name of the conference, city, month and days (pp. xx-xx).

11.14. Legislation or regulations

Portaria (Order) xxxxx of dd mm. *Diário da República* (Official Gazette) xxx/xx - X Series. Ministry.

Regulation (year). *Title of regulation in writing*. Place of publication: Authority.

11.15. E-book

Surname, A. A. (year). *Title of work: Subtitle*. Viewed on dd mm aaaa, at doi: or URL:.

11.16. Article in online publication, doi (Digital Object Identifier)

Surname, A. A. (year). Article Title: article subtitle. *Name of publication, volume* (issue or supplement), pages. doi (<http://dx.doi.org/10.xxxx/xxxxxxx>)

11.17. Article in online publication with URL (uniform resource locator)

Surname, A. A. (year). Article title. *Name of publication, volume* (issue or supplement), pages. Viewed dd mm yyyy, at <http://>.

11.18. Unpublished manuscripts (such as theses and dissertations)

Surname, A. A. (year). *Title of work: Subtitle* (Dissertation/Thesis). Institution, Place, Country.

12. Text organisation for submission

12.1. Texts and figures should be saved in individual files and stored in a folder identified by the first author’s surname. The folder should be compressed in ZIP format and must not exceed 45 MB.

13. Duties of authors

13.1 Authors are solely responsible for obtaining permission to publish material that is subject to copyright.

13.2. Depending on the review process, the authors agree to accept the suggestions made by anonymous reviewers and introduce them in the final document, in the required conditions. Whenever the authors disagree with a proposal they must provide a duly grounded justification for each instance.

14. Publishing rights

14.1. Publishing rights belong to the Department of Geography and Tourism, University of Coimbra.

14.2. Publication constitutes acceptance of “instructions for authors” and the “Código de ética guia de boas práticas da UC Digitalis” (Code of ethics guide to good practice of UC Digitalis).

Departamento de Geografia e Turismo Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

Apoio:



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



COMPETE
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

I
U

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS